



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XX — N.º 172

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 18 DE NOVEMBRO DE 1965

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÃO CONJUNTA

EM 18 de novembro de 1965, às 21 horas

ORDEM DO DIA

1. Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 11, de 1965, (C. N.), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a produção açucareira, a receita do Instituto do Açúcar e do Alcool e sua aplicação e dá outras providências.

2. Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 12, de 1965 (C. N.), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), o crédito especial de Cr\$ 3.170.703.600, para atender ao pagamento das pessoas com a desapropriação do acervo dos bens pertencentes à ORQUIMA — Indústrias Químicas Reunidas S. A., situados na capital do Estado de São Paulo, e destinados à industrialização da monazita, amblogênita e zirconita.

SESSÃO CONJUNTA

Em 22 de novembro de 1965, às 21 horas

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 13 de 1965 (C. N.), que reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e selo e a quota de previdência social, unifica as contribuições baseadas nas folhas de salários e dá outras providências.

SESSÃO CONJUNTA

Em 23 de novembro de 1965, às 21 horas

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, dos Projetos de Emenda à Constituição de iniciativa do Sr. Presidente da República, ns.

6/65 (C. N.), que altera dispositivos constitucionais referentes ao Poder Judiciário;

7/65 (C. N.), que altera dispositivos constitucionais referentes ao Congresso Nacional.

SESSÃO CONJUNTA

Em 24 de novembro de 1965, às 21 horas

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Emenda à Constituição nº 7 de 1965, de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre o sistema tributário nacional.

SESSÃO CONJUNTA

Em 25 de novembro de 1965, às 9 horas

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 14 de 1965 (C. N.) de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do Crédito especial de Cr\$ 20.500.000.000, para o fim que menciona.

SESSÃO CONJUNTA

Em 25 de novembro de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.125-B/65 na Câmara e nº 201/65 no Senado, que institucionaliza o crédito rural.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula n.º	Matéria a que se refere
1	Parágrafo único do art. 14 (totalidade).
2	Da alínea "e" do art. 15 as palavras: "... que não poderão ser inferiores a 30% (trinta por cento) do recolhimento devido".
3	Alínea "m" do art. 15 (totalidade).
4	Alínea "n" do art. 15 (totalidade).
5	Art. 23 (totalidade).
6	Art. 24 (totalidade).
7	Do art. 34 (caput) as palavras: "e comissões".
8	§ 1.º do art. 34 (totalidade).
9	Art. 36 (totalidade).

Convocação de sessão conjunta para apreciação de veto presidencial

O Presidente do Senado Federal nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 25 de corrente, às 21 horas e 30 minutos no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei nº 3.125-B/65 na Câmara e nº 201/65, no Senado, que institucionaliza o crédito rural.

Senado Federal 9 de novembro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo, o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 92, DE 1965

Torna definitivo o registro feito sob reserva pelo Tribunal de Contas da União, da revisão dos prazos de inidoneidade concedida ao extranumerário Ovídio Thiago de Melo, aposentado do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 1º — É tornado definitivo o registro, feito "sob reserva", em 3 de setembro de 1957, pelo Tribunal de Contas da União, da revisão dos pro-

ventos da inatividade concedida ao extrínsecos mensalista Olívio Thiago de Melo, aposentado do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, nos termos do que dispõem as Leis nºs 1.050, de 3 de janeiro de 1950, e 4.068-A, de 10 de junho de 1962.

Art. 2º — Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de novembro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

COMISSÃO MISTA

Incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 201, de 1965 (PLC nº 3.125-B-65, na Câmara), que "institucionaliza o crédito rural".

1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 1965

As dezessete horas do dia dezessete de novembro de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores José Feliciano, Zacarias de Assunção e José Ermírio e os Senhores Deputados Ulisses Guimarães, Unírio Machado e Ivan Luz, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 201, de 1965 (PLC nº 3.125-B, de 1965, na Câmara), que "institucionaliza o crédito rural".

Em obediência ao preceito Regimento, assume a Presidência o Senhor Senador José Ermírio que, declarando instalada a Comissão, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através escrutínio secreto por cédulas uninominais, previsto no art. 81 do Regimento Interno, para tanto designando Escrutinador o Senhor Deputado Ulisses Guimarães.

Concluída a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente: Senador José Ermírio 5 votos Deputado Unírio Machado.. 1 voto

Para Vice-Presidente: Deputado Ulisses Guimarães 5 votos Senador Zacarias de Assunção 1 voto

O Sr. Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição, designa o Senhor Senador Zacarias de Assunção Relator da matéria precípua da Comissão Mista.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

2ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 1965

As quinze horas do dia dezessete de novembro de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador José Ermírio, Presidente, presentes os Senhores Senadores José Feliciano e Zacarias de Assunção e os Senhores Deputados Ulisses Guimarães, Unírio Machado e Ivan Luz, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara número 201, de 1965 (PLC nº 3.125-B-65, na Câmara), que "institucionaliza o crédito rural".

Iniciando os Trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Zacarias de Assunção que, na qualidade de Relator, tece considerações, consubstanciadas em Relatório, circunstanciando a origem e tramitação da matéria nas duas Casas do Congresso Nacional, bem como as razões em que se fundamentou

o Sr. Presidente da República para, no uso de suas atribuições Constitucionais, apor seu Veto ao processado em tela.

Em discussão, não havendo quem mais deseje fazer uso da palavra, o Sr. Presidente determina seja assinado o Relatório.

E, nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

RELATÓRIO

Nº 95, de 1965

Da Comissão Mista incumbida de apreciar o veto presidencial ao Projeto de Lei da Câmara nº 3.125-B, de 1965 (nº 201-65, no Senado), que "institucionaliza o crédito rural".
Relator: Sr. Senador Zacarias de Assunção.

O Senhor Presidente da República, no uso das suas prerrogativas constitucionais, houve por bem vetar, parcialmente, o projeto de lei da Câmara que institucionaliza o crédito rural, sob o fundamento de que as partes vetadas são contrárias aos interesses nacionais.

2. O projeto vetado, de iniciativa do Poder Executivo, foi encaminhado ao Congresso Nacional com a Mensagem nº 637, de 20 de agosto de 1965, acompanhada de "Exposição de Motivos do Ministro da Fazenda.

A Exposição de Motivos do Senhor Ministro da Fazenda, depois de fazer algumas considerações gerais sobre a matéria, nos dá uma síntese dos primeiros objetivos do projeto, analisando, em rápidos traços, cada um dos capítulos que compõem a proposição.

A institucionalização do crédito rural consubstancia o disposto no artigo 54, da Lei nº 4.593, de 31 de dezembro de 1964.

3. O projeto foi amplamente debatido em ambas as Casas do Congresso Nacional, resultando, afinal, aprovado, com inclusão de algumas das várias emendas que lhe foram propostas.

4. Sobre a matéria opinaram, na Câmara, as Comissões de Constituição e Justiça e de Economia, e no Senado as Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças, concluindo, todas elas, pela aprovação do projeto.

5. O projeto sobre que incidiu o veto presidencial tem como objetivo fundamental a constituição de um sistema para a expansão quantitativa e seletiva do crédito, de modo a possibilitar que a canalização de recursos financeiros para o meio rural resulte no aumento de produção, melhoria de produtividade e elevação do nível de vida das populações rurais.

6. O veto, após em tempo hábil, atingiu os dispositivos abaixo transcritos, todos eles resultantes de emendas do Congresso Nacional.

DISPOSITIVOS VETADOS E SUAS RAZÕES

"1) o parágrafo único do artigo 14.

Razões:

A matéria já está devidamente regulada na Lei nº 4.593, de 31 de dezembro de 1964 (conforme alíneas rea-

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

A S S I N A T U R A S

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 80,
Ano	Cr\$ 96
Exterior	
Ano	Cr\$ 136,

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 39,
Ano	Cr\$ 78,
Exterior	
Ano	Cr\$ 103,

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

firma o "caput" do próprio artigo), que atribui ao Conselho Monetário Nacional a faculdade, privativa, de estabelecer as condições básicas do mercado de crédito, inclusive quanto ao favorecimento previsto para as operações rurais. As disposições do parágrafo, tornando rígido um aspecto isolado do problema creditício, representa verdadeira mutilação do princípio em que se fundamenta a própria existência do Conselho, podendo vir até mesmo a prejudicar significativamente a eficiência global de sua atuação.

2) No artigo 15, a expressão "que não poderão ser inferiores a 30% do recolhimento devido", constante da alínea "e"; toda a alínea "m" e toda a alínea "n".

Razões:

Impõe-se o veto à parte final da alínea "e" e à alínea "m" por representarem limitação aos poderes assegurados ao Conselho Monetário Nacional pela Lei nº 4.593, de 31 de dezembro de 1964. Além disso, os depósitos compulsórios e as contribuições exigidas em determinadas transações (inclusive com o exterior, como é a hipótese do café), representam importantes instrumentos a serem utilizados pelo Conselho Monetário Nacional para criar estímulos ou impor restrições, tendentes a evitar situações que possam comprometer o desenvolvimento harmônico da economia do País. Seria, assim, inteiramente contraindicado restringir essa capacidade de atuação oportuna, mediante fixação, em lei, de índices em condições especiais, que nem sempre serão os mais adequados aos fins objetivados. No que diz respeito especificamente aos recursos do Fundo de Reserva de Defesa do Café, vale acentuar que já destinam eles a aplicação em benefício da própria agricultura.

Quando à alínea "n", o artigo 21 já dá poderes ao Conselho Monetário Nacional para estabelecer a pro-

porção dos depósitos que as instituições financeiras devem aplicar em crédito rural. A fixação de uma percentagem em lei tornaria a questão demasiadamente rígida, não dando ao Conselho Nacional condição de adaptar tal exigência à situação conjuntural do crédito bancário em geral. É do interesse das autoridades monetárias deixar o assunto suficientemente flexível como é aconselhável em tudo que diz respeito à Política Monetária e de Crédito.

3) Os artigos 23 e 24.

Razões:

Referidos dispositivos se apresentam contrários ao interesse nacional porque tumultuam o sistema de crédito rural, pois a nota de crédito cooperativo pretendida com a emissão pelo comprador, tocando ao vendedor o endosso para desconto, coloca o último como principal responsável pelo papel em caso de cobrança executiva, o que é anômalo. De outra parte, a relação peculiar de passagem do bem do cooperado à Cooperativa, com disponibilidade de uso, mas admitindo a alternativa de venda ou simples entrega, fundamental à Filosofia Cooperativista, condena por si mesma a criação de um documento unilateral, destinado exclusivamente a satisfazer apenas uma das condições admitidas, a venda, e juntamente a menos representativa do fim principal do programa cooperativo. Por isso é altamente contra indicada sua consagração. Vale lembrar ainda que lei que institucionaliza o crédito rural não é instrumento adequado para a criação de títulos específicos, o que deveria ser inscrito no código de obrigações ou ser objeto de lei especial. O Governo tem em fase final de estudo um projeto que soluciona a questão em termos convenientes, não vindo a razão para prejudicar esse equacionamento bem estruturado com um dispositivo legal incompleto, como consta do projeto.

4) No artigo 34, a expressão "e comissões".

Razões:

Como princípio geral já consagrado na Reforma Bancária (item IX, art. 4º, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964), ao Conselho Monetário Nacional deve competir a fixação dos níveis de comissões cobradas pelos estabelecimentos bancários, juntamente com o arbítrio dos juros e outras formas de remuneração. A retirada ou aplicação de restrições a essa prerrogativa, implicará em ligação à flexibilidade de que deve revestir-se a atuação do Conselho, tanto mais em decorrência da multiplicidade de taxas, característica do crédito rural, mais do que qualquer outro, em função das diferentes classes de valores, prazo e natureza dos financiamentos rurais.

5) O parágrafo primeiro do artigo 34 e o artigo 35.

Razões:

Se essas disposições podem trazer, como consequência, facilidades maiores que as atuais à contratação de financiamentos rurais, na prática, sem dúvida, acarretarão riscos maiores, diante da possibilidade de várias entidades creditícias concederem financiamentos aos mesmos postulantes e sob as mesmas garantias, hipótese em que, sem a formalidade pública de registro, não será possível estabelecer-se prioridade a nenhum dos credores

e, pois, validade do contrato contra terceiros.

Assim, há que reconhecer que decisão no sentido da dispensa do registro deva caber exclusivamente ao estabelecimento financiador, o qual, dentro de limites de risco que julgue aceitáveis e, examinado caso de cada cliente isoladamente, observadas as boas normas da técnica bancária (idoneidade, experiência anterior, vulto dos recursos e das responsabilidades existentes), melhor aquilatará a possibilidade da não efetivação do registro assumindo os respectivos riscos.

A compulsoriedade da isenção, extensiva a todo e qualquer cliente, sem distinção, somente poderá concorrer para o retraimento da rede bancária, vindo, pois, em última análise, em prejuízo de elevado número de agricultores, sem tradição na entidade creditícia, eis que, por desconfiança, se dispensado o registro, lhe será negado o crédito ou exigida em contrapartida, a prestação de garantia fidejussória ou aval."

Cremos, com o exposto, haver propiciado aos senhores congressistas os elementos de que carecem, para bem decidir, ao apreciar o presente veto. E o relatório.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 1965. — José Ermirio, Presidente. — Zaccarias de Assunção — Relator. — José Feliciano — Ulysses Guimarães — Unirio Machado — Ivan Luz.

O Sr. 1º-Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

Ofícios do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado as seguintes proposições:

PROJETO

De Decreto Legislativo nº 46, de 1965

(Nº 207-B/65, NA CÂMARA)

Aprova o contrato celebrado, em 18 de maio de 1961, entre o Ministério da Fazenda e a Companhia de Cimento Portland Caue.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o contrato celebrado, em 18 de maio de 1961, entre o Ministério da Fazenda e a Companhia de Cimento Portland Caue, para gozo dos favores tributários previstos na Lei nº 1.942, de 12 de agosto de 1953.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

PROJETO

De Lei da Câmara nº 279 de 1965

(Nº 3 304-B/65, NA CÂMARA)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Senado Federal, o crédito suplementar de Cr\$ 2.415.240.000 (dois bilhões, quatrocentos e quinze milhões, duzentos e quarenta mil cruzeiros), em reforço a dotações que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a abrir o crédito suplementar de Cr\$ 2.415.240.000 (dois bilhões, quatrocentos e quinze milhões, duzentos e quarenta mil cruzeiros), pelo Senado Federal, em reforço às seguintes dotações constantes da Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1965:

	Millhares de cruzeiros
Despesas Correntes	
Despesas de Custeio	
Pessoal Civil	F 1.265.240
Serviços de Terceiros	V 60.000
Encargos Diversos	V 60.000
Despesas de Capital	
Investimentos	
Equipamentos e Instalações	V 50.000
Transferências de Capital	
Contribuições Diversas	80.000

Art. 2º O Senado Federal publicará no Diário Oficial o desdobramento das importâncias discriminadas no artigo anterior, obedecida a discriminação observada no desdobramento das dotações suplementadas por esta Lei no Orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

RESPOSTAS A PEDIDO DE INFORMAÇÕES

I — do Sr. Ministro da Educação e Cultura

Aviso nº 2.029, de 9 do mês em curso, com referência ao Requiri-

mento nº 126-65, do Sr. Senador Vasconcellos Torres;

II — do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas

Aviso nº 447, de 11 do mês em curso, com referência ao Requirimento nº 596-65, do Sr. Senador Vasconcellos Torres;

Aviso nº 448, de 11 do mês em curso, com referência ao Requirimento nº 589-65, do Sr. Senador Vasconcellos Torres.

PARECERES

Pareceres ns. 1.294 e 1.295, de 1965

PARECER Nº 1.294, DE 1965

Da Comissão de Projetos do Executivo sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 251, de 1965 (nº 3.239-B, de 1965, na Câmara), que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior.

Relator: Sr. Mem de Sá

Pela Mensagem nº 746, do mês de outubro próximo passado, acompanhado de Exposição de Motivos do Ministro da Educação e Cultura, submeteu o Sr. Presidente da República à apreciação do Congresso o presente projeto de lei que institui o regime jurídico do pessoal docente de nível superior vinculado à administração federal (Estatuto do Magistério Superior).

Contém este diploma legal um conjunto de importantes disposições referentes aos objetivos do Estatuto, à constituição e classes integrantes do corpo docente das universidades, às condições de provimento dos cargos que compõem o magistério de último grau, aos casos de acumulação, transferência e remoção, ao regime de trabalho, às atividades de direção, à participação das diversas categorias de pessoal docente em órgãos colegiados, bem como aos direitos, vantagens, deveres e responsabilidades das pessoas investidas no magistério superior.

A proposição em exame, como se vê, versa assunto de maior magnitude, visto que da futura lei orgânica do magistério superior dependerão, em grande parte, os destinos da cultura, da ciência e das pesquisas técnicas no Brasil.

Várias são as peculiaridades da cátedra em nosso País, desde a vitalidade, assegurada pela Constituição, até a sua nomeação, processada através de sistema de concurso, de defesa pública de tese, provas escritas e orais, provas didáticas, e, em certas disciplinas, provas práticas de laboratório, campo ou clínica.

Diversos requisitos são, atualmente, objeto de escrutínio por parte de banca examinadora, composta de cinco membros, nomeada pela Congregação ou Assembléia de Catedráticos da instituição, como sejam, diplomas, publicações, experiência prévia e idoneidade de caráter.

Não é de hoje que algumas autoridades brasileiras, pouco satisfeitas com a estrutura tradicional do concurso para a conquista de cátedras universitárias e com o seu caráter de vitalícia, vêm fazendo várias tentativas no sentido de modificar-lhe o sistema ou, pelo menos, de atualizá-lo.

Assim, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica tentou, há tempos, organizar uma carreira de magistério, com os níveis de professor assistente, assistente de ensino, professor associado e professor contratado, e em que a promoção se fundasse num "sistema de pontos".

Temos, ainda, faculdades estruturadas em departamentos, com professores contratados, como a Faculdade

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 105, DE 1965

Altera o art. 160 da Resolução nº 6, de 1960.

Art. 1º — O art. 160 da Resolução nº 6, de 1960, passa a vigorar com a inclusão do seguinte número:

"38 — despachar processos de aposentadoria de funcionários, expedindo os respectivos títulos de inatividade".

Art. 2º — Acrescente-se ao art. 32, parágrafo único, da Resolução nº 6, de 1960, o seguinte:

"IV — Seção de Informações

V — Seção de Controle dos Inativos."

Art. 3º — No Quadro a que se refere o art. 6º da Resolução nº 6, de 1960, acrescente-se, nas "Funções Gratificadas", mais "2 — Chefe de Seção — PG-3"

Senado Federal, em 17 de novembro de 1965

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

ATA DA 180ª SESSÃO, EM 17 DE NOVEMBRO DE 1965

3ª Sessão Legislativa, da 5ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. NOGUEIRA DA GAMA

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

- Adalberto Sena
- Edmundo Levi
- Arthur Virgílio
- Zacharias de Assumpção
- Cattete Pinheiro
- Ezequiel Pacheco
- Menezes Pimentel
- Wilson Gonçalves
- Dix-Huit Rosado
- Ruy Carneiro
- Agemiro de Figueiredo
- Ermirio de Moraes
- Elvestre Péries

- Júlio Leite
- José Leite
- Jefferson de Aguiar
- Vasconcelos Torres
- Aurélio Vianna
- Milton Campos
- Nogueira da Gama
- João Abrahão
- Lopes da Costa
- Bezerra Neto
- Antônio Carlos
- Guido Mondim
- Daniel Krieger
- Mem de Sá (27)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 27 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º-Secretário procedê a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, Instituto dos mais conceituados no Brasil.

Atualmente, em face de pressões de outras escolas congêneres, os professores desse estabelecimento são obrigados a prestar concurso.

Certo é que, até pouco menos de 10 anos, a nomeação dos professores nas instituições públicas de grau superior era bem pouco flexível.

As múltiplas falhas de que se vinha ressentindo o ensino superior, no Brasil, com o crescente aumento do número de instituições particulares veio acrescentar-se o vício da improvisação de muitos professores e o mal do ensino ministrado por pessoas sem a devida qualificação.

Não raros eram os casos em que, apesar da instituição e do prestígio dos concursos, apenas uma pequena porcentagem dos corpos docentes das universidades conseguia passar pelo crivo das bancas examinadoras, sendo as escolas mais antigas, de Direito, Medicina e Engenharia as que costumavam exigí-las.

Outro aspecto relevante a que o projeto do Executivo não faz qualquer menção é o da remuneração condigna do magistério, aspecto que chegou mesmo a constar de sua primitiva feitura e no qual alguns chegaram mesmo a ver "um dos poucos sinais de grandeza do projeto original".

Sabemos que, no Brasil, os cate-dráticos, até pouco tempo, eram obrigados a dar um mínimo de três aulas semanais. Contado-se o mínimo de 12 horas para o "full time", um professor universitário, nesse regime, percebia ordenado mensal, em junho de 1961, equivalente a US\$752,00.

O que é certo é que, mesmo mantendo alguns estabelecimentos nas bases do regime de tempo integral, muitos eminentes professores preferiam cargos mais bem pagos na indústria, ou trabalhar por conta própria.

Em 1959, o número total de professores universitários era de 18.608. Observe-se, porém, que os professores que ensinam em mais de uma instituição foram contratados mais de uma vez.

Nos últimos anos, o número de professores em regime de tempo integral tem aumentado substancialmente, graças aos esforços de organismos governamentais, como a Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (CAPES), que suplementa os salários dos professores, a fim de tornar-lhes possível trabalhar em regime de tempo integral.

O projeto do Governo que se propunha a reestruturar as bases do ensino superior, e a corrigir-lhe os males crônicos, foi apreciado em todos os seus ângulos e em suas mínimas repercussões didáticas, pedagógicas e administrativas, pelo eminente Deputado Brito Velho, que, na Comissão de Educação e Cultura da Câmara, lhe ofereceu Substitutivo Integral, o qual, aprovado, veio a constituir o texto atual da matéria sob nosso exame.

A proposição do Executivo, se é verdade que, de um lado, propunha medidas legislativas de alto alcance, pelas falhas, lacunas e imperfeições várias que continha, estava a merecer sérios reparos, já que não atendia satisfatoriamente às necessidades da vida universitária brasileira.

Em seu brilhante e circunstanciado parecer, o Ilustre Deputado Brito Velho enumerou um a um os inúmeros e graves defeitos contidos no documento enviado ao Congresso pelo Executivo, muitos dos quais, por amor à concisão, nos abstermos de reproduzir.

Julgamos interessante, porém, salientar algumas das mais graves imperfeições e omissões do projeto e que foram alvo das justas críticas daquele ilustre parlamentar.

Deparamos, de início, a excessiva rigidez de algumas disposições, inteiramente conflitantes com o salutar princípio de flexibilidade fixado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, além da adoção de medidas uniformes e inteiramente estranhas às naturais diversificações que se observam de região para região do território brasileiro e, por conseguinte, em suas diversas universidades.

Assinalou, ainda, o Relator da matéria, na Câmara, a grave omissão do projeto, esquecendo-se "de que as universidades de tipo fundação não constituem simples decalque das outras autarquias de estrutura e funcionamento tradicionais".

Em face, todavia, da conveniência de acolher, de um lado, medidas justas propostas em algumas emendas dentre as muitas apresentadas naquela Casa, e da imperiosa necessidade, por outro lado, de se proceder aos reparos das múltiplas falhas, omissões, ambigüidades e obscuridades contidas no projeto do Governo, o eminente Relator, Deputado Brito Velho, como já dissemos, redigiu um Substitutivo que, se não contém todas as providências que devem figurar no Estatuto, e se se ressentia, ainda, de pequenas imperfeições e omissões, tem o grande mérito de ter removido do texto inicial as falhas mais graves, as incongruências mais visíveis, os erros mais sensíveis e que reiteradas vezes foram apontados pelos que têm vivência universitária.

Assim, entre as mais oportunas medidas propostas pelo Substitutivo Brito Velho vale assinalar o dispositivo que corrige a outorga exclusiva nos catedráticos de soma injustificável de atribuições, esquecendo-se o projeto governamental de que a futura lei deverá ser aplicada tanto às universidades autárquicas, como às constituídas sob a forma de fundação, que, como se sabe, não possuem tal classe de professores.

Outra providência digna de menção é a que cria uma nova espécie de professor — o Titular (art. 6º — parágrafo único), com o objetivo de atender à realidade de algumas universidades e de ir ao encontro das necessidades de alguns centros universitários autárquicos todas as vezes que precisarem de dispor desse tipo de docente para os cargos de direção de Departamentos, os quais, pela sua natureza e organização, não se conciliam com a figura clássica do catedrático.

Mas, como bem esclarece o autor dessa medida, o aproveitamento do Professor Titular não é imperativo, ficando, apenas, estabelecido que "poderão existir cargos de Professor Titular, da mesma hierarquia da de Professor Catedrático, nas Universidades organizadas sob a modalidade de fundação ou nas unidades e subunidades que adotarem o sistema departamental".

Uma outra medida altamente louvável e oportuna do Substitutivo é a que disciplina o concurso público de provas e títulos para a obtenção do cargo de Professor-Assistente, determinando que se dê preferência, em igualdade de condições, ao candidato que já tenha sido Auxiliar de Ensino.

O Substitutivo torna, também, permissível aos Professores Assistentes inscreverem-se nos concursos de títulos e provas para o cargo de Professor Catedrático, direito este que o projeto do Governo, estranhamente, não lhes reconhecia mas que dava aos portadores de títulos de Doutor e ou de Livre-Docente.

De igual forma, o Substitutivo suprimiu, acertadamente, algumas limitações infundadas nos casos de reatamento dos Professores Catedráticos, como a exigência de mais de três anos de exercício no cargo de Professor-Adjunto, enquanto permite ao Livre-Docente inscrever-se no

concurso, sem possuir tanta vivência de ensino.

Por outro lado, a orientação impressa pela Substitutivo a respeito das classes superpostas de professores dentro de uma carreira mal caracterizada, parece-nos a mais consentânea com a realidade e os preceitos do Direito Administrativo, reconhecendo nos concursos de provas, títulos e trabalhos, um penhor seguro dentro do sistema do mérito, da aficção de valores.

Ainda que não inovando praticamente e apenas disciplinando de maneira mais adequada o preceito constitucional, o Substitutivo faz figurar no Capítulo da Vitalidade e da Estabilidade, normas que devem constar da futura lei orgânica do magistério.

Já o Capítulo XIII (Das vantagens) introduz preceitos novos, conferidos aos professores prerrogativas a que fazem jus, a fim de que possam, equiparados a outras categorias de servidores, desfrutar de melhores condições de aprimoramento da cultura e conseguir melhores meios de divulgação de suas pesquisas.

Ainda como matéria nova, o Substitutivo limita o período de contratação do professor e define-lhes as funções de ensino e pesquisa.

Estabelece, também, que nos casos de acesso, "haverá sempre concurso de títulos", evitando-se, destarte, as contradições em que incorria o projeto do Governo ao determinar que o Professor Assistente, que preenche certas condições de capacidade, tem direito ao acesso (caput do art. 15 do projeto original) precituando, porém, no seu § 1º, que "a proposta de acesso será feita pela subunidade interessada".

O Substitutivo permitiu, também, aos professores titulares integrarem as bancas examinadoras de concurso, nas entidades que não disponham, pelas razões assinaladas, de professores catedráticos, cabendo ressaltar o cuidado que teve de regular a forma de provimento dos professores titulares, em cujo concurso só poderão inscrever-se os Professores Adjuntos.

O mesmo substitutivo, atento, por outro lado, às incongruências ocorridas em concursos passados, fez desaparecer as barreiras que ainda separam instituições idênticas ou equivalentes, pertencentes ao mesmo sistema federal de ensino superior dando o verdadeiro sentido que devem ter os concursos para o magistério.

No Capítulo do "Regime do Trabalho", o substitutivo, com muito acerto, e sem infringir a proibição contida no Ato Institucional referente à criação de novas despesas pelo Congresso, dispõe sobre a maneira de remuneração do tempo integral, matéria importante e que precisava constar do futuro Estatuto.

Outra iniciativa justa e aconselhada pela experiência, introduzida pelo Substitutivo, é a que faculta aos professores aposentados ocuparem cargos de Reitor e de Diretor, não havendo razão plausível para restringir este direito aos professores em exercício.

Em substituição, ainda, ao que precituava o projeto, o substitutivo fixou um limite máximo, tipo de tempo canônico, para o exercício de cargos administrativos como os de Reitor e Diretor, a fim de se evitar as atividades extremamente longas à frente de direções universitárias, funções de natureza reconhecidamente consultivas.

O substitutivo Brito Velho estatui, também, norma disciplinar bastante oportuna, prescrevendo, no parágrafo único do art. 47, que "os estabelecimentos ou unidades de ensino deverão assegurar, em seus regimentos e chefia de órgãos colegiados e a maioria de votos a professores catedráticos ou titulares. Não sendo possível esta maioria, o professor-chefe terá

voto de qualidade e direito de veto às deliberações, admitindo-se recurso para os órgãos superiores do estabelecimento, na forma regimental.

Como se vê, tal providência visa a assegurar a disciplina, a ordem e o princípio da hierarquia, tão indispensáveis ao perfeito funcionamento de qualquer centro de estudos e à eficiência de suas atividades didáticas.

O substitutivo, também, previu, a compatibilidade, às vezes reclamada na prática, do cargo de Reitor ou Diretor com o exercício do magistério.

Modificando, por seu turno, o disposto no projeto do Governo, o substitutivo, atendendo ao princípio da justiça, prescreve que o professor, ao se aposentar, se estiver em regime de tempo integral, terá direito a incorporar a respectiva gratificação aos proventos da aposentadoria.

Tendo em vista, ainda, o que dispõe a Lei 4.495, de 25 de novembro de 1964, e atendendo ao princípio de equidade, o substitutivo determina o enquadramento nos cargos de Professor Adjunto (art. 55, § 1º) dos ocupantes, na data da futura lei de cargo de Assistente de Ensino Superior, que possuam título de docente-livre ou que tenham mais de 10 anos de exercício no magistério.

Com base, ainda, nesse princípio, o substitutivo permite que sejam enquadrados no cargo de Professor Adjunto os atuais professores na regência de cadeira vaza, desde que possuam o título de Docente-Livre.

De igual forma, importa assinalar pela sua justiça e oportunidade, a providência contida no Substitutivo, estabelecendo que o regime disciplinar das universidades não deve caber a uma pessoa — o Diretor — mas que deve ser regulado por normas estatutárias, ficando assegurada às Congregações ou órgãos equivalentes a competência exclusiva para aplicar sanções aos professores.

São essas as mais importantes disposições que o substitutivo da Câmara houve por bem instituir, representando obra de real mérito, resultado que foi de estudos acurados e detidos de quantos, pela sua experiência universitária, contribuíram, com valiosos subsídios, para sua elaboração, cabendo assinalar, ainda, que o trabalho da Comissão de Educação da Câmara conseguiu aproveitar o que havia de melhor no anteprojeto elaborado, anteriormente, pelo Egrégio Conselho Federal de Educação.

A este trabalho, porém, de tanto valor pelas medidas sérias que consubstancia e pelo alto alcance das providências com que enriqueceu a futura lei orgânica dos professores superiores do Brasil, entendemos que se faz necessário aditar algumas emendas às quais apensamos a respectiva justificação.

Nosso parecer é, pois, pela aprovação do projeto devidamente modificado pelo substitutivo, da Câmara e nos termos das seguintes emendas:

EMENDA Nº 1—CPE

No § 3º do art. 20:
Acrescente-se, após a palavra "curso", a expressão "de nulidade"

Justificação

Tal como está redigido, o dispositivo confere ao recurso previsto máxima amplitude, permitindo o reexame, na instância final, de qualquer aspecto dos concursos, além de meramente formal. Essa largueza é inconveniente, não só porque dificultará seriamente o julgamento, como ainda porque reduzirá a proporções insignificantes a importância da comissão julgadora instituída pela Congregação ou Colegiado equivalente.

EMENDA Nº 2—CPE

Suprima-se, no art. 37, a expressão "de horário".

Justificação

Destina-se a emenda a corrigir a redação do texto do substitutivo, que reproduzindo o do anteprojeto do Governo, se refere de maneira redundante a "período de horário de trabalho".

EMENDA Nº 3—CPE

No § 4.º do art. 52:

Substitua-se a palavra "professor" pelas expressões: "ocupantes de cargo de magistério superior".

Justificação

O texto do substitutivo teria como resultado excluir do preceito o pesquisador, o que não parece correto, em face do disposto no art. 7º.

EMENDA Nº 4—CPE

Ao art. 56, acrescente-se o seguinte parágrafo:

“§ 5º Os atuais Professores de Ensino Superior, que exerçam a chefia efetiva de departamento em Universidade ou Estabelecimento Isolado de Ensino Superior, serão enquadrados no cargo de Professor Titular, desde que hajam sido anteriormente classificados em concurso para catedrático de disciplina compreendida nas atividades do departamento”.

Justificação

Pelo substitutivo, tais departamentos podem ser dirigidos por professor titular, sendo o provimento deste cargo feito por concurso de títulos e trabalhos.

Ora, se um departamento tiver, atualmente, à sua frente alguém que se classificou em concurso para catedra, mais exigente, porque de provas, títulos e trabalhos, nada mais razoável do que enquadrá-lo no cargo agora criado. Não representa isto um favor, mas decorrência do espírito que anima análogos dispositivos do Substitutivo.

EMENDA Nº 5—CPE

Ao § 2º do art. 56:

Onde se lê:

“... na regência interina, a qualquer título...”

Leia-se:

“na regência, a qualquer título...”

Justificação

Trata-se de simples emenda de redação. Regência interina, a qualquer título, é expressão manifestamente imprópria.

EMENDA Nº 6—CPE

Acrescente-se ao art. 56, o seguinte parágrafo:

“§ 6º Os professores que na data desta lei estiverem substituindo regularmente, por mais de 10 (dez) anos, os respectivos catedráticos afastados por qualquer motivo, serão enquadrados no cargo de Professor Assistente.

Justificação

Faremos de justiça este tratamento. Se alguém, por período tão breve foi capaz de exercer as funções do catedrático ausente, assumindo-lhe as responsabilidades e ministrando o ensino que lhe compete, nada mais justo do que lhe assegurar a posição ganha, hierarquicamente, logo abaixo do cargo exercitado.

EMENDA Nº 7—CPE

Acrescente-se o seguinte artigo onde faltar:

“Art. A incompatibilidade para o exercício da advocacia, prevista no art. 84 VI, da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, não se aplica aos ocupantes de cargos do magistério superior, cargos em comissão ou funções classificadas, desde que ligados ao magistério”.

Justificação

É indispensável que tal dispositivo se inclua no Estatuto do Magistério. Sua omissão poderá criar embaraços aos professores de Direito, sobretudo aos investidos em cargos de Diretor ou Reitor.

O texto referido da Lei nº 4.215 poderá ser interpretado restritivamente como proibitivo do exercício da advocacia por este grupo de professores, o que, além de autêntico absurdo, porque em detrimento do ensino e da profissão, causa perda, pelas instituições, de eminentes administradores, que não podem desligar-se da profissão que elegeram, a fim de ocuparem, por período breve, um cargo de direção que, sobre não remunerá-los convenientemente, os obrigará, decorrido algum tempo, a começarem quase como se fossem ingressos recentes nos bancos acadêmicos.

EMENDA Nº 8—CPE

Acrescente-se o seguinte artigo, onde convier:

“Art. O mandato eletivo de natureza legislativa não impede, salvo quando houver incompatibilidade de horário, o exercício do cargo de professor catedrático cabendo à Casa a que pertencer o representante formalizar, a medida autorizativa do exercício concomitante do mandato e do cargo de magistério”.

Justificação

A emenda visa a incluir no texto da futura lei estatutária disposição que encontra inteiro apoio na Resolução nº 18, de 22-12-1950, do Senado e em recente Acórdão exarado pelo Egrégio Tribunal Federal de Recursos.

Por aquela lei interna do Senado Federal a restrição expressa no art. 48, I, b, da Constituição não se refere, quanto aos Senadores, aos que são professores catedráticos de estabelecimentos de ensino superior mantidos por entidades de direito público. A compatibilidade do exercício simultâneo do mandato legislativo e do magistério oficial, como todos sabem, foi exaustivamente defendida e justificada pelo jurista e ex-Senador Ferreira de Souza, cujo erudito parecer, de nº 1.198, de 1950, na opinião de muitos, esgotou o assunto.

A Constituição de 1946, em seu art. 48, I, “b”, veda, de fato, ao congressista sob pena de perda de mandato, aceitar ou exercer cargo público ou comissão de pessoa de direito público, entidade autárquica, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, e isto por razões sobejamente conhecidas.

Interpretando-se, porém, este texto constitucional à luz do sistema jurídico vigente, em seu sentido social e político, bem assim sob suas várias implicações, não há como admitir, a perfeita compatibilidade de acumulação das duas citadas atividades.

Foi assim encarando que o ex-Senador Ferreira de Souza demonstrou que as restrições contidas naquele texto da Constituição objetivaram sobretudo assegurar o princípio da separação dos Poderes que estaria comprometido, se se facultasse ao Deputado federal ou ao Senador acumular suas funções legislativas com os cargos mencionados.

Proibir-se, porém, o congressista de acumular suas atividades parlamentares com as de magistério, seria transformá-los em profissionais exclusivos da função política.

É evidente, e foi este o pensamento central do parecer do ex-Senador Ferreira de Souza, que “quando não há efetiva e real subordinação do exercício à direção alheia quando o cargo não integra uma organização hierarquizada, nem quando o titular independe, quer na investidura, quer no desempenho, da fiscalização, do controle, da direção, da obediência à

chefia, não há razão para proibições (o grifo é nosso, apud cit. parecer)”. Não há, pensamos, também, nós, na investidura de um congressista em cargo de magistério, qualquer subordinação a poderes hierárquico ou disciplinar que o incompatibilize a desempenhar simultaneamente as duas atividades, mesmo porque, se o catedrático é funcionário no sentido lato, refoge ao sentido estrito que se deve dar ao termo, porquanto sobre eles, praticamente não exerce a Administração qualquer poder hierárquico ou disciplinar.

Como muito bem observa o citado ex-parlamentar, o professor superior não é mesmo a rigor um nomeado, no sentido de escolhido, tal a forma pela qual é ele aproveitado, mas é um investido, um indicado por força de uma exigência constitucional. Continua ele livre, sem subordinações, porque membro de um órgão colegiado superior do instituto a que pertence — a Congregação dos professores — sendo sua situação análoga em tudo à dos docentes de institutos particulares. “Não são funcionários para efeitos comuns, afirma o preclaro jurista Ferreira de Souza. Exercem a função de docentes”.

Outro não é também, o pensamento do insigne professor Ruy Carne Lima, da Faculdade de Direito do Rio Grande do Sul — Catedrático de Direito Administrativo desse Instituto. Afirma este eminente jurista não se dever aplicar a restrição constitucional aos congressistas que conquistaram a cátedra universitária sob os seguintes fundamentos: “Dentro do sistema constitucional de 1946, como, de resto, já no de 1934, o texto abre brecha tanto ao princípio de independência dos poderes, quanto ao da vedação das acumulações remuneradas. Quanto ao princípio da independência dos poderes, pela permissão constitucional expressa do exercício do magistério oficial, secundário ou superior, aos membros do Poder Judiciário (artigo 96, I, Constituição Federal; art. 107, I, Constit. Est.) Quanto ao da vedação das acumulações remuneradas pela permissão constitucional, também, expressa, do exercício do magistério oficial aos servidores públicos, com função técnica ou científica, suposta a correlação das matérias e a compatibilidade dos horários (artigo 185, Constituição Federal; art. 211, Constituição Estadual).”

Se aos membros do Poder Judiciário se consente esta incursão na esfera do Poder Executivo, a despeito do princípio da independência dos poderes, porque, realmente, recusar franquia análoga aos membros do Poder Legislativo? Se aos agentes do Poder Executivo se permite acumulação do magistério com função técnica ou científica, sem embargo da proibição das acumulações remuneradas, por que negá-la aos membros do Poder Legislativo, aos quais, de isto, essa vedação constitucional se não deveria considerar extensiva?

Certo, a Constituição Federal prescreve que “enquanto durar o mandato o funcionário público ficará afastado do exercício do cargo, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para promoção por antiguidade e a aposentadoria”. (Art. 50, Constituição Federal). Particulariza-se, nesta disposição, a norma proibitiva mais ampla do art. 43, I, b: “exercer comissão ou emprego remunerado de pessoa jurídica de direito público, entidade autárquica, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público”. (Art. 31, I, b, Constituição Estadual). Mas essa proibição, aplicação do princípio da independência dos poderes, não pode ter, com relação ao Poder Legislativo, maior rigor do que a aplicação do mesmo princípio do Poder Judiciário.

Ademais, a função de ensinar, contanto se equipare, pela forma, a generalidade dos cargos e funções executivas, ocupa, pela matéria, parte da disciplina constitucional. Consagrou-se-lhe na Constituição Federal, o Capítulo II, do Título VI; na Constituição Estadual, o Capítulo II, o Título VII. Na função de ensinar, com efeito, a matéria, que é o ensino, há de prevalecer necessariamente sobre a forma, que é o cargo ou função.

De modo singularmente expressivo, a tal propósito, dispõe a Constituição Federal, em cuidando da função de ensinar, quando exercitada pelos membros do Poder Judiciário. É-lhe vedado “exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo o magistério secundário e superior” (art. 96, I). O “magistério”, note-se, e não o cargo de magistério, a que o art. 189 se refere ao prescrever acerca das acumulações remuneradas.

A matéria, que é o magistério, ela somente, justifica a liberdade de categoria (art. 168, VII, Constituição Federal; art. 191, VII, Constituição Estadual); ela, somente, legitima as mesmas garantias constitucionais dos professores (art. 168, VI, 187, Constituição Federal; art. 291, V, 204, Constituição Estadual).

A função de ensinar, portanto, não poderiam aplicar-se disposições pertinentes à generalidade dos cargos e funções executivas, sem violência manifesta à natureza do magistério, em sentido material. Com este espírito, não de ser interpretadas as prescrições do art. 50 e 48, I, b, da Constituição Federal; e interpretadas, pois de sorte a não abrangerem, indevidamente no conceito genérico de “função ou cargo executivo, o magistério oficial, secundário e superior, especificamente caracterizado como conceito distinto, na própria Constituição Federal.

Tal é, de resto, a inteligência do texto que resulta explicitamente, do confronto entre a disposição do artigo 48 e a do art. 197 da mesma Constituição Federal. Se, como determina o art. 197, as vedações do art. 48 são extensivas aos membros do Poder Judiciário, visto, e claramente visto, fica que, na compreensão do mesmo art. 48, I, b, se não inclui o magistério, expressamente permitido aos membros daquele Poder”.

EMENDA Nº 9 — CPE

Ao art. 56:

I — Onde se lê:

Título III — Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 56.

IV — Os de Instrutor de Ensino Superior nos de Professor Assistente.

Leia-se:

Título III — Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 56.

IV — Os de Instrutor de Ensino Superior nos de Professor Assistente, reservado o disposto no § 4º deste artigo.

II — Acrescente-se:

§ 4º Os ocupantes, na data desta Lei, do cargo de Instrutor de Ensino Superior, que possuam título de docente-livre e tenham mais de cinco (5) anos de exercício de magistério, serão enquadrados no cargo de Professor Adjunto.

Sala das Comissões, em 16 de novembro de 1955. — João Agripino, Presidente — Mem de Sá, Relator — José Ernânio — Wilson Gonçalves — Bezerra Neto — Jefferson de Aguiar,

PARECER Nº 1.295, DE 1962

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 257 (nº 3.209-B-65, na Câmara), que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior.

Relator: Sr. Lino de Matos.

De iniciativa do Poder Executivo, que o encaminhou ao exame do Congresso, acompanhado de Exposição de Motivos do Ministro da Educação e Cultura, o projeto em apreço institui o regime jurídico do pessoal docente de nível superior vinculado à administração federal, ou seja, o Estatuto do Magistério Superior.

O anteprojeto do Governo foi apreciado em todos os aspectos didáticos e administrativos pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, que lhe apresentou uma emenda substitutiva integral.

Esse Substitutivo, que retirou do projeto original as principais e mais graves falhas, impropriedades e incorreções, teve, ainda, o mérito de introduzir diversas medidas de alto alcance para o ensino de grau superior.

Depois de aprovada pela Câmara, a emenda substitutiva veio a constituir o texto atual da matéria sobre a qual cabe a esta Comissão opinar.

A proposição trata de assuntos importantes de interesse do magistério superior, como sejam, dos objetivos do novo Estatuto; da constituição do Corpo Docente e suas atribuições; da classificação dos Cargos do magistério e da competência das diversas classes de professor, desde o Pesquisador-Auxiliar até ao Professor Catedrático; da admissão, nomeação e provimento do pessoal docente; da acumulação de cargos de magistério; da transferência e remoção dos ocupantes dos diversos cargos; do regime de trabalho do pessoal docente nas Universidades e Institutos isolados de ensino; das atividades dos cargos administrativos de direção; da participação das várias categorias de pessoal docente nos órgãos colegiados; da vitalidade e estabilidade do catedrático; das vantagens, deveres e prerrogativas a que fazem jus os ocupantes de cargos do magistério superior.

Várias foram as inovações que o Substitutivo da Câmara incluiu na futura lei orgânica do magistério superior, como, por exemplo, a criação do cargo de Professor Titular, da mesma hierarquia do de Professor Catedrático, nas universidades organizadas sob forma de fundação, ou nas unidades e subunidades que adotarem o sistema departamental.

A criação do Estatuto do Magistério Superior decorre, como se sabe, de imperativo legal, visto que a lei que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos (Lei nº 1.711), estabelece que o magistério deverá ter diploma legal próprio, uma vez que os professores, em virtude da complexidade e da singularidade da sua missão, não podem ser enquadrados como servidores comuns.

O presente Estatuto, resultado de honrado exame a que procedeu o citado órgão técnico da Câmara dos Deputados e das diversas contribuições que recebeu, notadamente do anteprojeto do Egrégio Conselho Federal de Educação, em que foi oalcado, constitui, na opinião de muitos técnicos de educação, trabalho dos mais sérios e dignos de aplausos, pelas oportunas providências que contém.

Não há na proposição aspectos flanciosos a ressaltar, cabendo à Comissão de Projetos do Executivo apreciar-lhe o mérito.

Quando do exposto, a Comissão de Finanças opina pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1965. — Argemiro Figueiredo, Presidente — Lino de Matos,

Relator — Edmundo Levi — Mem de Sá — Pessoa de Queiroz — Bezerra Netto — Atilio Fontana — Sigefredo Pacheco — Aurélio Vianna.

Parecer nº 1.296, de 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre Projeto de Lei do Senado nº 185, de 1963, que dispõe sobre a contagem, em dobro, do tempo de serviço prestado, entre 21 de abril de 1960 e igual data de 1962, pelos funcionários do Poder Executivo designados para ter exercício em Brasília.

Pelo Projeto de Lei do Senado, nº 185, de 1963, o tempo de serviço efetivamente prestado em Brasília, no período compreendido entre 21 de abril de 1960 e igual data do ano de 1962, pelos funcionários do Poder Executivo, civis e militares, regularmente designados para ter exercício na nova Capital, é computado em dobro, para efeito de aposentadoria.

Em reunião de abril de 1964, a Comissão de Constituição e Justiça deu pela inconstitucionalidade e injuridicidade da proposição, pelas razões que se seguem e que foram o fundamento do voto vencedor:

A Constituição vigente, no capítulo relativo aos funcionários públicos, permite contar-se, integralmente, para efeitos de disponibilidade e aposentadoria, o tempo de serviço público federal, estadual ou municipal (Artigo 192). A norma é imperativa e dela se conclui que o cômputo não é total de tempo de serviço prestado a qualquer das entidades mencionadas, e a lei não dispõe na Lei Magna.

Pelo mesmo raciocínio, qualquer contagem em limites que ultrapasse o estabelecido não se ajuste, nem à letra, nem ao espírito da Constituição.

Dir-se-á que o núcleo central da disposição constitucional não é a regra concernente ao lapso de serviço, que isto será secundário, mas à equiparação, para efeitos de disponibilidade e aposentadoria, do serviço que se presta à União e será contado para o Estado, ou se preste ao Estado e será contado para a União, e assim por diante, comparando, também, o Município em relação à União ou ao Estado. Não é possível, entretanto, dissociar, para interpretações diferentes quanto aos seus efeitos, o que se relaciona com a fonte pagadora do serviço e o que concerne ao tempo computável.

Considerando-se, porém, em face do disposto no Projeto, que se manda contar, pelo dobro, o tempo de serviço federal, desde que é o prestado no período de 21 de abril de 1960 a igual data do ano de 1962, não havendo, pois, nenhuma pertinência com o tempo estadual ou municipal, impõe-se a evidência de que o tempo de serviço, ainda que federal, contado pelo dobro, altera, em benefício de uns contra outros, os termos rígidos em que a Constituição disciplina o instituto da aposentadoria.

No seu artigo 191 estão previstos, com efeito, dois tipos de aposentadoria, pelo decurso de tempo de serviço: a inatividade com vantagens integrais, aos trinta anos, se comprovada a invalidez do servidor, e a inatividade aos trinta e cinco anos independentemente de prova de invalidez. Aquela limite de trinta anos de serviço poderá ser reduzido, atendendo-se à natureza especial do serviço, é o que faculta o § 4º do mesmo artigo 191. Ora, esses termos estão fixados em função de um princípio, o da contagem de tempo e circunstâncias idênticas de prestação do serviço, que à lei ordinária não cabe modificar, a seu alvêdrio. Do contrário, estaria frustrada a intenção inofensível da Constituição de atribuir a aposentadoria dos funcionários regras que os igualem, ao invés de desigualar.

É verdade que a lei ordinária se permite majorar, além dos vencimentos integrais, de que também fala a Constituição, os proventos da aposentadoria aos trinta e cinco anos de serviço. Mas essa majoração, em verdade, não encontra obstáculo na letra da Constituição, visto que o § 1º do artigo 191 em que se consente ao funcionário requerer a sua aposentadoria se completados trinta e cinco anos de serviço não expressa que o deva ser com proventos iguais aos vencimentos, podendo, pois, ser maiores.

Resta encarar um aspecto do problema: conta-se em dobro o tempo de serviço prestado em operações de guerra, o que parecerá à primeira vista, anular os argumentos de paridade acima expostos. Estabelece, de fato, o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União (Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1962), que se conta integralmente, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, "o período de serviço ativo nas forças armadas, prestado durante a paz, computando-se pelo dobro o tempo em operações de guerra." A contagem em dobro do tempo de serviço de guerra é pacífica. Foi prudente o Estatuto reportando-se, não simplesmente a guerra, mas a operações de guerra, o que torna mais rigoroso o critério para se atingir da possibilidade de duplicar o cômputo. Essa cautela, todavia, não impediu que, mesmo depois da vigência do Estatuto, numerosas leis de favor, visando, sobretudo, aos militares, definissem como serviço de guerra o que, na realidade, nunca o seria. Mas o abuso não infirma a certeza de que a contagem em dobro se ajuste, perfeitamente, ao enunciado do art. 161 da Constituição vigente, onde se declara que "todos os brasileiros são obrigados (o grifo é nosso) ao serviço militar ou a outros encargos necessários à defesa da Pátria, nos termos e sob as penas da lei". Ao legislador ordinário não estaria vedada, portanto, a concessão do benefício em apreço. E mesmo aquelas leis de favor, as chamadas leis da praia, talvez encontrassem apoio nesse preceito constitucional, onde se distingue do serviço militar (também o em tempo de paz, é claro) o que seja "encargo necessário à defesa da Pátria", e é certo que muitas daquelas tarefas assim privilegiadas, caberiam nessa fórmula. Foram, em boa parte, "encargos necessários à defesa da Pátria."

Cumpra, por fim, ressaltar que um dos melhores tradutores contemporâneos do direito administrativo brasileiro — o Dr. Hely Lopes Mellores — adota o entendimento de que o limite da aposentadoria por tempo de serviço não pode ser aumentado pela Administração, além do fixado na Constituição Federal, mas pode ser reduzido "a benefício dos funcionários em geral". (Direito Administrativo Brasileiro — 1964). A lei é muito para pesar, na hipótese, porque o que o Projeto está objetivando é, afinal, encurtar o tempo de serviço para a aposentadoria, e isso por forma indireta. Mas em vez de o fazer para a totalidade ou a generalidade dos funcionários, como talvez o aceitasse aquele autor, fá-lo para uma parcela mínima do funcionalismo civil da União, e sem base em quaisquer fundamentos de natureza especial de serviço que lhes incumba. Se outras concessões desse fazer foram dadas a servidores do Legislativo ou do Judiciário, como se alega na apresentação do Projeto, o caso será para revogá-las, e nunca para multiplicá-las. Um mau precedente não justifica seguimento.

Foram estas, em suma, as razões que levaram a Comissão de Constituição e Justiça a desaprová-lo, de plano, a iniciativa constante do Projeto.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 1965. — Afonso Arinos, Presidente — Aloyso de Carvalho, Relator — Ar-

gemiro de Figueiredo — Bezerra Neto — Josaphat Marinho — Jefferson de Aguiar — Edmundo Levi.

VOTO EM SEPARADO DO SR RUY CARNEIRO

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 165, de 1963, que dispõe sobre a contagem em dobro do tempo de serviço prestado, entre 21 de abril de 1960 e igual data de 1962, pelos funcionários do Poder Executivo designado para ter exercício em Brasília.

Relator: Sr. Ruy Carneiro

O presente projeto, de autoria do ilustre Senador Eurico Rezende, visa a assegurar a contagem em dobro do tempo de serviço prestado, entre 21 de abril de 1960 e igual data de 1962, pelos funcionários do Poder Executivo, designados para ter exercício em Brasília.

Como se observa no art. 1º da proposição, a contagem em dobro diz respeito apenas a aposentadoria de funcionários do Poder Executivo, civis e militares, incluindo-se no âmbito dessa providência, certo, os servidores da administração descentralizada.

Justificando a proposição, entre outros tópicos, salienta o seu ilustre autor:

"Apenas os funcionários do Poder Executivo, civis e militares, permaneceram à margem desse benefício, o que representa uma clamorosa injustiça, pois que, se todos são iguais perante a lei, não se compreende, e muito menos se justifica, que uns servidores contem esse tempo em dobro, enquanto que outros, atuando no mesmo local e sujeitos, portanto, aos mesmos sacrifícios, estejam impedidos de contá-lo.

Essa desigualdade de tratamento, tanto mais injustificável se torna diante do fato de estarem os funcionários do Executivo, servindo em Brasília, sujeitos a dois expedientes, ao passo que os seus colegas, dos demais Poderes, estão obrigados a apenas um."

Como se vê, trata-se de estender aos funcionários do Poder Executivo Federal benefício já assegurado aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, à vista da similitude de situações entre eles existentes, ou seja: o exercício em Brasília no período compreendido entre 21 de abril de 1960 a 21 de abril de 1962.

Do ponto de vista jurídico-constitucional, como se observa, nada há que possa obstar a aprovação do projeto, razão pela qual opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 1964.

Parecer nº 1.297, de 1965

Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 252, de 1965 (nº 3.193-B, de 1965, na Câmara dos Deputados), que vincula, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, a Companhia de Navegação do São Francisco, Sociedade de Economia Mista.

Relator: Sr. Wilson Gonçalves

O presente projeto de lei, oriundo da Câmara dos Deputados, teve a sua origem na Mensagem nº 750, de 23 de setembro último, enviada ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo com anteprojeto de lei determinando a vinculação da Companhia de Navegação do São Francisco, Sociedade de Economia Mista, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, com manutenção do respectivo pessoal, no regime jurídico vigente na data da publicação da lei.

A organização da Companhia foi autorizada pela Lei nº 2.599, de 13 de agosto de 1955 (Plano Geral de

Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco, sob a jurisdição da Presidência da República.

Tratando, como se trata, de entidade específica, de transporte sobre águas interiores do território nacional, a vinculação da Companhia ao Ministério da Viação e Obras Públicas é perfeitamente justa e oportuna, a exemplo do que já se verifica com outras empresas semelhantes.

A Comissão de Projetos do Executivo, pelo que acima ficou dito é de parecer que o projeto deve ser aprovado.

Sala das Comissões, em 16 de novembro de 1965. — **João Agripino, Presidente** — **Wilson Gonçalves, Relator** — **Mem de Sá** — **Bezerra Neto** — **Jefferson de Aguiar** — **Edmundo Leal**.

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — O expediente lido vai à publicação.

A Presidência deferiu, hoje, os seguintes Requerimentos de Informações apresentados ontem: nº 741, de autoria do nobre Senador Lopes da Costa, endereçado ao Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social; nº 742, do nobre Senador José Ermírio, endereçado ao Sr. Ministro da Fazenda; do nobre Senador Vasconcelos Torres, do nº 743, endereçado ao Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores; nº 744, ao Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social; e nºs 745 e 746 ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas. (*Pausa*.)

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — Sobre a mesa, requerimentos de informações que vão ser lidos pelo Sr. Secretário.

São lidos os seguintes

Requerimento nº 748, de 1965

Sr. Presidente,

De conformidade com a letra regimental, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, Serviço de Proteção ao Recursos Naturais — se já foi feito o levantamento da reserva de madeiras de lei, existente em Parati, Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1965. — **Vasconcelos Torres**.

Requerimento nº 749, de 1965

Senhôr Presidente,

De conformidade com a letra regimental, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura — Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — se existem planos para a restauração da Igreja de São Benedito, em Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1965. — **Vasconcelos Torres**.

Requerimento nº 750, de 1965

Sr. Presidente,

De conformidade com a letra regimental, requero informe o Poder Executivo, através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sobre o levantamento estatístico da produção de banana, nos municípios de Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis, e Parati, Estado do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1965. — **Vasconcelos Torres**.

Requerimento nº 751, de 1965

Sr. Presidente,

De conformidade com a letra regimental, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Saú-

de — INERu — sobre a campanha de extermínio aos mosquitos, em Imbariê, Estado do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1965. — **Vasconcelos Torres**.

Requerimento nº 752, de 1965

Sr. Presidente,

De conformidade com a letra regimental, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, sobre medidas adotadas visando à defesa da bananicultura em Itaguaí, Angra dos Reis, Mangaratiba e Parati, Estado do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1965. — **Vasconcelos Torres**.

Requerimento nº 753, de 1965

Sr. Presidente,

De conformidade com a letra regimental, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas — DNER — qual o motivo de não ser entregue ao tráfico a ponte de cimento armado, construído há alguns meses sobre o Rio Macacu, na Estrada de Contorno Rio-Morá-Niterói?

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1965. — **Vasconcelos Torres**.

Requerimento nº 754, de 1965

Sr. Presidente,

De conformidade com a letra regimental, requero informe o Poder Executivo, através do Instituto do Açúcar e do Alcool, o seguinte:

- 1) Qual a produção nos anos de 62 a 1º semestre de 1965?
- 2) Qual o número de engenhos em funcionamento?
- 3) Que medidas estão sendo adotadas visando ao crescimento da produção de açúcar, já que o número de engenhos vem diminuindo de ano para ano?

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1965. — **Vasconcelos Torres**.

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — Os requerimentos lidos vão à publicação e, em seguida, serão despachados pela Presidência.

Há oradores inscritos. Tem a palavra o nobre Senador Ruy Carneiro.

O SR. RUY CARNEIRO:

(*Lê o seguinte discurso*) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, ao tentar prender a atenção desta Casa, por alguns minutos, sobre assunto relacionado com os problemas políticos de meu Estado, comporto-me dentro daquela mesma diretriz de ponderação e equilíbrio que tem sido um dos valores de meu culto pessoal na vida pública, nem sempre interpretado a meu favor.

Essa cautela se torna agora mais relevante, porquanto apareço como parte legitimamente interessada nas soluções, muito embora razões superiores e de ordem nacional constituam o imperativo irrecusável de minha decisão. Para esse aspecto preliminar e importante espero contar com a compreensão do Senado e, através dele, de toda a opinião pública do Brasil.

Quando as atenções do País se voltam, em sua totalidade, para os supremos destinos da Pátria, ora decididos com a nossa indeclinável participação, não seria justo trazer a debate qualquer tema que não estivesse proximoamente vinculado às decisões maiores, em cujas razões se encontram os rumos futuros desta Nação.

A esta altura de nossa experiência administrativa e parlamentar, nem um de nós, Senadores, ousaria discordar desta evidência: a de quanto é difícil manter incólume a democracia, sob o clima oscilante das crises econômicas, dos desajustes sociais e das expectativas obscuras de uma realidade internacional de tendências inesperadas. A manutenção do diálogo e da controvérsia política em terreno tão volúvel exige de todos nós considerável esforço pela permanência e inalterabilidade dos valores éticos básicos de nossa militância institucional.

Também, nos rendemos todos ao fato inegável de que, na obliquidade da Revolução que triunfou no Brasil e na base das limitações ora impostas ao exercício de determinadas prerrogativas, encontra-se o abuso dessas prerrogativas visando a objetivos muitas vezes dissimulados. A tolerância com que se deixou de obstar tal processo, fez com que este evoluísse para a erosão mais séria da crise institucional.

A partir do reconhecimento dessas verdades, foi que o Congresso Nacional ofereceu o suporte adequado a todas as medidas legais que, em nome do saneamento do regime, o Governo Revolucionário solicitou do Poder Legislativo. As medidas legais sucessivas, aqui apreciadas, tendentes a disciplinar um novo quadro político-administrativo para a atual realidade brasileira, contém a moldura jurídica para a prática de uma democracia ao nível das grandes aspirações das massas e do povo.

Entre esses diplomas legais com desiderato sanador, podemos citar a lei que estabeleceu o novo Código Eleitoral, a Lei das Inelegibilidades, e a Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Com esse complexo normativo, procurava-se escudar a democracia de todas as distorções comprometedoras de sua eficácia, representativa da vontade popular.

No âmbito dessa legislação, encontra-se o mesmo espírito que inspirou o movimento revolucionário, isto é, a idéia de uma democracia sem os vícios da corrupção e da subversão, sem a mácula do suborno e da fraude, sem as pressões econômicas privadas ou estatais, sem o abuso da autoridade. Demasiado seria lembrar aspectos mais normenizados dessa matéria, soavelmente conhecida de todos nós, e de cuja elaboração participamos.

Confesso, Sr. Presidente e Senhores Senadores, que, quando decidi candidatar-me ao Governo do Estado da Paraíba, por indicação das forças oposicionistas, minha confiança na suficiência da própria lei e no prestígio da autoridade que a originara era tamanha que, nem de longe, suspeitei que alguém pudesse, apoiando-se na condição de revolucionário, desafiar, abertamente, a Revolução, portandose de modo acintoso contra as leis criadas por sugestão revolucionária e contribuído para o descrédito, na opinião coletiva, da viabilidade de uma recuperação do espírito de justiça democrática, nas praxes políticas brasileiras.

Deixei o Senado, poucos dias de julho, em missão unificadora do Partido do qual era Presidente na Paraíba, o então Partido Social Democrático, arremetendo as oposições para uma luta eleitoral onde esperava encontrar o respeito às regras do jogo, sob arbitragem federal e debaixo da segurança cautelosa das Forças Armadas, contra qualquer tentativa de abandono dos caminhos legais.

Foi essa, aliás, a primeira orientação que estabeleci para a campanha. Desejava o respeito às instituições e à lei, o cumprimento rigoroso de todas as providências eleitorais, como também o atendimento às normas es-

tabelecidas em relação à contabilidade dos gastos com propaganda e o pleito. A propósito desse dispêndio, em atendimento a solicitação do Serviço Nacional de Informações, está sendo remetida pelos responsáveis pela administração da campanha, uma demonstração das aplicações de recursos, bem como da apropriação destes em cada fonte contribuinte.

Essa conduta dos partidos oposicionistas, pela qual me considero um dos principais responsáveis, levou-me à mais paradoxal das situações. Por cumprir a lei acusado de timidez, por confiar na Revolução fui chamado de "revolucionário". Percebendo a impopularidade da revolução durante a campanha, o candidato sturionista passou a criticá-la, desafiando-me a fazer o mesmo...

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o que aconteceu de profundamente grave e perturbador da ordem legal, não teve no candidato do Governo senão um protagonista secundário, embora conivente. O principal agente da ilegalidade eleitoral na Paraíba foi o Governador do Estado, já a essa altura celebrizado pela aventura corruptora e corrupta de um Governo de cerca de oito anos, que culminou, como era de esperar-se, num Inquérito Policial Militar, que ora tramita junto aos órgãos competentes.

Não quero trazer ao Plenário desta Casa um debate, que teria de alongar-se, sobre fatos que precisam ser transmitidos com minúcia a quem não conheceu nem acompanhou a campanha política pela sucessão governamental de meu Estado. Eles chegarão ao conhecimento dos ilustres Senadores oportunamente, pelo modo mais prático.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite-me Vossa Excelência um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com prazer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Na verdade, Vossa Excelência tem necessidade de trazer esses esclarecimentos em relação ao Governador do Estado, porquanto tais fatos foram, em tom escandaloso, anotados, criticados relatados por um Líder da extinta União Democrática Nacional, Deputado Luiz Bronzeado. Conhece Vossa Excelência esse móço. Sabe que ele vem lutando nas hostes udenistas há muitos anos. Ele próprio, na Câmara dos Deputados, relatou fatos os mais desabonadores à conduta do Governador do Estado, bem como atos por Sua Excelência praticados, qualificando-os de desonestos e improbos. Portanto Vossa Excelência não precisará estender-se a respeito da probidade desse Governador...

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço o aparte do eminente Senador Argemiro de Figueiredo, que, por sinal, com muita honra para mim, foi meu companheiro de chapa.

(*Retornando a leitura*) — Senhor Presidente, meu interesse, neste momento, é apenas o de trazer ao conhecimento do Senado a notícia de que, juntamente com o eminente Senador Argemiro de Figueiredo, estamos utilizando a via processual adequada junto ao Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, para, com abundantes provas e rigoroso suporte legal, contestar o resultado do pleito de 3 de outubro último, cuja nulidade, a esta altura, é indiscutível por força do abuso, da imoralidade, da ilegalidade, da fraude, da corrupção, do suborno praticados pelo Governo do Estado, resultando na distorção da vontade popular.

Estou certo de que correrrei o risco de ser apontado, como erro sendo peios que se sentem prejudicados com a minha atitude, de não saber perder

com elegância. Mas, será possível que depois de todas as provas de nobreza de propósitos e de comportamento corajoso, oferecidas durante a campanha, não tenha as condições de corer o risco de ser um "descelegante" na defesa da Lei e do Direito? Ou será que a elegância e prerrogativa dos vitoriosos, mesmo que essa vitória aparente seja o fruto da ofensa à Lei e ao Direito?

Senhor Presidente e Senhores Senadores: O espírito que presidiu à nossa decisão de apelar para a Justiça; o mesmo que informou aquela deliberação anterior justificadora de minha candidatura. Ainda mantendo a confiança na Lei e a certeza de que a validade dos textos legais só poderia manifestar-se quando submetida ao crivo dos tribunais. Ao invés de trazer para o Senado o debate sobre as questões eleitorais da Paraíba, prefiro retornar perante o povo brasileiro e perante a Federação, aqui representada, meu propósito de oferecer mais uma contribuição ao aperfeiçoamento das nossas instituições republicanas representativas entregando à decisão do Judiciário a conduta dos homens públicos face às leis que, em nome do povo, foram adotadas para disciplina de nossa vida democrática.

Confio na Justiça Eleitoral da nossa Pátria, entregue a ilustres magistrados; no Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba e no Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília.

Estou profundamente convencido de que seu pronunciamento final não atará em mim, no meu espírito de fé em suas práticas, a confiança de que a nova legislação eleitoral é esperada e intocada. Fols esse, Senhor Presidente e Senhores Senadores, representa o único meio e o último recurso para salvar o Brasil de plebiscitos realizados no velho e amaldiçoado sistema de fraude, de corrupção, de tolerância, de suborno, de condenável interferência do poder econômico e de desvio do poder da autoridade.

A Revolução, na essência dos motivos que a inspiraram, tem um impossível compromisso com o povo brasileiro aquêle de preparar o sistema representativo como legítima expressão da verdade eleitoral.

Assim, no que toca ao meu Estado com base nesse princípio inafastável, não há vencedores nem vencedores, enquanto o Poder Judiciário não julgar as provas. Os vencedores serão aqueles sobre os quais não recaia a pecha da corrupção e de fraude.

Ainda é cedo, portanto, para clarificar vitória na Paraíba.

Confiamos na Justiça Eleitoral. Proclamamos, neste momento o dever de obediência às regras do jogo democrático, em que se inclui a posse dos eleitos.

Aos eleitos sem a mácula da fraude, sem a mancha da ilegalidade, sem o labéu do suborno, sem o vício do poder abusivo, sem a elva da contrafação.

Confio, Senhor Presidente, na livre manifestação do Poder Judiciário do meu País. E essa esperança é a do povo brasileiro na Paraíba e em toda a nação. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há um grupo de sociólogos e de economistas que deseja resolver os problemas sociais e econômicos da humanidade com o controle artificial dos nascimentos.

Esse assunto tem preocupado alguns eminentes cientistas norte-americanos e teses mais avançadas en-

dereçam para a América Latina o objetivo dessa política, de vez que a expansão demográfica aqui regulamentada está chegando a limites imprevisíveis, e podendo ocasionar problema difícil, no que concerne à alimentação do povo. Mas essa tese é arrojada, anticristã, desumana e inacreditável.

Hoje, quando tomo conhecimento de que o Concílio Ecumênico, realizado em Roma, aceitou a indicação de um dos seus membros para condenar o controle artificial da natalidade, quero, Sr. Presidente, como brasileiro, congratular-me, por aquela sábia decisão, com os Cardeais, Bispos e Arcebispos de todo o mundo que repudiaram essa tese inumana e que estava encontrando prosélitos em diferentes partes do globo.

Com efeito, não é pelo lado simplista da eliminação sumária daqueles que podem vir ao mundo e participar, em número cada vez maior, das riquezas da humanidade, que se poderá conseguir a estabilidade social. Se Malthus provou, quando da enunciação de sua tese de que haveria de chegar o instante em que a população crescendo em progressão geométrica e os alimentos diminuindo em progressão aritmética, iria provocar um caos mundial, é verdade, por outro lado, que a ciência dispõe, hoje, de recursos imensos para que essa progressão geométrica no aumento da população seja acompanhada pelo aumento da produção, com os recursos tecnológicos que, a cada passo surgem, possibilitando a obtenção, em diferentes fontes, do indispensável à alimentação.

Agora mesmo tive oportunidade de constatar, em exposições científicas, nos Estados Unidos, que, no futuro, se podem buscar recursos alimentares desde as florestas indêssadas até o fundo do mar e, mesmo, em concepções inauditas, no próprio deserto.

Tendo ouvido o discurso de S.S. o Papa Paulo VI, na Assembleia Geral das Nações Unidas, em que o controle artificial da natalidade era profligado, e tomado conhecimento da decisão do Concílio Ecumênico que, na sessão de ontem, repudiou esse controle, como brasileiro, como representante de país integrante da América Latina, que era justamente a mais visada por essa política, caso fosse estabelecida, desta tribuna, a mais alta do País, quero congratular-me com o Concílio Ecumênico e em particular, com todos os povos da América Latina e com os cientistas que repudiaram e repudiam a teoria malthusiana. O mundo pode ser habitado por um número maior de pessoas, sem essa extirpação condenável que seria, acima de tudo, a condenação da própria humanidade. Era o que tinha a dizer. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o Sr. Senador Josaphat Marinha. (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Júlio Leite.

O SR. JÚLIO LEITE:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, venho a esta tribuna, para registrar nos Anais do Senado a passagem do centenário de nascimento de um varão, cujas atividades, no meu Estado, e no da Bahia, marcaram, pelo dinamismo de sua atuação e ousadas iniciativas, numa época, e cujo sobressaio se projetou pelo Brasil a fora e no estrangeiro, através de seus filhos — Melksedeck Amado.

Tanto mais se justifica a minha presença nesta tribuna, quando aqui, nesta Casa, pontificou o mais velho

dentre eles — o Embaixador Gilberto Amado. Na minha infância, que já vai bem recuada no tempo, numa das viagens de Aracaju ao Rio, num dos pequenos vapores de então, que escalavam em Salvador, Ilhéus, Caravelas e Vitória, conheci Melksedeck Amado. Verdade é que de forma imprecisa, mas guardo na memória a sua figura: pequeno porte, extrovertido, de uma simpatia irradiante. Viajava de Salvador para Ilhéus, onde possuía, se não me falha a memória, um hotel — o Hotel Coelho. A nós estudantes, voltando de férias, ele se impôs, e no decorrer dessa viagem, como uma exemplar figura humana, atraindo-nos todos em torno de sua pessoa, para ouvir-lhe a palavra fácil, e o encanto de sua prosa.

Mais tarde, colega de Academia de seu filho, o jornalista Gildo Amado, voltei a rever, em espírito, Melksedeck Amado, quando ambos comentávamos o livro de Gilberto Amado — "Suave Ascensão" onde há um soneto em que esse eminente homem de letras manifesta a sua carinhosa, admiração pelo pai.

Disse que Melksedeck Amado tinha ousadas iniciativas. Corre de norte a sul, pelo país, a história absolutamente verdadeira de uma proeza julgada impossível quando realizada. A cidade de Itaporanga, em Sergipe, onde Melksedeck Amado residia com sua família, não estava ligada aos maiores centros — Aracaju e Salvador, nem, por via férrea, nem por estrada de rodagem. E ele, com força, sobre-humana, em carrê de bol, em estradas, verdadeiras picadas, trouxe de Salvador para sua casa, em Itaporanga, um plano. Mas não parou aí o ousado empreendimento. Não sabendo música, ele mesmo, assobiando, ensinou uma de suas filhas a tocar.

Uma vida bem vivida, intensamente vivida. Mas que, graças à sua prole, não se perdeu no anonimato de tantas outras.

Quem no Brasil, no estrangeiro, de mediana cultura, pode ignorar a existência de Gilberto Amado?

Quem dentre nós, no nosso meio político, social, cultural e econômico desconhece Gilson, Genolino, Gildo, Gildásio e Genysson Amado?

Qual o brasileiro, ligado aos problemas do açúcar, que não conhece no Instituto do Açúcar e do Alcool a representante feminina, desse clã ilustre, D. Gene, a quem desejo, neste momento, render o meu prelo de admiração.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. JÚLIO LEITE — Com muito prazer.

O Sr. Vasconcelos Torres — O Senado da República não poderia ficar indiferente a essa efeméride. Já na Câmara dos Deputados o Deputado Lourival Batista assinalou esse centenário tão grato à família brasileira. Na Guanabara também. E, no meu Estado, a Assembleia Legislativa fluminense comemora este acontecimento tão importante. Acho que, neste instante, posso manifestar solidariedade a V. Exa., não apenas em meu nome mas no de todos os Senadores. Melksedeck Amado, cujo centenário comemoramos hoje, não foi apenas o chefe do clã dos Amados em Sergipe e na Bahia; passou a ser uma figura humana benquista, querida e admirada por quantos convivem com a literatura brasileira. Foi através das páginas memoráveis de um livro autobiográfico do Embaixador Gilberto Amado, uma das obras primas, das jóias da inteligência brasileira — o livro "Minha Infância" — que vi e estudei a importância de um chefe de família, naquela época, em Sergipe, com dezoto filhos e com uma

energia férrea, com uma capacidade de trabalho e mobilidade extraordinárias, que ora saía de São Cristóvão para Estância e depois para Itaporanga, com experiência comercial e, acima de tudo, com carinho não só pelos seus filhos mas também pelos seus antepassados.

Neste instante, relembro essas páginas imoriais da "Minha Infância", dêsse primoroso talento sul-americano, e poderia dizer do mundo, porque, ainda agora, na Assembleia Geral das Nações Unidas, tive oportunidade de ver que Gilberto Amado não é apenas um homem da delegação brasileira. Os juristas tanto dos Estados Unidos quanto da França, da Inglaterra, de todos os países, o procuraram para opiniões. V. Exa. deve ter justificado orgulho para esta comemoração — e é a voz mais autêntica para fazê-la — porque os Amados constituem o orgulho do Sergipe. Vê-se a expressão quase de uma bênção divina em todos os seus descendentes. Essa admirável D. Iná, que vi a todo instante nas páginas da "Minha Infância" e de quem ouvi, ainda recentemente, em Nova Iorque, o Embaixador Gilberto Amado dizer que foi a segunda mãe dos seus irmãos. Contou ele a mim, ao Embaixador Vasco Leitão da Cunha, ao Embaixador Sete Câmara e a outros o papel que D. Iná teve — papel suplementar — na educação dos irmãos menores. Esse esforço de Melksedeck Amado seria coroado de êxito porque todos os seus filhos, num ambiente hostil — V. Exa. sabe que estávamos saindo do colonialismo para a consolidação da vida brasileira — todos constituem uma constelação, são estrelas de primeira grandeza no cenário cultural do País. De Gilberto nem se precisa falar, porque é um verdadeiro sol. Gilson, que V. Exa. citou, esse desempenha um trabalho admirável na educação do povo brasileiro porque criou, pioneiramente, um serviço moderno de educação pela televisão e pelo rádio — a Universidade do Ar — e com as suas mesas — redondas fez seminários de cultura e educação política sem precedentes na América Latina. Genolino, Genysson, Gildásio. E Dona Gene Amado, desta, particularmente, poderia dar depoimento porque, no início de minha vida, trabalhei no Instituto do Açúcar e do Alcool e a conheci mantendo a mesma tradição de cultura e, hoje, é uma das funcionárias indispensáveis a todos os Presidentes, não só por versar vários idiomas mas por conhecer a legislação açucareira como ninguém, com uma capacidade de trabalho que é a base fundamental de todo esse admirável clã dos Amados. Eu me congratulo com V. Exa. Esta data não é, apenas, a de um chefe de família — é de um homem que soube imprimir aos seus descendentes um cunho de brasilidade. Soube sair de São Cristóvão, de Itaporanga, de Estância de todas aquelas áreas sergipanas onde atuou e, chegando à Bahia, depois, à Guanabara, e finalmente ao mundo. Isso, realmente, tem que ser admirado porque quando o pai cuida da educação dos filhos, os filhos podem, com o valor do exemplo que lhes foi legado, trabalhar como esses estão trabalhando. Por isso merecem esta homenagem que, V. Exa. vai-me permitir não lhe portence, apenas, Senador Júlio Leite, mas a todos nós a todos nós do Senado da República, que pela sua voz, reivindicamos o direito de prestar tão justa homenagem ao clã dos Amados, na pessoa do seu chefe, no dia de hoje.

O SR. JÚLIO LEITE — Muito obrigado a V. Exa.

Concluiu, Senhor Presidente, com essa frase lapidária do Diário de Notícias, de dias atrás... "Melksedeck

Amado, considerado o patriarca do império humano brasileiro, de raízes profundas nas letras, artes, ciências, educação, diplomacia, finanças e no meio militar".

O Sr. Ruy Carneiro — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JULIO LEITE — Pois não. O Sr. Ruy Carneiro — Solidarizo-me com V. Ex^a na homenagem a Melksedeck Amado, pai de grandes vultos da inteligência brasileira, os irmãos Gilberto Gilson, Genolino Amado, enfim, toda a família Amado, privilegiada pelo talento e cultura e pelos seus caracteres, que são dos melhores. V. Ex^a figura de destaque de Sergipe, deve orgulhar-se ao prestar esta homenagem. Conheci pessoalmente o Sr. Melksedeck Amado e sua grande esposa, figura extraordinária da mulher sergipana. Solidarizo-me com V. Ex^a, que é um grande Senador, na homenagem à prestigiosa família sergipana.

O SR. JULIO LEITE — Fico profundamente reconhecido pelas palavras de V. Ex^a. E termino, Sr. Presidente. — (Muito bem. Muito bem)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

- José Guilomard
Oscar Passos
Vivaldo Luna
Engenro Barros
Sebastião Archer
Joaquim Parente
João Agripino
Barros Carvalho
Pessoa de Queiroz
Heribaldo Vieira
Josephat Marinho
Raul Giuberti
Lino de Mattos
José Feliciano
Pedro Ludovico
Mello Braga
Athilo Fontana (17)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

E' lido o seguinte

Requerimento nº 755, de 1965

Tendo sido convidado a participar da Delegação do Brasil à Reunião Ex-

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em consequência, passa-se à imediata discussão e votação da seguinte:

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1964, que regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa, civil e penal no caso de abuso de autoridade.

Em discussão a redação final. Se nenhum dos Srs. Senadores de-clarar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos

Regula o Direito de Representação e o Processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade.

Congress. Nacio... decreta:

Art. 1º O direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal, contra as autoridades que, no exercício de suas funções, cometerem abusos, são regulados pela presente lei.

Art. 2º O direito de representação será exercido por meio de petição: a) dirigida à autoridade superior que tiver competência legal para julgar a autoridade civil ou militar culpada, a respectiva sanção;

b) dirigida ao órgão do Ministério Público que tiver competência para instaurar processo-crime contra a autoridade culpada;

traordinária da Organização dos Estados Americanos, a realizar-se próximamente na cidade do Rio de Janeiro, solicito me seja concedida autorização para desempenhar essa missão, nos termos do art. 49 da Constituição Federal e do art. 40 do Regimento Interno.

Eslaveço que deverei estar ausente do Senado durante cerca de 15 dias. Sala das Sessões, 17 de novembro de 1965. — Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O requerimento que acaba de ser lido depende de parecer da Comissão de Relações Exteriores, à qual será enviado, para o devido exame, devendo ser submetido à apreciação do Plenário ao fim da sessão de hoje.

Sobre a mesa requerimento de urgência que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

E' lido o seguinte

Requerimento nº 756, de 1965

Nos termos do art. 330, letra b, do Regimento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Resolução nº 83, de 1965, que altera o art. 160 da Resolução nº 6, de 1960.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1965. — Barros de Carvalho — Wilson Gonçalves — Raul Giuberti.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O requerimento de urgência que acaba de ser lido será votado ao fim da Ordem do Dia, nos termos do Regimento.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte

Requerimento nº 757, de 1965

Nos termos dos arts. 211, alínea p e 315, do Regimento Interno, requero dispensa de publicação para a imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1964.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1965. — Guido Mondim.

do art. 315-A, do Regimento Interno. O projeto vai à sanção.

E' a seguinte a redação final aprovada:

Parecer nº 1.298, de 1965

Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1964 (nº 952-C-56, na Casa de origem).

Relator: Sr. Antônio Carlos

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1964 (nº 952-C-56, na Casa de origem), que regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal, nos casos de abuso de autoridade.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1965. — Antônio Carlos, Presidente e Relator — Sebastião Archer — Josephat Marinho — Walfredo Guipet

Parágrafo único. A representação será feita em duas vias e conterá a exposição do fato constitutivo do abuso de autoridade, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado e o rol de testemunhas, no máximo de três, se as houver.

Art. 3º Constitui abuso de autoridade qualquer atentado;

- a) à liberdade de locomoção;
b) à inviolabilidade do domicílio;
c) ao sigilo da correspondência;
d) à liberdade de consciência e de crença;
e) ao livre exercício do culto religioso;
f) à liberdade de associação;
g) aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício do voto;
h) ao direito de reunião;
i) à incolumidade física do indivíduo.

Art. 4º Constitui também abuso de autoridade:

- a) ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder;
b) submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei;
c) deixar de comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa;
d) deixar o juiz ordenar o relaxamento de prisão ou detenção ilegal que lhe seja comunicada;
e) levar à prisão e nela deter quem quer que se proponha a prestar fiança, permitida em lei;
f) cobrar o carcereiro ou agente de autoridade policial carceragem, custas, emolumentos ou qualquer outra despesa, desde que a cobrança não tenha apoio em lei, quer quanto à espécie, quer quanto ao seu valor;
g) recusar o carcereiro ou agente de autoridade policial recibo de importância recebida a título de carceragem, custas, emolumentos ou de qualquer outra despesa;
h) o ato lesivo da honra ou do patrimônio de pessoa natural ou jurídica, quando praticado com abuso ou desvio de poder ou sem competência legal.

Art. 5º Considera-se autoridade, para os efeitos desta lei, quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil, ou militar, ainda que transitória e sem remuneração.

Art. 6º O abuso de autoridade sujeitará o seu autor à sanção administrativa civil e penal.

§ 1º A sanção administrativa será aplicada de acordo com a gravidade do abuso cometido e consistirá em:

- a) advertência;
b) repreensão;
c) suspensão do cargo, função ou posto por prazo de cinco a cento e oitenta dias, com perda de vencimentos e vantagens;
d) destituição de função;
e) demissão;
f) demissão, a bem do serviço público.

§ 2º A sanção civil, caso não seja possível fixar o valor do dano, consistirá no pagamento de uma indenização de quinhentos a dez mil cruzeiros.

§ 3º A sanção penal será aplicada de acordo com as regras dos artigos 42 a 56 do Código Penal e consistirá em:

- a) multa de cem a cinco mil cruzeiros;
b) detenção por dez dias a seis meses;
c) perda do cargo e a inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública por prazo até três anos.

4º As penas previstas no parágrafo anterior poderão ser aplicadas autônoma ou cumulativamente.

§ 5º Quando o abuso for cometido por agente de autoridade policial, civil ou militar, de qualquer categoria, poderá ser cominada a pena autônoma ou acessória, de não poder o acusado exercer funções de natureza policial ou militar no município da culpa, por prazo de um a cinco anos.

Art. 7º Recebida a representação em que for solicitada a aplicação de sanção administrativa, a autoridade civil ou militar competente determinará a instauração de inquérito para apurar o fato.

§ 1º O inquérito administrativo obedecerá às normas estabelecidas nas leis municipais, estaduais ou federais, civis ou militares, que estabelecerem o respectivo processo.

§ 2º Não existindo no município, no Estado ou na legislação militar normas reguladoras do inquérito administrativo serão aplicadas, supletivamente, as disposições dos arts. 219 a 225 da Lei nº 1.711, de 23 de novembro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União).

§ 3º O processo administrativo não poderá ser sobrestado para o fim de aguardar a decisão da ação penal ou civil.

Art. 8º A sanção aplicada será anotada na ficha funcional da autoridade civil ou militar.

Art. 9º Simultaneamente com a representação dirigida à autoridade administrativa ou independentemente dela, poderá ser promovida, pela vítima do abuso, a responsabilidade civil ou penal ou ambas, da autoridade culpada.

Art. 10. As ações civis e penais serão autônomas, não havendo nenhuma influência de um julgado sobre o outro.

Art. 11. A ação civil serão aplicáveis as normas do Código do Processo Civil.

Art. 12. A ação penal será iniciada, independentemente de inquérito policial ou justificação, por denúncia do Ministério Público, instruída com a representação da vítima do abuso.

Art. 13. Apresentada ao Ministério Público a representação da vítima, aquele, no prazo de quarenta e oito horas, denunciará o réu, desde que o fato narrado constitua abuso de autoridade, e requererá ao Juiz a sua citação, e, bem assim, a designação de audiência de instrução e julgamento.

§ 1º A denúncia do Ministério Público será apresentada em duas vias.

Art. 14. Se a ato ou fato constitutivo do abuso de autoridade houver deixado vestígios o ofendido ou o acusado poderá:

a) promover a comprovação da existência de tais vestígios, por meio de duas testemunhas qualificadas;

b) requerer ao Juiz, até setenta e duas horas antes da audiência de instrumento e julgamento, a designação de um perito para fazer as verificações necessárias.

§ 1º O perito ou as testemunhas farão o seu relatório e prestarão seus depoimentos verbalmente, ou o apresentarão por escrito, querendo, na audiência de instrução e julgamento.

§ 2º No caso previsto na letra g deste artigo a representação poderá conter a indicação de mais duas testemunhas.

Art. 15. Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia requerer o arquivamento da representação, o Juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa de representação ao Procurador Geral e este oferecerá a denúncia, ou designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la ou insistirá no arquivamento, ao qual só então deverá o Juiz atender.

Art. 16. Se órgão do Ministério Público não oferecer a denúncia no prazo fixado nesta lei, será admitida ação privada. O órgão do Ministério Público poderá, porém, adiar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva e intervir em todos os termos do processo, interpor recursos e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.

Art. 17. Recebidos os autos, o Juiz, dentro do prazo de quarenta e oito horas, proferirá despacho, recebendo ou rejeitando a denúncia.

§ 1º No despacho em que receber a denúncia, o Juiz designará, desde o dia e hora para a audiência de instrução e julgamento, que deverá ser realizada, improrrogavelmente, dentro de cinco dias.

§ 2º A citação do réu para se ver processar, até julgamento final e para comparecer à audiência de instrução e julgamento, será feita por mandado suscinto que, será acompanhado da segunda via da representação e da denúncia.

Art. 18. As testemunhas de acusação e defesa poderão ser apresentadas em Juízo, independentemente de intimação.

Parágrafo único. Não serão deferidos pedidos de precatória para a audiência ou a intimação de testemunhas ou salvo o caso previsto no artigo 14, letra "b", requerimentos para a realização de diligências, perícias ou exames, a não ser que o Juiz, em despacho motivado, considere indispensáveis tais providências.

Art. 19. A hora marcada, o Juiz mandará que o porteiro dos auditórios ou o oficial de justiça declare aberta a audiência, apregoando em seguida o réu, as testemunhas, o perito, o representante do Ministério Público ou o advogado que tenha subscrito a queixa e o advogado ou defensor do réu.

Parágrafo único. A audiência somente deixará de realizar-se se ausente o Juiz.

Art. 20. Se até meia hora depois da hora marcada o Juiz não houver comparecido, os presentes poderão retirar-se, devendo o ocorrido constar do livro de termos de audiência.

Art. 21. A audiência de instrução e julgamento será pública, se contrariamente não dispuser o Juiz, e realizar-se-á em dia útil, entre dez (10) e deztoito (18) horas, na sede do Juízo ou, excepcionalmente, no local que o Juiz designar.

Art. 22. Aberta a audiência o Juiz fará a qualificação e o interrogatório do réu, se estiver presente.

Parágrafo único. Não comparecendo o réu nem seu advogado, o Juiz nomeará imediatamente defensor para funcionar na audiência e nos ulteriores termos do processo.

Art. 23. Depois de ouvidas as testemunhas e o perito, o Juiz dará a palavra sucessivamente, ao Ministério Público ou ao advogado que houver subscrito a queixa e ao advogado ou defensor do réu, pelo prazo de quinze minutos para cada um, prorrogável por mais dez (10), a critério do Juiz.

Art. 24. Encerrado o debate, o Juiz proferirá imediatamente a sentença.

Art. 25. Do ocorrido na audiência o escrivão lavrará no livro próprio lido pelo Juiz, termos que conterá, em resumo, os depoimentos e as alegações da acusação e da defesa, os requerimentos e, por extenso, os despachos e a sentença.

Art. 26. Subscreverão o termo o Juiz, o representante do Ministério Público ou o advogado que houver subscrito a queixa, o advogado ou defensor do réu e o escrivão.

Art. 27. Nas comarcas onde os meios de transporte forem difíceis e não permitirem a observância dos prazos fixados nesta lei, o Juiz poderá aumentá-los, sempre motivadamente, até o dobro.

Art. 28. Nos casos omissos, serão aplicáveis as normas do Código de Processo Penal, sempre que compatíveis com o sistema de instrução e julgamento regulado por esta lei.

Parágrafo único. Das decisões, despachos e sentenças, caberão os recursos e apelações previstas no Código de Processo Penal.

Art. 29. Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está esgotada a matéria do Expediente.

Presentes 38 Srs. Senadores.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 255, de 1965 (nº 3.196-B-65 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que altera a legislação sobre o imposto de renda, e dá outras providências, tendo Pareceres, sob número 1.265, das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças, favorável, com as emendas que oferece, sob números 1 a 9-CPE-CF, com votos vencidos, quanto à emenda nº 2, dos Senhores Senadores Aurélio Vianna e Wilson Gonçalves, e dependendo de pronunciamento da Comissão e Constituição e Justiça sobre o projeto e as emendas da Comissão de Projetos do Executivo e de Finanças sobre as emendas de Plenário.

Solicito o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e as emendas. (Pausa.)

O Relator da Comissão de Constituição e Justiça não se encontra no plenário. Enquanto se aguarda o seu comparecimento, passa-se ao item 2, da Ordem do Dia:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 104, de 1965, de autoria da Comissão Diretora, que põe à disposição do Governo do Estado de Pernambuco o Auxiliar Legislativo, PL-9, Nilson Roberto Novaes Carneiro Campêlo.

Em discussão o projeto. Não havendo quem peça a palavra, declaro-a encerrada.

Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. O projeto voltará à Comissão Diretora, para a redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 104, DE 1965

Põe à disposição do Governo do Estado de Pernambuco o Auxiliar Legislativo, PL-9, Nilson Roberto Novaes Carneiro Campêlo.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É posto à disposição do Governo do Estado de Pernambuco, sem vencimentos, nos termos do artigo 300, item I, do Regulamento da Secretaria, o Auxiliar Legislativo, PL-9, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Nilson Roberto Novaes Carneiro Campêlo.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — As matérias relativas aos itens 3 e 4 são de votação por escrutínio secreto. De acordo com o Regimento Interno, a Mesa transfere-as para o final da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama).

Item 5:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo número 110, de 1963, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Francisco Moreno da Silva e sua mulher, Maria do Carmo Oliveira, tendo Pareceres favoráveis, sob números 1.225, 1.226 e 1.227, de 1963, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto irá à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 110, DE 1963

Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Francisco Moreno da Silva e sua mulher Maria do Carmo Oliveira.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o contrato celebrado, em 17 de abril de 1947, entre o Ministério da Agricultura e Francisco Moreno da Silva e sua mulher Maria do Carmo Oliveira, para fins de irrigação agrícola na sua propriedade, denominada "Penha", situada no município de Iguatu, Estado do Ceará, nos termos dos Decretos-Leis nºs 1.498, de 9 de agosto de 1939, e 3.782, de 30 de outubro de 1941.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama)

Item 6:

Discussão, em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 233-B, de 1965, na Casa de origem), que aprova o Acordo sobre Transportes Aéreos, assinado entre o Brasil e a Argentina, em 2 de junho de 1948, tendo Pareceres favoráveis (nºs 1.246 a 1.248, de 1965) das Comissões — de Relações Exteriores; — de Transportes, Comunicações e Obras Públicas e — de Finanças.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto irá à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 34, de 1965

(Nº 233-B-65, NA CASA DE ORIGEM)

Aprova o Acordo sobre Transportes Aéreos, assinado entre o Brasil e a Argentina, em 2 de junho de 1948.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o Acordo sobre Transportes Aéreos, assinado entre o Brasil e a Argentina em 2 de junho de 1948.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

ACORDO SOBRE TRANSPORTES AEREOS REGULARES ENTRE O GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL E O GOVERNO DA REPUBLICA ARGENTINA.

O Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Argentina, considerando:

- que as possibilidades sempre crescentes da aviação comercial são de importância cada vez mais relevante;
- que esse meio de transporte, pelas suas características essenciais, permitindo ligações rápidas, proporciona melhor aproximação entre as nações;
- que é conveniente organizar, por forma segura e ordenada, os serviços aereos internacionais regulares, sem prejuizo dos interesses nacionais e regionais, tendo em vista o desenvolvimento da cooperação internacional no campo dos transportes aereos;
- que é sua aspiração chegar a um convenio geral multilateral, que venha a reger todas as nações em materia de transporte aereo internacional;
- que, enquanto não for celebrado esse convenio geral multilateral, de que ambos sejam partes, torna-se necessaria a conclusão de um Acordo destinado a assegurar comunicações aereas regulares entre os dois países, nos termos da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, concluída em Chicago, aos 7 dias de dezembro de 1944;
- designaram, para esse efeito, Plenipotenciários, os quais, depois de haverem trocado seus Plenos Poderes, achados em boa e devida forma, e tendo em conta os convenios que cada um haja anteriormente celebrado, acordaram as disposições seguintes:

Y OBRIV

As Partes Contratantes concedem-se reciprocamente os direitos especificados no presente Acordo e seu Anexo, a fim de que se estabeleçam os serviços aereos internacionais regulares nele descritos, e doravante referidos

Artigo II

1 - Qualquer dos serviços convencionados poderá ser iniciado imediatamente ou em data posterior, a critério da Parte Contratante a qual os direitos são concedidos, mas não antes que:

- a) a Parte Contratante, a qual os mesmos tenham sido concedidos haja designado uma empresa ou empresas aereas de sua nacionalidade para todas ou cada uma das rotas especificadas;
- b) a Parte Contratante que concede os direitos tenha dado a necessária licença do funcionamento a empresa ou empresas aereas em questão, o que fara sem demora, observadas as disposições do parágrafo nº 2 deste artigo e as do artigo VI.

2 - As empresas aereas designadas poderão ser chamadas a provar perante as autoridades aeronauticas da Parte Contratante que concede os direitos, que se encontram em condições de satisfazer os quesitos prescritos pela leis e regulamentos normalmente aplicados por essas autoridades ao funcionamento de empresas aereas comerciais.

Artigo III

Com o fim de evitar práticas discriminatórias e de respeitar o principio de igualdade de tratamento:

1 - As taxas ou outros direitos fiscaes que uma das Partes Contratantes imponha ou permita que sejam impostos a empresa ou empresas aereas designadas pela outra Parte Contratante para o uso de aeroportos e outras facilidades não serão superiores ás cobradas pelo uso de tais aeroportos e facilidades por aeronaves de sua bandeira empregadas em serviços internacionais semelhantes.

2 - Os combustiveis, oleos lubrificantes e sobressalentes introduzidos no territorio de uma Parte Contratante ou postos a bordo de aeronaves da outra Parte Contratante nesse territó-

rio, quer diretamente por uma empresa aerea por esta designada, quer por conta de tal empresa destinados unicamente ao uso de suas aeronaves, gozarão do tratamento dado as empresas nacionais ou as empresas da nação mais favorecida, no que respeita a direitos aduaneiros, taxas de inspeção ou outros direitos e encargos nacionais.

3 - As aeronaves de uma das Partes Contratantes utilizadas na exploração dos serviços convencionados e os combustiveis, oleos lubrificantes e sobressalentes, equipamento normal e provisões de bordo, enquanto a bordo e para utilização de tais aeronaves, gozarão de isenção de direitos aduaneiros, taxas de inspeção e direitos ou taxas semelhantes, no territorio da outra Parte Contratante, mesmo que venham a ser utilizados pelas aeronaves em vôo naquele territorio.

4 - As utilidades enumeradas no parágrafo precedente e que gozem da isenção aí estabelecida, não poderão ser depositadas em terra sem a aprovação das autoridades aduaneiras da outra Parte Contratante. Até a sua reexportação ou uso essas utilidades ficarão sob a fiscalização aduaneira da outra Parte Contratante, o que, todavia, não poderá dificultar a sua utilização.

Artigo IV

Os certificados de navegabilidade, as cartas de habilitação e licenças concedidos ou validados por uma das Partes Contratantes, que ainda estejam em vigência, serão reconhecidos como válidos pela outra Parte Contratante, para os fins de exploração dos serviços convencionados. As Partes Contratantes se serevam o direito de não reconhecer, com respeito ao sobrevôo de seu territorio, as cartas e licenças concedidas a seus nacionais pela outra Parte Contratante ou por um terceiro Estado.

Artigo V

1 - As leis e regulamentos de uma Parte Contratante, relativamente a entrada, permanência e saída de seu territorio das aeronaves empregadas na navegação aerea internacional ou relativos a exploração e navegação de ditas aeronaves, dentro dos limites do mesmo territorio, aplicar-se-ão as aeronaves da empresa ou empresas designadas pela outra Parte Contratante.

2 - As leis e regulamentos de cada uma das Partes Contratantes relativos a entrada, permanência e saída de seu territorio de passageiros, tripulações ou carga de aeronaves, tais como os concernentes a entrada, despacho, imigração, passaportes, alfândegas e quarentena, aplicar-se-ão aos passageiros, tripulantes e carga das aeronaves empregadas nos serviços convencionados.

Artigo VI

As Partes Contratantes reservam-se a faculdade de negar uma licença de funcionamento a uma empresa aerea designada pela outra Parte Contratante ou de revogar tal licença, quando não julgarem suficientemente caracterizado que uma parte substancial da propriedade e o controle efetivo da referida empresa estejam em mãos de nacionais da outra Parte Contratante ou em casos de inobservância, por essa empresa aerea, das leis e regulamentos, ou das condições sob as quais os direitos foram concedidos em conformidade com este Acordo e seu Anexo.

Artigo VII

As infrações de disposições legais ou regulamentares, que não constituam delito e hajam sido cometidas no territorio ou espaço aereo sobrejacente de uma das Partes Contratantes, serão comunicadas ás autoridades aeronauticas da outra Parte Contratante, a fim de que estas promovam o cumprimento das obrigações decorrentes dessas infrações, sob pena de ser impedido o responsável de fazer parte das tripulações que transmitem por seu territorio, sem prejuizo das combinações

pecuniárias porventura impostas. Nas investigações a que se procederem para a apuração de tais infrações, as respectivas autoridades aeronauticas enviarão esforços para que não seja afetada a regularidade dos serviços convencionados.

Artigo VIII

As Partes Contratantes reservam-se a faculdade de substituir, por outras empresas aereas nacionais, a ou as empresas aereas originariamente designadas, dando prévio aviso a outra Parte Contratante. A nova empresa designada aplicar-se-á a todas as disposições do presente Acordo e seu Anexo.

Artigo IX

Caso qualquer das Partes Contratantes deseje modificar os termos do Anexo ao presente Acordo ou usar da faculdade prevista no artigo VI supra, a mesma promoverá consulta entre as autoridades aeronauticas das duas Partes Contratantes, devendo tal consulta ser iniciada dentro do prazo de sessenta (60) dias, a contar da data da notificação respectiva.

Quando as referidas autoridades concordarem em modificar o Anexo, tais modificações entrarão em vigor, depois de confirmadas por troca de notas por via diplomática.

Artigo X

1 - As autoridades aeronauticas de ambas as Partes Contratantes resolverão, de comum acordo, em base de reciprocidade, todas as questões referentes a execução deste Acordo, seu Anexo e Quadros de Rotas, consultando-se, de tempos em tempos, a fim de assegurarem a aplicação e execução satisfatória de seus principios e finalidades.

2 - As divergencias entre as Partes Contratantes, relativas a interpretação ou aplicação do presente Acordo e seu Anexo, que não possam ser resolvidas por meio de consulta, serão submetidas a juizo arbitral, a escolha das Partes Contratantes.

Artigo XI

Qualquer das Partes Contratantes poderá em qualquer tempo, notificar a outra de sua decisão de rescindir este Acordo. Previamente, deverá solicitar consulta a outra Parte Contratante. Transcorridos sessenta (60) dias, a contar da data da notificação respectiva, sem que se haja chegado a entendimento, a Parte Contratante confirmará a sua denuncia mediante a correspondente notificação, que será feita simultaneamente a Organização de Aviação Civil Internacional. Cessará a vigência deste Acordo seis (6) meses depois da data do recebimento da notificação pela outra Parte Contratante, a menos que seja a mesma retirada, por acordo, antes da expiração do prazo. Se não for acusado o recebimento da notificação pela Parte Contratante, a quem foi dirigida, entender-se-á haver sido recebida quatorze dias depois de o haver sido pela Organização de Aviação Civil Internacional.

Artigo XII

Ao entrar em vigor uma convenção multilateral de aviação, que houver sido ratificada pelas duas Partes Contratantes, o presente Acordo e seu Anexo ficarão sujeitos ás modificações decorrentes dessa convenção multilateral.

Artigo XIII

O presente Acordo substitui qualquer licença, privilégios ou concessões porventura existentes ao tempo de sua assinatura, outorgados a qualquer título, por uma das Partes Contratantes em favor de empresas aereas da outra Parte Contratante.

Artigo XIV

O presente Acordo e todos os contratos relativos ao mesmo, que o complementou ou modifiquem, serão re-

gistrados na Organização de Aviação Civil Internacional.

Artigo XV

Para o fim de aplicação do presente Acordo e seu Anexo:

1 - A expressão "autoridades aeronauticas" significará, no caso dos Estados Unidos do Brasil, o Ministro da Aeronautica, e, no caso da República Argentina, o Secretario de Aeronautica ou, em ambos os casos, qualquer pessoa ou órgão que esteja autorizado a exercer as funções aos mesmos atribuídas;

2 - A expressão "empresa aerea designada" significará qualquer empresa que uma das Partes Contratantes tiver escolhido para explorar os serviços convencionados, em uma ou mais das rotas especificadas, e a cujo respeito tiver sido feita uma comunicação por escrito ás autoridades aeronauticas competentes da outra Parte Contratante, segundo o disposto no artigo 2º do presente Acordo;

3 - A expressão "necessidade de trafico" significará a procura de trafico de passageiros, carga e ou correio, expressa em toneladas métricas quilômetros entre os pontos extremos dos serviços convencionados;

4 - A expressão "capacidade de uma aeronave" significará a carga útil destinada a fim comerciais;

5 - A expressão "capacidade de transporte oferecida" significará o total das capacidades das aeronaves utilizadas em cada um dos serviços convencionados, a um fator de carga razoável, multiplicado pela frequência com que operem em dado periodo;

6 - a expressão "rota aerea" significará o itinerario estabelecido seguido por uma aeronave que realize um serviço regular para o transporte público de passageiros, carga e ou correio;

7 - Considera-se trafico brasileiro-argentino o que provem, originariamente, do territorio brasileiro e é carregado, com ultimo destino real, ao territorio argentino, assim, como aquele que provem, originariamente, do territorio argentino e é carregado, com ultimo destino real, ao territorio brasileiro, seja transportado por empresas nacionais de um ou outro país ou por empresas de outras nacionalidades;

8 - A expressão "serviço aereo internacional regular" significará o serviço internacional executado por empresas aereas designadas, com frequência uniforme, segundo horários e rotas preestabelecidos, aprovados pelos Governos interessados.

Artigo XVI

O presente Acordo será ratificado ou aprovado, conforme o caso, segundo as disposições constitucionais de cada Parte Contratante, e entrará em vigor a partir do dia da troca de ratificações, o que deverá realizar-se o mais breve possível. Até essa oportunidade e desde a data da sua assinatura, entrará em vigor provisoriamente, nos limites das atribuições administrativas de cada Parte Contratante.

Em testemunho do que os Plenipotenciários designados por ambas as Partes Contratantes, firmam e selam em dois exemplares o presente Acordo, de um mesmo teor, nos idiomas português e espanhol, igualmente válidos, na cidade do Rio de Janeiro, aos 2 dias do mês de junho de 1948. — *Raul Fernandes. — Armando Trompowsky. — Juan I. Cooke. — Enrique A. Ferreira.*

ANEXO

I

O Governo dos Estados Unidos do Brasil concede ao Governo da República Argentina o direito de explorar, por intermédio de uma ou mais empresas aereas por este designadas, serviços aereos entre os territorios da Argentina e Brasil ou através de seus

territórios, nas rotas especificadas no Quadro I deste Anexo, sem fazer cabotagem no território brasileiro.

II

O Governo da República Argentina concede ao Governo dos Estados Unidos do Brasil o direito de explorar, por intermédio de uma ou mais empresas por este designadas, serviços aéreos entre os territórios do Brasil e Argentina, ou através de seus territórios nas rotas especificadas no Quadro II deste Anexo, sem fazer cabotagem no território argentino.

III

a) A empresa ou empresas de transporte aéreo designadas pelas Partes Contratantes, segundo os termos do Acordo e do presente Anexo, gozarão no território da outra Parte Contratante, em cada uma das rotas especificadas, no direito de trânsito e de pouso para fins não comerciais nos aeroportos abertos ao tráfego internacional, bem como do direito de embarcar e desembarcar tráfego internacional de passageiros, carga e mala postal, nos pontos enumerados nas rotas especificadas.

b) Fica reconhecida às Partes Contratantes, em caráter especial, dada a situação geográfica dos dois países, a faculdade de exercer os direitos contidos nesta cláusula, nas extensões de suas linhas a pontos aquém dos seus respectivos territórios.

c) Todo o estabelecido precedentemente fica sujeito, em seu exercício, às condições reguladoras prescritas na Seção IV.

IV

a) A capacidade de transporte oferecida pelas empresas aéreas das duas Partes Contratantes deverá manter uma estreita relação com as necessidades do tráfego.

b) Um tratamento justo e equitativo deverá ser assegurado às empresas aéreas designadas das duas Partes Contratantes, para que possam gozar de igual oportunidade na oferta dos serviços convenencionados.

c) As empresas aéreas designadas pelas Partes Contratantes deverão tomar em consideração, quando explorarem rotas ou seções comuns duma rota, os seus interesses mútuos, a fim de não afetarem indevidamente os respectivos serviços.

d) Os serviços convenencionados terão por objetivo principal oferecer uma capacidade adequada às necessidades do tráfego entre o país a que pertence a empresa e o território da outra Parte Contratante, sem prejuízo do direito especial estabelecido na letra b) da Seção III, e dentro do prescrito no inciso e seguinte.

e) O direito de uma empresa aérea designada de embarcar e desembarcar, nos pontos e rotas especificados, tráfego internacional com destino a ou proveniente de terceiros países, será exercido em caráter complementar das necessidades do tráfego, entre cada um destes terceiros países e uma das Partes Contratantes. Em caso de objeção de alguns desses terceiros países, celebrar-se-ão consultas, a fim de aplicar estes princípios no caso concreto.

f) A capacidade de transporte oferecida deverá guardar relação com as necessidades da zona pela qual passa a linha aérea, respeitados os interesses da zona pela qual passa a linha aérea, respeitados os interesses dos serviços locais e regionais.

V

As Autoridades Aeronáuticas das Partes Contratantes consultar-se-ão a pedido de uma delas, a fim de verificar se os princípios enunciados na Seção IV supra estão sendo observados pelas empresas aéreas designadas

pelas Partes Contratantes e, em particular, para evitar que o tráfego seja desviado em proporção injusta de qualquer das empresas designadas. Serão levadas na devida conta as estatísticas correspondentes ao tráfego, as quais se comprometem a realizar e permutar periodicamente.

VI

a) As tarifas fixar-se-ão a níveis razoáveis, tomados em consideração todos os fatores relevantes e, em particular, o custo de exploração, lucros razoáveis, tarifas cobradas pelas outras empresas e as características de cada serviço, tais como velocidade e conforto.

b) As tarifas a cobrar pelas empresas aéreas designadas de cada uma das Partes Contratantes, entre pontos no território argentino e pontos no território brasileiro, mencionados nos quadros anexos, deverão ser submetidas à aprovação prévia das Autoridades Aeronáuticas: para que entrem em vigor. A tarifa proposta deverá mínimo, antes da data prevista para a sua vigência, podendo esse período ser reduzido, em casos especiais, se assim for acordado, pelas referidas Autoridades Aeronáuticas.

c) As tarifas a cobrar pelas empresas aéreas designadas por uma das Partes Contratantes, quando servirem pontos compreendidos em rotas comuns entre o território da outra Parte Contratante e terceiros países, não serão inferiores às cobradas nesses setores da rota pela outra Parte Contratante a esses terceiros países.

Para os setores das rotas especificadas nos Quadros deste Anexo, que compreendam pontos situados dentro dos territórios de cada uma das Partes Contratantes e terceiros países, pontos que não estejam situados sobre rotas comuns, as tarifas a aplicar serão submetidas à aprovação prévia das Autoridades Aeronáuticas da Parte Contratante em cujo território se encontrem situados esses pontos, de acordo com as normas estabelecidas no inciso anterior.

d) Com o conhecimento das respectivas Autoridades Aeronáuticas, as empresas das Partes Contratantes entender-se-ão sobre as tarifas para passageiros e carga a aplicar nas seções comuns de suas linhas, após consulta, se for caso disso, às empresas aéreas de terceiros países que explorem os mesmos percursos no todo ou em parte.

e) As recomendações da Associação Internacional de Transportes Aéreos (I.A.T.A.) serão tomadas em consideração para fixação das tarifas.

f) No caso de não poderem as empresas chegar a acordo sobre as tarifas a fixar, as Autoridades Aeronáuticas competentes das duas Partes Contratantes esforçar-se-ão por chegar à solução satisfatória. Em último caso, proceder-se-á em conformidade com o disposto no artigo X do Acordo.

g) As tarifas de outros serviços internacionais, que sirvam pontos entre as duas Partes Contratantes não poderão ser inferiores às que as empresas destas últimas cobrarem sobre as mesmas rotas e entre os respectivos territórios.

VII

Qualquer alterações de pontos nas rotas mencionadas nos Quadros anexos, excetuadas as de pontos servidos no território da outra Parte Contratante, não serão consideradas como modificações do Anexo. As Autoridades Aeronáuticas de cada uma das Partes Contratantes poderão, por conseguinte, proceder unilateralmente a uma tal modificação, sempre que sejam disto notificadas, sem demora, as Autoridades Aeronáuticas da outra Parte Contratante.

Se estas últimas Autoridades, considerados os princípios enunciados na

Seção IV do presente Anexo, julgarem os interesses de suas empresas aéreas nacionais prejudicados pelas empresas da outra Parte Contratante, por já estar assegurado o tráfego entre o seu próprio território e a nova escala em terceiros países, as Autoridades Aeronáuticas de ambas as Partes Contratantes consultar-se-ão a fim de chegarem a um acordo satisfatório.

VIII

a) Para os fins da presente Seção, a expressão "mudança de bitola" em uma escala determinada significa que, além desse ponto, o tráfego na rota considerada é assegurada pela mesma empresa aérea com uma aeronave diferente da que fora utilizada na mesma rota antes da escala referida.

b) A mudança de bitola que se justifique por motivos de economia de exploração será permitida em qualquer ponto do território das duas Partes Contratantes mencionadas nos Quadros anexos.

c) A mudança de bitola não será permitida, entretanto, no território de uma ou outra das Partes Contratantes, caso a mesma venha a alterar as características de exploração dos serviços convenencionados; ou caso seja incompatível com os princípios enunciados no presente Acordo e seu Anexo, e especialmente, com a Seção IV do mesmo Anexo.

d) Em princípio, nos serviços provenientes do país de matrícula da aeronave, a partida das aeronaves utilizadas após a mudança de bitola só se deverá realizar em conexão com a chegada das aeronaves utilizadas até o ponto de mudança; igualmente, a capacidade da aeronave utilizada após a mudança de bitola será determinada em função do tráfego que chegar ao ponto de mudança com destino além deste.

e) Quando houver disponibilidade de uma certa capacidade na aeronave utilizada após uma mudança de bitola, efetuada de acordo com as disposições da alínea d) supra, essa capacidade poderá ser atribuída, em ambos os sentidos, ao tráfego internacional proveniente de ou destinado ao território no qual se realizou a mudança e dentro do autorizado no inciso e da Seção IV deste Anexo.

IX

Depois de entrar em vigor o presente Acordo, as Autoridades Aeronáuticas de ambas as Partes Contratantes deverão comunicar uma à outra, com a possível brevidade, as informações relativas às autorizações dadas às respectivas empresas aéreas designadas para explorarem os serviços convenencionados ou parte de ditos serviços. Essa troca de informações incluirá especialmente cópia das autorizações concedidas, acompanhadas de eventuais modificações, assim como dos respectivos anexos.

X

a) Durante um prazo inicial de seis (6) meses a contar da assinatura do presente Acordo e seu Anexo, as empresas designadas por ambas as Partes Contratantes operarão com as frequências que se estabeleceram, mediante troca de notas diplomáticas.

b) Transcorrido o dito prazo, as Autoridades Aeronáuticas de ambas as Partes Contratantes comunicar-se-ão reciprocamente, 15 (quinze) dias, no mínimo, antes do início dos novos serviços e, para fins de sua aprovação, os seguintes dados: horários, frequências e tipos de aeronaves a utilizar. Para idêntico fim, deverão comunicar uma à outra, igualmente, toda eventual modificação.

c) Qualquer aumento de frequência não poderá ser negado se as estatísticas acusarem que, durante o período de seis (6) meses anterior ao

aumento proposto, a utilização da capacidade oferecida pelas aeronaves da empresa aérea designada se fez com um fator de carga médio de cinquenta por cento (50%).

Caso surja qualquer dúvida a respeito do cumprimento ou não dessa condição as Autoridades Aeronáuticas de ambas as Partes Contratantes promoverão consulta, como está previsto na Seção V deste Anexo. Enquanto se processa essa consulta e até o prazo máximo de cento e vinte (120) dias, a nova frequência poderá ser executada; se porém, esse prazo for vencido sem que se tenha chegado a um acordo a frequência solicitada será imediatamente suspensa, até que a questão seja resolvida.

XI

Cada empresa de navegação aérea designada, salvo disposição contrária da Autoridade Aeronáutica competente, poderá manter nos aeroportos da outra Parte Contratante seu próprio pessoal técnico e administrativo. Oitenta por cento (80%), no mínimo, do pessoal de cada categoria (técnica, administrativo e operário) deve ser da nacionalidade do país em cujo território estejam localizados os aeroportos.

Qualquer dúvida ou divergência suscitada sobre este ponto será resolvida pelas Autoridades Aeronáuticas do país a que pertencerem os aeroportos.

QUADRO I

Rotas Argentinas para o Brasil e Através do Território Brasileiro

A) Rotas argentinas com destino ao território brasileiro:

1 — De Buenos Aires para o Rio de Janeiro, via Montevideo, Porto Alegre e São Paulo, em ambos os sentidos.

2 — De Buenos Aires para o Rio de Janeiro, via Assunção e Guaira, em ambos os sentidos.

B) Rotas através do território brasileiro:

1 — Buenos Aires, Rio de Janeiro, Recife ou Natal e mais além para terceiros países da África (Dacar, Bathurst ou outro ponto do Atlântico), e na Europa para Madrid, Paris, Londres, e possível extensão a Copenhague, Oslo e Estocolmo, em ambos os sentidos.

2 — Buenos Aires, Rio de Janeiro, Recife ou Natal e mais além para terceiros países na África (Dacar, Bathurst ou outro ponto do Atlântico) e na Europa para Madrid, Roma, com possível extensão a Genebra, Frankfurt ou Berlim, em ambos os sentidos.

3 — Buenos Aires, Rio de Janeiro, (via Porto Alegre e São Paulo), Belém (via Barreiras) para terceiros países mais além nas Caraíbas e América do Norte, segundo rotas razoavelmente diretas, em ambos os sentidos.

QUADRO II

Rotas Brasileiras Para a Argentina e Através do Território Argentino

A) Rotas brasileiras com destino ao território argentino:

1 — Do Rio de Janeiro para Buenos Aires, via São Paulo, Porto Alegre e Montevideo, em ambos os sentidos.

2 — Do Rio de Janeiro para Buenos Aires, via Guaira e Assunção, em ambos os sentidos.

B) Rotas através do território argentino:

1 — Rio de Janeiro para Santiago do Chile, via Guaira e Assunção, com pouso técnico, eventual, em Córdoba ou Mendoza, em ambos os sentidos.

2 — Rota variante de emergência: Rio de Janeiro, via Guaira, Assun-

ção, Salta, Antofagasta, para Lima ou Santiago, com pouso técnico eventual em Salta, em ambos os sentidos.

PROTOCOLO DE ASSINATURA

No curso das negociações que terminaram com a assinatura do Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares entre os Estados Unidos do Brasil e a República Argentina concluído no Rio de Janeiro em data de hoje, os representantes das duas Partes Contratantes mostraram-se de acordo sobre os seguintes pontos:

1 - As Autoridades alfandegárias, de polícia, de imigração e de saúde das duas Partes Contratantes aplicação do modo mais simples e rápido as disposições previstas nos Artigos III e V do Acordo a fim de evitar qualquer atraso no movimento de aeronaves empregadas nos serviços convenionados. Esta consideração será levada em conta na aplicação e na elaboração dos regulamentos respectivos.

2 - A faculdade de recusar ou de revogar uma autorização a uma empresa aérea designada por uma das Partes Contratantes poderá ser exercida pela outra Parte Contratante conforme as disposições do Artigo VI do Acordo, caso as tripulações das aeronaves empregadas pela mesma empresa incluam membros que não sejam naturais da primeira Parte Contratante.

A presença de naturais de terceiros países nas tripulações será admitida, todavia, para fins de instrução e treinamento do pessoal navegante.

3 - As escalas que utilizarão a ou as empresas aéreas designadas pela República Argentina, nas suas linhas para os países das Caraíbas e América do Norte, serão comunicadas logo que sejam acordados com os Estados Unidos da América, os Quadros de rotas respectivos.

Em testemunho do que os Plenipotenciários designados por ambas as Partes Contratantes, firmam e selam em dois exemplares, de um mesmo teor, do presente Protocolo, nos idiomas português e espanhol, igualmente válidos, na cidade do Rio de Janeiro, aos 2 dias do mês de junho de 1964. — Raul Fernandes — Armando Rompowsky — Juan I. Cooke — Enrique A. Ferreira.

ATA FINAL DA I REUNIAO DE CONSULTA AERONAUTICA BRASIL - ARGENTINA.

As Delegações do Brasil e da República Argentina reunidas em Consulta aeronáutica, de 9 a 24 de setembro de 1964, concordam em definir e estabelecer as bases para um amplo e duradouro entendimento nas relações aeronáuticas entre os dois países.

A Delegação do Brasil, em face da solicitação da Delegação argentina, manifestou que, visto que na opinião da autoridade aeronáutica brasileira o Acordo sobre Transportes Aéreos de 1948 regula adequadamente o intercâmbio aeronáutico entre os dois países, adotaria as medidas necessárias à sua pronta ratificação pelo Governo brasileiro.

Outrossim, foi convencionado o seguinte:

I - Serviços na rota para os EUA

1) Introdução de uma quarta frequência da empresa argentina na rota B-3 do Quadro de Rotas argentino, assegurado o direito da empresa brasileira de igualmente operar quatro frequências semanais com quadrireatores na mesma rota;

2) Inversão da terminal de Buenos Aires nos serviços do transportador brasileiro para os EUA, de modo que esse transportador possa operar entre pontos no Brasil para Montevideu e Buenos Aires ou Buenos Aires e Montevideu. Esses pontos — Montevideu

e Buenos Aires ou Buenos Aires e Montevideu — podem ser operados em qualquer das frequências, alternadamente ou não;

3) O transportador argentino poderá substituir o seu equipamento, utilizando aeronaves da mesma capacidade do transportador brasileiro na rota, substituição que se efetuará automaticamente com a apresentação do horário; nessa oportunidade ambas autoridades aeronáuticas realizarão os entendimentos necessários para que as aeronaves de suas respectivas bandeiras que operam na rota o façam sem restrições ou limitações, quanto ao número de assentos utilizáveis.

II - Serviços na rota para a Europa.

1) Introdução de uma quarta frequência da empresa brasileira na rota que atualmente opera para a Europa, com aeronaves DC-1, com capacidade de 110 assentos utilizáveis;

2) Prolongamento dos serviços da empresa brasileira de Buenos Aires para Santiago do Chile, em ambos sentidos, em dois dos vôos de suas frequências, sujeito às regulamentações estabelecidas pela Argentina para o tráfego regional nesse trecho;

3) Inclusão da escala de São Paulo na rota B-1 do quadro de rotas argentinas para a Europa;

4) O transportador argentino poderá substituir seu equipamento, utilizando aeronaves da mesma capacidade do transportador brasileiro na rota, substituição que se efetuará automaticamente com a apresentação do horário; nessa oportunidade ambas autoridades aeronáuticas realizarão os entendimentos necessários para que as aeronaves de suas respectivas bandeiras que operam na rota o façam sem restrições ou limitações, quanto ao número de assentos utilizáveis.

III - Serviços regionais.

1) A Cruzeiro do Sul operará:
a) Três frequências com aeronaves Caravelle, com sessenta e quatro assentos. A substituição do equipamento se efetuará automaticamente com a apresentação do horário;
b) Duas frequências com aeronaves Convair 440, de 44 assentos.

A empresa brasileira, dentro das frequências convenionadas, poderá substituir os equipamentos aqui indicados, desde que não exceda a capacidade que lhe foi outorgada.

2) A Aerolíneas Argentina poderá no tráfego regional:

a) 4 frequências com aeronaves Caravelle, com 80 assentos;
b) 4 frequências com aeronaves AVRO de 40 assentos;

A empresa argentina, dentro das frequências convenionadas, poderá substituir os equipamentos aqui indicados, desde que não exceda a capacidade oferecida pela empresa brasileira no tráfego regional.

IV - As autoridades dos dois países se comprometem a examinar o pedido do aumento de frequências e a concedê-los obedecendo aos seguintes critérios:

1) Conceder-se-á o aumento de frequência quando o índice de ocupação, segundo os princípios do acordo, o justifique;

2) O exame do índice de ocupação será feito relativamente a cada uma das empresas que operam na rota;

3) Quando uma empresa opere ao mesmo tempo serviços regionais e de longo percurso para aplicar os princípios precedentes, se procederá a uma análise dos fatores de ocupação em cada tipo de serviço.

Esses critérios serão aplicados sem prejuízo do estabelecido na sessão IV, item b) do Anexo.

V - Excetuadas as alterações mencionadas na presente Ata permanecem todas as condições em que são operados os serviços dos transportadores dos dois países.

VI - A Delegação Argentina manifestou que levaria ao conhecimento do seu Governo o pedido da Delegação do Brasil no sentido de que, nas eventuais modificações ao atual regulamento do tráfego, no trecho regional, Santiago-Buenos Aires, que se aplica aos terceiros transportadores, se determine para os transportadores brasileiros, um tratamento similar ao que recebem no Brasil as empresas argentinas.

VII - Plano de rotas.

1) As rotas previstas no Anexo respectivo serão modificadas no sentido de estabelecer:

Rotas brasileiras: "Pontos em território brasileiro para"

Rotas argentinas: "Pontos em território argentino para"

V - Tarifas.

1) A tarifa de excursão fica suprimida nos serviços regionais;

2) Aplicar-se-á para as aeronaves Convair 240, 340 e 440 e AVRO o mesmo índice tarifário adotado para a tarifa denominada "Classe B";

3) As aeronaves Caravelle, empregadas pelas empresas dos dois países no tráfego regional serão autorizadas a aplicar a tarifa da Classe Econômica das aeronaves a jato, que será aprovada imediatamente pelas autoridades brasileiras e argentinas, tão logo apresentada por qualquer uma dessas empresas, sem prejuízo do resultado a que puderem chegar em um entendimento todas as empresas dos dois países, interessadas na rota.

4) A tarifa das aeronaves Comet para os serviços de longo percurso para os EUA, por suas características especiais, terá um diferencial tarifário nas seguintes condições:

a) O diferencial será de 10% incidindo sobre as tarifas econômicas fixadas pela IATA para as aeronaves a jato, que será aprovada imediatamente pelas autoridades brasileiras ao ser apresentada pela Aerolíneas Argentinas;

b) O diferencial será aplicado nos serviços de Buenos Aires para os EUA, através do Brasil;

c) Esse diferencial não será aplicado nas tarifas de primeira classe, nem no trecho compreendido entre o Brasil e a Argentina;

d) O diferencial em apreço será aplicado uniformemente nos trechos Argentina-EUA e Brasil-EUA modificações posteriores exigirão a concordância das duas Partes.

e) Até que se concluíam os entendimentos previstos no número 5) seguinte os governos dos dois países aprovarão as tarifas ou reajustarão as atualmente existentes, na conformidade do diferencial agora aprovado.

5) Os dois governos comprometem seus esforços para que sejam analisados multilateralmente todos os problemas tarifários que afetem ao mercado em uma reunião em que participam os países interessados;

6) Os dois Governos se comprometem a envidar esforços para o estabelecimento da ordem tarifária nos dois mercados;

7) Os dois países aplicarão e reconhecerão as sanções que forem aplicadas na forma da legislação de cada uma das Partes aos transportadores que infringirem as tarifas fixadas.

IX - Escalas nos serviços regionais.

1) A Aerolíneas Argentinas poderá utilizar o aeroporto de Congonhas na cidade de São Paulo em seus serviços regionais com aeronaves AVRO;

2) As autoridades dos dois países se comprometem a examinar o problema das escalas nos serviços regionais para dar-lhes características especiais, inclusive no tocante aos aeroportos a serem utilizados, e a realizar esforços para lograr esse objetivo.

Brigadeiro João Arelano dos Passos, Chefe da Delegação do Brasil -

Vice-Comodoro José Luiz Vals, Chefe da Delegação Argentina

X - SERVIÇOS NAO REGULARES DE TRANSPORTES DE CARGA

As duas Delegações analisaram dificuldades que se apresentam para a realização dos serviços não regulares de transporte aereo de carga por parte das empresas de ambos países.

Verificaram que na diferenças nas respectivas regulamentações aeronáuticas. No entanto, e necessário um procedimento interno em cada país, acordando ambas Delegações que essas medidas podem ser tomadas dentro de um programa de 90 dias, a contar da data em que se assina essa Ata Final.

As Delegações do Brasil e Argentina concordaram em assentar nesta Reunião as bases em que poderia ser acordado o entendimento definitivo que se persegue:

1) Cada autoridade aeronáutica indicará à outra as empresas de sua bandeira que se encontram autorizadas a realizar esses serviços entre os aeroportos internacionais dos dois países;

2) As duas autoridades aeronáuticas observarão o critério de adequar, em linhas gerais, a oferta a demanda previsível desse tipo de tráfego;

3) Não obstante o exposto no item 1) quanto aos aeroportos a serem utilizados, ambos os países examinarão a possibilidade e a conveniência de estender a operação desses serviços a todos os aeroportos abertos ao tráfego público, com a condição de que a entrada e a saída do respectivo país seja realizada através de um aeroporto aduaneiro;

4) As duas Delegações concordaram na possibilidade de estabelecer o seguinte critério para a realização desse serviço:

a) Cada país examinará, de acordo com os seus regulamentos, as empresas indicadas pela outra Parte para determinar se essas empresas cumprem os requisitos genericamente exigidos para esse fim;

b) Uma vez recebida a indicação e procedido o exame dos requisitos mencionados na alínea anterior, a empresa indicada poderia efetuar os vôos respectivos, mediante uma simples comunicação à ambas as autoridades aeronáuticas;

c) O estabelecido nas alíneas a) e b) somente será outorgado mediante a necessária reciprocidade.

As duas Delegações concordaram em que durante o assinado prazo de 90 dias, as autoridades aeronáuticas respectivas atenderiam favorável e expeditamente os pedidos das empresas de bandeira brasileira e argentina para realizar serviços não regulares. Para tais efeitos, tão logo finalizada a presente Consulta, cada Parte notificará a outra sobre as empresas de sua bandeira atualmente autorizadas a realizar serviços não regulares entre os dois países nas condições do item 1).

Em prova de conformidade, se subscrevem, pelos Presidentes das duas Delegações, dois exemplares de um mesmo texto em idioma espanhol e português, ambos igualmente autênticos, em Buenos Aires, aos vinte e quatro de setembro de 1964.

Brig. João Arelano dos Passos, Chefe da Delegação do Brasil.

Vice-Comodoro José Luiz Vals, Chefe da Delegação Argentina

PLANO I

Rotas Argentinas para o Brasil através do território brasileiro

A) Rotas argentinas com destino ao território brasileiro:

1 - Pontos na Argentina para o Rio de Janeiro, via Montevideu e ou

Pôrto Alegre e/ou São Paulo em ambos os sentidos.

2 — Pontos na República Argentina para o Rio de Janeiro, via Assunção, Curitiba, em ambos os sentidos.

3 — Pontos na República Argentina para São Paulo e/ou São Paulo em ambos os sentidos.

B) Rotas através do território brasileiro:

1 — Pontos na República Argentina, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife ou Natal e além para terceiros países na África (Dakar, Bathurst ou outro ponto no Atlântico) e na Europa para Madrid, Paris, Londres e possível extensão em Copenhague, Oslo e Estocolmo, em ambos os sentidos.

2 — Pontos na República Argentina, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife ou Natal e além para terceiros países na África (Dakar, Bathurst ou outro ponto do Atlântico) e na Europa para Madrid, Roma com possível extensão a Genebra, Frankfurt ou Berlim, em ambos os sentidos.

3 — Pontos na República Argentina, Rio de Janeiro, Via Pôrto Alegre e São Paulo, Belém (Via Barreiras) para terceiros países além no Caribe e América do Norte, segundo rotas razoavelmente diretas, em ambos os sentidos.

PLANO II

Rotas brasileiras para a Argentina e através do território argentino

A) Rotas brasileiras com destino ao território argentino:

1 — Pontos no Brasil para Buenos Aires, via Montevideu, em ambos os sentidos.

Nota: Os serviços que se destinem aos Estados Unidos podem operar Montevideu e Buenos Aires ou Buenos Aires e Montevideu, nessa rota.

2 — Pontos no Brasil para Buenos Aires, via Assunção em ambos os sentidos.

C) Rotas através do território argentino:

1) Pontos no Brasil para Santiago do Chile, via Assunção, com pouso técnico eventual em Cordoba, em ambos os sentidos.

2 — Rota variante de emergência: Pôrto no Brasil, via Assunção, Salta, Antofagasta, para Lima e Santiago com pouso técnico eventual em Salta, em ambos os sentidos.

3 — Pontos no Brasil para Montevideu, Buenos Aires e Santiago em ambos os sentidos.

Nota: Os trechos Buenos Aires-Santiago se operam nos serviços para Europa.

As escalas em terceiros países podem deixar de ser operadas, a critério de quaisquer das partes, conforme ao procedimento estabelecido no Acôrdo.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Item 7:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 232-B de 1965 na Casa de origem), que aprova o Acôrdo que estabelece um regime provisório aplicável a um sistema comercial mundial de comunicações por satélite, e respectivo Acôrdo Especial, concluído em Washington, em 20 de agosto de 1964, e assinado pelo Brasil em 4 de fevereiro de 1965. Pareceres favoráveis (nº 1.238 a 1.241, de 1965) das Comissões de Relações Exteriores; de Transportes, Comunicações e Obras Públicas; de Segurança Nacional e de Finanças.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerra-se a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

O projeto irá à Comissão de Redação.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 35, de 1965

(Nº 232-B-65, NA CASA DE ORIGEM)

Aprova o Acôrdo que estabelece um regime provisório aplicável a um sistema comercial mundial de comunicações por satélite, e respectivo Acôrdo Especial, concluído em Washington, em 20 de agosto de 1964, e assinado pelo Brasil em 4 de fevereiro de 1965.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o Acôrdo que estabelece um regime provisório aplicável a um sistema comercial mundial de comunicações por satélite, e respectivo Acôrdo Especial, concluídos em Washington, em 20 de agosto de 1964, e assinados pelo Brasil em 4 de fevereiro de 1965.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

ACORDO QUE ESTABELECE UM REGIME PROVISÓRIO APLICÁVEL A UM SISTEMA COMERCIAL MUNDIAL DE TELECOMUNICAÇÕES POR SATELITE

Os Governos signatários do presente Acôrdo,

Recordando o princípio enunciado na Resolução nº 1.721 (XVI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, segundo a qual os meios de comunicações por satélites devem ser postos, assim que possível, à disposição de todas as nações, sem discriminação e numa base mundial;

Desejando criar um único sistema comercial mundial de telecomunicações por satélites; para aperfeiçoar a rede universal de telecomunicações, estender os serviços de telecomunicações a todas as regiões do mundo e, assim, contribuir para a compreensão e paz mundial;

Decididos, para este fim, a assegurar, para o bem de todas as nações e por meio das técnicas mais aperfeiçoadas, o serviço mais eficaz e econômico possível, compatível com a utilização racional e equitativa das gamas de frequência radioelétricas;

Acreditando que as comunicações por satélites devem ser organizadas de tal maneira que todos os Estados possam ter acesso ao sistema mundial, e que aqueles que o desejem possam nele investir capitais com consequente participação no projeto, desenvolvimento, construção (inclusive fornecimento de material), colocação, manutenção, operação e propriedade do sistema;

Acreditando ser desejável concluir um regime provisório que preveja a criação de um único sistema comercial mundial de telecomunicações por satélites no mais breve prazo possível, enquanto aguardam a elaboração do regime definitivo referente à organização de um sistema deste gênero;

Convieram no seguinte:

Artigo I

(a) As Partes do presente Acôrdo cooperarão, nos termos dos princípios enunciados no Preâmbulo do presente Acôrdo, no projeto, desenvolvimento, construção, colocação, manutenção e operação do seguimento espacial do sistema comercial mundial de telecomunicações por satélite, segundo o seguinte programa:

(i) sua fase experimental e operacional no curso da qual se prevê a utilização de um ou vários satélites que deverão ser postos em órbita sincrônica em 1965;

(ii) fases sucessivas no curso das quais serão utilizados satélites de tipo a ser determinado, a fim de assegurar os elementos básicos de um serviço mundial no segundo semestre de 1967;

(iii) tais aperfeiçoamentos e extensões do sistema que o Comitê criado pelo Artigo IV do presente Acôrdo venha a decidir sob reserva das disposições do Artigo VI do presente Acôrdo.

(b) Para os fins do presente Acôrdo,

(i) o termo "seguimento" designará não só os satélites de comunicações como também o equipamento e as instalações de conserto, o controle comando e facilidades pertinentes, necessárias ao funcionamento dos satélites de telecomunicações;

(ii) os termos "projeto" e "desenvolvimento" também se referem à pesquisa.

Artigo II

(a) Cada Parte deverá assinar ou designar o organismo de telecomunicações público ou privado habilitado a assinar o Acôrdo Especial que estará aberto à assinatura ao mesmo tempo que o presente Acôrdo. As relações entre o organismo de telecomunicações desta forma designado e a Parte que o designou serão regidas pela legislação interna do país interessado.

(b) As Partes do presente Acôrdo prevêem que, sob reserva das disposições de suas legislações internas, as administrações e as companhias de telecomunicações negociarão e concluirão diretamente os acordos de tráfego apropriados, relativos à respectiva utilização dos circuitos de telecomunicações previstos pelo sistema, e que serão estabelecidos segundo as disposições do presente Acôrdo, bem como dos serviços destinados ao público, das instalações, repartição de dividendos e disposições comerciais afins.

Artigo III

O seguimento espacial será propriedade indivisível dos signatários do Acôrdo Especial, na proporção das respectivas despesas com o projeto, desenvolvimento, construção e colocação do seguimento espacial.

Artigo IV

(a) Um Comitê provisório de telecomunicações por satélites, doravante denominado "o Comitê", será criado pelo presente Acôrdo para executar a cooperação prevista no Artigo I. O Comitê será encarregado do projeto, desenvolvimento, construção, colocação, manutenção e operação do setor especial do sistema, e, em particular exercerá as funções e terá os poderes enunciados no presente Acôrdo e no Acôrdo Especial.

(b) O Comitê será constituído da seguinte maneira: um representante para cada signatário do Acôrdo Especial cuja cota não seja inferior a 1,5 %, e um representante por dois ou mais signatários do Acôrdo Especial cuja soma de cotas não seja inferior a 1,5 %, os quais convirão em ficar, assim, representados.

(c) No exercício das funções de caráter financeiro que lhe forem atribuídas pelo presente Acôrdo e pelo

Acôrdo Especial, o Comitê será assistido por um subcomitê financeiro consultivo, o qual será criado pelo Comitê logo que entre em funcionamento.

(d) O Comitê terá a faculdade de criar qualquer outro subcomitê consultivo que julgar conveniente.

(e) Nenhum signatário ou grupo de signatários do Acôrdo Especial poderá ser privado de sua representação no Comitê em razão de reduções efetuadas de conformidade com o Artigo XII (c) do presente Acôrdo.

(f) Para os fins do presente Acôrdo a palavra "cota", quando se tratar de um signatário do Acôrdo Especial, significará a percentagem mencionada ao lado de seu nome no Anexo do Acôrdo Especial, ou tal como modificada no presente Acôrdo e no Acôrdo Especial.

Artigo V

(a) Cada signatário ou grupo de signatários do Acôrdo Especial representado no Comitê disporá de um número de votos igual à cifra de sua cota ou da soma de suas cotas, conforme for o caso.

(b) O "quorum" necessário para cada reunião do Comitê ficará constituído por representantes que tenham, no total, um número de votos superior a pelo menos 8,5% dos votos do representante com o maior número de votos.

(c) O Comitê esforçar-se-á para agir unanimemente; contudo, caso o não consiga, tomará sua decisão por maioria de votos expressos. Para as seguintes questões e sob reserva dos parágrafos (d) e (e) do presente Artigo, a decisão deverá contar com o apoio de representantes cujo número total de votos seja superior pelo menos a 12,5% dos votos do representante que dispuser do maior número de votos:

(i) escolha do tipo ou dos tipos do seguimento espacial a ser estabelecido;

(ii) definição das normas gerais para a aprovação das estações terrestres que deverão ter acesso ao seguimento espacial;

(iii) aprovação dos orçamentos por categorias principais;

(iv) revisão das contas de conformidade com o artigo 4 (c) do Acôrdo Especial;

(v) estabelecimento de taxas unitárias de pagamento de utilização do sistema de satélites de conformidade com o Artigo 9 (a) do Acôrdo Especial;

(vi) decisões relativas às contribuições suplementares de conformidade com o Artigo 6 (b) do presente Acôrdo;

(vii) aprovação de concessão dos contratos de conformidade com o Artigo 10 (c) do Acôrdo Especial;

(viii) aprovação das questões relativas ao lançamento dos satélites de conformidade com o Artigo 10 (d) do Acôrdo Especial;

(ix) aprovação das cotas de conformidade com o Artigo 12 (a) (ii) do presente Acôrdo;

(x) estabelecimento das condições financeiras de adesão de conformidade com o Artigo 12 do presente Acôrdo;

(xi) decisões relativas à denúncia de conformidade com o Artigo 11 (a) e (b) do presente Acôrdo e do Artigo 4 (d) do Acôrdo Especial;

(xii) recomendação de emendas de conformidade com o Artigo 15 do Acôrdo Especial.

(xiii) adoção do regulamento interno do Comitê e dos subcomitês consultivos;

(xiv) aprovação de uma remuneração apropriada para ser paga à Sociedade para a execução de serviços de gerência de conformidade com o Artigo 5 (c) e 9 (b) do Acôrdo Especial.

(d) Se, após a expiração do prazo de sessenta dias a partir da data em que lhe for apresentada, para decisão, uma questão sobre o tipo de seguimento espacial a ser criado e fim de realizar o objetivo previsto no parágrafo (a) (ii) do Artigo I do presente Acordo, o Comitê não tomar nenhuma decisão sobre o assunto, tal decisão poderá ser tomada com o apoio dos representantes cujo número total de votos seja superior a 85 % dos votos do representante que dispuser do maior número de votos.

(e) Se o Comitê, após a expiração do prazo de sessenta dias a partir da data em que lhe for apresentada para decisão uma das seguintes questões relativas à consecução dos objetivos previstos nos parágrafos (a) (i) e (a) (ii) do Artigo I do presente Acordo, não houver aprovado.

(i) qualquer categoria particular do orçamento de conformidade com o parágrafo (c) (iii) do presente Artigo;

(ii) a concessão de qualquer contrato particular de conformidade com o parágrafo (c) (vii) do presente artigo ou

(iii) qualquer questão particular relativa ao lançamento de satélites de conformidade com o parágrafo (c) (viii) do presente Artigo, uma decisão poderá ser tomada sobre o assunto com o apoio dos representantes cujo número total de votos seja superior a 85% dos votos do representante que dispuser de maior número de votos.

Artigo VI

(a) As contribuições dos signatários do Acordo Especial para as despesas com o projeto, desenvolvimento, construção e colocação do seguimento espacial durante o regime provisório serão estabelecidas na base de um montante total avaliado em duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos. Os signatários do Acordo Especial verterão suas cotas destas despesas de conformidade com as disposições do Acordo Especial.

(b) O Comitê decidirá se será necessário, durante o regime provisório requerer contribuições complementares além do montante de duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos, bem como determinará o montante destas contribuições.

Se o pedido de contribuições complementares durante o regime provisório tender a estabelecer o montante total das contribuições em mais de trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos, deverá ser reunida uma conferência especial dos signatários do Acordo Especial para examinar a situação e recomendar as medidas que julgar convenientes antes de qualquer decisão do Comitê. A conferência elaborará seu regulamento interno.

(c) Cada signatário do Acordo Especial terá a faculdade de assumir a obrigação de pagar a totalidade ou uma parte de sua cota das contribuições complementares; nenhum signatário do Acordo Especial será obrigado a assumir tal compromisso. Desde que qualquer um dos signatários não o assuma, tal compromisso poderá ser assumido pelos outros signatários ou na proporção de suas cotas respectivas ou da maneira que foi combinada entre eles. Contudo, se um signatário do Acordo Especial, que faça parte do grupo de signatários formado para nomear conjuntamente um representante no Comitê, de conformidade com as disposições do Artigo IV (b) do presente Acordo, não assumir a obrigação de verter tais contribuições complementares, os outros signatários deste grupo poderão assumir esta obrigação no todo ou em parte, na proporção que combinarem. As cotas dos signatários do Acordo Especial serão ajustadas conseqüentemente.

Artigo VII

De conformidade com os princípios enunciados no no Preâmbulo do presente Acordo e para assegurar a utilização mais eficaz possível do seguimento espacial, nenhuma estação terrestre poderá ser autorizada a utilizá-lo sem a aprovação do Comitê, de conformidade com as disposições do Artigo 7 do Acordo Especial.

Artigo VIII

No que concerne ao projeto, desenvolvimento, construção, colocação, exploração e manutenção, o seguimento espacial será regido de conformidade com as diretivas gerais e eventuais instruções particulares do Comitê, pela "Communication Satellite Corporation", chama "Sociedade" no texto do presente Acordo, e constituída de conformidade com a legislação do Distrito de Columbia.

Artigo IX

(a) Tendo em conta o programa estabelecido no Artigo I do presente Acordo, o Comitê submeterá às diversas partes do presente Acordo, no ano em que começa a exploração do sistema mundial inicial e, no mais tardar, a 1º de janeiro de 1969, um relatório contendo suas recomendações definitivas sobre o sistema internacional mundial, destinado a substituir o regime provisório estabelecido no presente Acordo. Este relatório, que deverá refletir claramente todas as nuances de opinião, estudará em particular se o regime provisório deverá tornar-se definitivo, ou se uma organização internacional permanente, constituída principalmente de uma Conferência Geral e de serviços administrativos e técnicos internacionais, deverá ser criada.

(b) Qualquer que seja a forma do regime definitivo.

(i) os seus objetivos deverão conformar-se com os princípios enunciados no Preâmbulo do presente Acordo.

(ii) tal como poderão fazê-lo em relação ao presente Acordo, todos os Estados membros da União Internacional de Telecomunicações, ou seus organismos designados para este fim poderão a ela aderir.

(iii) os investimentos feitos pelos signatários do Acordo Especial serão salvaguardados.

(iv) todas as Partes do regime definitivo terão a possibilidade de contribuir para a definição da política geral.

(c) O relatório do Comitê será examinado durante uma Conferência internacional, da qual também poderão participar os organismos de telecomunicações devidamente designados, e que será reunida para este fim pelo Governo dos Estados Unidos da América nos três meses seguintes ao depósito do relatório. As Partes do presente Acordo esforçar-se-ão para obter que o regime definitivo seja criado na data mais próxima possível a fim de que possa entrar em vigor até 1º de janeiro de 1970.

Artigo X

No exame dos contratos e no exercício de suas outras responsabilidades, o Comitê e a Sociedade na função de administradora orientar-se-ão pela necessidade de projetar, desenvolver e adquirir o melhor equipamento e serviço pelo melhor preço para o mais eficiente melhoramento e operação do seguimento espacial. Quando as propostas ou ofertas forem julgadas comparáveis quanto à qualidade, ao preço c.i.f. e ao prazo de execução, o Comitê e a Sociedade na função de administradora deverão esforçar-se também para que os contratos sejam tanto quanto possível distribuídos de maneira que o equipamento seja projetado, fabricado e adquirido nos países que são Partes do presente Acordo, na proporção aproximada de respecti-

vas cotas dos signatários correspondentes do Acordo Especial; conanto que tal projeto, fabricação e aquisição não sejam contrários aos interesses conjuntos das Partes do presente Acordo e dos signatários do Acordo Especial. O Comitê e a Sociedade na função de administradora deverão também esforçar-se para que os princípios anteriores sejam aplicados em relação aos principais subcontratos, na medida em que isso possa ser feito principal contratante para a execução do trabalho nos termos do contrato.

Artigo XI

(a) O presente Acordo pode ser denunciado por qualquer Parte, deixando de vigorar, no que a ela disser respeito, três meses depois de ter a Parte notificado a denúncia ao Governo dos Estados Unidos da América, o qual a levará ao conhecimento das outras Partes. Neste caso, o signatário correspondente do Acordo Especial pagará a totalidade das somas já devidas nos termos do Acordo Especial juntamente com uma quantia que será combinada entre o referido signatário e o Comitê para cobrir as despesas que posteriormente resultarem de contratos assinados antes da notificação da denúncia. Se não chegarem a acordo no prazo de três meses após a notificação da denúncia, o Comitê determinará definitivamente as somas que deverão ser pagas pelo referido signatário.

(b) Pelo menos três meses depois da data em que o exercício dos direitos de um signatário do Acordo Especial for declarado suspenso de conformidade com o parágrafo (d) do Artigo 4 do Acordo Especial, e se o referido signatário não tiver pago neste período todas as somas devidas o Comitê, levando em consideração as declarações da Parte ou do signatário correspondente do Acordo Especial, poderá decidir que a referida Parte seja considerada como tendo denunciado o presente Acordo que, em conseqüência, deixará de vigorar para a referida Parte.

(c) A denúncia do presente Acordo por uma Parte acarretará automaticamente a denúncia do Acordo Especial, mas a obrigação de efetuar os pagamentos nos termos do parágrafo (a) do presente Artigo ou nos termos do parágrafo (d) do Artigo 4 do Acordo Especial não será afetada por tal denúncia.

(d) No caso da denúncia efetuada nos termos das alíneas (a) ou (b) do presente Artigo, o Comitê procederá, no limite da cota do signatário correspondente do Acordo Especial, ao aumento das cotas dos outros signatários do Acordo Especial na proporção de suas respectivas cotas ou segundo qualquer outro método que os referidos signatários resolvam adotar. Entretanto, se o signatário do Acordo Especial correspondente à Parte denunciante, for, no momento da denúncia, membro de um grupo de signatários formado para indicar conjuntamente um representante no Comitê, segundo as disposições do Artigo IV (b) do presente Acordo, a cota do referido signatário será repartida entre os outros signatários do grupo, na proporção que resolvam adotar.

(e) A denúncia por qualquer parte poderá também ocorrer no caso em que, a pedido da parte interessada, o Comitê aprovar a transferência para uma outra parte e seu respectivo signatário do Acordo Especial, dos direitos e obrigações atribuídos à Parte requerente e a seu signatário correspondente do Acordo Especial pelas disposições do presente Acordo e do Acordo Especial. Não será necessário que estes últimos sejam Partes do Acordo ou signatários do Acordo Especial antes da data da transferência.

Artigo XII

(a) Durante um período de seis meses a contar de 20 de agosto de

1964, o presente Acordo estará aberto, em Washington, à assinatura:

(i) do Governo de cada Estado cujo nome figure no Anexo ao Acordo Especial na data acima mencionada e

(ii) do Governo de qualquer outro Estado membro da União Internacional de Telecomunicações, sob reserva, entretanto, da aprovação pelo Comitê da cota que corresponderá ao referido Governo ou ao organismo de telecomunicações público ou privado por ele designado. Após a aprovação e entrada em vigor ou aplicação provisória, o nome do Estado e do signatário correspondente do Acordo Especial, bem como a cifra de sua cota, serão consideradas como inscritos no Anexo do Acordo Especial.

(b) O Governo de qualquer Estado membro da União Internacional de Telecomunicações poderá aderir ao presente Acordo depois que o mesmo tenha deixado de estar aberto à assinatura; a adesão será efetuada nas condições financeiras que o Comitê determinar. Uma vez que a adesão tenha sido efetuada, o nome do Estado e do signatário correspondente do Acordo Especial, bem como a cifra de sua cota, serão considerados como inscritos no Anexo do Acordo Especial.

(c) Para permitir a adesão ao Acordo Especial de novos signatários, as cotas dos outros signatários do Acordo Especial serão reduzidas proporcionalmente. Contudo, a soma das cotas originalmente atribuídas a todos os signatários do Acordo Especial, além daqueles que figurarem no Anexo do Acordo Especial quando o mesmo for aberto à assinatura, não deverá ultrapassar a 17%.

(d) Este Acordo entrará em vigor na data em que tiver sido assinado sem reserva de aprovação ou aprovação depois de tal reserva por dois ou mais Governos. Subseqüentemente entrará em vigor com respeito a cada Governo signatário na data em que por ele for assinado ou, se ele assinar sob reserva de aprovação, na data em que tal reserva for retirada.

(e) Qualquer Governo que assinar o presente Acordo sob reserva de aprovação poderá, durante todo o tempo que o Acordo estiver aberto à assinatura, declarar que o aplicará a título provisório, ficando, desde então, considerado como Parte do Acordo. Esta aplicação provisória terminará:

(i) pela aprovação do presente Acordo pelo referido Governo, ou

(ii) pela denúncia do mesmo nos termos do Artigo XI do presente Acordo.

(f) Não obstante qualquer disposição do presente Artigo, o presente Acordo não entrará em vigor com respeito a qualquer Governo nem será aplicado por ele a título provisório sem que o referido Governo ou seu signatário correspondente assinar o Acordo Especial.

(g) Se após decorrido um período de nove meses a contar da data em que Acordo for aberto à assinatura, o presente Acordo não tiver entrado em vigor para o Governo de um Estado que o tenha assinado e de conformidade com o parágrafo (a) (i), do presente artigo ou não estiver sendo aplicado a título provisório pelo referido Governo, a assinatura do referido Governo será considerada como nula e o nome do Estado e do signatário correspondente do Acordo Especial, bem como a cifra de sua cota, serão consideradas como riscadas do Anexo do Acordo Especial; as cotas dos signatários do Acordo Especial serão em conseqüência aumentadas proporcionalmente. Se o presente Acordo não tiver entrado em vigor para o Governo de um Estado que o tenha assinado de conformidade com a alínea (a) (ii) nos nove meses que se seguiram à data em que for aberta à assinatura, ou

não estiver sendo aplicado provisoriamente pelo referido Governo, a assinatura deste Governo será considerada como nula.

h) O signatário do Acordo Especial correspondente a um Governo que tenha assinado o presente Acordo sob reserva de aprovação e que não o tenha aplicado provisoriamente poderá nomear um observador junto ao Comitê da mesma maneira que teria podido designar um representante de conformidade com o Artigo IV (a) do presente Acordo se por ele tivesse sido o mesmo aprovado. Tal observador terá direito a falar mas não a votar; poderá assistir às reuniões do Comitê durante um período de nove meses no máximo, a contar da data em que o presente Acordo for aberto à assinatura.

i) Nenhuma reserva poderá ser feita ao presente Acordo, salvo as previstas no presente Artigo.

Artigo XIII

a) As notificações de aprovação ou de aplicação provisória e os instrumentos de adesão serão depositados junto ao Governo dos Estados da América.

b) O Governo dos Estados da América informará todos os signatários e Estados que tenham aderido ao presente Acordo das assinaturas, reservas de aprovação, depósitos de notificações de aprovação ou aplicação provisória, depósitos de instrumentos de adesão e notificações de denúncia do presente Acordo.

Artigo XIV

Quando o presente Acordo entrar em vigor, o Governo dos Estados Unidos da América registrá-lo-á junto ao Secretário Geral das Nações Unidas de conformidade com o Artigo 102 da Carta das Nações Unidas.

Artigo XV

O presente Acordo será aplicado até a entrada em vigor do regime definitivo mencionado no Artigo IX do presente Acordo.

Em fé do que os abaixo assinados, devidamente autorizados, pariteticamente assinaram este Acordo.

Feito em Washington no dia 19 de agosto de 1964, nas línguas francesa e inglesa, ambos os textos fazendo igualmente fé, em um único original, que será depositado nos arquivos do Governo dos Estados Unidos da América, que enviará uma cópia certificada a cada signatário ou Governo aderente e ao Governo de cada Estado membro da União Internacional de Telecomunicações.

ACORDO ESPECIAL

Considerando que certos Governos se tornaram Partes de um Acordo que estabelece um regime provisório aplicável a um sistema comercial mundial de comunicações por satélites,

Considerando ainda que esses Governos se comprometeram, pelo referido Acordo, a assinar o presente Acordo especial ou designar um órgão de telecomunicações habilitado a assiná-lo;

Os signatários do presente Acordo Especial convieram no seguinte:

Artigo I

Para os fins do presente Acordo Especial:

a) "O Acordo" significa o Acordo relativo ao regime provisório aplicável a um sistema comercial mundial de telecomunicações por satélite, aberto à assinatura, em Washington, a 20 de agosto de 1964.

b) "O Comitê" significa a Comissão Provisória de Telecomunicações por Satélites, criada pelo Artigo IV do Acordo;

c) "A Sociedade" significa a "Communications Satellite Corporation",

constituída de conformidade com as leis do Distrito de Columbia, em aplicação do "Communications Satellite Act", de 1962, dos Estados Unidos da América;

d) Os termos "projeto", e "desenvolvimento" abrangem a pesquisa;

e) A palavra "quota", com referência a um signatário, corresponde à percentagem indicada ao lado de seu nome no Anexo ao presente Acordo Especial, tal como modificado de conformidade com o Acordo e o presente Acordo Especial.

f) A palavra "signatário" significa qualquer Governo ou órgão de telecomunicações que houver assinado o presente Acordo Especial e em relação ao qual o Acordo Especial estiver em vigor.

g) A expressão "segmento espacial" significa o segmento espacial definido no Artigo I (b) (1) do Acordo.

Artigo II

Os signatários comprometem-se a cumprir as obrigações que lhes são estipuladas no Acordo, adquirindo assim os direitos que o mesmo lhes confere.

Artigo III

Os signatários comprometem-se a contribuir, com uma percentagem igual a sua quota, para as despesas de projeto, desenvolvimento, construção e estabelecimento do segmento espacial.

Artigo IV

a) Durante um período de nove meses a contar da data em que o Acordo for aberto à assinatura, cada signatário deverá, dentro das quatro semanas que se seguirem a contada em vigor do presente Acordo Especial com relação ao referido signatário, efetuar um pagamento em favor da Sociedade, em dólares dos Estados Unidos, ou em moeda livremente conversível em dólares dos Estados Unidos proporcional a sua quota e correspondente às despesas que a Sociedade tiver efetuado no projeto desenvolvimento, construção ou estabelecimento do segmento espacial antes da data em que o Acordo for aberto à assinatura, bem como aquelas que a Sociedade vier efetuar para os mesmos fins durante os seis meses que se seguirem à data, mencionada, segundo as previsões formuladas pela Sociedade nessa data; os signatários, na mesma ocasião deverão sair da sua quota nas contribuições complementares eventualmente devidas de conformidade com as disposições do parágrafo (b) do presente Artigo; a esses pagamentos serão adicionados os juros normais sobre as quantias devidas. Os signatários deverão efetuar o pagamento do saldo de suas contribuições, tal como definidas no Artigo 3 do presente Acordo Especial, de conformidade com o parágrafo (b) do presente Artigo.

b) A Sociedade deverá submeter ao Comitê uma estimativa das datas de vencimento das obrigações financeiras previstas no Artigo III desse Acordo Especial. O Comitê convidará os signatários a efetuarem seus respectivos pagamentos proporcionais de maneira a que as despesas sejam cobertas à medida que se atingirem suas datas de vencimento. Os pagamentos à Sociedade serão feitos por cada signatário em dólares dos Estados Unidos ou em moeda livremente conversível em dólares dos Estados Unidos, de tal modo que os pagamentos acumulados mantenham-se proporcionais às respectivas quotas. Quando um signatário que não a Sociedade efetuar despesas de conformidade com uma autorização do Comitê, essa providenciará pagamento ao referido signatário.

c) As contas referentes às despesas previstas nos parágrafos (a) e (b) desse Artigo serão examinadas

pelo Comitê e, quando conveniente, por ela reajustadas.

d) Os signatários efetuarão, na data fixada pela Comissão, os pagamentos que lhes forem devidos de conformidade com as disposições do parágrafo (b) desse Artigo. Serão acrescentados juros de 6% ao ano a qualquer soma que não haja sido paga após aquela data. Se o signatário não efetuar um pagamento três meses após seu vencimento, terá suspenso o direito de que goza em decorrência do Acordo e do presente Acordo Especial. Se, após tal suspensão, a Comissão decidir de conformidade com o Artigo XI (b) do Acordo, que o signatário faltoso seja considerado como tendo denunciado o Acordo Especial, a Comissão deverá então determinar, sem direito de recurso, o montante das somas já devidas, às quais serão acrescidas as quantias a serem pagas com respeito aos custos que resultarão no futuro, de contratos concluídos enquanto o signatário era parte presente do Acordo Especial. Tal denúncia não afeta porém a obrigação do signatário em tela de pagar as quantias que lhe são devidas nos termos do presente Acordo Especial, quer ocorram antes que o signatário tenha deixado de ser parte, quer sejam devidas de conformidade com a decisão acima referida do Comitê.

Artigo V

Nas despesas de projeto, desenvolvimento, construção e estabelecimento do segmento espacial, a serem repartidas entre os signatários de maneira proporcional à sua respectiva quota, deverão ser incluídas:

a) as despesas diretas e indiretas efetuadas para tais fins pela Sociedade antes da data em que o Acordo for aberto à assinatura;

b) todas as despesas diretas e indiretas efetuadas para esses mesmos fins pela Sociedade ou, em virtude de autorização do Comitê, por qualquer outro signatário em nome dos signatários do presente Acordo Especial, após a data em que o Acordo for aberto à assinatura;

c) todas as despesas diretas e indiretas efetuadas para esses mesmos fins pela Sociedade em sua função de administradora, bem como a justa remuneração das funções exercidas pela Sociedade nas condições acertadas entre a mesma e a Comissão.

Artigo VI

Não serão incluídas entre as despesas a serem repartidas pelos signatários:

a) os impostos sobre a renda líquida de qualquer dos signatários;

b) as despesas necessárias ao projeto e desenvolvimento dos lançadores e instalações de lançamento, com exceção contudo das despesas efetuadas para a adaptação desses lançadores e instalações de lançamento ao projeto, desenvolvimento, construção e colocação do segmento espacial;

c) as despesas relativas aos representantes dos signatários na Comissão e nas subcomissões assessoras bem como aos auxiliares de tais representantes, salvo se o Comitê determinar em contrário.

Artigo VII

a) Ao considerar-se uma estação terrestre deva ser autorizada a utilizar o segmento espacial, o Comitê deverá tomar na devida conta as características técnicas da estação as limitações que o estágio atual da tecnologia impõe às possibilidades de acesso múltiplo aos satélites e o efeito da distribuição geográfica das estações terrestres sobre a eficiência dos serviços que devam ser prestados pelo sistema. Levará em conta igualmente os padrões recomendados pelo Comitê Consultivo Internacional de Telegrafia e Telefonia e do Comitê Consultivo Internacional de Radiocomunicações da União Internacio-

nal de Radiocomunicações da União Internacional de Telecomunicações e as normas gerais que venham a ser estabelecidas pelo Comitê. Mesmo que o Comitê não estabeleça normas gerais, isso não deverá impedir a de examinar e processar qualquer pedido de aprovação relativo à utilização do segmento espacial por uma estação terrestre.

b) Os pedidos de autorização para que uma estação terrestre utilize o segmento espacial serão submetidos ao Comitê pelo signatário do presente Acordo Especial em cuja região estiver situada ou vier a situar-se a referida estação terrestre ou, quando se tratar de outras regiões, por um órgão de telecomunicações devidamente autorizado. Cada pedido dessa natureza será apresentado individualmente ou em nome de todos os signatários e órgãos de telecomunicações devidamente autorizados que desejarem utilizar o segmento espacial por meio da estação terrestre que é objeto desse pedido.

c) O pedido de aprovação de uma estação terrestre situada na área de um Estado cujo Governo é parte do Acordo, mas que pertença ou seja explorada por uma organização ou organizações outras que não o correspondente signatário, deverá ser apresentado por esse signatário.

Artigo VIII

a) Os órgãos que apresentarem um pedido de aprovação de uma estação terrestre, de conformidade com o Artigo VII do presente Acordo Especial, tomarão as providências necessárias à utilização equitativa e não discriminatória da estação terrestre por todos os signatários e todos os seus órgãos de telecomunicações devidamente autorizados que desejarem ser ouvidos por essa estação terrestre, seja individualmente, seja em conjunto com outras estações terrestres.

b) Na medida do possível, a Comissão atribuirá ao signatário ou ao órgão devidamente autorizado, uma parte da utilização do sistema de satélites por cada estação terrestre aprovada de conformidade com o Artigo VII do presente Acordo Especial, e que corresponda ao potencial total de telecomunicações exigido pelo conjunto dos signatários e órgãos de telecomunicações devidamente autorizados a serem servidos pela referida estação terrestre.

c) Ao distribuir as partes de utilização do satélite, o Comitê levará em conta as quotas dos signatários que serão servidos por cada estação terrestre.

Artigo IX

a) O Comitê determinará a unidade de utilização do sistema de satélites; fixará a reavaliação posteriormente a taxa unitária de pagamento a um nível que, em geral, seja suficiente, na base da estimativa de utilização total do segmento espacial, para cobrir a amortização e a remuneração adequada do capital empregado no segmento espacial, bem como as despesas previstas de exploração, manutenção e administração do segmento espacial.

b) Para a fixação da taxa unitária de pagamento, de forma unitária com se Artigo, o Comitê incluirá no cálculo das despesas de exploração, manutenção e administração do segmento espacial as despesas efetuadas de modo direto ou indireto pela Sociedade que correspondam ao exercício de suas funções de administrador na exploração e manutenção do segmento espacial, estando aí compreendida a remuneração apropriada pelos serviços prestados pela Sociedade, a ser fixada de comum acordo entre a mesma e o Comitê.

c) O Comitê providenciará para que os pagamentos relativos ao contingente de utilização do sistema de

entelites sejam efetuados trimestralmente a Sociedade. Os pagamentos serão calculados e efetuados em dólares dos Estados Unidos, ou em moedas livremente convertíveis em dólares dos Estados Unidos.

d) Os elementos constitutivos da taxa unitária de pagamento que corresponder à amortização e à remuneração do capital serão creditadas aos signatários em proporção a suas quotas. Com vistas a evitar a movimentação inútil de fundos entre os signatários e de manter no mais baixo nível possível o volume dos fundos retidos pela Sociedade por conta dos signatários, o Comitê tomará as medidas necessárias para que os fundos correspondentes aos elementos acima mencionados sejam, quando for o caso, conservados pelos signatários; ou, caso recolhidos, repartidos entre eles de modo que os montantes levados a crédito dos signatários lhes sejam efetivamente pagos.

e) Os outros elementos constitutivos da taxa unitária de pagamento serão empregados para cobrir as despesas de exploração, manutenção e administração, bem como para constituir as reservas que o Comitê julgar conveniente estabelecer. O saldo existente após o cumprimento dessas obrigações será distribuído pela Sociedade, em dólares dos Estados Unidos ou em moedas livremente convertíveis em dólares dos Estados Unidos, entre os signatários, em proporção a suas quotas. Caso as disponibilidades não permitam o atendimento das despesas de exploração, manutenção e administração, os signatários pagarão à Sociedade, em proporção a suas quotas, as quantias que a Comissão julgar necessárias para cobrir o déficit.

f) O Comitê tomará as medidas apropriadas para instituir sanções sobre os atrasos de três ou mais meses nos pagamentos devidos de conformidade com este Artigo.

Artigo X

a) Todos os contratos concluídos pela Sociedade ou por qualquer outro signatário em virtude de uma autorização do Comitê relativos ao estudo, desenvolvimento e fornecimento de material para o segmento espacial, deverão, salvo se o Comitê decidir em contrário, basear-se nas respostas às tomadas de preço e pedido de oferta. Essas tomadas de preços ou pedidos de oferta serão dirigidas a pessoas e organizações escolhidas dentre aquelas indicadas ao Comitê pelos signatários, as quais estejam qualificadas para executar os trabalhos previstos no contrato proposto.

b) Para os contratos cujo montante for superior a 125.000 dólares dos Estados Unidos, o envio pela Sociedade de pedidos de proposta ou de oferta deverá ser feito de conformidade com as condições que a Comissão vier a estipular. A Sociedade manterá o Comitê plenamente informada das decisões tomadas com respeito a tais contratos.

c) A Sociedade consultará o Comitê antes de enviar pedidos de proposta ou de oferta relativos aos contratos de projeto, desenvolvimento e fornecimento de material para o segmento espacial cujo valor estimado seja superior a 500.000 dólares dos Estados Unidos. Na ocorrência do julgamento das respostas a tais pedidos ou convites, a Sociedade deverá concluir um contrato que exceder a 500.000 dólares, deverá submeter sua avaliação e recomendações ao Comitê. A aprovação da Comissão será exigida antes da conclusão de cada contrato, seja pela Sociedade como administrador, seja por qualquer outro signatário em cumprimento de uma autorização dada pelo Comitê.

d) O Comitê deverá aprovar o programa ou o lançamento de satélites e serviços conexos, a fonte de lançamento e as condições dos contratos.

e) Exceto quando estipulado em contrário pelo Comitê, e respeitados os parágrafos (e) e (d) desse Artigo, todos os contratantes serão escolhidos pela Sociedade e todos os contratos serão concluídos em nome da Sociedade, e por ela administrados, na sua qualidade de administrador.

f) Exceto quando estipulado em contrário pelo Comitê, todos os contratos e subcontratos concluídos para fins de projeto, desenvolvimento e fornecimento de equipamento para o segmento espacial deverão conter as necessárias disposições no sentido de que todas as invenções, dados e informações técnicas decorrentes diretamente de qualquer trabalho executado no cumprimento de tais contratos (exceto invenções, dados e informações técnicas relativas aos lançadores e lançamentos) sejam reveladas ao Comitê e sejam usadas exclusivamente no projeto, desenvolvimento, produção e uso de equipamento e componentes destinados ao segmento espacial estabelecido de conformidade com o presente acordo provisório ou qualquer acordo definitivo que venha a ser concluído, sem pagamento de royalties, por cada signatário ou pessoa sob a jurisdição de um signatário ou o Governo que designou tal signatário.

g) Exceto quando determinar em contrário, o Comitê envidará esforços no sentido de incluir, em todos os contratos concluídos para projeto e desenvolvimento, disposições adequadas, destinadas a assegurar que as invenções, dados e informações técnicas de propriedade do contratante e seus subcontratantes, as quais sejam diretamente incorporadas ao trabalho executado em cumprimento de tais contratos, possam ser usadas em condições justas e razoáveis por cada signatário ou qualquer pessoa sob a jurisdição de um signatário ou pelo Governo que designou tal signatário desde que tal uso seja necessário e na medida em que for para o exercício do direito de uso de conformidade com o parágrafo (f) desse Artigo.

h) As disposições desse Artigo não se aplicarão aos contratos para projeto, desenvolvimento, construção e estabelecimento do segmento espacial dos quais a Sociedade é parte na data em que o Acordo for aberto à assinatura. Respeitadas as disposições do Artigo IV (c) desse Acordo, todos esses contratos serão reconhecidos pelo Comitê como obrigações contínuas para fins de orçamento.

Artigo XI

Cada signatário deverá manter livros, registros, recibos e contas de todas as despesas a que tem direito de reembolso, de conformidade com o presente Acordo Especial, relativas ao projeto, desenvolvimento, construção, estabelecimento, manutenção e operação do segmento espacial, conforme for o caso, e deverá torná-los disponíveis, a qualquer tempo julgado razoável, para inspeção por parte dos membros do Comitê.

Artigo XII

Além das funções estipuladas em outros artigos do presente Acordo Especial, a Sociedade, como administrador, de conformidade com o Artigo VIII do Acordo, deverá:

a) preparar e submeter ao Comitê os programas e orçamentos anuais;

b) recomendar ao Comitê o tipo de segmentos espaciais a serem estabelecidos;

c) planejar, conduzir e organizar as pesquisas e trabalhos de projeto e desenvolvimento para o aperfeiçoamento do segmento espacial;

d) operar e manter o segmento espacial;

e) fornecer ao Comitê aquelas informações que forem solicitadas por qualquer representante membro do Comitê, de modo a permitir-lhe o cumprimento de suas responsabilidades como representante;

f) organizar a participação de técnicos, escolhidos pelo Comitê com a ajuda da Sociedade, dentre pessoas designadas pelos signatários, a fim de participarem na avaliação de projetos e especificações sobre equipamentos a serem usados no segmento espacial;

g) empreender o melhor de seus esforços para conseguir que as invenções, dados e informações técnicas decorrentes diretamente de qualquer trabalho conjuntamente financiado e executado de conformidade com os contratos concluídos antes da data em que o Acordo for aberto à assinatura sejam reveladas a cada signatário e sejam tornadas disponíveis gratuitamente para uso no projeto, desenvolvimento, construção e emprego de equipamento e componentes para o segmento espacial por cada signatário ou pessoa sob a jurisdição do signatário ou pelo Governo que designou tal signatário.

Artigo XIII

Nem a Sociedade, como signatário ou administrador, nem qualquer outro ou administrador, nem será responsável, perante os outros signatários pelos prejuízos decorrentes de uma falha ou do não-funcionamento de um satélite no momento do lançamento ou depois disso, ou de uma falha ou do não funcionamento de qualquer outra parte do segmento espacial.

Artigo XIV

Serão tomadas as medidas necessárias a fim de que as controversias jurídicas que surgirem em conexão com o presente Acordo Especial ou em conexão com os direitos e obrigações dos signatários possam, caso não forem resolvidas de outra maneira, ser submetidas à decisão de um tribunal imparcial, a ser estabelecido de conformidade com tais medidas, o qual decidirá das questões em obediência aos princípios gerais do direito. Para tal fim, um grupo de especialistas jurídicos, designados pelos signatários e pelos signatários previstos e indicados no Anexo a esse Acordo quando for aberto à assinatura, recomendarão a elaboração de um projeto de Acordo Suplementar contendo as medidas acima referidas; os signatários deverão, após estudarem tal projeto, concluir um Acordo Suplementar com esses propósitos dentro de um prazo de três meses a contar da data em que o Acordo for aberto à assinatura. O Acordo Suplementar será obrigatório para todos os que posteriormente se tornarem signatários de presente Acordo Especial.

Artigo XV

Qualquer emenda proposta ao presente Acordo Especial será inicialmente submetida ao Comitê. Caso o Comitê recomende sua adoção, a mesma entrará em vigor para todos os signatários quando tiverem sido depositadas, junto ao Governo dos Estados Unidos da América, as notificações de aprovação de dois terços dos signatários, desde que nenhuma emenda imporia sobre qualquer signatário obrigações financeiras adicionais sem seu consentimento.

Artigo XVI

O presente Acordo Especial deverá entrar em vigor para cada signatário no dia de sua assinatura, desde que o Acordo tenha entrado em vigor ou esteja sendo provisoriamente aplicado pelo Governo que é signatário ou tenha designado o signatário em ques-

ção; continuará em vigor pelo tempo em que vigorar o Acordo

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Item 8:

Discussão, em turno único do Projeto do Decreto Legislativo nº 36, de 1965, Minúcio da Câmara dos Deputados nº 231-A de 1965 na Casa de origem, que aprova o texto do Protocolo firmado pelo Brasil em Washington em 19 de abril de 1965, que prorroga o prazo de vigência do Acordo Internacional do Trigo, de 1962, tendo Pareceres favoráveis (números 1.242 a 1.245, de 1965) das Comissões — de Agricultura; de Relações Exteriores; de Indústria e Comércio e de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa) Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

Vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 36, de 1965

(Nº 231-A-65, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Aprova o texto do Protocolo firmado pelo Brasil em Washington, em 19 de abril de 1965, que prorroga o prazo de vigência do Acordo Internacional do Trigo, de 1962.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Protocolo firmado pelo Brasil em Washington, em 19 de abril de 1965, que prorroga o prazo de vigência do Acordo Internacional do Trigo, de 1962.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PROTÓCOLO QUE PRORROGA O ACORDO INTERNACIONAL DO TRIGO DE 1962

Os Governos signatários do presente Protocolo,

Considerando que o Acordo Internacional do Trigo expira a 31 de julho de 1965, e

Desejando prorrogar o Acordo conforme as recomendações formuladas pelo Conselho Internacional do Trigo em virtude do parágrafo 2º do artigo 36 do Acordo,

Convém no seguinte:

Artigo I

Prorrogação do Acordo Internacional do Trigo de 1962

O Acordo Internacional do Trigo de 1962 (doravante denominado "Acordo") continuará em vigor entre as Partes do presente Protocolo até 31 de julho de 1965.

Artigo II

Assinatura, Aceitação, Aprovação e Adesão

1) O presente Protocolo estará aberto em Washington, de 22 de março de 1965 até 23 de abril de 1965 inclusive

a assinatura dos governos partes do Acordo ou que, a 22 de março de 1965, forem considerados provisoriamente partes do Acordo.

2) O presente Protocolo estará sujeito à aceitação ou à aprovação por parte dos governos signatários de conformidade com seus processos constitucionais. Os instrumentos de aceitação ou de aprovação serão depositados junto ao Governo dos Estados Unidos da América até 15 de julho de 1965.

3) O presente Protocolo estará aberto à adesão:

a) até 15 de julho de 1965, do Governo de qualquer país relacionado, nessa data, nos anexos B ou C do Acordo, de conformidade com as condições previstas pelo Acordo ou prescritas pelo Conselho antes da adesão do referido Governo ao Acordo, ou

b) de conformidade com o processo previsto no parágrafo 4 do artigo 2º do Acordo.

4) A adesão efetuar-se-á pelo depósito de um instrumento de adesão junto ao Governo dos Estados Unidos da América.

5) Todo Governo que não houver aceito ou aprovado o presente Protocolo, ou não houver a ele aderido até 15 de julho de 1965, de acordo com as disposições do parágrafo 2º ou da alínea "a" do parágrafo 3º do presente artigo, poderá obter do Conselho uma prorrogação do prazo para fins do depósito de seu instrumento de aceitação, de aprovação ou de adesão.

Artigo III

Entrada em Vigor

1) O presente Protocolo entrará em vigor entre os Governos que, a 15 de julho de 1965, tiverem depositado seus instrumentos de aceitação, de aprovação ou de adesão, de conformidade com o art. 2º do presente Protocolo, nas seguintes datas:

a) a 16 de julho de 1965, em relação às partes I e às partes III e VII do Acordo, e

b) a 1º de agosto de 1965, em relação à Parte II do Acordo, desde que esses Governos e os Governos que, até 15 de julho de 1965, tenham depositado as notificações mencionadas no parágrafo 3º do presente artigo, representem ao menos dois terços dos votos dos países exportadores e dois terços dos votos dos países importadores conforme o Acordo vigente nessa data, ou que tenham tido esses votos se fossem partes do Acordo naquela data.

2) O presente Acordo entrará em vigor, para qualquer Governo que depositar um instrumento de aceitação, de aprovação ou de adesão após 15 de julho de 1965, na data em que o depósito for feito, embora o Protocolo só entre em vigor, em relação à Parte II do Acordo, a 1º de agosto de 1965.

3) Para fins da entrada em vigor do presente Protocolo, conforme as disposições do parágrafo 1º do presente artigo, qualquer Governo signatário ou qualquer Governo que tiver o direito de aderir em virtude da alínea "a" do parágrafo 3º do artigo 2º do presente Protocolo, ou qualquer Governo cujo pedido de adesão houver sido aprovado pelo Conselho nas condições fixadas em virtude da alínea "b" do parágrafo 3º do mesmo artigo 2º do presente Protocolo, poderá depositar junto ao Governo dos Estados Unidos da América, até 15 de julho de 1965, uma notificação pela qual se compromete a obter, no mais breve prazo possível, a aceitação ou a aprovação do presente Protocolo ou a adesão ao referido Protocolo, de

conformidade com seus processos constitucionais. Fica entendido que o Governo que fizer essa notificação aplicará provisoriamente o Protocolo e que será provisoriamente considerado como parte do Protocolo por um período a ser fixado pelo Conselho.

4) Se, a 15 de julho de 1965, as condições previstas nos parágrafos precedentes do presente Artigo para a entrada em vigor do presente Protocolo não forem preenchidas, os Governos dos países que, até essa data, tiverem aceito ou aprovado o presente Protocolo ou a ele tiverem aderido conforme as disposições do artigo 2º do referido Protocolo, poderão decidir, de comum acordo, que o Protocolo entrará em vigor no que lhes diz respeito, ou então tomar quaisquer medidas que a situação lhes pareça exigir.

Artigo IV

Disposições Finais

1) Para fins da aplicação do Acordo e do presente Protocolo, qualquer referência aos países cujos respectivos governos tiverem aderido ao Acordo nas condições prescritas pelo Conselho, em conformidade com o parágrafo 4º do art. 3º do Acordo, será válida igualmente para qualquer país que houver aderido ao presente Protocolo de acordo com as disposições da alínea "b" do parágrafo 3º do artigo 2º do referido Protocolo.

2) O Governo dos Estados Unidos da América comunicará sem tardar a cada Governo que for parte ou for provisoriamente considerado parte do Acordo ou do presente Protocolo, ou que, a 22 de março de 1965, for parte ou for provisoriamente considerado parte do Acordo, qualquer assinatura, aceitação, aprovação ou adesão ao presente Protocolo, e comunicará também todas as notificações feitas de conformidade com o parágrafo 3º do artigo 3º do presente Protocolo, bem como a entrada em vigor do mesmo.

Em fé do que os abaixo-assinados, devidamente autorizados, pelos seus respectivos Governos, assinaram o presente Protocolo nas datas que figuram ao lado de suas assinaturas.

Os textos espanhol, francês, inglês e russo do presente Protocolo fazem igualmente fé. Os originais serão depositados junto ao Governo dos Estados Unidos da América, que enviará cópias autenticadas a cada um dos Governos que assinaram o presente Protocolo ou a ele tiverem aderido.

Feito em Washington, aos vinte e dois de março de mil novecentos e sessenta e cinco.

ACORDO INTERNACIONAL DO TRIGO DE 1962

Os Governos signatários do presente Acordo,

Considerando que o Acordo Internacional do Trigo de 1949 foi revisto e renovado em 1953, 1956 e 1959, e

Considerando que o Acordo Internacional do Trigo de 1959 expira em 31 de julho de 1962 e que é desejável concluir um novo Acordo para um novo período,

Convieram no seguinte:

PARTE I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1

Objetivos

Os objetivos do presente acordo são:

a) garantir suprimentos de trigo e farinha de trigo aos países importadores, e mercados de trigo e farinha de trigo aos países exportadores, a preços equitativos e estáveis;

b) fomentar a expansão do comércio internacional do trigo e farinha de trigo, garantir que esse comércio seja o mais livre possível no interesse tanto dos países exportadores como dos importadores, e contribuir assim para o desenvolvimento dos países cuja economia depende da venda comercial do trigo;

c) superar as sérias dificuldades causadas a produtores e consumidores por pesados excedentes e séria escassez de trigo;

d) estimular o uso e o consumo de trigo e farinha de trigo de modo geral e, em particular, nos países em via de desenvolvimento, de modo a melhorar as condições de saúde e nutrição nesses países e contribuir assim para o seu desenvolvimento;

e) de maneira geral, favorecer a cooperação internacional, no que se refere aos problemas mundiais do trigo, tendo em vista as relações existentes entre o comércio de trigo e a estabilidade econômica dos mercados de outros produtos agrícolas.

Artigo II

Definições

1. Para os fins do presente Acordo:

a) "Comitê Consultivo de Equivalências de Preços" designa o Comitê constituído em virtude do artigo 31;

b) "Saldo das obrigações" significa a quantidade de trigo que um país exportador está obrigado, nos termos do artigo 5, a fornecer a um preço não superior ao preço máximo, isto é, a diferença, na data considerada, entre a quantidade básica determinada no ano safra e as compras comerciais efetuadas nesse país pelos países importadores;

c) "Saldo dos direitos" significa a quantidade de trigo que um país importador tem direito, nos termos do artigo 5, de comprar a um preço não superior ao preço máximo, isto é, a diferença, na data considerada, entre sua quantidade básica determinada no ano safra e as compras comerciais efetuadas nos países exportadores;

d) "Bushel" significa 60 libras "avoirdupois" ou 27,2155 quilogramas;

e) "Gastos de armazenagem" significa os gastos provenientes de estocagem, juros e seguros, durante o armazenamento do trigo;

f) "Trigo de plantio certificado" significa o trigo oficialmente certificado conforme a prática em vigor nos países de origem, e que segue as normas de especificação reconhecidas em relação ao trigo de plantio nesse país;

g) "C. e f." significa custo e frete;

h) "Conselho" significa o Conselho Internacional do Trigo, constituído pelo Acordo Internacional do Trigo de 1949 e mantido pelo artigo 25;

i) "Ano-safra" significa o período de 1º de agosto a 31 de julho;

f) "Quantidade básica" significa:

a) no caso de um país exportador, a média das compras comerciais anuais efetuadas nos países exportadores ou num país exportador determinado, conforme o caso, durante os anos determinados segundo o disposto no artigo 15;

b) no caso de um país importador, a média das compras comerciais anuais efetuadas nos países exportadores ou num país exportador determinado, conforme o caso, durante os anos determinados segundo o disposto no artigo 15;

k) "Comitê Executivo" significa o Comitê constituído segundo o artigo 30;

l) "País exportador" significa, segundo caso:

I) o Governo de qualquer país mencionado no Anexo B que haja aceitado este Acordo ou a ele aderido e que dele não se tenha retirado;

II) esse país e os territórios aos quais se apliquem os direitos e obrigações contraiados pelo respectivo Governo nos termos do presente Acordo.

m) "F. a Q." significa quantidade média comercial;

n) "F.o.b." significa livre a bordo de navios transoceânicos ou embarcações marítimas, e no caso do trigo da França, entregue em pórtio do Reno, livre a bordo de embarcações fluviais;

o) "País importador" significa, conforme o caso:

I) o Governo de qualquer país mencionado no Anexo C que haja aceitado o presente Acordo ou a ele aderido e que dele não se tenha retirado;

II) esse país e os territórios aos quais se apliquem os direitos e obrigações contraiados pelo respectivo Governo nos termos do presente Acordo.

p) "Gastos de mercado" significa todos os gastos usuais do mercado, afretamento e despacho.

q) "Preço máximo" significa, conforme o caso, os preços máximos especificados nos artigos 6 ou 7 ou determinados segundo o disposto nos mesmos artigos, ou qualquer um desses preços.

r) "Declaração de preço máximo" significa uma declaração feita segundo o disposto no artigo 13;

s) "Tonelada métrica" ou 1.000 quilogramas significa 36,74371 "bushels";

t) "Preço mínimo" significa, conforme o caso, os preços mínimos especificados nos artigos 6 ou 7 determinados segundo o disposto nos mesmos artigos, ou qualquer um desses preços.

u) "Escala de preços" significa os preços compreendidos entre o preço mínimo inclusive e o preço máximo exclusive, estipulados nos artigos 6 ou 7 ou determinados segundo o disposto nos mesmos artigos;

v) "Compra" significa a compra, para fins de importação, de trigo exportado ou destinado a exportação por um país exportador ou por um país não exportador, segundo o caso, ou a quantidade desse trigo comprado. Quando houver no presente Acordo referência a uma compra, fica entendido que este termo designa, não somente as compras concluídas entre os Governos interessados, mas também as compras concluídas entre negociantes particulares e entre um negociante particular e o Governo interessado.

Nesta definição, o termo "Governo" significa o Governo de qualquer território ao qual se apliquem, em virtude do artigo 37, os direitos e obrigações contraiados por qualquer Governo que haja aceitado o presente Acordo ou a ele aderido;

w) "Território", quando essa expressão se refere a um país exportador ou a um país importador, significa qualquer território ao qual se apliquem em virtude do artigo 37, os direitos e obrigações que o Governo desse país assumido nos termos do presente Acordo.

x) "Trigo" significa o trigo em grão, da qualquer natureza, tipo, categoria, grau ou qualidade, e, salvo quanto ao artigo 6 a farinha de trigo.

2. O cálculo de equivalente em trigo das compras de farinha de trigo é efetuado na base da percentagem de extração indicada pelo contrato entre o comprador e o vendedor. Se essa percentagem não estiver indicada, 72 unidades em peso de farinha de trigo serão consideradas, para esse cálculo, como equivalentes a cem unidades em peso de trigo em grão, salvo decisão em contrário do Conselho.

Artigo 3

Compras comerciais e transações especiais

1. "Compra comercial", para os fins do presente Acôrdo, é toda compra realizada segundo a definição do artigo 2 e em conformidade com as práticas comerciais usuais no comércio internacional, exclusão feita das transações indicadas no parágrafo 2 deste artigo.

2. "Transação especial", para os fins do presente Acôrdo, é aquela que, feita ou não a preços compreendidos na escala e preços do Acôrdo, contém elementos, introduzidos pelo Governo do país interessado, que não estão em conformidade com as práticas comerciais usuais.

As transações especiais compreendem:

a) as vendas a crédito nas quais, verificada a intervenção governamental, a percentagem de juros, o prazo de pagamento ou outras condições conexas não estão em conformidade com as percentagens, os prazos ou condições correntes no comércio do mercado mundial;

b) as vendas nas quais os fundos necessários à transação são obtidos do Governo do país exportador, sob a forma de um empréstimo ligado à compra de trigo.

c) as vendas em divisas do país importador, nem transferíveis nem conversíveis em divisas ou mercadorias, destinada a serem utilizadas no país exportador;

d) as vendas efetuadas em virtude de acordos comerciais com cláusulas especiais de pagamento que prevêm contas de compensação servindo para regular bilateralmente os saldos credores por meio de troca de mercadorias, salvo se o país exportador e o país importador interessados aceitarem que a venda seja considerada como tendo caráter comercial;

e) as operações de troca;

f) que resultam de intervenção de Governos e nas quais o trigo é trocado por preços diferentes dos usuais no mercado mundial; ou

g) que se efetuam graças a um programa governamental de compras, salvo se a compra de trigo resulta de uma operação de troca na qual o país de destino final do trigo não é designado no contrato inicial de troca;

h) uma doação de trigo ou uma compra de trigo, por meio de uma ajuda financeira concedida especialmente para tal fim pelo país exportador;

i) qualquer outras categorias de transações, a serem especificadas pelo Conselho, que contenham condições introduzidas pelo Governo de um país interessado, não conformes com as práticas comerciais usuais.

3. Qualquer questão proposta pelo secretário executivo ou por um país exportador ou importador, com o fim de decidir se uma transação determinada constitui compra comercial no sentido do parágrafo 1, ou transação especial no sentido do parágrafo 2 do presente artigo, será resolvida pelo Conselho.

PARTE II

DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Artigo 4

Compra na escala de preços

1. Cada país importador se compromete a comprar aos países exportadores durante o ano-safra e a preços incluídos na escala de preços, uma quantidade de trigo não inferior à percentagem especificada para o mesmo país no Anexo A, de suas compras comerciais globais de trigo durante o mesmo ano-safra, bem como a efetuar também toda compra comercial suplementar dentro da escala de preços salvo quando estiver em vigor uma declaração de preço máximo em relação a um país exportador, caso

em que serão aplicáveis as disposições do artigo 5.

2. Os países exportadores se comprometem conjuntamente a colocar à disposição dos países importadores, durante o ano-safra e a preços incluídos na escala de preços, trigo em quantidades suficientes para satisfazer as necessidades comerciais desses países, salvo quando estiver em vigor uma declaração de preço máximo em relação a um país importador, caso em que serão aplicáveis as disposições do artigo 5.

3. Para os fins do presente Acôrdo e sob reserva das disposições do artigo 5, o trigo comprado por um país importador a outro país importador, que, por sua vez, obteve esse trigo de um país exportador, durante o ano-safra em curso, será considerado como comprado diretamente ao país exportador. Sob reserva do disposto no artigo 10, o presente parágrafo só aplicará a farinha de trigo quando proveniente do país exportador interessado.

Artigo 5

Compras ao preço máximo

1. Se o Conselho fizer uma declaração de preço máximo referente a um país exportador, este deverá colocar à disposição dos países importadores, a um preço não superior ao preço máximo, as quantidades correspondentes ao saldo das suas obrigações para com esses países, contanto que a quantidade correspondente ao saldo dos direitos de cada país importador com relação a todos os países exportadores não seja ultrapassada.

2. Se o Conselho fizer uma declaração de preço máximo referente a todos os países exportadores, cada país importador, enquanto a referida declaração estiver em vigor, terá direito a:

a) comprar dos países exportadores, a preços não superiores ao preço máximo, a quantidade correspondente ao saldo dos seus direitos com relação a todos os países exportadores; e b) comprar trigo de qualquer procedência, não se considerando isso inócuo artigo 4º.

3. Se o Conselho fizer uma declaração de preço máximo referente a um ou mais países exportadores, mas não a todos, cada país importador, durante a vigência dessa declaração, terá direito a:

a) comprar trigo, segundo o disposto no parágrafo 1 do presente artigo, a um ou mais desses países exportadores, e a comprar aos demais países exportadores, a preços compreendidos dentro da escala, o saldo das suas necessidades comerciais;

b) comprar trigo de qualquer procedência, não se considerando isso infração dos dispositivos do parágrafo 1 do artigo 4, até a quantidade correspondente ao saldo de seus direitos com relação a esse mesmo país ou a esses mesmos países exportadores, na data efetiva dessa declaração contanto que a quantidade correspondente ao saldo de seus direitos com relação a todos os países exportadores não seja ultrapassada.

4. As compras efetuadas por um país importador a um país exportador que ultrapassarem o saldo de direitos daquele país importador com relação a todos os países exportadores, não reduzirão as obrigações daquele país exportador nos termos do presente artigo. As disposições do parágrafo 3 do artigo 4º serão também aplicadas ao presente artigo, desde que o saldo de direitos de cada país importador, com relação a todos os países exportadores não seja ultrapassado.

5. Para determinar se um país importador comprou a percentagem obrigatória, em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 4º, as compras efetuadas por esse país no decorrer da vigência da declaração de preço máximo, sob reserva das disposições da alínea b) do parágrafo 2º e da alínea b) do parágrafo 3º do presente artigo,

a) serão tomadas em consideração quando efetuadas em qualquer país exportador, inclusive aquele a respeito do qual a declaração de preço máximo foi feita;

b) não se tomarão em consideração quando efetuadas num país não exportador.

Artigo 6

Preço do trigo

1. a) Os preços mínimos e máximos básicos, enquanto vigorar o presente Acôrdo, serão:

Mínimo \$ 1.62 1/2 dólar canadense
Máximo \$ 2.02 1/2 dólar canadense por "bushel", à paridade do dólar canadense, fixada para os fins do Fundo Monetário Internacional, em 1º de março de 1949, para o Trigo Manitoba Northern nº 1, a granel, em armazém de Fort William/Port Arthur. Os preços mínimos e máximos básicos, e seus equivalentes mencionados a seguir, não compreenderão as despesas de armazenagem e de comercialização que o comprador e o vendedor fixarem de comum acordo.

b) As disposições relativas ao preço máximo não se aplicam ao trigo "durum" nem as sementes de trigo certificadas.

c) As despesas de armazenagem combinadas entre o comprador e o vendedor, só serão imputáveis ao comprador depois de uma data fixada de comum acordo e estipulada no contrato em cujos termos o trigo é vendido.

2. O preço máximo equivalente do trigo a granel para:

a) O trigo Manitoba Northern número 1, a granel, em armazém de Fort William/Port Arthur, estipulado no parágrafo 1º do presente artigo;

b) O trigo Manitoba Northern número 1, F. o. b., Port Churchill, Manitoba, é o preço equivalente ao preço c. & f. país de destino do preço máximo para o trigo Manitoba Northern nº 1, a granel, em armazenagem de Fort William/Port Arthur, estipulado no parágrafo 1º do presente artigo e calculado em função das despesas de transporte e das taxas de câmbio em vigor;

c) trigo da Argentina em Armazéns de portos oceânicos é o preço máximo para trigo Manitoba Northern nº 1, a granel, em armazém de Fort William/Port Arthur, estipulado no parágrafo 1º do presente artigo, convertido na moeda argentina à taxa de câmbio em vigor, fazendo-se os ajustes de preço correspondentes às diferenças de qualidade que venha a ser aceita, de comum acordo, entre os países exportador e importador interessados;

d) o trigo da Austrália "f.a.q." em armazéns de portos oceânicos é o preço máximo para o trigo Manitoba Northern nº 1, a granel, em armazém de Fort William/Port Arthur, estipulado no parágrafo 1º do presente artigo, convertido em moeda australiana à taxa de câmbio em vigor, fazendo-se os ajustes de preço correspondentes às diferenças de qualidade que venham a ser aceitas, de comum acordo, pelos países exportador e importador interessados;

e) o trigo da França, em amostras ou sob descrição, f.o.b., nos portos franceses ou entregues na fronteira francesa, conforme o caso, é preço equivalente ao preço c.&f. no país de destino, ou ao preço c. & f. num porto apropriado, para entrega ao país de destino, do preço máximo para o trigo Manitoba Northern nº 1, a granel, em armazenagem de Fort William/Port Arthur, estipulado no parágrafo 1º do presente artigo calculado em função das despesas de transporte e das taxas de câmbio em vigor, fazendo-se os ajustes de preço correspondentes às diferenças de qualidade que venham a ser aceitas, de comum acordo, pelos países exportador e importador interessados;

f) o trigo da Itália, em amostras ou sob descrição, f.o.b., nos portos ita-

lianos ou entregue na fronteira italiana, conforme o caso, é o preço equivalente ao preço c. & f. no país de destino, ou ao preço c. & f. no porto apropriado para entrega ao país de destino, do preço máximo para o trigo Manitoba Northern nº 1, a granel, em armazém de Fort William/Port Arthur estipulado no parágrafo 1º do presente artigo calculado em função das despesas de transporte e das taxas de câmbio em vigor, fazendo-se os ajustamentos de preço correspondentes às diferenças de qualidade que venham a ser aceitas, de comum acordo, pelos países exportador e importador interessados;

g) 1 - o trigo do México, em amostras ou sob descrição, f.o.b., nos portos mexicanos do Golfo do México ou entregue na fronteira mexicana, conforme o caso, é o preço equivalente ao preço c.&f. no país de destino, do preço máximo para o trigo Manitoba Northern nº 1, a granel, em armazém de Fort William/Port Arthur estipulado no parágrafo 1º do presente artigo calculado em função das despesas de transporte e das taxas de câmbio em vigor, fazendo-se os ajustamentos de preço correspondentes às diferenças de qualidade que venham a ser aceitas, de comum acordo, pelos países exportador e importador interessados;

2 - O trigo do México, em amostra ou sob descrição, em armazém de portos mexicanos do pacífico, e o preço máximo para o trigo Manitoba Northern nº 1, a granel, em armazém de Fort William/Port Arthur, estipulado no parágrafo 1º do presente artigo, calculado por conversão em moeda mexicana à taxa de câmbio em vigor, fazendo-se os ajustamentos de preço correspondentes às diferenças de qualidade que venham a ser aceitas, de comum acordo, pelos países exportador e importador interessados;

h) o trigo da Espanha, em amostra ou sob descrição, f. o. b., nos portos espanhóis ou entregue na fronteira espanhola, conforme o caso é o preço equivalente ao preço c. & f. no país de destino, ou ao preço c. & f. num porto apropriado para entrega ao país de destino, do preço máximo para o trigo Manitoba Northern nº 1, a granel, em armazém de Fort William/Port Arthur, estipulado no parágrafo 1º do presente artigo, calculado em função das despesas de transporte e das taxas de câmbio em vigor, fazendo-se os ajustamentos de preço correspondentes às diferenças de qualidade que venham a ser aceitas, de comum acordo, pelos países exportador e importador interessados;

i) o trigo da Suécia, em amostra, ou sob descrição, f.o.b., nos portos suecos entre Estocolmo e Gotemburgo, inclusive esses dois portos, é o preço equivalente ao preço c. & f. no país de destino do preço máximo para o trigo Manitoba Northern nº 1, a granel, em armazém de Fort William/Port Arthur, estipulado no parágrafo 1º do presente artigo, calculado em função das despesas de transporte e das taxas de câmbio em vigor, fazendo-se os ajustamentos de preço correspondentes às diferenças de qualidade que venham a ser aceitas, de comum acordo, pelos países exportador e importador interessados;

j) o trigo Heavy Dark Northern Spring nº 1, em armazém de Duluth/Superior, é o preço máximo para o trigo Manitoba Northern nº 1, a granel, em armazém de Fort William/Port Arthur, estipulado no parágrafo 1º do presente artigo, calculado em função das taxas de câmbio em vigor, fazendo-se os ajustamentos de preço correspondentes às diferenças de qualidade que venham a ser aceitas, de comum acordo, pelos países exportador e importador interessados;

k) o trigo Hard Winter nº 1, f.o.b., nos portos dos Estados Unidos da América, Golfo e Costa do Atlântico, é o preço equivalente ao preço c. & f. no Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte, do preço máximo

para o trigo Manitoba Northern nº 1, a granel, em armazém de Fort William/Port Arthur, estipulado no parágrafo 1º do presente artigo e calculado em função das despesas de transporte e das taxas de câmbio em vigor, fazendo-se os ajustamentos de preço correspondente às diferenças de qualidade que venham a ser aceitas, de comum acordo, pelos países exportador e importador interessados;

l) o trigo Soft White nº 1 ou trigo Hard Winter nº 1, em armazém de portos dos Estados Unidos da América na costa do Pacífico, e o preço máximo para o trigo Manitoba Northern número 1, a granel, em armazém de Fort William/Port Arthur, estipulado no parágrafo 1º do presente artigo e calculado em função da taxa de câmbio em vigor, fazendo-se os ajustamentos de preço correspondentes às diferenças de qualidade que venham a ser aceitas, de comum acordo, pelos países exportador e importador interessados;

m) o trigo soviético South Winter, f.o.b., nos portos de Mar Negro ou do Mar Báltico ou na fronteira da URSS conforme o caso, é o preço equivalente ao preço c. & f. no país de destino, que corresponde ao preço máximo para o trigo Manitoba Northern nº 1, a granel, em armazém de Fort William/Port Arthur, estipulado no parágrafo 1º do presente artigo, calculado em função das despesas de transporte e das taxas de câmbio em vigor, fazendo-se os ajustamentos de preço correspondentes às diferenças de qualidade que venham a ser aceitas, de comum acordo, pelos países exportador e importador interessados;

3. O preço mínimo equivalente do trigo a granel para:

a) o trigo Manitoba Northern nº 1, f. o. b., Vancouver;

b) o trigo Manitoba Northern nº 1, f.o.b., Port Churchill, Manitoba;

c) o trigo da Argentina, f.o.b., da Argentina;

d) trigo f.a.q.f.o.b. Austrália;

e) o trigo do México, em amostra ou sob descrição, f.o.b., em portos mexicanos ou entregue na fronteira mexicana, conforme o caso;

f) o trigo Hard Winter nº 1, f.o.b., nos portos dos Estados Unidos da América no golfo e na costa do Atlântico;

g) o trigo Soft White nº 1, ou o trigo Hard Winter nº 1, f.o.b. nos portos dos Estados Unidos da América na costa do Pacífico;

h) o trigo soviético South Winter, f.o.b., nos portos de Mar Negro ou do Mar Báltico ou na fronteira da URSS, conforme o caso, é respectivamente:

o preço f.o.b. Vancouver, Port Churchill, Argentina, Austrália, portos mexicanos, portos dos Estados Unidos da América no golfo e na costa do Atlântico e no Pacífico, portos no Mar Negro e Mar Báltico da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, equivalente ao preço c.&f. Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte do preço mínimo, para o trigo Manitoba Northern nº 1, a granel, em armazém de Fort William/Port Arthur, estipulado no parágrafo 1º do presente artigo calculado em função das despesas de transporte e taxas de câmbio em vigor, fazendo-se os ajustamentos de preço correspondentes às diferenças de qualidade que venham a ser aceitas, de comum acordo, pelos países exportador e importador interessados;

i) o trigo Heavy Dark Northern Spring nº 1, em armazém Sulith/Superior, é o preço mínimo do trigo Manitoba Northern nº 1, a granel, em armazém de Fort William/Port Arthur, estipulado no parágrafo 1º do presente artigo, calculado em função das taxas de câmbio em vigor, fazendo-se os ajustamentos de preço correspondentes às diferenças de qualidade que venham a ser aceitas, de comum acordo, pelos países exportador e importador interessados;

j) o trigo de França, em amostra ou sob descrição, f.o.b., nos portos franceses, ou entregue na fronteira francesa, conforme o caso;

k) o trigo da Itália, em amostra ou sob descrição, f.o.b., em portos italianos ou entregue na fronteira italiana, conforme o caso;

l) o trigo da Espanha, em amostra ou sob descrição, f.o.b., em portos espanhóis ou entregue na fronteira espanhola, conforme o caso;

m) o trigo da Suécia, em amostra ou sob descrição, f.o.b., nos portos suecos entre Estocolmo e Gullenborg inclusive esses dois portos, é o preço equivalente ao preço c. & f. no país de destino ou ao preço c. & f. num porto apropriado para entrega ao país de destino, do preço mínimo do trigo Manitoba nº 1, a granel em armazém de Fort William/Port Arthur, estipulado no parágrafo 1º do presente artigo, calculado em função das despesas de transporte e das taxas de câmbio em vigor, fazendo-se os ajustamentos de preço correspondentes às diferenças de qualidade que venham a ser aceitas, de comum acordo, pelos países exportador e importador interessados.

4. Durante o período de navegação fechada entre Fort William/Port Arthur e os portos canadenses do Atlântico, os preços máximos e mínimos, equivalentes, são fixados levando-se em conta apenas o movimento do trigo por via lacustre ou por estrada de ferro Fort William/Port Arthur aos portos canadenses de inverno.

5. O Comité Executivo poderá fixar, após consulta ao Comité Consultivo de Equivalências de Preços, os preços mínimos e máximo equivalentes para o trigo que se encontre em outros locais que não os acima estipulados; poderá igualmente reconhecer qualquer descrição, variedade, classe, grau ou qualidade de trigo que não os mencionados nos parágrafos 4º e 5º do presente artigo, e determinar-lhes os preços mínimos e máximos equivalentes, ficando entendido que, no caso de qualquer outro trigo, cujo preço equivalente ainda não haja sido determinado, os preços mínimos e máximos serão provisoriamente determinados em função dos preços mínimos e máximos da descrição, variedade, classe tipo, grau ou qualidade do trigo especificados no presente artigo, ou reconhecidos posteriormente pelo Comité Executivo após consulta ao Comité Consultivo de Equivalências de Preços, os quais mais se aproximam de novo trigo pela adição de uma bonificação adequada ou pela dedução de um desconto adequado.

6. Se qualquer país exportador ou importador notificar ao Comité Executivo que um preço equivalente determinado em conformidade com os parágrafos 2, 3, e 5 do presente artigo, não é mais à luz das tarifas de transporte, das taxas de câmbio, das bonificações ou desconto em vigor, um preço equitativo, o Comité Executivo examinará a questão e poderá, após consulta ao Comité Consultivo de Equivalência de Preços, fazer o ajustamento que achar desejável.

7. Ao serem estabelecidos, os preços mínimos e máximos equivalentes, de acordo com os parágrafos 2, 3, 5, ou 6 do presente artigo, e sob reserva das disposições do artigo 16, relativas ao trigo "durum" e ao trigo de plantio certificado, não será feito ajustamento de preço correspondente a diferenças de qualidade que possa resultar na fixação de preços mínimos e máximos equivalentes para o trigo, seja ele qual for, a um nível superior aos preços básicos, mínimos ou máximos, conforme o caso, estipulado no parágrafo 1.

8. Em caso de litígio sobre o montante da bonificação ou desconto que, para os fins dos parágrafos 5 e 6 do presente artigo, convenha aplicar a qualquer descrição de especificado no parágrafo 2 ou 3 ou reconhecida nos

térmos do parágrafo 5, o Comité Executivo, após consulta ao Comité Consultivo de Equivalência de Preços, resolverá a questão a pedido do país exportador ou importador interessado.

9. Todas as decisões do Comité Executivo, tomadas em virtude do disposto nos parágrafos 5, 6 e 8 do presente artigo, obrigarão todos os países exportadores, ficando entendido que, se qualquer desses países se considerar prejudicado por alguma dessas decisões, poderá pedir ao Comité que a reconsidere.

Artigo 5

Preços da farinha de trigo

1. As compras comerciais de farinha de trigo serão consideradas como sendo efetuadas por preços em consonância com os preços do trigo especificados ou estabelecidos em conformidade com o artigo 6, e menos que o Conselho receba de um país exportador ou importador uma declaração em sentido contrário, devidamente fundamentada, caso em que, com o concurso dos países interessados, examinará a questão e se pronunciará sobre a conformidade dos preços.

2. O Conselho, em colaboração com qualquer país exportador ou importador, poderá fazer estudos sobre os preços da farinha de trigo em relação aos preços do trigo.

Artigo 8

Países que ora exportam ora importam o trigo

1. Durante a vigência do presente Acordo e para fins de sua aplicação, os países mencionados no Anexo B, serão considerados exportadores e os países mencionados no Anexo C importadores.

2. Exceto quando se tratar de trigo desnaturado para forragem, destinado a alimentação de gado, todo país mencionado no Anexo C, que usar trigo a disposição de um país exportador ou importador, deverá oferecer-lhe a preços compatíveis com a escala de preços e evitar, no curso de tal operação, qualquer medida que possa prejudicar a boa execução do presente Acordo.

3. Todo país mencionado no Anexo B que desejar comprar trigo deverá esforçar-se, na medida do possível, por efetuar compras em países exportadores por preços incluídos na escala de preços e evitar, fazendo-o, qualquer medida que possa prejudicar a boa execução do presente Acordo.

PARTE III

AJUSTES

Artigo 9

Ajustes em caso de colheita insuficiente

1. Qualquer país exportador que receie ser impedido, em virtude de uma colheita insuficiente, de cumprir suas obrigações decorrentes do presente Acordo no curso de um determinado ano-safra, comunicará com a maior brevidade a situação ao Conselho e lhe solicitará dispensa de parte ou da totalidade de suas obrigações relativas aquele ano-safra. Toda solicitação feita ao Conselho em conformidade com o presente parágrafo será examinada sem demora.

2. Para pronunciar-se sobre um pedido de dispensa, feito de acordo com o presente artigo, o Conselho estudará a situação dos fornecimentos do país exportador e examinará até que ponto esse país respeitou o princípio segundo o qual deve, na medida máxima das suas possibilidades, colocar trigo à disposição dos países importadores a fim de cumprir suas obrigações decorrentes do presente Acordo.

3. Para pronunciar-se sobre um pedido de dispensa feito de acordo com o presente artigo, o Conselho levará

igualmente em conta a importância atribuída ao fato de que cumpre ao país exportador respeitar o princípio constante do § 2º do presente artigo.

4. Se o Conselho verificar que o pedido do país exportador tem fundamento, decidirá em que medida e em que condições será aquele país dispensado de suas obrigações relativas ao ano-safra em questão. O Conselho informará o país exportador da sua decisão.

5. Se o Conselho decidir que o país exportador será dispensado do total ou de parte de suas obrigações, nos termos do art. 5º, para o ano-safra em questão, aumentará as obrigações dos outros países exportadores, representadas pelas quantidades básicas, até o limite aceito por cada um deles.

6. Se a dispensa concedida em virtude do § 4º do presente artigo não puder ser inteiramente compensada pelas medidas previstas no § 5º, o Conselho reduzirá a parte proporcional os direitos dos países importadores, representados pelas quantidades básicas, levando em conta reduções feitas de acordo com o § 5º.

7. Se a obrigação de um país exportador, representada por sua quantidade básica, for reduzida de acordo com o § 4º do presente artigo, a quantidade correspondente a tal redução será considerada, para o fim do estabelecimento da quantidade básica desse país e de todos os outros países exportadores nos anos-safra seguintes, como se tivesse sido comprada àquele país exportador durante o ano-safra em questão. Dada a situação, o Conselho determinará o montante e as modalidades dos ajustes que, se for o caso, caberá realizar para determinar, em consequência das compensações efetuadas de acordo com o presente parágrafo, as quantidades básicas dos países importadores durante os anos-safra seguintes.

8. Se o direito de um país importador, representado por sua quantidade básica, for reduzido durante um ano-safra, de acordo com os §§ 5º e 6º do presente artigo, para compensar a dispensa concedida a um país exportador em virtude do § 4º, a quantidade correspondente a tal redução será considerada como se tivesse sido comprada, durante o ano-safra em questão, àquele país exportador para os fins de estabelecimento da quantidade básica desse país importador nos anos-safra seguintes.

Artigo 10

Ajustes em caso de necessidade de salvaguardar o balanço de pagamentos ou as reservas monetárias

1. Qualquer país importador que receie poder ser impedido, pela necessidade de salvaguardar seu balanço de pagamentos ou suas reservas monetárias, de cumprir suas obrigações decorrentes do presente Acordo, durante determinado ano-safra, deverá, com a maior brevidade possível, comunicar a situação ao Conselho e solicitar-lhe dispensa de parte ou de todas as suas obrigações relativas aquele ano-safra. Qualquer solicitação feita ao Conselho em conformidade com o presente parágrafo será examinada sem demora.

2. Se uma solicitação for feita em conformidade com o § 1º do presente artigo, o Conselho solicitará e examinará, juntamente com todos os fatores que julgar pertinentes, na medida em que o assunto interessar a um país membro do Fundo Monetário

Internacional, a opinião do Fundo sobre a existência e a extensão da necessidade de que trata o § 1º.

3. Para pronunciar-se sobre um pedido de dispensa feito de acordo com o presente artigo, o Conselho levará em conta a importância atribuída a que o país importador observe o princípio segundo o qual deverá, na medida das suas possibilidades, efetuar compras a fim de cumprir suas obrigações decorrentes do presente Acordo.

4. Se o Conselho verificar que o pedido do país importador tem fundamento, decidirá em que medida e em que condições será aquele país dispensado de suas obrigações durante o ano-safra em questão. O Conselho comunicará sua decisão ao país importador.

Artigo 11

Ajustes e compras adicionais em caso de necessidade crítica

1. Se uma necessidade crítica surgir ou ameaçar surgir em seu território, todo país importador poderá apelar para o Conselho a fim de que o auxilie na procura de suprimentos de trigo. Para remediar tal situação crítica, o Conselho examinará esse apelo, no mais breve prazo possível, e dirigirá aos países exportadores e importadores recomendações sobre as medidas a serem tomadas.

2. Ao pronunciar-se sobre as recomendações a formular para dar prosseguimento ao pedido que lhe dirigir um país importador, de acordo com o parágrafo precedente, o Conselho, em vista da situação, levará em conta as compras comerciais efetivas feitas por esse país aos países exportadores ou o limite das suas obrigações nos termos do art. 4º.

3. Nenhuma medida tomada por um país exportador ou importador, em conformidade com uma recomendação feita de acordo com o § 1º do presente artigo, importará em alteração da quantidade básica de qualquer país exportador ou importador nos anos-safra seguintes.

Artigo 12

Outros ajustes

1. Um país exportador poderá transferir parte do seu saldo de obrigações a outro país exportador e um país importador poderá transferir parte de seu saldo de direitos a outro país importador pela duração de um ano-safra, dependendo da aprovação do Conselho por maioria de votos expressos dos países exportadores e importadores.

2. Qualquer país importador poderá a qualquer tempo, por notificação escrita ao Conselho, aumentar a percentagem de compras que se compromete a efetuar em conformidade com o § 1º do art. 4º. Esse aumento tornar-se-á efetivo a partir da data do recebimento da notificação.

3. Se qualquer país importador julgar que seus interesses, no que diz respeito a percentagem de suas obrigações, assumidas de acordo com as disposições do § 1º do art. 4º e do Anexo A do presente Acordo, são gravemente prejudicados, não participará no presente Acordo ou pela retirada de um país mencionado no anexo B e que possua pelo menos 5% dos votos distribuídos no mesmo Anexo B, poderá, por notificação escrita ao Conselho, solicitar uma redução da percentagem de suas obrigações. Nesse caso, o Conselho deduzirá das obrigações desse país importador uma percentagem equivalente à relação que existe entre suas compras comerciais máximas anuais nos anos determinados segundo as disposições do art. 15, no país que não participar do Acordo ou dele se retirar, e sua quantidade básica em relação a todos os países mencionados no Anexo B;

outrossim, reduzirá a percentagem assim revista, deduzindo da mesma a quantidade de 2 1/2%.

4. A quantidade básica de todo país que aderir ao presente Acordo, em conformidade com o § 4º do art. 35, será compensada, em caso de necessidade, por ajustes adequados, para mais ou para menos, das quantidades básicas de um ou vários países exportadores ou importadores, conforme o caso. Esses ajustes não serão aprovados enquanto cada país exportador ou importador cuja quantidade básica se encontrar assim modificada, não notificar seu assentimento.

PARTE IV

DISPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS RELATIVAS AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

Artigo 13

Declarações de preço máximo

1. Logo que um país exportador colocar trigo a disposição de países importadores, exceto trigo "durum" ou trigo de plantio certificado, a preços não inferiores ao preço máximo, esse país o comunicará ao Conselho. Ao receber tal notificação, o Secretário Executivo, agindo em nome do Conselho, fará, salvo nos casos previstos no § 4º do presente artigo e no § 4º do art. 16, uma declaração nesse sentido, denominada no presente Acordo "declaração de preço máximo". O Secretário Executivo comunicará essa declaração de preço máximo, logo que possível, a todos os países exportadores e importadores.

2. Logo que um país exportador colocar novamente trigo a disposição dos países importadores, exceto trigo "durum" ou trigo de plantio certificado, a preços inferiores ao preço máximo, depois de o ter oferecido a preços não inferiores ao preço máximo, esse país o notificará ao Conselho. Recebida a notificação, o Secretário Executivo, em nome do Conselho, fará nova declaração tornando sem efeito a declaração de preço máximo referente a esse país, e comunicará quanto antes essa nova declaração a todos os países exportadores e importadores.

3. O Conselho fixará, no seu regulamento interno, as regras de aplicação dos §§ 1º e 2º do presente Artigo e, sobretudo, as regras que determinem a data em que surtirá efeito toda declaração feita de acordo com o presente artigo.

4. Se o Secretário Executivo julgar, a qualquer momento, que um país exportador deixou de fazer a notificação ao Conselho prevista nos §§ 1º e 2º do presente artigo, ou dirigiu ao Conselho uma notificação inexacta, convocará, sem prejuízo neste último caso das disposições dos §§ 1º ou 2º, uma reunião do Comitê Consultivo das Equivalências de Preços. Se o Secretário Executivo julgar, a qualquer momento, que um país exportador dirigiu uma notificação de acordo com o § 1º, mas que os fatos alegados não justificam uma declaração de preço máximo não fará tal declaração mas submeterá o caso ao Comitê Consultivo. Se o Comitê Consultivo, baseando-se no presente parágrafo ou no art. 31 manifestar a opinião de que uma declaração deveria ou não ser feita, em conformidade com os §§ 1º ou 2º do presente artigo, ou que é inexacta, o Comitê Executivo, em nome do Conselho, poderá, conforme o caso, fazer a referida declaração, abster-se de fazê-la ou anular a declaração já feita. O Secretário Executivo comunicará, logo que possível essa declaração ou anulação a todos os países exportadores e importadores.

5. Toda declaração feita de acordo com o presente artigo deverá especificar o ano ou os anos-safra aos quais se refere, e as disposições do presente Acordo se aplicam em consequência.

6. Se um país exportador ou importador considerar que uma declaração, em virtude do presente artigo, deveria ou não ser feita, conforme o caso, poderá submeter a questão ao Conselho. Se o Conselho verificar que as alegações do país interessado são procedentes, fará a referida declaração ou anulará a já feita.

7. Qualquer declaração de acordo com os §§ 1º, 2º ou 4º que for cancelada em conformidade com o presente artigo, será considerada plenamente em vigor até a data da sua anulação; essa anulação não afetará a validade das medidas tomadas em virtude dessa declaração, antes de ser anulada.

Artigo 14

Medidas a tomar em caso de preço mínimo ou tendente ao mínimo

1. Se um país exportador ou importador colocar ou parecer no ponto de colocar a disposição de países exportadores e importadores trigo a preços não acima do preço mínimo, o Secretário Executivo, após haver informado de tal situação o Comitê Consultivo de Equivalência de Preços e ter-se posto em comunicação, em conformidade com a opinião desse Comitê, com o país interessado, informará disso o Comitê Executivo.

2. Se o Comitê Executivo, após haver estudado a questão, levando em conta o parecer emitido pelo Comitê Consultivo, consoante as disposições do § 1º do presente artigo ou do art. 31, considerar que o país interessado está arriscado a falhar a execução de suas obrigações decorrentes do Acordo no que diz respeito ao preço mínimo, o mesmo Comitê participará a esse país e poderá pedir-lhe que forneça nesse sentido uma declaração que o Comitê examinará posteriormente. Se, depois de ser tomado em consideração as explicações prestadas pelo país interessado o Comitê Executivo for de opinião que esse país está faltando à execução de suas obrigações no tocante ao preço mínimo, informará disso o Presidente do Conselho.

3. Recebida essa informação o Comitê Executivo, o Presidente do Conselho convocará logo que possível uma sessão do Conselho para estudar a questão. O Conselho poderá dirigir aos países exportadores e importadores as recomendações que julgar necessárias para enfrentar a situação.

4. Se o Comitê Consultivo de Equivalência de Preços, no decurso do estudo permanente da situação do mercado que o mesmo efetuará em conformidade com o art. 31, achar que, em razão de uma forte queda no preço de um trigo qualquer se produziu ou há risco eminente de se produzir uma situação suscetível de comprometer a realização dos objetivos do Acordo no tocante ao preço mínimo ou se uma situação dessa natureza for levada ao conhecimento do Comitê Consultivo pelo Secretário Executivo, agindo por sua própria iniciativa ou a pedido de um país exportador ou importador, o referido Comitê informará imediatamente o Comitê Executivo dos fatos em questão. Comunicando essa informação ao Comitê Executivo, o Comitê Consultivo levará especialmente em conta as circunstâncias que provocaram ou arriscam provocar, num mercado qualquer, uma forte queda no preço do trigo em relação ao preço mínimo. O Comitê Executivo, se achar oportuno, informará da situação o Presidente do Conselho, que poderá convocar uma sessão do Conselho para estudar a questão. O Conselho poderá dirigir aos países exportadores e importadores as recomendações que julgar necessárias para enfrentar a situação.

5. Assessorando e informando o Comitê Executivo em conformidade com os §§ 2º e 4º do presente artigo,

o Comitê Consultivo recomendará as medidas que, no que diz respeito a determinação de margens por diferenças de qualidade, achar conveniente sejam adotadas para remediar a situação.

Artigo 15

Determinação das quantidades básicas

1. As quantidades básicas definidas no art. 2º serão determinadas, para cada um dos anos-safra, em função da média das compras comerciais anuais nos quatro primeiros dos cinco anos-safra imediatamente precedentes.

2. Antes do início de cada ano-safra, o Conselho determinará para aquele ano a quantidade básica de cada país exportador em relação a todos os países importadores e a quantidade básica de cada país importador em relação a todos os países exportadores, e a cada um deles em particular.

3. As quantidades básicas determinadas em conformidade com o parágrafo precedente serão ajustadas sempre que ocorrer uma alteração no número de países membros do presente Acordo, levando-se em consideração, se for o caso, as condições de arrendamento estabelecidas pelo Conselho, conforme o art. 35.

Artigo 16

Registro

1. Para os fins da aplicação do presente Acordo, o Conselho constituirá, em cada ano-safra, todas as compras comerciais dos países importadores, qualquer que seja o vendedor, e todas as compras comerciais feitas pelos países importadores aos países exportadores.

2. O Conselho manterá também registros a fim de que fiquem atualizadas, no curso do ano-safra, o saldo das atribuições de cada país exportador em relação a todos os países importadores e o saldo dos direitos de cada país importador em relação a todos os países exportadores, e a cada um deles em particular. Os montantes desses saldos serão comunicados a todos os países exportadores e importadores, a intervalos fixados pelo Conselho.

3. Para os fins do § 2º do presente artigo e do § 1º do art. 4º as compras comerciais feitas por um país importador a um país exportador inscritas nos registros do Conselho, serão registradas também em relação as obrigações dos países exportadores e importadores decorrentes dos arts. 4º e 5º do presente Acordo, ou em relação a essas obrigações modificadas em virtude de outros artigos do presente Acordo, se a época do carregamento estiver compreendida no ano-safra e

a) no caso de países importadores, se as compras forem efetuadas a preços não inferiores ao preço mínimo; e b) no caso de países exportadores, se as compras forem efetuadas a preços compreendidos na escala de preços, inclusive para os fins do art. 5º, do preço máximo. As compras comerciais de farinha de trigo, inscritas nos registros do Conselho, serão igualmente, e nas mesmas condições, registradas em relação às obrigações dos países exportadores e importadores, sob a condição de que o preço dessa farinha seja condizente com um preço de trigo determinado conforme as disposições do art. 7º.

4. Se um país importador e um país que colocar trigo à venda estiverem de acordo sobre esse ponto, as compras comerciais efetuadas a preços superiores ao preço máximo não serão consideradas como infração aos artigos 4º, 5º ou ao § 2º do art. 8º e serão registradas em relação às obrigações dos países interessados, se existirem. Nenhuma declaração de

preço máximo será feita a proposta dessas compras num país exportador e as referidas compras não afetarão em nada as obrigações que o país exportador interessado assumir em relação aos outros países importadores, nos termos do art. 4º.

5. No caso do trigo duro (*durum*), de sementes de trigo certificados, uma compra inscrita nos registros do Conselho será igualmente registrada em relação as obrigações dos países exportadores e importadores e nas mesmas condições, seja ou não seu preço superior ao preço máximo.

6. Sob reserva de que as condições estabelecidas no § 3º do presente artigo sejam cumpridas, o Conselho poderá autorizar o registro de compras para um ano-safra, se:

a) o pedido de carregamento previsto estiver compreendido num prazo razoável, até o limite de um mês, a critério do Conselho, antes do início ou após o fim daquele ano-safra, e

b) os países exportador e importador interessados estiverem de acordo.

7. Durante o período de navegação intercomercial entre Forte William/Port Arthur e os portos canadenses do Atlântico, toda compra de trigo não coberta as disposições do § 4º do art. 5º será inscrita nos registros do Conselho em relação as obrigações do país exportador e do país importador interessado, em conformidade com o presente artigo em se tratando de:

a) trigo canadense transportado exclusivamente por estrada de ferro do Fort William/Port Arthur até os portos canadenses do Atlântico, ou

b) trigo dos Estados Unidos da América que, registradas as circunstâncias alíneas ao conteúdo do comprador e do vendedor, deveria ser transportado por via lacustre e estrada de ferro até os portos atlânticos dos Estados Unidos da América e que, por não poder ser usado esse sistema de transporte único, foi conduzido exclusivamente por estrada de ferro até os portos atlânticos do Estado Unão da América contanto que o comprador e o vendedor estejam de acordo quanto ao pagamento das despesas adicionais de transporte daí resultante.

8. O Conselho estabelecerá um regulamento para a notificação e o registro de todas as compras comerciais e transações especiais. Neste regulamento, o Conselho fixará a frequência e as modalidades pelas quais essas compras e transações deverão ser notificadas e definirá as obrigações dos países exportadores e importadores a respeito. O Conselho estabelecerá também o processo de modificação dos registros ou declarações por ele mantidos, assim como as maneiras de resolver qualquer litígio que possa surgir em relação aos mesmos.

9. Todo país exportador e todo país importador gozará, no cumprimento de suas obrigações, de certa margem de tolerância que será fixada pelo Conselho para cada país, tomando por base a extensão dessas obrigações e outros fatores pertinentes.

10. A fim de manter em dia registros tão completos quanto possível, e para os fins previstos no art. 23, o Conselho registrará separadamente, para cada ano-safra, todas as transações especiais efetuadas por qualquer país exportador ou importador.

Artigo 17

Avaliação das necessidades e disponibilidades do trigo

1. Até 1º de outubro, em se tratando de países do hemisfério setentrional, e até 1º de fevereiro, em se tratando de países do hemisfério meridional, todo país importador notificará ao Conselho as estimativas de suas necessidades comerciais de trigo, a serem supridas pelos países exportadores durante o ano-safra. Posteriormente, todo país importador poderá comunicar ao Conselho as modificações que desejar efetuar nas avaliações.

2. Até 1º de outubro, em se tratando de países do hemisfério setentrional, e até 1º de fevereiro, em se tratando de países do hemisfério meridional, todo país exportador notificará ao Conselho suas estimativas das quantidades de trigo que poderá exportar naquele ano-safra. Posteriormente, todo país exportador poderá comunicar ao Conselho as modificações que desejar efetuar em tais avaliações.

3. Todas as estimativas notificadas ao Conselho serão utilizadas para as necessidades da administração do Acordo e só serão comunicadas aos países exportadores e importadores nas condições fixadas pelo Conselho. As avaliações apresentadas segundo o presente artigo não terão de modo algum caráter de obrigatoriedade.

4. Os países exportadores e importadores terão plena liberdade de cumprir as obrigações assumidas nos termos deste Acordo por meio do comércio particular ou de outro modo. Nenhuma disposição do presente Acordo será interpretada no sentido de dispensar qualquer negociante particular da observância das leis ou regulamentos a que esteja sujeito.

5. O Conselho poderá, se julgar oportuno, exigir que os países exportadores e importadores cooperem para colocar à disposição dos países importadores, em virtude do presente Acordo, depois de 31 de janeiro de cada ano-safra, pelo menos dez por cento das quantidades básicas atribuídas aos países exportadores para o mencionado ano-safra.

Artigo 18

Consultas

1. Para que um país exportador possa avaliar o montante dos seus compromissos no caso de declaração de preço máximo, poderá, sem prejuízo dos direitos de que goza todo país importador, consultar um país importador para averiguar até que ponto o referido país tem a intenção de comprar, durante um determinado ano-safra, de seus direitos decorrentes dos arts. 4º e 5º.

2. Todo país exportador ou importador que encontrar dificuldades em efetuar vendas ou compras de trigo, nos termos do art. 4º, poderá dirigir-se ao Conselho. A fim de resolver satisfatoriamente essas dificuldades, o Conselho consultará todos os países exportadores ou importadores interessados e poderá formular as recomendações que julgar adequadas.

3. Se, na vigência de uma declaração de preço máximo, um país importador encontrar dificuldades em obter a quantidade de trigo correspondente ao saldo de seus direitos no curso de um determinado ano-safra, a preços não superiores ao preço máximo, poderá dirigir-se ao Conselho. Este investigará a situação e consultará os países exportadores sobre a maneira pela qual deverão desincumbir-se de suas obrigações.

Artigo 19

Cumprimento das obrigações assumidas nos termos dos

arts. 4 e 5

1. Logo que possível, após o término de cada ano-safra, o Conselho examinará a maneira pela qual os países exportadores e os países importadores cumpriram as obrigações que assumiram em virtude dos arts. 4 e 5 do presente Acordo, durante aquele ano-safra.

2. Para os fins desse exame, o Conselho levará em conta as tolerâncias por ele determinadas em virtude do § 9 do art. 16.

3. Ao examinar a maneira pela qual um país importador se desincumbiu de suas obrigações durante o ano-safra, o Conselho poderá, a pedido desse país, levar em conta o equivalente em trigo da farinha comprada por esse país a outro país importador, se ficar demonstrado, de maneira satisfatória para o Conselho, que essa farinha foi fabricada em sua totalidade com trigo comprado a países exportadores, em conformidade com as disposições do presente Acordo.

4. Ao examinar a maneira pela qual um país importador se desincumbiu de suas obrigações durante o ano-safra:

a) o Conselho não levará em conta importações excepcionais de trigo procedente de países outros que não os compradores, se ficar demonstrado, de maneira satisfatória para o Conselho que esse trigo foi ou será utilizado exclusivamente para forragem e que a referida importação não se efetuou em detrimento das quantidades normalmente compradas por aquele país importador aos países exportadores. Toda decisão resultante da presente alínea deverá ser tomada pela maioria dos votos dos países exportadores e pela maioria dos votos dos países importadores;

b) o Conselho não levará em conta as importações — procedentes de países outros que não os países exportadores — de trigo desnatado de maneira que o Conselho considerar aceitável para servir de forragem.

5. Ao examinar a maneira pela qual um país importador se desincumbiu de suas obrigações no curso do ano-safra, o Conselho poderá também não levar em conta quaisquer compras de trigo duro (*durum*) efetuadas pelo referido país em outros países importadores que sejam exportadores tradicionais de trigo duro (*durum*).

Artigo 20

Inadimplemento das obrigações assumidas em virtude dos

arts. 4 e 5

1. Se, do exame feito em virtude do art. 18, resultar que um país tenha faltado ao cumprimento das obrigações que assumiu em virtude dos arts. 4 e 5, o Conselho decidirá quais as medidas a serem tomadas.

2. Antes de tomar uma decisão segundo o presente artigo o Conselho facultará a todo país exportador ou importador interessado a oportunidade de apresentar todos os fatos que lhe pareçam pertinentes.

3. Se o Conselho, pela maioria dos votos dos países exportadores e pela maioria dos votos dos países importadores e pela maioria dos votos dos países importadores, verificar que um país exportador ou importador faltou ao cumprimento das obrigações que assumiu em virtude dos arts. 4º e 5º, poderá, mediante a mesma maioria de votos, privar o país em apreço de seu direito de voto pelo período que determinar, reduzir seus outros direitos na medida que julgar proporcional à falta, ou excluí-lo do Acordo.

4. Nenhuma medida tomada pelo Conselho, em virtude deste artigo, reduzirá de qualquer maneira as obrigações do país interessado, no que diz respeito à sua contribuição financeira ao Conselho, salvo no caso de exclusão daquele país do Acordo.

Artigo 21

Medidas a tomar em caso de prejuízos graves

1. Todo país exportador ou importador que achar que seus interesses, como membro do presente Acordo, estejam sendo seriamente lesados por

medidas tomadas por um ou vários países exportadores ou importadores que afetem a execução do Acordo, poderá submeter o assunto ao Conselho. Nesse caso, o Conselho consultará imediatamente os países interessados a fim de resolver a questão.

2. Se a questão não puder ser resolvida mediante tais consultas, o Conselho poderá incumbir o Comitê Executivo ou o Comitê Consultivo de Equivalência de Preços de investigar e apresentar relatório com sugestões. Uma vez recebido esse relatório, o Conselho procederá a um estudo mais aprofundado da questão e, pela maioria dos votos dos países exportadores e pela maioria dos votos dos países importadores, poderá fazer recomendações aos países interessados.

3. Se, conforme o caso, tiverem ou não sido tomadas medidas, em virtude do § 2º do presente artigo, e o país interessado achar que a situação não foi tratada satisfatoriamente, poderá solicitar uma isenção ao Conselho. O Conselho poderá, se julgar oportuno, dispensar aquele país de parte de suas obrigações para aquele ano-safra. A decisão nesse sentido deverá ser tomada mediante dois terços dos votos dos países exportadores e dois terços dos votos dos países importadores.

4. Se o Conselho não conceder isenção em virtude do § 3º do presente artigo, e o país interessado ainda achar que seus interesses, como Membro deste Acordo, estão sendo seriamente lesados, poderá retirar-se do Acordo no fim do ano-safra, mediante notificação por escrito ao Governo dos Estados Unidos da América. Se o assunto houver sido submetido ao Conselho em um dado ano-safra e o exame do pedido de isenção tiver sido concluído no ano-safra seguinte, a retirada do país interessado poderá tornar-se efetiva dentro de trinta dias a partir da conclusão do referido exame, mediante notificação semelhante.

Artigo 22

Litígios e reclamações

1. Com exceção das litígios previstos nos arts. 19 e 20, todo litígio relativo a interpretação ou aplicação do presente Acordo que não for resolvido mediante negociações será, a pedido de uma das partes litigantes, submetido a decisão do Conselho.

2. Sempre que um litígio for submetido ao Conselho, segundo o § 1º do presente artigo, a maioria dos países ou um grupo de países que representem, pelo menos, um terço da totalidade dos votos, poderá pleitear que o Conselho, após pleno debate do assunto e antes de emitir sua decisão, solicite, sobre a questão em litígio, o parecer da Junta Consultiva mencionada no § 3 deste artigo.

3. a) A menos que o Conselho, por unanimidade, decida em contrário, a Junta será composta de:

I) duas pessoas, uma possuidora de grande experiência em questões do gênero da que estiver em litígio, e a outra possuidora de autoridade e experiência em questões jurídicas, ambas designadas pelos países exportadores;

II) duas pessoas, de análoga qualificação, designadas pelos países importadores; e

III) um presidente escolhido por unanimidade pelas quatro pessoas designadas em conformidade com as disposições das alíneas I e II acima ou, em caso de desacordo, pelo Presidente do Conselho.

b) Poderão integrar a Junta Consultiva os nacionais de países cujos Governos são parte no presente Acordo. Os membros da Junta Consultiva agirão a título pessoal e sem receber instruções de qualquer Governo.

c) As despesas da Junta Consultiva serão custeadas pelo Conselho.

4. O parecer justificado da Junta Consultiva será submetido ao Conselho, que, depois de examinar todas as informações relevantes, decidirá o litígio.

5. Toda reclamação que tenha por objeto o inadimplemento, por um país exportador ou importador, das obrigações decorrentes do presente Acórdão, será, a pedido do país reclamante, submetido ao Conselho, que decidirá a respeito.

6. Sob reserva do disposto no art. 20, nenhum país exportador ou importador será considerado como tendo infringido o presente Acórdão senão pela maioria dos votos dos países exportadores e pela maioria dos votos dos países importadores. Sempre que se verificar infração ao presente Acórdão por um país exportador ou importador, determinar-se-á a natureza da infração e, se esta consistir na falta de cumprimento por aquele país das obrigações assumidas em virtude dos arts. 4 ou 5 do presente Acórdão, determinar-se-á também a extensão desta falta.

7. Sob reserva do disposto no artigo 20, se o Conselho verificar que um país exportador ou importador cometeu uma infração ao presente Acórdão, poderá, pela maioria dos votos dos países exportadores e pela maioria dos votos dos países importadores, privar aquele país de seu direito de voto, até que o mesmo cumpra as suas obrigações, ou então excluir-lo do Acórdão.

QUINTA PARTE

EXAME ANUAL — CONSUMO E UTILIZAÇÃO DO TRIGO

Artigo 23

Exame anual da situação mundial do trigo

1. a) Em conformidade com os objetivos do presente Acórdão, enunciados no artigo primeiro, o Conselho procederá anualmente a um exame da situação mundial do trigo e informará os países exportadores e os países importadores da repercussão de qualquer dos fatos apurados sobre o comércio mundial do trigo, a fim de que os Governos desses países os tenham em mente quando determinarem e aplicarem sua política interna em matéria de agricultura e preços.

b) O exame será efetuado a luz das informações disponíveis sobre a produção nacional, estoques, preços, comércio, inclusive colocação de excedentes de trigo e transações especiais, consumo e quaisquer outros fatores julgados pertinentes. Para facilitar esse exame, o Conselho poderá completar tais informações mediante estudos efetuados em colaboração com qualquer país exportador ou importador.

c) Para facilitar ao Conselho o exame das operações relativas à colocação dos excedentes de trigo, os países exportadores e importadores o informarão das medidas adotadas para garantir a observância dos seguintes princípios: para resolver os problemas relacionados com a colocação dos excedentes, os países interessados se esforçarão, na medida do possível, por estimular o consumo e colocar tais excedentes de maneira ordenada; finalmente, quando a colocação de excedentes se efetuar em condições especiais, essas transações deverão processar-se sem interferir de modo prejudicial com os padrões normais da produção e do intercâmbio comercial internacional.

d) Para os fins do exame anual, qualquer país exportador ou importador poderá comunicar ao Conselho toda informação que considerar relacionada com os objetivos do Acórdão. O Conselho, por ocasião do exame anual, levará em conta, quando couber, tais informações.

2. Para os fins do presente artigo do artigo 24 o Conselho tomará na

devida consideração os trabalhos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e os das outras organizações intergovernamentais, sobretudo para evitar duplo emprego e, poderá, sem prejuízo do alcance do parágrafo 1 do artigo 34, concluir os entendimentos que julgar desejáveis para a colaboração, em qualquer de suas atividades, com essas organizações intergovernamentais, bem como os Governos de países membros da Organização das Nações Unidas ou de seus organismos especializados que embora não sejam partes ao presente Acórdão, tenham interesse substancial no comércio internacional do trigo.

3. O presente artigo não restringirá a completa liberdade de ação de qualquer país exportador ou importador, quanto à determinação e execução de sua política interna em matéria de agricultura e preços.

Artigo 24

Consumo e utilização do trigo

1. Quando achar oportuno, o Conselho examinará os meios de aumentar o consumo do trigo e informará devidamente os países exportadores e importadores. Nesse sentido, o Conselho poderá empreender, conjuntamente com os países exportadores e importadores, estudos concernentes sobretudo:

a) aos fatores que influenciam o consumo do trigo em diversos países; e

b) aos meios de estimular o consumo, sobretudo nos países onde se para esse fim, qualquer país exportador ou importador poderá comunicar ao Conselho as informações que julgar pertinentes.

2. Reconhecendo a importância dos problemas especiais que se apresentam aos países em via de desenvolvimento, os países exportadores e os países importadores levarão devidamente em conta o princípio segundo o qual convirá, na medida do possível, utilizar efetivamente os excedentes de trigo para elevar os níveis de consumo e contribuir para o desenvolvimento geral, econômico e comercial, dos países em via de desenvolvimento em que a renda por habitante for baixa. Nos casos de fornecimento de trigo em condições especiais, os países exportadores e os países importadores se comprometerão a efetuar essas transações sem interferência prejudicial aos padrões normais da produção e ao intercâmbio comercial internacional.

3. Qualquer país exportador ou importador que oferecer trigo excedente em condições especiais, graças a um programa subvencionado por um Governo, comprometer-se-á a comunicar prontamente ao Conselho informações pormenorizadas sobre os acordos desse gênero que haja concluído e a notificar regularmente as remessas efetuadas em virtude desses acordos.

SEXTA PARTE

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Artigo 25

Constituição do Conselho

1. O Conselho Internacional do Trigo, criado em virtude do Acórdão Internacional do Trigo de 1949, continuará a existir, para os fins da aplicação do presente Acórdão, com o número de membros, poderes e atribuições previstos no Acórdão.

2. Todo país exportador e todo país importador será membro votante do Conselho e poderá ser representado em suas reuniões por um delegado, suplentes e assessores.

3. Toda organização intergovernamental, que o Conselho decidir convidar para qualquer de suas reuniões, poderá delegar poderes a um representante, que assistirá às mesmas sem direito de voto.

4. O Conselho elegerá um Presidente e um Vice-Presidente, que exer-

cerão suas funções durante um ano-safra. O Presidente não terá direito a voto, e o Vice-Presidente não o terá quando exercer a função de Presidente.

5. O Conselho terá, no território de qualquer país exportador ou importador, e até o limite compatível com as leis de cada país, a capacidade jurídica necessária para o exercício das funções que lhe atribui o presente Acórdão.

Artigo 26

Podêres e atribuições do Conselho

1. O Conselho elaborará o seu Regulamento Interno.

2. O Conselho manterá os registros previstos nas disposições do presente Acórdão e poderá manter outros que julgar convenientes.

3. O Conselho publicará um relatório anual e poderá também publicar quaisquer outras informações (sobretudo seu Estado anual, parte ou sumário do mesmo) sobre questões relacionadas com o presente Acórdão.

4. Além dos poderes e atribuições especificados no presente Acórdão, o Conselho será investido de todos os demais poderes e atribuições necessários ao cabal cumprimento do presente Acórdão.

5. O Conselho poderá, pela maioria de dois terços dos votos expressos dos países exportadores e de dois terços dos votos expressos dos países importadores, delegar o exercício de quaisquer de seus poderes ou funções. O Conselho poderá, em qualquer época, revogar tal delegação de poderes mediante a maioria dos votos expressos. Com ressalva do disposto no artigo 13, toda decisão adotada em decorrência dos poderes ou atribuições delegadas pelo Conselho, em conformidade com as disposições do presente parágrafo, estará sujeita à revisão pelo Conselho, a pedido de qualquer país exportador ou importador, formulado dentro do prazo fixado pelo Conselho. Toda decisão, a respeito da qual não tiver sido feito pedido de revisão dentro do prazo previsto, será obrigatória para todos os países exportadores e importadores.

6. A fim de permitir ao Conselho desincumbir-se de suas funções, nos termos do presente Acórdão, os países importadores e exportadores se comprometerão, após a sua disposição e fornecer-lhe todas as estatísticas e informações de que precisar.

Artigo 27

Votos

1. As delegações dos países exportadores disporão no Conselho dos votos indicados no Anexo B.

2. As delegações dos países importadores disporão no Conselho dos votos indicados no Anexo C.

3. Todo país exportador poderá autorizar qualquer outro país importador, e todo país importador poderá autorizar qualquer outro país exportador, a representar seus interesses e a exercer o direito de voto em uma ou mais sessões do Conselho. Deverá ser apresentada ao Conselho prova satisfatória dessa autorização.

4. Se, na data de uma sessão do Conselho, um país importador ou um país exportador não estiver representado por um delegado credenciado e não houver autorizado outro país a exercer o seu direito de voto, em conformidade com o disposto no parágrafo 3 do presente artigo, ou se, na data de uma sessão, um país houver perdido seu direito de voto, dele houver sido despojado ou o tiver recuperado, em virtude de qualquer das disposições do presente Acórdão, o total de votos de que dispõem os países exportadores se ajustará a uma soma igual ao total de votos de que possam dispor os países importadores nessa sessão, e será redistribuído entre os países exportadores proporcionalmente aos seus votos.

5. Toda vez que um país se tornar parte no presente Acórdão ou deixar de sê-lo, o Conselho redistribuirá os votos estipulados nos Anexos B e C, conforme o caso, proporcionalmente ao número de votos de que dispõe cada um dos países mencionados no referido Anexo.

6. Nenhum país exportador ou importador terá menos de um voto, e não haverá voto fracionado.

Artigo 28

Sede, sessões e quorum

1. A sede do Conselho será em Londres, salvo decisão contrária do Conselho, tomada pela maioria dos votos expressos dos países exportadores e pela maioria dos votos expressos dos países importadores.

2. O Conselho reunir-se-á pelo menos uma vez por semestre do ano-safra e em qualquer outra data escolhida por seu Presidente.

3. O Presidente convocará uma sessão do Conselho se for solicitada: a) por cinco países, ou b) por um ou mais países, que, em conjunto, disponham, pelo menos, de dez por cento da totalidade dos votos, ou c) pelo Comitê Executivo.

4. Em toda reunião do Conselho, será necessária para constituir quorum a presença de delegados que, antes de ter havido qualquer ajuste de votos consoante o artigo 27, representem a maioria de votos dos países exportadores e a maioria dos votos dos países importadores.

Artigo 29

Decisões

1. Salvo disposições em contrário do presente Acórdão, as decisões do Conselho serão tomadas por maioria de votos expressos.

2. Todo país exportador e todo país importador comprometem-se a aceitar como obrigatórias todas as decisões tomadas pelo Conselho, em conformidade com as disposições do presente Acórdão.

Artigo 30

Comitê Executivo

1. O Conselho instituirá um Comitê Executivo. Esse Comitê será composto de representantes de, no máximo, quatro países exportadores, eleitos anualmente pelos países exportadores, e de, no máximo, oito países importadores, eleitos anualmente pelos países importadores. O Conselho nomeará o Presidente do referido Comitê e poderá nomear um Vice-Presidente.

2. O Comitê Executivo será responsável perante o Conselho e funcionará sob a direção geral do mesmo Conselho. Terá os poderes e funções que lhe são expressamente atribuídas pelo presente Acórdão e os demais poderes e funções que o Conselho lhe possa delegar, segundo o parágrafo 5 do artigo 26.

3. Os países exportadores no Comitê Executivo terão o mesmo número total de votos que os países importadores. Os países exportadores no Comitê Executivo repartirão entre si, a seu critério, os votos que lhes couberem, ficando entendido que nenhum deles terá mais de quarenta por cento do total dos votos atribuídos a esses países exportadores. Os países importadores no Comitê Executivo repartirão entre si, a seu critério, os votos que lhes couberem, ficando entendido que nenhum deles terá mais de quarenta por cento do total de votos atribuídos a esses países importadores.

4. O Conselho estabelecerá um regulamento interno sobre a votação no Comitê Executivo e poderá inserir outras cláusulas que julgar convenientes no regulamento interno desse Comitê. Uma decisão do Comitê Executivo necessitará da mesma maioria de votos que o presente Acórdão prevê

Para as decisões tomadas pelo Conselho sobre um assunto semelhante.

5. Todo país exportador ou importador, que não for membro do Comitê Executivo, poderá participar, sem direito de voto, dos debates a respeito de qualquer questão submetida ao Comitê Executivo, sempre que este julgar que os interesses daquele país estão em jogo.

Artigo 31

Comitê Consultivo sobre Equivalência de Preços

1. O Conselho criará um Comitê Consultivo sobre Equivalência de Preços, composto de representantes de, no máximo, quatro países exportadores e quatro países importadores. O Presidente do Comitê Consultivo será nomeado pelo Conselho.

2. O Comitê Consultivo manterá sob permanente vigilância a situação do mercado, sobretudo no tocante às oscilações dos preços do trigo; informará imediatamente o Comitê Executivo, sempre que, a seu ver, uma declaração de preço máximo deva ser feita nos termos do artigo 13 ou sempre que tenha surgido ou haja risco de surgir uma situação do tipo descrito nos parágrafos 1 ou 4 do artigo 14. O Comitê Consultivo, no exercício das funções que lhe atribui o presente parágrafo, levará em consideração todos os fatores que lhe forem apresentados por qualquer país importador ou exportador.

3. O Comitê Consultivo emitirá pareceres em conformidade com as disposições dos artigos pertinentes do presente Acordo, bem como sobre quaisquer outras questões que o Conselho ou o Comitê Executivo lhe possam submeter.

Artigo 32

Secretariado

1. O Conselho terá à sua disposição um Secretariado composto de um Secretário-Executivo, que será seu funcionário administrativo mais graduado, e o pessoal necessário para os trabalhos do Conselho e de seus Comitês.

2. O Conselho nomeará o Secretário-Executivo, que será responsável pela execução das tarefas que incumbirem ao Secretariado para a aplicação do presente Acordo, bem como das que lhe forem atribuídas pelo Conselho e seus Comitês.

3. O pessoal será nomeado pelo Secretário-Executivo, em conformidade com o regulamento estabelecido pelo Conselho.

4. Constituirá condição para o exercício do cargo de Secretário-Executivo, bem como para o de qualquer outra função no quadro do pessoal do Secretariado, que os interessados não tenham, ou não deixem de ter, interesse financeiro no comércio de trigo e que não solicitem nem recebam de qualquer Governo ou de qualquer autoridade estranha ao Conselho instruções relativas às funções que exercem nos termos do presente Acordo.

Artigo 33

Fianças

1. As despesas das Delegações junto ao Conselho, dos representantes no Comitê Executivo e no Comitê Consultivo sobre Equivalência de Preços serão custeadas pelos Governos representados. As demais despesas decorrentes da aplicação do presente Acordo serão cobertas mediante contribuições anuais dos países exportadores e importadores. A contribuição de cada um desses países, para cada ano-safra, será proporcional ao seu número de votos em relação à totalidade dos votos dos países exportadores e importadores, no princípio daquele ano-safra.

2. Em sua primeira sessão após a entrada em vigor do presente Acordo,

o Conselho votará seu orçamento para o período que terminará em 31 de julho de 1963 e fixará as contribuições a serem pagas por cada país exportador e cada país importador.

3. Por ocasião de uma das sessões a serem realizadas no curso do segundo trimestre de cada ano-safra, o Conselho votará seu orçamento para o ano-safra seguinte e fixará a contribuição de cada país exportador e de cada país importador, para aquele ano-safra.

4. A contribuição inicial de todo país exportador ou importador que tenha aderido ao presente Acordo, em conformidade com as disposições do parágrafo 4 do artigo 35, será fixada pelo Conselho, tomando por base o número de votos que lhe couber e o período restante do ano-safra em curso, mas as contribuições fixadas para os países exportadores e importadores para aquele ano-safra, não sofrerão alteração.

5. As contribuições serão exigíveis logo após sua fixação. Todo país exportador ou importador que não tiver pago sua contribuição dentro de um ano a contar da sua fixação, perderá o direito de voto, até que sua contribuição seja paga, mas não ficará dispensado das obrigações que lhe impõe o presente Acordo; nem privado dos demais direitos que este lhe conferir, salvo decisão do Conselho, tomada pela maioria dos votos dos países exportadores e pela maioria dos votos dos países importadores.

6. O Conselho publicará, no curso de cada ano-safra, um balanço comprovado de sua receita e despesa no ano-safra anterior.

7. O Governo do país onde tiver sede o Conselho concederá isenção de impostos sobre os salários pagos pelo Conselho aos seus funcionários; contudo, essa isenção não se aplicará aos nacionais daquele país. Concederá também isenção de impostos sobre os bens, rendas e outros haveres do Conselho.

8. Antes de sua dissolução, o Conselho providenciará a liquidação de seu passivo e a disposição de seu ativo e arquivos.

Artigo 34

Cooperação com outras Organizações Intergovernamentais

1. O Conselho poderá tomar as providências que achar adequadas para assegurar o necessário intercâmbio de informações e cooperação com os órgãos competentes das Nações Unidas e suas agências especializadas, bem como com outras organizações intergovernamentais.

2. Se o Conselho verificar que qualquer disposição do presente Acordo é fundamentalmente incompatível com as obrigações estabelecidas pelas Nações Unidas, ou pelos seus órgãos competentes e agências especializadas, para ajustes intergovernamentais sobre produtos de base, tal incompatibilidade será considerada como obstáculo à boa aplicação do presente Acordo e proceder-se-á conforme o disposto nos parágrafos 3, 4 e 5 do artigo 36.

SETÍMA PARTE

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 35

Assinatura, aceitação, adesão e entrada em vigor

1. O presente Acordo ficará aberto à assinatura dos Governos dos países mencionados nos Anexos B e C, na cidade de Washington, de 19 de abril de 1962 até 15 de maio de 1962, inclusive.

2. Este acordo estará sujeito à aceitação dos Governos signatários, de acordo com os seus respectivos preceitos constitucionais. Ressalvadas as disposições do parágrafo 3 do presente artigo, os instrumentos de aceitação deverão ser depositados junto ao Governo dos Estados Unidos da

América o mais tardar até 16 de julho de 1962.

3. O presente Acordo estará aberto à adesão do Governo de qualquer dos países relacionados nos anexos B ou C. Ressalvadas as disposições do parágrafo 8 do presente artigo, os instrumentos de adesão deverão ser depositados junto ao Governo dos Estados Unidos da América, o mais tardar até 16 de julho de 1962. Contudo, qualquer dos Governos referidos, se não for beneficiado por uma prorrogação de prazo, consoante as disposições do parágrafo 8, e em todo caso, depois de 16 de julho de 1963, poderá aderir ao presente Acordo em virtude do parágrafo 4 deste artigo.

4. O Conselho poderá, por maioria de dois terços dos votos expressos pelos países exportadores e de dois terços dos votos expressos pelos países importadores, aprovar a adesão ao presente Acordo do Governo de qualquer Estado Membro da Organização das Nações Unidas ou de suas agências especializadas ou de qualquer Governo convidado à Conferência do Trigo das Nações Unidas de 1962; o Conselho poderá estabelecer as condições para essa adesão e, em tal caso, determinará as quantidades básicas do país interessado, em conformidade com os artigos 12 e 15. A adesão efetuar-se-á mediante o depósito do instrumento de adesão junto ao Governo dos Estados Unidos da América.

5. A primeira, terceira e sétima parte do presente Acordo entrarão em vigor em 16 de julho de 1962 e a segunda parte em 1º de agosto de 1962, entre os Governos que, em 16 de julho de 1962, hajam aceitado o Acordo ou aderido ao mesmo em conformidade com os parágrafos 2 ou 3 do presente artigo, contanto que esses Governos representem pelo menos, dois terços dos votos dos países exportadores e dois terços dos votos dos países importadores, segundo a distribuição estabelecida nos Anexos B e C. Em relação aos Governos que depositarem posteriormente um instrumento de aceitação ou adesão, o Acordo entrará em vigor na data desse depósito.

6. Para os fins da entrada em vigor do presente Acordo, conforme as disposições do parágrafo 5 do presente artigo, será considerada como equivalente a um instrumento de aceitação ou adesão uma notificação por meio da qual qualquer Governo signatário ou qualquer Governo com o direito de aderir ao presente Acordo em virtude do parágrafo 3, se comprometa a esforçar-se por conseguir, dentro do melhor prazo possível, a aceitação do presente Acordo ou a adesão ao mesmo segundo os preceitos constitucionais, desde que a mencionada notificação seja recebida pelo Governo dos Estados Unidos da América o mais tardar até 16 de julho de 1962. Fica entendido que o Governo que enviar essa notificação aplicará provisoriamente este Acordo até depositar seu instrumento de aceitação ou adesão, conforme os parágrafos 2 e 3, ou até a expiração do prazo no qual tal instrumento deveria ter sido depositado.

7. Se, em 16 de julho de 1962, as condições estipuladas nos parágrafos antecedentes para a entrada em vigor do presente Acordo não tiverem sido preenchidas, os Governos dos países que, nesta data, tiverem aceitado o presente Acordo ou a ele aderido, em conformidade com o disposto nos parágrafos 2 e 3 do presente artigo, poderão decidir, de comum acordo, que para eles o Acordo entrará em vigor, ou então poderão tomar quaisquer outras medidas que, nas circunstâncias, julgarem apropriadas.

8. O Conselho poderá conceder uma prorrogação de prazo, para o depósito do instrumento de aceitação ou de adesão, a todo Governo que não tiver aceitado o presente Acordo ou a ele aderido em 16 de julho de 1962, conforme o disposto nos parágrafos 2

ou 3 deste artigo, não podendo essa prorrogação ultrapassar a data de 16 de julho de 1963.

9. Quando, para os fins da aplicação do presente Acordo, se fizer referência aos países relacionados nos Anexos B ou C, considerar-se-á incluído naquele Anexo todo país cujo Governo haja aderido ao presente Acordo nas condições estipuladas pelo Conselho, em conformidade com o parágrafo 4 do presente artigo.

10. O Governo dos Estados Unidos da América notificará a todos os Governos que tenham assinado o presente Acordo ou a ele aderido toda assinatura e aceitação deste Acordo e toda adesão ao mesmo, bem como todas as notificações feitas nos termos do parágrafo 6 deste artigo.

Artigo 36

Duração, emendas, retirada e terminação

1. O presente Acordo vigorará até 31 de julho de 1965, inclusive.

2. O Conselho, quando julgar oportuno, comunicará aos países exportadores e importadores suas recomendações referentes à renovação ou à substituição do presente Acordo. O Conselho poderá convidar os Governos dos Estados Membros da Organização das Nações Unidas ou de suas agências especializadas que, sem serem partes no presente Acordo, tenham interesse substancial no comércio internacional do trigo, a participar de qualquer de seus debates sobre a matéria deste parágrafo.

3. O Conselho poderá, mediante a maioria dos votos dos países exportadores e a maioria dos votos dos países importadores, recomendar aos países exportadores e importadores uma emenda ao presente Acordo.

4. O Conselho poderá fixar um prazo dentro do qual cada país exportador e cada país importador deverá notificar ao Governo dos Estados Unidos da América se aceita ou rejeita a emenda. A emenda tornar-se-á efetiva com sua aceitação pelos países exportadores que representem dois terços dos votos dos países exportadores e pelos países importadores que representem dois terços dos votos dos países importadores.

5. Todo país exportador ou importador que não tenha notificado ao Governo dos Estados Unidos da América a sua aceitação de uma emenda até a data em que esta se tornar efetiva, poderá, após ter enviado, por escrito, ao Governo dos Estados Unidos da América a notificação de retirada que o Conselho exigir para cada caso, retirar-se do presente Acordo no fim do ano-safra, em curso, mas não ficará, por isso, desobrigado de qualquer compromisso decorrentes do presente Acordo e que não tiverem sido cumpridos até o fim daquele ano-safra. Todo país que se retirar desta forma não ficará obrigado pelas disposições da emenda que provocou sua retirada.

6. Todo país exportador que considerar seus interesses gravemente prejudicados pela não participação no presente Acordo de um país mencionada no Anexo C e que represente pelo menos cinco por cento dos votos distribuídos naquele Anexo, ou todo país importador que considerar seus interesses gravemente prejudicados pela não participação no presente Acordo de um país mencionado no Anexo B e que represente pelo menos cinco por cento dos votos distribuídos no mesmo Anexo, poderá retirar-se do presente Acordo mediante notificação, por escrito, ao Governo dos Estados Unidos da América, antes de 1º de agosto de 1962. Se uma prorrogação de prazo tiver sido concedida pelo Conselho em virtude do parágrafo 8 do artigo 35, a notificação de retirada, conforme o presente parágrafo, poderá ser feita dentro dos limites das que se seguirem à expiração da prorrogação.

7. Todo país exportador ou importador que considerar sua segurança nacional ameaçada em consequência do início de hostilidades, poderá retirar-se do presente Acordo, transcorridos trinta dias a contar da data da notificação prévia, por escrito, ao Governo dos Estados Unidos da América; ou poderá, primeiro, dirigir-se ao Conselho para solicitar dispensa de parte ou da totalidade das suas obrigações decorrentes do presente Acordo.

8. Todo país exportador que considerar seus interesses gravemente prejudicados pela retirada do presente Acordo de um país mencionado no Anexo C e que represente pelo menos cinco por cento dos votos distribuídos naquele Anexo, ou todo país importador que considerar seus interesses gravemente prejudicados pela retirada do presente Acordo de um país relacionado no Anexo B e que represente pelo menos cinco por cento dos votos distribuídos no mesmo Anexo, poderá retirar-se do presente Acordo mediante notificação, por escrito, ao Governo dos Estados Unidos da América, dentro dos catorze dias que se seguirem à retirada do país considerado ou seja desse grave prejuízo.

9. O Governo dos Estados Unidos da América levará ao conhecimento de todos os Governos que tenham assinado o presente Acordo ou a ele aderido todas as notificações e avisos prévios recebidos em virtude do presente artigo.

Artigo 37

Aplicação territorial

1. Qualquer Governo poderá, por ocasião da assinatura ou aceitação do presente Acordo ou da adesão ao mesmo, declarar que seus direitos e obrigações decorrentes do presente Acordo não prevalecerão relativamente a todos ou a parte dos territórios não metropolitanos por cujas relações internacionais for responsável.

2. Com exceção dos territórios a respeito dos quais tiver sido feita uma declaração, conforme o disposto no parágrafo 1 do presente artigo, os direitos e obrigações assumidos por qualquer Governo, nos termos do presente Acordo, aplicar-se-ão a todos os territórios não metropolitanos por cujas relações internacionais aquele Governo for responsável.

3. Qualquer Governo poderá a qualquer tempo depois da sua aceitação do presente Acordo ou de sua adesão ao mesmo, e mediante notificação ao Governo dos Estados Unidos da América, declarar que seus direitos e obrigações decorrentes do presente Acordo se aplicarão a todos ou a parte dos territórios não metropolitanos em relação aos quais tenha feito uma declaração nos termos do parágrafo 1 deste artigo.

4. Por notificação dirigida ao Governo dos Estados Unidos da América, qualquer Governo poderá retirar do presente Acordo todos ou qualquer um dos territórios não metropolitanos por cujas relações internacionais for responsável.

5. Para fins da determinação das quantidades básicas, conforme o disposto no artigo 15, e da redistribuição dos votos, conforme o disposto no artigo 27, qualquer alteração, nos termos deste artigo, na aplicação do presente Acordo será considerada como uma alteração no sentido apropriado do número de países partes no presente Acordo.

6. O Governo dos Estados Unidos da América comunicará a todos os países signatários do presente Acordo, bem como aos que tenham aderido ao mesmo, as declarações ou notificações feitas nos termos do presente artigo.

EM FÉ DO QUE, os abaixo-assinados, devidamente autorizados para esse fim pelos seus respectivos Governos, firmam o presente Acordo nas

datas que figuram ao lado de suas assinaturas.

Os textos do presente Acordo nos idiomas inglês, francês, espanhol e russo, merecem igualmente fé. Os originais serão depositados nos arquivos do Governo dos Estados Unidos da América, que remeterá cópias autenticadas do mesmo aos Governos signatários, bem como aos Governos que a ele tiverem aderido.

ANEXO A

Compromissos percentuais dos países importadores

Table with 2 columns: Country and Percentage. Includes Arábia Saudita (70), Austrália (60), Bélgica e Luxemburgo (90), Brasil (30), Ceilão (60), Coreia (90), Cuba (90), Federação da Rodésia e Namíbia (80), Filipinas (80), Índia (70), Indonésia (70), Irã (80), Irlanda (80), Israel (60), Japão (85), Libéria (70), Líbia (70), Nigéria (80), Noruega (90), Nova Zelândia (90), Polónia (50), Portugal (85), Reino dos Países Baixos (90), Reino Unido (90), República da África do Sul (90), República Árabe Unida (30), República Dominicana (90), República Federal da Alemanha (87 1/2), Suíça (87), Vaticano (Cidade do) (100), Venezuela (60).

ANEXO B

Votos dos países exportadores

Table with 2 columns: Country and Votes. Includes Argentina (70), Austrália (125), Canadá (290), Espanha (5), Estados Unidos da América (290), França (70), Itália (10), México (5), Suécia (10), União das Repúblicas socialistas soviéticas (125), Total (1.000).

ANEXO C

Votos dos países importadores

Table with 2 columns: Country and Votes. Includes Arábia Saudita (5), Austrália (6), Bélgica e Luxemburgo (33), Brasil (29), Ceilão (12), Coreia (22), Cuba (12), Federação da Rodésia e da Namíbia (6), Filipinas (22), Índia (20), Indonésia (6), Irã (4), Irlanda (11), Israel (6), Japão (154), Libéria (1), Líbia (3), Nigéria (4), Noruega (18), Nova Zelândia (14), Polónia (10), Portugal (9), Reino dos Países Baixos (70), Reino Unido (339), República da África do Sul (10), República Árabe Unida (16), República Dominicana (2), República Federal da Alemanha (139), Suíça (23), Vaticano (Cidade do) (1), Venezuela (14), Total (1.000).

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama):

Item 9:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 220, de 1964 (nº 2.165-B, de 1964, na Casa de origem), que proíbe a impressão de revistas destinadas à infância e à juventude que explorem temas baseados na violência, no crime ou no terror, tendo Pareceres, sob ns. 1.133 e 1.137, de 1965, das Comissões de Educação e Cultura, pela aprovação, nos termos do substitutivo que oferece; e de Constituição e Justiça, pela aprovação do substitutivo da Comissão de Educação e Cultura, com subemenda que oferece.

Em discussão o projeto com o substitutivo. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra, declarou encerrada a discussão.

Em votação o substitutivo da Comissão de Educação e Cultura.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Está aprovado. Fica prejudicado o projeto.

A matéria vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o substitutivo aprovado:

EMENDA SUBSTITUTIVA

Substitua-se a redação do projeto pela seguinte:

Proíbe a impressão e a circulação de publicações destinadas à infância e à adolescência, que explorem temas de crimes, de terror ou de violência.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É proibida a impressão e a circulação de quaisquer publicações destinadas à infância ou à adolescência, que contenham ou explorem temas de crime, de terror ou de violência.

Parágrafo único. As publicações referidas neste artigo serão classificadas, para os efeitos de penalidade legal, na mesma categoria das mencionadas na letra e, do art. 9º, da Lei nº 2.083, de 12 de novembro de 1953.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

É o seguinte o Projeto prejudicado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 220, DE 1964

(Nº 2.165-B, de 1964, na Casa de origem)

Proíbe a impressão de revistas destinadas à infância e à juventude, que explorem temas baseados na violência, no crime ou no terror.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica proibida a qualquer oficina gráfica do País a impressão de revistas infantis ou destinadas à juventude, em quadradinhos ou de qualquer espécie, que explorem ou apresentem temas ou histórias baseadas na violência, no crime ou no terror.

Parágrafo único. Serão classificadas essas revistas na mesma categoria das publicações imorais e pornográficas, para efeito de apreensão, nas Bancas, pela Polícia.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama):

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 80, de 1964, de autoria do Senador Senador Padre Calazans, que considera morto em defesa da ordem, das instituições e do regime, o Major-Aviador Rubens Florentino Vaz, tendo Pareceres (ns. 1.353 a 1.258, de 1965), das Comissões de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; de Segurança Nacional, pelo arquivamento; de Finanças, pela arquivamento.

É de se observar que a finalidade já foi atendida pela Lei nº 4.604, de 8 de junho de 1965. Esse projeto perdeu, portanto, seu objetivo, que foi atingido por outra proposição de iniciativa do Poder Executivo.

Cabe à Mesa retirá-lo da Ordem do Dia e encaminhá-lo ao arquivo, o que ora se faz.

É o seguinte o Projeto arquivado

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 80, DE 1964

Considera morto, em defesa da ordem, das instituições e do regime, o Major-Aviador Rubens Florentino Vaz.

Art. 1º É considerado morto, em defesa da ordem, das instituições e do regime, o Major-Aviador Rubens Florentino Vaz.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama):

Item 11:

Projeto de Emenda à Constituição nº 9, de 1961, de iniciativa do Senhor Senador Filinto Müller, que modifica o regime de discriminação das rendas (Projeto incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 360-A, do Regimento Interno).

O presente Projeto foi incluído na Ordem do Dia, de acordo com o Art. 360-A, do Regimento Interno. Não tendo recebido emendas no tempo regimental, será submetido à deliberação do Plenário o seu arquivamento.

Os Senhores que concordam com o prosseguimento do projeto queiram permanecer sentados. (Pausa).

O projeto foi rejeitado e, assim, será arquivado.

É o seguinte o Projeto rejeitado:

PROJETO DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 1961

Modifica o regime de discriminação de rendas.

Art. 1º Acrescente-se ao art. 15 os seguintes parágrafos: § 9º A União entregará aos Estados 10% (dez por cento) e 15% (quinze por cento), respectivamente, dos totais que arrecadar do imposto de consumo e do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, sendo metade desses totais distribuída em partes iguais entre os Estados e a outra metade atribuída proporcionalmente à arrecadação verificada em cada Estado.

§ 10. O pagamento da participação prevista no parágrafo anterior será efetuado mensalmente, em quadrêsimos, calculados com base na arrecadação verificada no último balanço encerrado, e feita a complementação no final do exercício.

Art. 2º Acrescentem-se ao art. 15 os seguintes itens e parágrafos: "VII - Exportação de mercadorias para o estrangeiro, até o máximo de cinco por cento "ad valorem", vedados quaisquer adicionais.

§ 7º O imposto de que trata o item VII será uniforme em todo o território nacional.

Art. 3º Ficam revogados o item V do art. 19 e o § 6º, deste mesmo artigo, passando o atual item VI a constituir o nº V.

Art. 4º Redija-se assim o § 5º do art. 19:

§ 5º Nas operações interestaduais, é defeso aos Estados estabelecerem diferenciação do imposto sobre vendas e consignações em razão da procedência ou destino das mercadorias.

Art. 5º Redija-se, assim, o art. 22: "Art. 22. A administração financeira, especialmente a execução do orçamento, será fiscalizada na União, pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas e nos Estados e Municípios pelos Tribunais de Contas Estaduais ou órgãos estaduais com poderes equivalentes, previstos nas Constituições de cada Estado".

Art. 6º Acrescente-se no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, onde couber, o seguinte artigo:

Art. ... Fica vedada até 1º de janeiro de 1970, a criação de novos municípios pelo desmembramento dos já existentes.

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama).

Item 12:

Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1962, de iniciativa do Senhor Senador Colômbria Bueno, que institui nova discriminação de rendas em favor dos Municípios. (Projeto incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 360-A, do Regulamento Interno).

Este projeto está na mesma situação do anterior. Foi incluído na Ordem do Dia, para que o Plenário deliberasse sobre o seu prosseguimento.

Os Senhores Senadores que entendem deva o projeto ter prosseguimento, queiram permanecer sentados. (Pausa).

O pronunciamento foi contrário e, assim, o projeto será arquivado.

É o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 1962

Institui nova discriminação de rendas em favor dos Municípios brasileiros.

1) Suprimam-se no art. 19, o item I e os seus §§ 1º e 2º.

2) Acrescente-se no art. 29 o seguinte item VIII:

Sobre transmissão de propriedade causa mortis ... e os seguintes §§ 2º e 3º, passando o parágrafo único a constituir o § 1º.

§ 2º O imposto sobre transmissão causa mortis de bens incorpóreos, no Município em cujo território estes se achem situados.

§ 3º O imposto sobre transmissão causa mortis de bens incorpóreos, inclusive títulos e créditos, pertence ainda quando a sucessão se tenha aberto no estrangeiro, ao Município em cujo território os valores da herança forem liquidados ou transferidos aos herdeiros.

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama).

Item 13:

Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1963, de iniciativa do Senhor Senador José Feliciano, que dispõe sobre a administração do Distrito Federal e matéria da competência privativa do Senado (projeto incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 360-A, do Regulamento Interno).

O projeto é incluído na Ordem do Dia, a fim de que o Plenário deliberasse sobre o seu prosseguimento.

Se o pronunciamento for contrário, o projeto será considerado rejeitado e, conseqüentemente, arquivado.

Os Senhores Senadores favoráveis ao prosseguimento do projeto queiram permanecer sentados. (Pausa).

Rejeitado. Será arquivado.

É o seguinte o projeto rejeitado e arquivado:

PROJETO DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 1963

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgam, nos termos do art. 217, § 4º, da Constituição Federal a seguinte

EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº

Art. 1º Os arts. 26 e 63, da Constituição Federal, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26. O Distrito Federal será administrado por Prefeito de nomeação do Presidente da República e regido por leis elaboradas pelo Senado Federal, ressalvando o disposto no art. 25.

§ 1º Far-se-á a nomeação depois que o Senado Federal houver dado assentimento ao nome proposto pelo Presidente da República.

§ 2º O Prefeito será demissível ad nutum.

§ 3º Os vencimentos dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal serão fixados em quantia não inferior a setenta por cento do que recebem os Ministros do Supremo Tribunal e os demais Juizes Vitais com a diferença não excedente a trinta por cento de uma para outra entrada, atribuindo-se às de entrada mais elevada não menos de dois terços dos vencimentos dos Desembargadores.

§ 4º Ao Distrito Federal abem os mesmos impostos atribuídos por esta Constituição aos Estados e aos Municípios".

§ 5º Aplicam-se, no que couber, as normas do art. 70 à zangão e aos verbos opostos pelo Presidente da República à legislação do Distrito Federal elaborada pelo Senado Federal.

Art. 63. Também compete privativamente ao Senado Federal:

I - Aprovar, mediante voto secreto, a escolha de magistrados, nos casos estabelecidos por esta Constituição, do Procurador-Geral da República, dos Ministros do Tribunal de Contas da União, do Prefeito e dos Ministros do Tribunal de Contas do Distrito Federal, dos membros do Conselho Nacional de Economia e dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente e outras que a lei determinar.

II - Autorizar os empréstimos externos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

III - Votar o Orçamento e a Legislação Ordinária do Distrito Federal.

IV - Deliberar sobre os vetos onostos à legislação referida na alínea anterior, pelo Presidente da República, observado, no que couber, o disposto no art. 70.

V - Julgar as contas do Prefeito do Distrito Federal".

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama).

Item 14:

Projeto de Emenda à Constituição nº 5, de 1964, de iniciativa do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que dá nova redação ao art. 217 e seus parágrafos, da Constituição Federal. (Projeto incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 360-A, do Regulamento Interno).

É projeto igual aos anteriores. Não deve parecer da Comissão Mista no tempo próprio. Assim, cabe ao Plenário manifestar-se pelo seu prosseguimento ou não. Se o pronunciamento for contrário, o projeto será rejeitado e arquivado.

Os Senhores Senadores favoráveis ao prosseguimento do projeto queiram permanecer sentados. (Pausa).

Rejeitado.

Será arquivado.

É o seguinte o projeto rejeitado e arquivado:

PROJETO DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 1964

Dá nova redação ao art. 217 e seus parágrafos, da Constituição Federal.

Art. 217. A Constituição poderá ser emendada:

§ 1º Considerar-se-á proposta a emenda se for apresentada pela quarta parte, no mínimo, dos membros do Congresso Nacional, ou por mais da metade das Assembleias Legislativas dos Estados, no decurso de dois anos, manifestando-se cada uma delas pela maioria de seus membros.

§ 2º Os projetos de emenda constitucional serão apreciados em reunião do Congresso Nacional, dentro de sessenta (60) dias, a contar do seu recebimento, em duas sessões, com o intervalo mínimo de vinte (vinte) dias, sendo considerados provados quando obtiverem, em ambas as votações, os votos da maioria absoluta dos congressistas, ou quando, findo o referido prazo, o Congresso nada houver deliberado a respeito.

§ 3º A emenda será promulgada pelo Presidente do Congresso Nacional, em sessão solene. Publicada com as assinaturas dos membros das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, será anexada com o respectivo número, ao texto da Constituição.

§ 4º Não se reformará a Constituição na vigência do estado de sítio.

§ 5º Não serão admitidos como objeto de deliberação projetos que atentem contra o regime democrático ou que tendam a abolir a Federação ou a República.

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama) — Volta-se ab

Item I:

Votação em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 255, de 1963 (nº 3.196-B-65 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que altera a legislação sobre o imposto de renda, e dá outras providências. (Pedido Parecer, sob nº 1.265, das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças, favorável, com as emendas que oferece, sob números 1 a 9-CPE-CF, com votos favoráveis, quanto à emenda nº 2, dos Senhores Senadores Avelino Vianna e Wilson Gonçalves, e dependendo de pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e as emendas e da Comissão de Projetos do Executivo e de Finanças sobre as emendas de Plenário).

Solicita ao nobre Senador Wilson Gonçalves, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, designar Relator para emitir parecer em nome da Comissão.

O SR. WILSON GONCALVES:

Sr. Presidente, indico o nobre Senador Jefferson de Aguiar, para emitir parecer em nome da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

(Para emitir parecer. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, em cumprimento do Sr. Presidente da República nº 748, de 23 de setembro de 1965, adotando exposição de motivos do Sr. Ministro da Fazenda, foi pleiteada a modificação da legislação sobre o imposto de renda. Aprovada, com modificações, pela Câmara dos Deputados o projeto veio ao Senado, onde foram oferecidas emendas pelo nobre Senador Mem de Sá, na Comissão competente.

Em Plenário, foram oferecidas outras emendas, de números 10 a 48, que serão, em conseqüência, submetidas às Comissões competentes, especialmente à de Constituição e Justiça, sobre a constitucionalidade e juridicidade do projeto e das emendas.

Examinado projeto e emendas, a Comissão de Constituição e Justiça opina pela juridicidade e constitucionalidade das proposições subsidiárias, liminarmente, ficando o merecimento das emendas de Plenário a ser apreciado pelo nobre Relator da Comissão competente, o nobre Senador Mem de Sá.

É o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Solicito o parecer da Comissão de Projetos do Executivo, da qual é Relator o Sr. Senador Mem de Sá, a quem dou a palavra.

Sr. Exa. como Relator da Comissão de Finanças, poderá em seguimento, preferir o parecer desse outro órgão, se assim julgar conveniente.

O SR. MEM DE SÁ:

Sr. Presidente, pergunto a V. Exa. sobre se é possível considerar o Parecer como de ambos os órgãos, porque serão iguais, naturalmente.

O SR. PRESIDENTE:

V. Exa., como Relator das duas Comissões, pode dar um só parecer.

O SR. MEM DE SÁ:

(Para emitir parecer — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, diante da falta de tempo, pois anteriormente foi dia feriado e esta matéria devia ter entrado na Ordem do Dia de ontem, não foi possível reunir a Comissão para dar parecer sobre as emendas.

Assim é que este parecer é um parecer sumário — representa, apenas, um resumo das decisões. Naturalmente, os autores de emendas que não concordarem com o parecer requererão destaque. Nessa ocasião, serão debatidas as emendas destacadas e ter-se-á oportunidade de arrolar os argumentos que respaldam meu ponto-de-vista e o meu Parecer, que é o seguinte:

EMENDAS COM PARECER FAVORÁVEL:

Números 10 — 11 — 13 — 21 — 22 — 24 — 28 — 29 — 32 — 35 — 39 — 40 — 44 — 45 — 46 e 47.

EMENDAS COM PARECER CONTRARIO:

Números 14 — 15 — 16 — 17 — 20 — 23 — 25 — 27 — 30 — 31 — 36 — 37 — 38 — 41 e 42.

EMENDAS PREJUDICADAS:

Nº 12, pela aprovação da de nº 11. Nº 19, pela aprovação da de nº 18. Nº 43, pela aprovação, da de nº 39.

EMENDAS COM PARECER FAVORÁVEL NOS TERMOS DE SUBEMENDAS:

Números 18 — 26 — 23 — 34 e 48.

As subemendas são as seguintes:

Primeira: Emenda número 18 — é uma subemenda modificativa que altera a redação do § 4º, do Artigo 18 proposto pela emenda.

Segunda: a Emenda número 33 — é substitutiva — emenda acrescentar ao Projeto um outro artigo.

Tercera: a Emenda nº 34, substitutiva também acresce artigo ao proje. j.

Quarta a Emenda número 48, substitutiva também acresce um artigo.

Quinta a Emenda número 26, substitutiva do Artigo 30 do projeto.

Todos esses dispositivos estão impressos, em mãos dos Senhores Senadores.

Terei o maior prazer em esclarecer os nobres colegas sobre qualquer aspecto que tenha ficado obscuro no parecer, na redação das subemendas ou nas considerações que acabo de expender.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A matéria está devidamente instruída com os pareceres que acabam de ser proferidos pelas Comissões de Constituição e Justiça, de Projetos do Executivo e de Finanças.

Sobre a mesa o requerimento de destaque que vai ser lido pelo Senhor 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

Requerimento nº 758, de 1965

Nos termos dos artigos 212, letra z, e 310, letra c, do Regimento Interno, requiro destaque para rejeição do artigo 22 e seu parágrafo único do Projeto de Lei da Câmara número 255, de 1965.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1965. — Wilson Gonçalves.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Aprovado o destaque, a parte destacada será excluída do projeto.

Passa-se à votação do projeto, salvo a parte destacada, e sem prejuízo das emendas.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 255, DE 1965

(Nº 3.196-B-65, na Casa de origem) Altera a legislação sobre o imposto de renda, e dá outras providências

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O imposto progressivo, devido anualmente pelas pessoas físicas residentes ou domiciliadas no Brasil, será cobrado, no exercício financeiro de 1966, de acordo com a seguinte tabela:

Table with columns: Classe de renda líquida, Aliquotas, and Isento. It lists income brackets from Cr\$ 1.000 to 48.001 and their corresponding tax rates from 3% to 5%.

1º O imposto é calculado em cada classe sobre a porção de renda compreendida nos respectivos limites, desprezada a fração de renda inferior a Cr\$ 1.000 (um mil cruzeiros).

2º O imposto progressivo é a soma das parcelas correspondentes a cada classe.

3º A partir do exercício financeiro de 1967, o imposto de que trata este artigo será atualizado, anualmente, em função de coeficientes de correção monetária estabelecidos pelo Conselho Nacional de Economia na conformidade da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964.

Art. 2º As importâncias expressas na legislação do imposto de renda, em função do mínimo de isenção estabelecido para a tributação da renda líquida percebida pelas pessoas físicas, serão atualizadas, anualmente, de acordo com o disposto no art. 1º.

Art. 3º A partir do exercício financeiro de 1966, inclusive, o abatimento de encargos de família será calculado à razão da metade da importan-

cia do limite mínimo de isenção do imposto progressivo para o outro cônjuge, e de idêntica importância para cada um dos filhos ou dependente.

Parágrafo único. Para efeito do abatimento de encargos de família, observar-se-á em relação a todos os contribuintes, indistintamente, o disposto no art. 44 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963.

Art. 4º Os contribuintes não serão obrigados a recolher importâncias correspondentes a exercícios anteriores, relativas a:

a) empréstimo público de emergência, a que se refere a Lei número 4.068, de 11 de junho de 1962;

b) empréstimo compulsório de que trata a Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963;

c) adicional para o reaparelhamento econômico, a que se referem as Leis ns. 1.474, de 26 de novembro de 1951, e 2.973, de 26 de novembro de 1956;

d) adicional de renda das pessoas jurídicas, de que tratam as Leis números 2.862, de 4 de setembro de 1956, 3.470, de 28 de novembro de 1958, e 3.850, de 18 de dezembro de 1960;

e) adicional de proteção à família, a que se refere o Decreto-Lei nº 3.200, de 19 de abril de 1941.

Art. 5º As pessoas físicas, residentes ou domiciliadas no território nacional, que declarem rendimentos provenientes de fontes situadas no estrangeiro, poderão deduzir do imposto progressivo, calculado de acordo com o art. 1º, importância em cruzeiros equivalente ao imposto de renda cobrado pela nação de origem, daqueles rendimentos, desde que haja reciprocidade de tratamento em relação aos rendimentos produzidos no Brasil.

Art. 6º O imposto de que trata o art. 2º da Lei nº 1.474, de 26 de novembro de 1951, fica reduzido para 15% (quinze por cento).

Art. 7º Os impostos de que tratam os arts. 10, 12 e 13 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, descontados e retidos mensalmente pelas fontes pagadoras, poderão ser recolhidos aos cofres públicos, a juízo do Ministro da Fazenda, dentro do trimestre seguinte ao mês a que corresponder.

Art. 8º Ficam isentos do imposto a que se refere o art. 7º da Lei número 3.470, de 28 de novembro de 1958, os lucros decorrentes da venda de propriedade imobiliária para residências, cuja construção já tenha sido concluída e aprovada pela competente autoridade, se a respectiva transferência de direitos sobre a propriedade for contratada depois de transcorrido o prazo de 5 (cinco) anos, contado da data de aquisição ou do início da construção do imóvel.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo beneficia somente o máximo de 2 (duas) operações de venda, de promessa de venda, de cessação de direitos ou equivalente, realizadas pelo mesmo alienante em cada ano civil.

Art. 9º O imposto de que trata o art. 7º da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958, fica reduzido para 10% (dez por cento).

Parágrafo único. A pessoa física poderá optar pela inclusão, em sua declaração anual de rendimentos, dos lucros apurados na venda, em cada ano, de até 3 (três) propriedades imobiliárias, destinadas a fins residenciais, ficando dispensada, nesse caso, do imposto referido neste artigo, desde que no respectivo instrumento de alienação conste expressamente o fato.

Art. 10. Nenhum processo fiscal será instaurado ou iniciado contra pessoa física, por falta ou inexistência de declaração de rendimentos, com base em declaração de bens apresentada pelos contribuintes, até 30 de abril de 1966, às repartições do imposto de renda, à Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) e ao Banco Central da República do Brasil.

1º As declarações de bens apresentadas nos exercícios de 1963, 1964 e 1965 poderão ser retificadas até 30

de abril de 1966, independente de qualquer penalidade ou ação fiscal.

2º Nos mesmos prazo e condições, fixados no parágrafo anterior, poderão ser entregues às delegacias do imposto de renda as declarações ainda não apresentadas e referentes aos citados exercícios.

Art. 11. As repartições lançadoras do imposto de renda poderão instituir serviço especial de Registro das Pessoas Físicas, contribuintes desse imposto, no qual serão inscritas as pessoas físicas obrigadas a apresentar declaração de rendimentos e de bens.

1º As pessoas físicas inscritas no Registro de que trata este artigo apresentarão, anualmente, sua declaração de rendimentos durante o mês de abril, ressalvados os casos previstos no art. 32 da Lei nº 4.154, de 28 de novembro de 1962.

2º As repartições lançadoras do imposto de renda poderão estabelecer escala para a entrega ou remessa postal das declarações das pessoas físicas domiciliadas na sua jurisdição, observados os prazos previstos no parágrafo anterior e as instruções que forem baixadas pelo Diretor do Imposto de Renda.

3º Até o último dia útil do mês de março de cada ano é facultado à pessoa física antecipar a entrega da sua declaração de rendimentos.

Art. 12. Ficam cancelados quaisquer débitos ou cobranças fiscais de valor originário não superior a Cr\$ 26.000 (vinte mil cruzeiros), decorrente do não-reconhecimento do tributo, adicionais e multas, que deveriam ter sido liquidados até 17 de julho de 1964.

Art. 13. O contribuinte que, até o dia 31 de janeiro de 1966, efetuar, de uma só vez, o pagamento de débito fiscal que deveria ter sido liquidado antes de 17 de julho de 1964, gozará da redução de 50% (cinquenta por cento) da importância das multas devidas, bem como ficará dispensado da correção monetária do valor do crédito da União, desde a sua constituição até a respectiva liquidação.

Art. 14. No cálculo da correção monetária dos débitos fiscais anteriores à Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, a atualização do valor do crédito da União será feita a partir de 17 de julho de 1964.

1º Quando o débito fiscal resultar de decisão de instância superior que houver modificado decisão de primeira instância favorável ao contribuinte, proferida por autoridade competente, o cálculo da correção monetária far-se-á, observado o disposto neste artigo, mediante a exclusão do período anterior à data em que tiver sido notificada ou comunicada ao devedor a última decisão.

2º Em se tratando de guias de recolhimento, declarações e outros documentos indispensáveis ao cálculo de tributos, adicionais ou penalidades, apresentados dentro do prazo legal às repartições arrecadoras ou lançadoras, a correção monetária, observado o disposto neste artigo, começará a partir da data em que tais elementos básicos, após o exame procedido pela repartição competente, forem colocados à disposição dos contribuintes mediante intimação para o pagamento do respectivo débito.

3º Quando se tratar de lançamento ex officio ou de cobrança suplementar, a correção monetária, observado o disposto neste artigo, será feita a partir de 1º de janeiro do ano seguinte ao exercício financeiro a que corresponder o tributo devido.

4º Para os efeitos de correção monetária, não constituem tributos os empréstimos públicos compulsórios e as contribuições obrigatórias para o Plano Nacional de Educação.

Art. 15. Não são passíveis de correção monetária do respectivo valor, nem poderão ultrapassar na sua totalidade, de 30% (trinta por cento) da importância inicial da dívida, as multas moratórias, inclusive os juros de mora, acrescidos aos débitos re-

sultantes da falta de recolhimento dos tributos, adicionais e penalidades, dentro dos prazos legais.

Art. 16. O disposto nos arts. 13, 14 e 15 aplica-se às contribuições devidas por empregados e por empregadores às instituições de previdência e assistência social.

Art. 17. A restituição de qualquer receita da União, descontada ou recolhida a maior, será efetuada mediante anulação da respectiva receita, pela autoridade incumbida de promover a cobrança originária, a qual, em despacho expresso, reconhecerá o direito creditório contra a Fazenda Nacional e autorizará a entrega da importância considerada indevida.

1º Quando a importância a ser restituída for superior a Cr\$ 5.000.000 (cinco milhões de cruzeiros), deverá o respectivo processo, depois de efetuada a restituição, ser encaminhado à Direção-Geral da Fazenda Nacional, para fins de revisão do despacho proferido pela autoridade de primeira instância.

2º Nos casos de que trata o parágrafo anterior, o pagamento da restituição de receita será classificado em conta de responsáveis, a débito dos beneficiários, até que seja anotada a competente decisão do Diretor-Geral da Fazenda Nacional.

3º Ficam revogadas as disposições do art. 3º e seus parágrafos, da Lei nº 4.155, de 28 de novembro de 1962.

4º Para os efeitos deste artigo, o regime contábil fi da receita será o de gestão, qualquer que seja o ano da respectiva cobrança.

5º A restituição de rendas extintas será efetuada com os recursos das dotações consignadas no Orçamento da Despesa da União, desde que não exista receita a anular.

6º As despesas previstas no 3º serão, no Tribunal de Contas, re-ferido posterior.

7º As disposições deste artigo aplicam-se, também, aos pedidos de restituição apresentados às repartições arrecadoras, até a data desta lei.

Art. 18. A partir do exercício de 1966, inclusive, o Orçamento Geral da União consignará rubrica própria para contabilização das importâncias de correção monetária prevista no art. 7º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.

Art. 19. Na devolução de depósitos, a importância da correção monetária, de que trata o 3º do art. 7º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, obedecerá também ao que dispõe o artigo 17.

Art. 20. O disposto no art. 8º da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, aplica-se às hipóteses previstas no art. 84 da mesma lei e nos arts. 54 e 55 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1955, alcançando os casos em discussão.

Art. 21. A partir do exercício financeiro de 1967, inclusive, os Títulos de Investimento, representados pelos recibos de recolhimento do empréstimo compulsório de que trata o art. 72 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, terão poder liberatório, para fins de pagamento dos impostos federais devidos pelo subscritor compulsório.

Parágrafo único. O Ministro da Fazenda baixará instruções, a partir de 1º de janeiro de 1966, sobre a liquidação ou resgate dos Títulos de Investimento a que se referem os arts. 72 e 73 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, podendo estabelecer prioridade para os credores do respectivo empréstimo compulsório, na subscrito, em lugar da União, de novas emissões de capital feitas por sociedades de economia mista.

Art. 22. Poderá ser deduzida do imposto de renda devido pelas pessoas físicas ou jurídicas, nos exercícios de 1966 a 1968, a importância efetivamente aplicada na aquisição de cotas sociais ou ações de sociedade, cujos bens, localizados nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná,

tenham sido destruídos pelas enchentes, nevadas ou geadas, ocorridas nos meses de agosto e setembro de 1965.

Parágrafo único. A dedução de que trata este artigo fica sujeita à fiscalização posterior.

Art. 23. No exercício financeiro de 1966 a tabela constante do art. 10 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, será a seguinte:

Até Cr\$ 125.000 mensais	Isento
Entre Cr\$ 125.001 e Cr\$ 300.000 mensais	3%
Entre Cr\$ 300.001 e Cr\$ 600.000 mensais	5%
Acima de Cr\$ 600.000 mensais	10%

Art. 24. Ficam isentos do imposto de renda os proventos e as pensões, concedidos de acordo com os Decretos-Leis ns. 8.794 e 8.795, ambos de 23 de janeiro de 1946, e Lei nº 2.579, de 23 de agosto de 1955, em decorrência de reformas ou falecimentos de ex-combatentes da P.E.B.

Art. 25. Excluem-se da alínea a do parágrafo único do art. 125 do Decreto-Lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1973, com a redação dada pelo art. 1º do Decreto-Lei nº 9.407, de 27 de junho de 1946, as alterações e contratos ou estatutos sociais e as atas de assembleias gerais de acionistas, quando não importarem em modificação do capital social ou da remuneração dos sócios ou diretores, bem como os instrumentos de elevação do capital de firmas e sociedades promovida de conformidade com o art. 3º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.

Art. 26. Salvo em casos excepcionais, ou naqueles em que a lei imponha, explicitamente, esta condição, não será exigido o reconhecimento de firmas em petições dirigidas à administração pública, podendo, toda a, a repartição requerida, quando tiver dúvida sobre a autenticidade da assinatura do requerente ou quando a providência servir ao resguardo do sigilo, exigir antes da decisão final a apresentação de prova de identidade do requerente.

Art. 27. A subscrição compulsória em depósito a que se refere a Lei nº 4.621, de 30 de abril de 1965, não incidirá sobre a remuneração do trabalho correspondente aos meses de novembro e dezembro do corrente ano.

Art. 28. O valor dos bens imóveis, para efeito da correção monetária de que trata o art. 3º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, poderão sofrer uma redução, a critério do contribuinte, na mesma proporção existente entre o salário-mínimo da região onde eles estiverem situados e o maior salário-mínimo do País.

Art. 29. Os favores fiscais enumerados no art. 3º da Lei nº 4.663, de 3 de junho de 1965, serão concedidos também no exercício financeiro de 1967 às empresas industriais e comerciais, contribuintes do imposto de consumo ou do imposto de vendas e contribuições, que satisfizerem, cumulativamente, as seguintes condições:

I — Demonstrarem que, durante o ano de 1966, tiveram um aumento de quantidade das mercadorias vendidas igual ou superior a 5% (cinco por cento), em relação ao ano de 1965;

II — Demonstrarem que não aumentaram os preços das mercadorias vendidas no mercado interno, durante o ano de 1966, em mais de 10% (dez por cento) sobre os preços vigentes em 31 de dezembro de 1965.

Parágrafo único. O limite de 10% (dez por cento), de que trata o item II acima, ficará reduzido a 5% (cinco por cento) para as empresas cujo período de 28 de fevereiro a 31 de dezembro de 1965, tiverem aumentado seus preços em nível superior a 15% (quinze por cento) aos preços vigentes em 28 de fevereiro de 1965.

Art. 30. Nos exercícios financeiros de 1966 e 1967, o imposto de que trata o art. 37 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, será cobrado na base de 23% (vinte e três por cento) das empresas industriais e comerciais, contribuintes do imposto do consumo ou do imposto de vendas e contribuições, que atenderem às seguintes condições:

I — Ainda no ano de 1965, tenham atendido ao disposto no item III do art. 2º da Lei nº 4.663, de 3 de junho de 1965;

II — No ano de 1966, satisfizerem o disposto no item II do artigo anterior.

Art. 31. Para os efeitos do art. 40 da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, equipara-se ao de bacharel em ciências contábeis o diploma de técnico em contabilidade, desde que o candidato prove contar mais de 5 (cinco) anos de efetivo exercício na profissão, mediante certidão fornecida pelos Conselhos Regionais de Contabilidade, ou seja aprovado em exame de suficiência na disciplina de Revisão e Perícias Contábeis.

Art. 32. Fica revogado o art. 39 da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, cessando os efeitos da medida liminar concedida em mandado de segurança contra a Fazenda Nacional, após o decurso do prazo de 60 (sessenta) dias contado da data da petição inicial ou quando determinada a sua suspensão por Tribunal imediatamente superior.

Art. 33. O Poder Executivo regulamentará esta lei, consolidando toda a legislação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza.

Art. 34. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, salvo os dispositivos que modificam as alíquotas dos impostos, os quais vigorarão a partir de 1º de janeiro de 1966.

Art. 35. Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Passa-se à votação do grupo de emendas com pareceres favoráveis, que são as de ns. 1 a 9 — 10 — 11 — 13 — 21 — 22 — 24 — 28 — 29 — 32 — 35 — 39 — 40 — 44 — 45 — 46 e 47.

Em votação.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovadas.

São as seguintes as emendas aprovadas:

EMENDA Nº 1 — CPE — CF

Acrescentar ao art. 4º os seguintes parágrafos:

“§ 1º Excluem-se do disposto na alínea d os débitos regularmente notificados até 30 de junho de 1966.

§ 2º A firma ou sociedade que até 31 de outubro de 1966 não requerer, à Comissão de Investimentos, a aplicação ou a liberação das importâncias correspondentes aos “Certificados de Equipamento” ou aos “Depósitos de Garantia”, de que tratam os Decretos-Leis números 6.244 e 6.225, de 24 de janeiro de 1944, receberá livremente a metade daquelas importâncias, devendo a autoridade fiscal, nesse caso, converter em renda tributária da União a outra metade.

§ 3º Sob as mesmas condições e prazos estabelecidos no parágrafo anterior, depois de 31 de outubro de 1966 será liberado 1/3 da importância do “Depósito de Investimento”, a que se refere o artigo 91 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958, convertendo-se em renda da União os remanescentes 2/3.”

EMENDA Nº 2 — CPE — CF

Substitua-se a tabela prevista no art. 23 pela seguinte:

Até Cr\$ 125.000 mensais	Isento
Entre Cr\$ 125.001 e Cr\$ 250.000	3%
Entre Cr\$ 250.001 e Cr\$ 450.000	5%
Entre Cr\$ 450.001 e Cr\$ 650.000	8%
Entre Cr\$ 650.001 e Cr\$ 1.000.000	10%
Acima de Cr\$ 1.000.000 mensais	12%

EMENDA Nº 3 — CPE — CF

Ao art. 31:

Acrescente-se, no final, a seguinte expressão:

“prestado perante o Departamento Administrativo do Serviço Público”.

EMENDA Nº 4 — CPE — CF

Acrescente-se, onde couber:

“Art. O imposto de renda não será descontado na fonte sobre os juros e os prêmios dos títulos nominativos da dívida pública, federal, estadual ou municipal.

§ 1º As disposições deste artigo aplicam-se, igualmente, aos títulos da dívida pública, ao portador, quando este se identificar, caso em que o respectivo rendimento ficará equiparado, para efeito de tributação, ao dos títulos nominativos.

§ 2º Para os fins previstos no § 2º do art. 55 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, não se consideram subscritos voluntariamente os títulos adquiridos pela pessoa física para ficar dispensada do pagamento de tributos.”

EMENDA Nº 5 — CPE — CF

Acrescentar onde couber:

“Art. O disposto nos artigos 38 e 40 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, aplica-se a todas as pessoas físicas domiciliadas no Brasil, determinando, no cálculo da renda tributável prevista no art. 53 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, a conclusão do valor das reservas florestais, não exploradas, e da importância efetivamente aplicada pelo contribuinte, em cada ano, no replantio de árvores destinadas ao corte.

§ 1º Em relação às pessoas jurídicas, o custo de novas aquisições ou de plantio de árvores destinadas ao corte poderá ser computado como custo ou encargo da empresa, no ano em que forem efetivamente realizados os dispêndios, até o montante da média do valor dos recursos florestais indicados nos balanços dos últimos cinco anos.

§ 2º A importância da correção monetária do custo de aquisição ou de plantio dos recursos florestais explorados pelas empresas será mantida obrigatoriamente na empresa, em conta do passivo não exigível, devendo ainda figurar destacadamente em seu ativo, em conta especial.”

EMENDA Nº 6 — CPE — CF

Acrescentar, onde couber, o seguinte artigo:

Artigo. O artigo 58 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 58. Na emissão de ações, as importâncias recebidas dos subscritores a título de ágio não serão consideradas como rendimento tributável da pessoa jurídica, constituindo obrigatoriamente reserva específica, enquanto não forem incorporadas ao capital da sociedade.

§ 1º Não sofrerão nova tributação na declaração de pessoa física, ou na fonte, os aumentos de capital das pessoas jurídicas mediante a utilização das importâncias recebidas a título de ágio, quando realizadas, nos termos deste artigo, por sociedades das quais sejam as referidas pessoas físicas acionistas, bem como as ações novas distribuídas em virtude daqueles aumentos de capital.

§ 2º Não sofrerão tributação na pessoa jurídica, na fonte ou na declaração de pessoa física, as quantias relativas aos aumentos de capital das pessoas jurídicas, mediante a utilização de acréscimos do valor do ativo decorrentes de aumentos de capital realizados nos termos deste artigo por sociedades das quais sejam acionistas as pessoas jurídicas acima referidas”.

EMENDA Nº 7 — CPE — CF

Acrescentar, onde couber, os seguintes artigos:

“Art. Não estão sujeitos ao imposto de renda os juros e comissões devidos a sindicatos profissionais ou instituições congêneres, bem como a instituições financeiras e empresas de seguros, nacionais ou com sede no estrangeiro, quando os empréstimos respectivos forem contraídos pelo Banco Nacional de Habitação, ou hajam sido aprovados por este em favor de entidades que integrem o sistema financeiro da habitação, e se destinem ao financiamento de construção residencial, diretamente ou por intermédio de sindicatos profissionais, cooperativas e outras entidades domiciliadas no Brasil, sem finalidade lucrativa.

Parágrafo único. As transferências financeiras para o pagamento desses rendimentos não estão sujeitas a quaisquer encargos financeiros ou depósitos compulsórios.

Art. Ficam isentas de imposto de selo as operações contratuais entre o Banco Nacional de Habitação e pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior.”

EMENDA Nº 8 — CPE — CF

Acrescentar, onde couber, os seguintes artigos:

“Art. Na arrecadação das multas aplicadas de acordo com o artigo 8º da Lei nº 4.503, de 30 de novembro de 1964, não haverá adjudicação de cota-parte aos denunciantes ou aos servidores que apurarem as faltas.

Art. O julgamento das questões sobre cobrança do Imposto Territorial Rural, previsto na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, compete ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), em primeira instância, admitida, da decisão contrária ao contribuinte, recurso voluntário para o Terceiro Conselho de Contribuintes, do Ministério da Fazenda, constituído, na forma do art. 4º da Lei nº 4.155, de 28 de novembro de 1962, mediante o desmembramento da 2ª Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, prevista no art. 47 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958.

Art. A reclamação interposta pela pessoa física contra o cálculo dos valores tributários, de acordo com o artigo 53 e seus parágrafos da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, somente será julgada depois do pronunciamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) ou de suas repartições regionais.

Art. O artigo 8º e seu parágrafo único da Lei nº 4.503, de 30 de novembro de 1964, passam a vigorar como segue:

“Art. 8º A falta de cumprimento das obrigações previstas neste Capítulo sujeita o infrator a multas iguais às estabelecidas na legislação do imposto de consumo para a inobservância de obrigações acessórias.

§ 1º Aos delegados regionais ou sectionais do Departamento de Arrecadação incumbe julgar, em primeira instância, as questões sobre a observância das disposições deste Capítulo, cabendo, da decisão contrária à pessoa jurídica, recurso voluntário para o Terceiro Conselho de Contribuintes.

§ 2º A aplicação das penalidades de que trata este artigo compete aos delegados regionais ou sectionais do Departamento de Arrecadação, com jurisdição sobre o local onde for verificada a infração.”

EMENDA Nº 9 — CPE — CF

Acrescentar, onde couber, o seguinte artigo:

“Art. O § 2º do art. 97 do Decreto-Lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943, alterado pelo Decreto-Lei nº 7.835, de 21 de agosto de 1945, passa a vigorar com a seguinte redação:

2º Excetuam-se das disposições deste artigo:

a) as comissões pagas pelos exportadores de quaisquer produtos nacionais ou seus agentes no estrangeiro e os juros de desconto, no exterior, de cambiais de exportação, e, ainda, as comissões de banqueiros inerentes às referidas cambiais;

b) os rendimentos atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, correspondentes a receitas de fretes, fretamentos, alugueis ou arrendamentos de embarcações marítimas e fluviais ou de aeronaves estrangeiras, feitos por empresas nacionais, desde que os respectivos tenham sido aprovados pelas autoridades competentes."

EMENDAS DE PLENARIO

Nº 10

Substituir a emenda pela seguinte:

"Altera a legislação do imposto de renda, adota diversas medidas de ordem fiscal e fazendária, e dá outras providências".

Nº 11

Ao art. 1º, § 3º

Substituir

"o imposto de que trata este artigo" por

"os limites das classes de renda líquida de que trata este artigo".

Ao art. 2º

Acrescentar:

"aplicando-se aos demais casos a norma estabelecida no art. 3º da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964".

Nº 13

Ao art. 3º

Acrescente-se:

"Parágrafo único. É considerado dependente o menor, pobre, que o contribuinte crie e eduque, o qual fica, assim, equiparado, para todos os efeitos legais relativamente ao imposto de renda, aos filhos legítimos, legítimos, naturais reconhecidos e adotivos".

Nº 21

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. As dívidas ativas da União, em fase de cobrança judicial na data da publicação desta Lei, poderão ser liquidadas em até oito parcelas mensais, iguais e sucessivas, considerada a situação financeira do devedor.

Nº 22

a) Substitua-se o "caput" do artigo 14 pelo seguinte:

"Art. 14. No cálculo da correção monetária, a atualização do valor do crédito da União ser feita a partir do vencimento do trimestre civil em que deveriam ter sido liquidados os débitos fiscais, excluído o período anterior a 17 de julho de 1964".

b) Acrescentar ao art. 14 o seguinte parágrafo:

§ 5º Nos casos de reclamações, recursos e ações, a garantia da instância, nas esferas administrativa e judicial, poderá ser feita, a juízo do autor, pelo valor original do débito questionado".

Nº 24

Ao art. 16

Substituir o art. 16 pelo seguinte:

"Art. 16. O disposto nos artigos 13, 14 e 15 aplica-se às contribuições devidas por empregados, trabalhadores autônomos ou avulsos, profissionais liberais e empregadores às instituições de previdência e assistência social".

Nº 28

Ao art. 33

Inclua-se, após a palavra "executivo":

"dentro de 90 (noventa) dias".

Nº 29

(Subemenda à Emenda nº 7)

Dê-se a seguinte redação final do artigo a que se refere a emenda:

"cooperativas e outras entidades sem finalidade lucrativa domiciliadas no Brasil".

Guido Mondy.

Nº 32

Acrescente-se, onde couber:

"Art. Não estão obrigados ao desconto, na fonte, as pessoas físicas que, durante três anos consecutivos, tenham sido isentas do imposto de renda.

Parágrafo único. O desconto na fonte passará a ser devido no exercício seguinte ao em que o contribuinte ficar obrigado ao pagamento do imposto de renda, de acordo com a sua declaração".

Nº 35

Inclua-se, onde couber:

"Art. O empréstimo compulsório instituído no art. 72 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, poderá ser resgatado, a partir do exercício de 1967, por opção do subscritor, mediante entrega aos respectivos credores de Obrigações Reajustáveis, de que trata o art. 1º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.

Parágrafo único. As Obrigações Reajustáveis serão nominativas e intransferíveis, salvo mediante partilha em inventário judicial e com prazo de resgate de 5 (cinco) anos."

Nº 39

Inclua-se, onde couber:

"Art. A Lei nº 4.792, de 14 de julho de 1965, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

"Art. 12 O servidor que, de má-fé, ou sem suficientes elementos de comprovação, promover lançamento de imposto devido, será passível de demissão, sem prejuízo da responsabilidade criminal".

Nº 40

Acrescentar, onde couber:

"Art. Durante os exercícios financeiros de 1966 e 1967 o imposto de renda não incidirá sobre os rendimentos, inclusive desajustes, das letras imobiliárias a que se refere o art. 44 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, quando adquiridas voluntariamente, dispensada, nesse período, a exigência de que trata o art. 3º da Lei nº 4.154, de 28 de novembro de 1962.

§ 1º A partir de 1º de janeiro de 1968, além dos abatimentos previstos no art. 14 da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, será permitido às pessoas físicas abater de sua renda bruta:

I — até Cr\$ 200.000 (duzentos mil cruzeiros) anuais de juros recebidos de letras imobiliárias, subscritas voluntariamente, nominativas ou ao portador, quando este optar pela identificação;

II — até 30% (trinta por cento) das quantias aplicadas na aquisição voluntária das letras imobiliárias, nominativas ou ao portador, quando este optar pela identificação.

§ 2º Os abatimentos a que se refere o parágrafo anterior incluem-se entre os de que trata o art. 9º da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964.

§ 3º Se a pessoa física alienar as letras imobiliárias antes de decorridos dois (2) anos da data da respec-

tiva aquisição, deverá incluir como rendimento percebido no ano da alienação a importância que tiver abatido de sua renda bruta, nos termos do § 1º".

Nº 44

Acrescentar, onde couber:

"Art. O imposto de renda arrecadado na fonte, como antecipação do que for apurado na declaração de rendimentos, na forma do parágrafo único do art. 11 e § 2º do art. 12 da Lei nº 4.154 de 28 de novembro de 1962, assim como do § 1º do art. 10, do artigo 12 e § 2º do art. 13 da Lei número 4.506, de 30 de novembro de 1964, será restituído, mediante requerimento formulado pelo próprio contribuinte ou seu procurador, se a declaração respectiva, do exercício seguinte, apresentar resultado negativo".

Nº 45

Acrescentar, onde couber:

"Art. A reserva de manutenção do capital de giro próprio da empresa, constituída de acordo com o art. 27 da Lei número 4.357, de 16 de julho de 1964, e com o art. 3º da Lei número 4.663, de 3 de junho de 1965, poderá ser aplicada na cobertura de prejuízos operacionais ou incorporada ao capital das firmas ou sociedades, nos termos do art. 83 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958.

Parágrafo único. A isenção de impostos de que trata o art. 7º da Lei nº 4.663, de 3 de junho de 1965, vigorará até o exercício financeiro de 1967, inclusive".

Nº 46

Acrescente-se, onde couber:

"Art. A remuneração aos Estados, aos Municípios ou às suas autarquias, pela arrecadação do imposto de renda na fonte, de que trata o artigo 75 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, poderá ser paga mediante retenção, recolhendo as referidas entidades aos cofres federais o produto líquido do imposto arrecadado e demonstrando as respectivas guias e relações a exatidão da cobrança do imposto e da dedução remuneratória.

§ 1º O convênio assinado com os Estados e Municípios torná-los-á responsáveis pelo recolhimento do imposto em todos os casos em que os pagamentos corram à conta dos cofres estaduais ou municipais.

§ 2º Fica o Departamento do Imposto de Renda autorizado a trocar informações de natureza fiscal com as competentes repartições ou autarquias estaduais ou municipais, objetivando à perfeita execução do convênio e ao rigoroso controle de todas as operações de cobrança e recolhimento do imposto".

Nº 47

Acrescentar onde couber:

"Art. Será facultativa a garantia da instância, na esfera administrativa, nos casos de reclamação, recurso e pedido de reconsideração interpostos contra lançamento, de qualquer espécie, ou cobrança de tributo ou penalidade, efetuado de conformidade com as disposições de art. 9º da Lei número 4.792, de 14 de julho de 1965.

Parágrafo único. Na falta de garantia prevista neste artigo, se a decisão definitiva for contrária ao contribuinte ou responsável, os débitos sofrerão o acréscimo de multa complementar calculada à razão de 3% (três por cento) ao mês, independentemente da correção monetária a que se refere o art. 14".

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 759, de 1965

Requeiro, nos termos do art. 295, § 5º, do Regimento Interno, que as emendas que receberem subemendas sejam votadas em grupo, ressalvados os destaques.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 1965 — Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em face do requerimento que acaba de ser aprovado, as subemendas ns. 18, 26, 33, 34 e 48 serão votadas em grupo.

Os Senhores Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovadas.

São as seguintes as subemendas aprovadas:

Subemendas:

1) à Emenda nº 18 — modificativa:

Dê-se a seguinte redação ao § 4º do artigo 10 proposto pela emenda:

"§ 4º — Quando se tratar de valores, bens e depósitos mantidos no estrangeiro, os benefícios estabelecidos neste artigo ficam condicionados à obrigação da pessoa física transferir para o Brasil, até 31 de outubro de 1966, o mínimo de 70% (setenta por cento) dos aludidos valores, bens ou depósitos".

2) à Emenda nº 33 — substitutiva:

Acrescente-se ao projeto o seguinte artigo:

Art. O parágrafo 3º do artigo 38 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 3º — As disposições deste artigo não se aplicam às sociedades de qualquer espécie cuja soma de capital social mais reservas não ultrapasse de oitenta milhões de cruzeiros".

3) à Emenda nº 34 — substitutiva:

Acrescente-se ao projeto o seguinte artigo:

"Art. Será levada em consideração, para efeito de deduções relativas ao artigo 53 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, a área efetivamente plantada com eucaliptos, acácias negras, araucárias brasilienses e outras espécies de interesse à política de reflorestamento, tomando-se por base o custo de árvore plantada, que será fixado, em cada ano, pelo Ministério da Agricultura".

4) à Emenda nº 48 — substitutiva:

Acrescente-se ao projeto o seguinte artigo:

"Art. Ficam revogados os artigos 85 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, e 29 da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964".

5) à Emenda nº 26 — substitutiva:

Substitua-se o art. 30 do projeto pelos seguintes dispositivos:

"Art. 30. No exercício financeiro de 1967, o imposto de que trata o artigo 27 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, será cobrado à razão de 23% (vinte e três por cento) das empresas industriais e comerciais contribuintes do imposto de consumo ou do imposto de vendas e consignações, que durante o ano civil de 1966 satisfizerem o disposto no item II do artigo anterior.

§ 1º. As empresas mencionadas neste artigo que tenham aderido ao programa de contenção de preços expresso na Portaria Interministerial nº 71, de 26 de fevereiro de 1965, dos favores fiscais enumerados no § 2º, desde que observem as seguintes condições:

a) assumam perante a Comissão Nacional de Estímulos à Estabilização de Preços (CONEP), até 31 de janeiro de 1966, novo compromisso de estabilização, a ser observado durante o ano de 1966;

b) tenham cumprido integralmente o compromisso assumido com relação ao ano civil de 1965;

o) observem totalmente, até 31 de dezembro de 1966, o compromisso de estabilização assumido para o exercício de 1966.

§ 2º. Os favores fiscais a que se refere o parágrafo anterior são, cumulativamente, os seguintes:

I — cobrança do imposto de que trata o art. 37 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, à razão de 18% (dezoito por cento) calculado sobre os lucros do ano-base de 1965;

II — cobrança do imposto devido pela correção monetária do ativo imobilizado, realizada durante o ano de 1966, à razão de 2% (dois por cento);

III — dispensa do pagamento do imposto de 15% (quinze por cento) devido pelas reservas excedentes do capital social, formadas no ano de 1966.

§ 3º. A fiscalização do disposto no § 1º compete aos serviços da Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB), e da Comissão Nacional de Estimulos à Estabilização de Preços (CONEP), aos agentes fiscais do imposto de rendas internas e, mediante convênio, aos fiscais do imposto estadual de vendas e consignações.

§ 4º. As irregularidades apuradas deverão ser comunicadas, obrigatoriamente, à Comissão Nacional de Estimulos à Estabilização de Preços e ao Departamento do Imposto de Renda, ou às suas delegacias.

§ 5º. As empresas que pleitearem os favores fiscais previstos nos §§ 1º e 2º deverão juntar, à respectiva declaração de rendimentos, guia de recolhimento de imposto ou pedido de isenção, conforme o caso, certificado expedido pela Comissão Nacional de Estimulos à Estabilização de Preços, atestando a observância do disposto nas alíneas a e b do § 1º.

§ 6º. Se a empresa, após a apresentação de sua declaração de rendimentos referente ao exercício financeiro de 1966, renunciar ao cumprimento do programa que deveria observar até 31 de dezembro de 1966, ficará sujeita ao imposto enumerado nos itens I, II e III do § 2º, pelas taxas normais, com o acréscimo de multa moratória exigível à razão de 3% (três por cento) ao mês, sem prejuízo da correção monetária dos débitos.

§ 7º. Se a empresa deixar de cumprir o programa da Comissão Nacional de Estimulos à Estabilização de Preços sem renunciar expressamente ao compromisso assumido, ficará sujeita também às sanções legais aplicáveis aos casos de evidente intuito de fraude, além do pagamento do imposto pelas taxas normais.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Passa-se à votação das emendas de pareceres contrários.

Há sobre a mesa, pedido de destaque, que vai ser lido pelo senhor 1º Secretário.

E lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 760, de 1965

Nos Termos dos arts. 212, letra n, e 310, letra b, do Regimento Interno, requiro destaque, para votação, em separado, da Emenda nº 14.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1965. — Lino de Mattos.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Passa-se à votação das emendas com parecer contrário, exceto a de nº 14, para a qual foi concedido destaque.

São as seguintes as emendas com parecer contrário: 15, 16, 17, 20, 23, 25, 27, 30, 31, 36, 37, 38, 41 e 42.

Os Srs. Senadores que aprovam as emendas com parecer contrário queiram permanecer sentados. (Pausa)

As emendas foram rejeitadas.

São as seguintes as emendas rejeitadas:

Nº 18

Ao art. 10

Substitua-se pelo seguinte:

"Art. 10 — Ficam revogados o artigo 51 e seus parágrafos e a alínea g referida no artigo 52 da Lei número 4.069, de 11 de junho de 1962, bem como o artigo 19 e seu parágrafo único da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962".

Nº 16

Ao art. 10, §§ 1º e 2º

Dê-se ao artigo 10 e seus §§ 1º e 2º a seguinte redação:

"Art. 10 — As declarações de bens apresentadas nos exercícios de 1963, 1964 e 1965 são consideradas nulas para todos os fins e efeitos de direito, devendo ser apresentada nova e primeira declaração pelas pessoas físicas até 30 de abril de 1966, referente ao ano-base de 1965, independente de qualquer tributação, penalidade, comprovação, ação fiscal, ou qualquer outra ação das capitulações nas Leis nºs 4.131, de 3 de setembro de 1962, e 4.729, de 14 de julho de 1965. — Parágrafo único A nova declaração de bens a que se refere esse artigo poderá ser apresentada, independentemente de declaração de rendimentos, a partir de 1º de janeiro de 1966, sendo que uma via da mesma deverá ser entregue posteriormente, conjuntamente com a declaração de rendimento, até 30 de abril de 1966".

Nº 17

Ao art. 10 e parágrafos

Substitua-se o art. 10 e seus parágrafos do Substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados pelo seguinte:

"Art. 10. — Revogam-se as disposições do art. 51 e seus parágrafos, bem como as da alínea g a que se refere o art. 52 da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962.

§ 1º As declarações prestadas nos termos dos dispositivos revogados por este artigo, ainda que inexatas, não servirão de base para qualquer lançamento "ex officio" nem para a determinação de acréscimo futuro de patrimônio, qualquer que seja sua origem, forma ou natureza.

§ 2º — O disposto no parágrafo 1º deste artigo aplica-se também às declarações de bens apresentadas à antiga Superintendência da Moeda e do Crédito ou ao Banco Central da República do Brasil até a data da publicação desta Lei".

Nº 20

Ao art. 14:

Dê-se a seguinte redação:

"Art. 14. — No cálculo da correção monetária dos débitos fiscais anteriores à Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, a atualização do valor do crédito da União será feita a partir da data em que transitar em julgado na instância administrativa o respectivo processo.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica nos débitos formados até a data da vigência da Lei número 4.357, de 1964, caso em que a correção monetária será calculada a partir de julho de 1964.

Nº 23

Ao art. 14:

Redija-se o § 3º do art. 14 da forma abaixo e inclua-se novo parágrafo, com a seguinte redação:

"§ 3º Quando os débitos resultarem da instauração de processo de lançamento "ex officio" por falta ou inexistência de declaração de rendimentos, a atualização monetária será feita a partir de 1º de janeiro do ano que se seguir ao exercício financeiro a que corresponder o lançamento.

§ 4º

§ 5º A contagem de prazo, para efeito de atualização monetária, começará a partir da data em que o contribuin-

te tiver sido notificado para recolhimento de tributos, adicionais ou penalidades, quer se trate de lançamento inicial ou lançamento suplementar".

Nº 25

Ao art. 23

Substitua-se o art. 23 pelo seguinte:

"Art. 23 A tabela constante do artigo 10 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, passa a ser a seguinte:

a) até 1/12 do limite mínimo anual de isenção estabelecido para a tributação da renda líquida percebida pelas pessoas físicas — isento;

b) entre 1/12 e 1/5 desse mínimo — 3%;

c) entre 1/5 e 1/3 desse mínimo — 5%;

d) acima de 1/3 desse mínimo — 10%.

Parágrafo único. O limite a que se refere o § 2º do art. 10 da Lei número 4.506, de 30 de novembro de 1964, será de 6 vezes o limite mínimo a que se refere este artigo".

Nº 27

Ao art. 31

Suprima-se:

"desde que o candidato prove contar mais de 5 (cinco) anos de efetivo exercício na profissão, mediante certidão fornecida pelos Conselhos Regionais de Contabilidade, ou seja aprovado em exame de suficiência na disciplina de Revisão e Perícias Contábeis". — Aurélio Vianna — Lino de Mattos — Walfredo Gurgel — Pessoa de Queiroz — Wilson Gonçalves — José Guimard — Eugênio Barros.

Nº 30

Acrescente-se onde couber:

"Art. A multa cominada no § 1º do art. 78 da Lei nº 4.232, de 17 de julho de 1963, para a colocação ou negociação, junto ao público, de títulos cambiais sem a cobertura de instituição financeira autorizada a funcionar no País, não será exigível:

I — do portador, da empresa emitente ou aceitante ou de qualquer outro coobrigado em se tratando de títulos com relação aos quais haja sido apresentado tempestivamente ao Banco Central da República do Brasil o requerimento previsto no § 2º do art. 17 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, ou venha a empresa emitente ou aceitante reconhecendo de outro modo a obrigação de resgatá-los;

II — da empresa apontada como emitente ou aceitante dos títulos ou de qualquer outro coobrigado, quando aquela for coobrigada ou falida;

III — da empresa apontada como emitente ou aceitante, se, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação desta Lei, ou antes, tiver ajuizado ação contra os portadores arguindo a falta de legitimidade ou de autenticidade dos títulos;

IV — do portador de título nas condições do inciso II ou do inciso III, se, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da publicação desta Lei, ou antes, tiver requerido a habilitação de seu crédito na concordata ou falência ou tiver ajuizado seu título, seja através de ação movida contra a empresa apontada como emitente ou aceitante, ou contra outro coobrigado, seja através de sua exibição ou juntada nos autos de ação movida pela empresa.

§ 1º Expirado o prazo de 60 (sessenta) dias estabelecido no inciso IV deste artigo, os portadores dos títulos de que trata esse inciso deixarão do direito de habilitá-los em concordata ou falência, de cobrá-los judicialmente ou de outro modo ingressar em juízo com fundamento nêles.

§ 2º Quando do resgate de qualquer título de que trata este artigo,

sobre cujo deságio não tenha sido recolhido o imposto de renda de fonte, serão, em substituição, descontados e recolhidos pela fonte 5% (cinco por cento) do valor nominal do título, divididos, quando o resgate for em prestações, em parcelas proporcionais a estas".

Nº 31

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. Nenhuma ação fiscal, inclusive por levantamento ex officio, será iniciada contra as pessoas jurídicas, relativamente a exercícios cujos balanços de encerramento tenham sido levantados antes de 18 de setembro de 1965.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se a lançamentos contábeis e a fatos ocorridos antes de 18 de setembro de 1965.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se aos impostos de fonte de pessoa física decorrentes dos exercícios das pessoas jurídicas referidas no caput e dos lançamentos e fatos mencionados no § 1º".

Nº 36

Inclua-se, onde couber:

Art. Aplica-se aos membros do Ministério Público da União e dos Estados o disposto no art. 2º e parágrafo único da Lei nº 4.480, de 14 de novembro de 1964".

Nº 37

Inclua-se, onde couber:

Art. O valor da remuneração dos sócios, diretores ou administradores, individual ou coletivamente considerados, de sociedades comerciais ou civis, de qualquer espécie, assim como a dos negociantes em firma individual ou titulares de empresa individual, não poderá exceder, para cada beneficiário e em cada exercício, às quantias determinadas de acordo com as seguintes normas, baseadas no mínimo anual de isenção estabelecido para a tributação de renda líquida pelas pessoas físicas.

a) 2,5 vezes o mínimo, quando o capital da firma ou sociedade não ultrapassar de 25 vezes esse mínimo;

b) 3,5 vezes o mínimo, quando o capital da firma ou sociedade for superior a 25 vezes e não ultrapassar de 50 vezes esse mínimo;

c) 5 vezes o mínimo, quando o capital da firma ou sociedade for superior a 50 vezes e não ultrapassar de 500 vezes esse mínimo;

d) 8 vezes o mínimo, quando o capital da firma ou sociedade for superior a 500 vezes e não ultrapassar de 1.000 vezes esse mínimo;

e) 12 vezes o mínimo quando o capital da firma ou sociedade for superior a 1.000 vezes esse mínimo;

§ 1º Para efeito de dedutibilidade da remuneração dos sócios ou diretores de firmas ou sociedades na apuração do lucro operacional da empresa, serão observadas as seguintes normas, baseadas no mínimo anual de isenção a que se refere este artigo:

a) quando o capital realizado não ultrapassar de 50 vezes o mínimo, o total de diretores ou sócios não poderá exceder o número de três beneficiários;

b) quando o capital realizado ficar compreendido entre 50 vezes e 100 vezes o mínimo, o total de diretores e sócios não poderá exceder o número de 5 beneficiários;

c) quando o capital realizado ultrapassar de 100 vezes o mínimo, o total de diretores ou sócios não poderá exceder o número de 7 beneficiários.

§ 2º A remuneração de cada um dos conselheiros fiscais ou consulu-

vos de sociedades comerciais ou civis, de qualquer espécie, não poderá ultrapassar, anualmente, a 50% do mínimo.

§ 3º A restrição de que trata este artigo não se aplica às firmas ou sociedades cuja receita bruta seja constituída, em mais de 80% (oitenta por cento), de rendimentos oriundos de serviços profissionais ou de assistência técnica administrativa, ficando porém subordinadas às limitações referidas nos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 4º Para efeito da limitação de retiradas mensais, considerar-se-á como capital da empresa individual a soma dos recursos próprios de seu titular aplicados nas atividades econômicas que a caracterizam".

Nº 38

Inclua-se, onde couber:

Art. Ficam equiparados aos casados pelo regime de separação, para efeito da apresentação de declaração de rendimentos, os casados pelo regime de comunhão de bens".

Nº 41

Inclua-se, onde couber:

"Art. As remunerações a que se refere o art. 12 da Lei nº 4.506 de 30 de novembro de 1964, estão sujeitas ao desconto do imposto de renda na fonte, quando superiores, em cada mês, a 10% do mínimo anual de isenção estabelecido para a tributação da renda líquida percebida pelas pessoas físicas".

Nº 42

Inclua-se, onde couber:

"Art. O disposto no art. 9º da Lei nº 4.729, de 14-7-65, entrará em vigor após 31 de dezembro de 1966 acrescido do seguinte parágrafo

Parágrafo único. Será dispensada a garantia da instância administrativa ou judicial nas reclamações e recursos contra decisões contrárias aos contribuintes, relativas aos lançamentos a que se refere este artigo".

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Passa-se, agora, à votação da Emenda destacada nº 14.

O SR. LINO DE MATTOS:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o Sr. Senador Lino de Mattos, para encaminhar a votação.

O SR. LINO DE MATTOS:

(Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, estou convencido de que se trata apenas de interpretação diferente, com relação ao texto do projeto de lei.

A mim me parece que o nobre Relator entende que o art. 8º do projeto de lei tem a finalidade de favorecimento às pessoas que, tendo até duas propriedades, queiram vendê-las. Gozarão, assim, da isenção completa do lucro imobiliário para essas duas propriedades.

Sr. Presidente, interpreto de outra maneira. Acho que o objetivo do projeto foi estimular as transações imobiliárias. Daí o fato de conceder a isenção completa do lucro imobiliário àquelas transações referentes a propriedades cuja última transação tenha ocorrido há mais de cinco anos.

Nem poderia ser diferente, pois a lei deve realmente objetivar o estímulo às transações imobiliárias, para que haja movimentação maior nesse setor que — é público e notório — está sendo altamente prejudicado face às medidas governamentais para conter a inflação.

Entendo que o Senado agiria, ou agirá, com acerto se concordar em aprovar a minha emenda, a fim de que as transações imobiliárias daqueles imóveis cuja última operação se verificou há mais de cinco anos fi-

quem completamente isentas do lucro imobiliário.

E, Sr. Presidente, a razão da apresentação da minha emenda.

O SR. MEM DE SA:

Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Mem de Sá.

O SR. MEM DE SA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, conheço as razões do nobre Senador Lino de Mattos. Sobre elas ponderei longamente e posso dizer que, à primeira vista, impressionam. Creio, no entanto, que S. Exa. não atentou para dois aspectos do projeto.

No seu art. 8º, isenta do chamado imposto sobre lucros imobiliários, as transações, vendas ou transferências de direitos sobre imóveis adquiridos ou construídos há mais de cinco anos. Em parágrafo, estabelece que essa isenção só é válida para duas transações por ano.

Creio, ainda, que o nobre Senador paulista não atentou para o artigo 9º, que estabelece outra regra geral. Diz:

"O imposto de que trata o artigo 7º da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958, fica reduzido para 10% (dez por cento)."

Ora, o imposto de que trata o artigo 7º da Lei nº 3.470 é o imposto sobre lucros imobiliários. Então, o artigo 9º traz já um grande favor, um grande benefício.

Chamo a atenção para este projeto porque acho que não tem precedentes na história legislativa, pelo menos desde que sou Senador, e mesmo desde o tempo em que fui Deputado Estadual. Nunca encontrei um projeto como este, em que todos os artigos, do primeiro ao último, são, sem exceção, de favorecimento ao contribuinte. Não há, neste projeto, dispositivo que agrave, que onere ou que aumente as exigências, as condições, as alíquotas dos tributos. Todo ele, sem exceção, é a favor do contribuinte.

Pois bem, neste artigo 9º, o projeto estabelece este grande favor, permanente e genérico: o imposto, que era de 15%, passa a 10%.

No artigo anterior, concedeu um outro favor ou benefício: "para imóveis adquiridos há mais de 5 anos, desde que não haja mais de duas transações pela mesma pessoa física ou jurídica". Quer dizer, é um benefício excepcional de isenção total para os que não fazem do negócio imobiliário a sua atividade habitual, que não são profissionais na intermediação ou compra e venda de imóveis, part. indivíduos que, como qualquer um de nós ou, excepcionalmente, um ou outro mais abonado; uma ou duas vezes por ano vende o imóvel. Estes gozam da isenção.

Pela emenda do Senador Lino de Mattos, desaparece o Art. 9º para as transações de, mais de cinco anos; só ficaria para os casos de menos de cinco anos. Então, pela emenda do Senador Lino de Mattos, haveria essa situação: os imóveis adquiridos ou construídos até cinco anos, pagam dez por cento e as demais de 5 anos não pagam mais, em nenhuma hipótese.

O favor aí é demasiado, seria muito oneroso e iria beneficiar os que fazem do ramo de compra e venda imobiliária a sua profissão, habitual.

Porque, via de regra, quem paga o imposto sobre lucro imobiliário é o vendedor, porque este é quem tem o lucro.

O Sr. Lino de Mattos — Quem faz operações dessa natureza não segura o imóvel durante 5 anos ou mais, vende logo.

O SR. MEM DE SA — Tanto faz que V. Exa. previu a hipótese da dispensa.

O Sr. Lino de Mattos — Não para os comerciantes, para os que querem vender.

O SR. MEM DE SA — Os que não são comerciantes, não vendem mais

de dois imóveis por ano. Duvido que algum dos Senhores Senadores venda mais de dois imóveis por ano. Normalmente, nem um.

O comum é vender-se um imóvel quando se vai comprar outro. É transação mais ou menos rara na vida comum. Entretanto, é comum, é frequente, na vida dos que transacionam habitualmente. Esses devem pagar.

O Sr. Lino de Mattos — Vão pagar 10%?

O SR. MEM DE SA — Sim, vão pagar 10%, e já são bastante favorecidos.

Por estas razões é que, a contragosto, dei parecer contrário à emenda, porque levava a isenção longe demais. O projeto é todo favorável ao contribuinte, em detrimento do fisco. Mas não vamos levar a barra longe demais; senão deixaremos o fisco, como está hoje o contribuinte. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em votação a emenda nº 14, objeto de destaque. Os Senhores Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada.

É a seguinte a emenda rejeitada:

Nº 14

Ao art. 8º

Suprima-se o parágrafo único.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em virtude das votações consumadas, ficam prejudicadas as emendas números 12 — pela aprovação da de nº 11; 19 — pela aprovação da de nº 18; e 43 — pela aprovação da de nº 39.

São as seguintes as emendas prejudicadas:

Nº 12

Ao art. 2º

Acrescente-se, in fine:

"aplicando-se aos demais casos a regra estabelecida no art. 3º da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964."

Nº 19

Ao art. 10

Suprimam-se os §§ 1º e 2º do artigo 10.

Nº 43

Inclua-se, onde couber:

"Art. O art. 9º da Lei nº 4.792, de 14-7-65, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

"§ O servidor que, de má-fé ou sem suficientes elementos de comprovação, promover lançamento de imposto indevido, será passível de demissão, sem prejuízo da responsabilidade criminal."

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está assim concluída a votação da matéria. O projeto vai à Comissão de Redação.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Passa-se às matérias a serem votadas em escrutínio secreto.

Item 3:

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 1965, nº 2.145-B, de 1964, na Casa de origem, que modifica o artigo 115, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União), tendo Parecer favorável sob nº 1.271, de 1965, da Comissão de Serviço Público Civil.

Em discussão o projeto. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação será feita em escrutínio secreto.

Os Srs. Senadores já podem votar, (Pausa.)

Vai-se proceder à contagem (Pausa.)

Votaram sim, 34 Srs. Senadores; votaram não, 4 Srs. Senadores; houve 2 abstenções.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 153, DE 1965

(Nº 2.145-B-64, na Casa de origem). Modifica o art. 115 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União).

O Congresso Nacional decreta: Art. 1º O art. 115 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 115. O funcionário casado terá a licença sem vencimento ou remuneração, quando o seu cônjuge for mandado servir, "ex officio", em outro ponto do território nacional, ou quando eleito para o Congresso Nacional.

§ 1º Existindo no novo local de residência repartição do serviço público centralizado ou de autarquia federal, o funcionário será nela lotado, enquanto ali durar a permanência do seu cônjuge.

§ 2º A licença e a remoção dependerão de requerimento devidamente instruído".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama):

Item 4:

Projeto de Lei da Câmara nº 151, Discussão, em turno único do de 1965 (nº 2.982-A) de 1965, na Casa de origem, que fixa novos valores para os símbolos dos cargos e função gratificada do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, tendo Parecer favoráveis (números 1.270, e 1.271, de 1965) das Comissões: — de Serviço Público Civil, com a emenda que oferece, sob nº 1-CSPQ, e de Finanças, contrário à emenda da Comissão de Serviço Público Civil.

Em discussão o projeto com a emenda.

O SR. GUIDO MONDIN:

Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Guido Mondin.

O SR. GUIDO MONDIN:

(Não foi revisado pelo orador) — Senhor Presidente e Srs. Senadores, solicito a atenção dos nobres colegas para o seguinte: a matéria constante do item 4º da Ordem do Dia será votada em dois tempos: o primeiro projeto, depois a emenda.

No ano de 1965 procuramos regularizar a situação de pessoal de todos os Tribunais Regionais do Trabalho do País. Creio que este projeto, referente à 7ª Região, será o último. A Comissão de Serviço Público Civil —ousei dizer que por inadvertência — apresentou emenda, rejeitando o artigo 3º, do projeto. Após esclarecimentos, a Comissão de Serviço Público Civil, particularmente através de seu Relator, Senador Padre Calazans, verificou que o parecer já havia sido dado e não havia mais tempo para voltar atrás em sua decisão.

Entretanto, a Comissão seguinte a dar parecer — a Comissão de Finanças, que teve como Relator o Senador Aurélio Viana — já em razão dos entendimentos havidos, rejeitou a emenda da Comissão de Serviço Público Civil.

Então, por força da tramitação do projeto, resolvamos, entre Comissões, aguardar o momento em que a matéria viesse ao plenário para rejeitar a referida emenda.

De sorte que a solicitação que faço aos nobres colegas é fruto dos entendimentos havidos.

Repito: em dois tempos vamos votar o projeto. Solicito, pois, a maior atenção dos nobres colegas: vamos votar "SIM" com relação ao projeto e "NAO" à emenda.

Muito obrigado, por antecipação. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:
(Nogueira da Gama) — Continua em discussão o projeto com a emenda.

O SR. VIVALDO LIMA:
Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:
Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. VIVALDO LIMA:
(Peça ordem) — Sr. Presidente, de-
seio consultar V. Exa. sobre se, a respeito do projeto, não deveria tam-
bém ser ouvida a Comissão de Cons-
tituição e Justiça, face ao Ato Insti-
tucional nº 2. Parece que existe pre-
ceito que não permite ao Legislativo
apreciar proposições dessa ordem, so-
bretudo aquelas que modificarem sím-
bolos de cargos e de funções gratifi-
cadas. Trata-se de aumento de des-
pesa que pelo Ato Institucional nú-
mero 2, está vedado ao Poder Legis-
lativo.

Esta, a consulta que eu desejava
fazer a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE:
(Nogueira da Gama) — Esclareço
ao nobre Senador Valdo Lima que a
Comissão de Constituição e Justiça
do Senado não foi ouvida porque a
da Câmara já se manifestou sobre a
matéria, e nos termos do nosso Re-
gimento, a Comissão de Constituição
e Justiça do Senado só se manifesta
quando há emenda de Pienário do Se-
nado, o que não ocorre, no caso.
Essa a razão por que a Comissão
de Constituição e Justiça do Senado
não se manifestou.

Continua a discussão do projeto
com a emenda. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a pa-
lavra, para discussão, dou-a como
encerrada.

Em votação o projeto, em escrutí-
nio secreto, sem prejuízo da emenda.
(Pausa.)

(Procede-se à votação.)
Val ser feita a apuração. (Pausa.)
Votaram "sim" 32 Senhores Sena-
dores, e "não", 5. Houve uma abs-
tenção.

O projeto foi aprovado.
E o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE LEI DA CAMARA
Nº 184, DE 1965

(Nº 2.982-A-65, na Casa de origem)

Fixa novos valores para os símbolos
dos cargos e função gratificada do
Quadro de Pessoal do Tribunal Re-
gional do Trabalho da 7ª Região.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Os valores dos símbolos dos
cargos e da função gratificada do
Quadro de Pessoal do Tribunal Re-
gional do Trabalho da 7ª Região passam
a ser os constantes da tabela anexa.

§ 1º A importância da gratificação
de função será igual à diferença entre
o valor estabelecido para o símbolo
respectivo e o vencimento do cargo
efetivo ocupado pelo funcionário.

§ 2º Ao funcionário designado para
o exercício de encargos de chefia, de
assessoramento ou de secretariado, é
facultado optar pelo critério estabele-
cido no parágrafo anterior ou pela
percepção do vencimento e demais
vantagens do seu cargo efetivo, acres-
cido da gratificação fixa correspon-
dente a 20% (vinte por cento) do va-
lor do símbolo da função gratificada
respectiva.

Art. 2º O salário-família passará a
ser pago na base de Cr\$ 5 000 (cinco
mil cruzeiros) por dependente.

Art. 3º Nenhum funcionário da
Justiça do Trabalho perceberá venci-
mento ou qualquer vantagem superior
nem inferior ao de outro funcionário
da mesma Justiça, cujo cargo tenha
a mesma denominação, quando se tra-
tar de isolado, ou, além da mesma de-
nominação, for integrante da mesma
classe, quando se tratar de cargo de
carreira.

Art. 4º As vantagens financeiras de-
correntes desta Lei são devidas a par-
tir de 1º de junho de 1964.

Art. 5º Aplica-se esta Lei aos ser-
vidores inativos do Quadro de Pessoal
do Tribunal Regional do Trabalho da
7ª Região.

Art. 6º Para atender às despesas
decorrentes desta Lei, fica o Poder
Executivo autorizado a abrir, ao Po-
der Judiciário — Justiça do Trabalho
— Tribunal Regional do Trabalho da
7ª Região — o crédito de Cr\$
51.480.072 (cinquenta e um milhões,
quatrocentos e oitenta mil e setenta
e dois cruzeiros), em reforço de dota-
ção constante da Lei nº 4.295, de 18
de dezembro de 1955:

ANEXO 5 — PODER JUDICIÁRIO

05 — Justiça do Trabalho

02-07 — Tribunal do Trabalho da
7ª Região

Despesas Ordinárias

Verba 1.0.00 — Custeio

Consignação 1.1.00 — Pessoal Civil

Subconsignação 1.1.01 — Vencimen-
tos e vantagens fixas.

Item 01 — Cr\$ 51.480.072

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na
data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições
em contrário.

Tabela a que se refere o art. 1º

Símbolo	Cr\$
PJ	417.000
PJ-0	410.000
PJ-2	387.000
PJ-3	367.000
PJ-4	323.000
PJ-5	317.000
PJ-6	300.000
PJ-7	275.000

Função Gratificada
FG-1 300.000

O SR. PRESIDENTE:
(Nogueira da Gama) — Passa-se à
votação da emenda, também em es-
crutinio secreto. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)
Val ser feita a apuração. (Pausa.)
Votaram "sim" 6 Senhores Sena-
dores; votaram "não" 32 Senhores Se-
nadores; houve 2 abstenções.

A emenda foi rejeitada.

E a seguinte a emenda rejei-
tada:

EMENDA Nº 1 — CSPC
Ao art. 3º
Suprima-se.
Sala das Comissões, em 30 de outu-
bro de 1965. — Mello Braga, Presi-
dente eventual — Padre Calazans,
Relator — José Leite Antônio Carlos.

O SR. PRESIDENTE:
(Nogueira da Gama) — O projeto
vai à sanção. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE:
(Nogueira da Gama) — Passa-se,
agora, à discussão e votação do Re-
querimento nº 755-65, lido na hora do
Expediente.

Solicito o parecer da Comissão de
Relações Exteriores.

Tem a palavra o nobre Sr. Sena-
dor Oscar Passos, relator da matéria.

O SR. OSCAR PASSOS:
(Para emitir parecer — Sem testi-
ficação do orador) — Sr. Presidente, o
nobre Senador Mem de Sá solicita que
o Senado lhe dê autorização para par-
ticipar da Delegação do Brasil à II
Conferência Interamericana Extraor-
dinária da Organização dos Estados

Americanos, a realizar-se na cidade
do Rio de Janeiro.

Em nome da Comissão de Relações
Exteriores desta Casa, manifesto-me
favorável ao atendimento do que está
sendo solicitado pelo nobre Senador
Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE:
(Nogueira da Gama) — O parecer
da Comissão de Relações Exteriores é
favorável ao pedido do nobre Sena-
dor Mem de Sá.

Em discussão o requerimento.
(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra,
declaro-a encerrada.

Em votação.
Os Senhores Senadores que apro-
vam o requerimento, queiram perman-
ecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado e, assim, concedida
a autorização solicitada.

O SR. PRESIDENTE:
(Nogueira da Gama) — Passa-se à
votação do Requerimento nº 758, de
1965, também lido na hora do Expedi-
ente, de urgência par ao Projeto de
Resolução nº 93, de 1965, que altera
o art. 160 da Resolução nº 6, de 1960.

Os Senhores Senadores que apro-
vam a urgência requerida, queiram
permanecer sentados. (Pausa.)

Foi concedida a urgência.
Em consequência, passa-se imedia-
tamente à

Votação em turno único, do
Projeto de Resolução nº 93, de
1965, de autoria da Comissão Di-
retora, que altera o art. 160 da
Resolução nº 6, de 1960, tendo pa-
recer favorável, sob nº 1.215, de
1965, da Comissão de Constituição
e Justiça e dependendo de pro-
nunciamento, sobre a emenda de
Plenário, das Comissões de Cons-
tituição e Justiça e Diretora.

O Sr. 1º Secretário vai proceder à
leitura do parecer da Comissão de
Constituição e Justiça.

E lido o seguinte
Parecer nº 1.299, de 1965

Da Comissão de Constituição e Justi-
ca sobre o Projeto de Resolução
nº 93-65 — Altera o art. 160 da Re-
solução nº 6, de 1960.

Relator: Sr. Jefferson de Aguiar.
O projeto de Resolução nº 93, de
1965, foi apreciado pela Comissão de
Justiça, que opinou por sua aprova-
ção, desde que visava adaptar a Re-
solução nº 6, de 1960, art. 160, ao
texto da lei nº 4.493, de 24 de no-
vembro de 1964.

Em plenário, foi apresentada em-
enda, acrescentando ao parágrafo úni-
co do art. 32 da Resolução nº 6,
as Seções de Informações e de Con-
trôle de Inativos, como terá a Di-
retoria do Pessoal os meios indispen-
sáveis à execução dos serviços que o
projeto colima.

Em face do exposto, a Comissão de
Constituição e Justiça opina pela
aprovação da emenda.

Sala das Comissões, em novembro
de 1965. — Wilson Gonçalves, Presi-
dente — Jefferson Aguiar, Relator
— Reinaldo Reis — Ruy Carneiro —
Bezerra Netto — Edmundo Levi —
Josephat Marinho — Meneses Pimen-
tel — Argemiro Figueiredo.

O SR. PRESIDENTE:
(Nogueira da Gama) — Solicito
o pronunciamento da Comissão Di-
retora. Para este fim tem a palavra
o nobre Senador Vasconcelos Tôrres,
que examinará a matéria como Re-
lator.

O SR. VASCONCELOS TÔRRES:
(Para emitir parecer — Sem testi-
ficação do orador) — Sr. Presidente, Sen-
hores Senadores, o Projeto de Resolução
nº 93, de 1965, foi encaminhado à Co-
missão de Constituição e Justiça, que
o apreciou devidamente, concludo
pela sua aprovação, desde que tem por

objetivo adaptar a Resolução nº 6-60
(art. 160) ao texto da Lei nº 4.493,
de 24 de novembro de 1964.

Em plenário, foi apresentada em-
enda acrescentando ao art. 32, pará-
grafo único da Resolução nº 6, as
seções de Informações e de Contrôle
de Inativos, dando à Diretoria do
Pessoal os meios indispensáveis à
execução do serviço que o projeto
colima.

Estudando a matéria, Sr. Presiden-
te, entendo que houve uma pequena
falha e, dando parecer favorável que-
ro, na qualidade de Relator, apresen-
tar uma subemenda à Emenda nº 1
do Projeto.

A subemenda assim se consubstan-
cia:

Subemenda à Emenda nº 1
apresentada ao Projeto de Reso-
lução nº 93, de 1965.

Art. — No Quadro a que se
refere o art. 6º da Resolução nú-
mero 6, de 1960, acrescente-se:

Funções Gratificadas:
2 — Chefe de Seção — FG-3

Justificação

A criação das duas chefias tem
por objetivo retificar o número
de funções gratificadas constan-
te no Quadro da Secretaria, de-
corrente da aprovação da emen-
da nº 1.

A dotação orçamentária exis-
tente comporta, sem aumento de
despesa, o acréscimo constante
desta subemenda.

E o parecer, com a subemenda que
ofereço à consideração da Casa.

O SR. PRESIDENTE:
(Nogueira da Gama) — Em vota-
ção o projeto, sem prejuízo da emen-
da e da subemenda que acaba de ser
apresentada pelo nobre Relator da
Comissão Diretora, Sr. Senador Vas-
concelos Tôrres. (Pausa.)

Os Srs. Senadores que o aprovam,
queiram permanecer sentados. (Pau-
sa). Está aprovado.

E o seguinte o projeto apro-
vado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 93, DE 1965

Alterar o art. 160 da Resolução número
6, de 1960

O Senado Federal resolve:
Art. 1º O art. 160 da Resolução
nº 6, de 1960, passa a vigorar com a
inclusão do seguinte número:

"3º. Despachar processos de
apresentadoria de funcionários, ex-
pedindo os respectivos títulos de
inatividade".

Art. 2º Revogam-se as disposições
em contrário.

O SR. PRESIDENTE:
(Nogueira da Gama) — Em votação
a emenda: Os Srs. Senadores que a
aprovam, queiram permanecer sen-
tados. (Pausa)

Está aprovada.

E a seguinte a emenda apro-
vada:

EMENDA Nº 1
Acrescenta-se ao artigo 32, pará-
grafo único da Resolução nº 6, de
1960, o seguinte:

III — Seção de Informações; e
IV — Seção de Contrôle de Ina-
tivos.

O SR. PRESIDENTE:
(Nogueira da Gama) — Em vota-
ção a subemenda. Os Srs Senadores
que a aprovam queiram permanecer
sentados. (Pausa)

Está aprovada.
O projeto volta à Comissão Diretora.

O SR. PRESIDENTE:
(Nogueira da Gama) — Esgotada a
matéria da Ordem do Dia. Não há
oradores inscritos. (Pausa)

Nada mais havendo a tratar, con-
voco os Srs. Senadores para uma ses-
são extraordinária a realizar-se às 16
horas e 45 minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA

ESCOLHA DE MINISTROS DO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Mensagem n.º 469, de 1965 (n.º de origem 913-65 pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. José Joaquim Moreira Rabelo para o cargo de Ministro do Tribunal Federal de Recursos.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 16 horas 30 minutos.

ATA DA 181ª SESSÃO, EM 17 DE NOVEMBRO DE 1965

(Extraordinária)

PRESIDÊNCIA DO SR. NOGUEIRA DA GAMA

As 16 horas e 45 minutos aconchegam-se presentes os Senhores Senadores:

- Adalberto Sena. José Guilomard. Oscar Passos. Vivaldo Lima. Edmundo Levi. Arthur Virgílio. Zacharias de Assumpção. Cattete Pinheiro. Eugênio Barros. Sebastião Archer. Joaquim Parente. Sigefredo Pacheco. Menezes Pimentel. Wilson Gonçalves. Dix-Huit Rosado. Ruy Carneiro. Argemiro de Figueiredo. João Agripino. Barros Carvalho. Pessoa de Queiroz. Ermírio de Moraes. Silvestre Péricles. Heribaldo Vieira. Júlio Leite. José Leite. Josaphat Marinho. Jefferson de Aguiar. Raul Giuberti. Vasconcelos Torres. Aurélio Vianna. Milton Campos. Nogueira da Gama. Lino de Mattos. João Abrahão. José Feliciano. Pedro Ludovico. Lopes da Costa. Bezerra Neto. Mello Braga. Antônio Carlos. Atílio Fontana. Guldo Mondim. Daniel Krieger. Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE: (Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 44 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a Sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da Sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

PARECERES

Pareceres ns. 1.300, 1.301, 1.302, 1.303, 1.304, 1.305 e 1.306, de 1965

PARECER N.º 1.300, DE 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 239, de 1965 (n.º 3.000-65, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1966 — Anexo 3.00.0.0 — Poder Judiciário.

Relator: Sr. Pessoa de Queiroz. O anexo do Poder Judiciário, que, como sabemos, reúne os créditos con-

signados a todos os Tribunais da Justiça Federal, fixa a despesa do referido Poder, para 1966, em Cr\$ 47.631.395, assim distribuídas, em milhares de cruzeiros:

Table with 2 columns: Tribunal and Amount. Includes Supremo Tribunal Federal (2.675.402), Trib. Federal de Recursos (2.959.770), Justiça Militar (4.140.375), Justiça Eleitoral (17.412.620), Justiça do Trabalho (18.935.620), Justiça do Distrito Federal e Territórios (1.446.826), Total (47.631.395).

Nas despesas previstas para as Justiças Militar, Eleitoral e do Trabalho, estão computados os recursos e dotações destinados tanto aos seus respectivos Tribunais Superiores como para os Regionais, Auditorias e Juntas, sendo de se assinalar que o peso das mesmas recai sobre as Justiças Eleitoral e do Trabalho, pois que ambas absorvem valores financeiros num montante de Cr\$ 36.398.450, restando para Justiça Militar e os Tribunais Supremo e de Recursos a dotação global de Cr\$ 11.232.945.

Com as alterações estruturais decorrentes do Ato Institucional n.º 2, o orçamento do Poder Judiciário para 1966 irá certamente sofrer, no curso do exercício, alterações substanciais, uma vez que não somente o Supremo Tribunal, o Tribunal Federal de Recursos e o Superior Tribunal Militar foram ampliados com relação ao número de seus Ministros; mas, em consequência, pelo menos, o número de Auditorias do último. Além disso, cabe considerar, no caso, o reflexo sobre os quadros administrativos, auxiliares, dessas importantes peças do Poder Judiciário; tendo-se de registrar, também, a necessidade ulterior de recursos para a instalação dos Juízes Federais, criados pelo citado Ato.

Levando-se em conta, por outro lado, que as dotações fixadas no presente orçamento do Poder Judiciário, não computam, ainda, a majoração destinada a atender o aumento de vencimentos previstos no projeto governamental, em curso no Congresso Nacional, fácil então nos será concluir que a fixação das despesas está necessariamente muito aquém das exigências reais do mencionado Poder, para 1966.

Conseqüentemente, o Anexo que ora nos é submetido consigna apenas as dotações requeridas pelo Poder Judiciário nos termos de sua estrutura até data recente, dado nos ser impossível, ainda, contar com uma avaliação precisa das novas necessidades, em termos financeiros.

E' dentro desses limites, pois, que sugerimos a aprovação do Anexo.

A Comissão de Finanças, ante o exposto, opina favoravelmente ao orçamento do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 1966.

Brasília, 17 de novembro de 1965. — Argemiro Figueiredo, Presidente. — Pessoa de Queiroz, Relator. — Lino de Mattos, Aurélio Vianna. — Edmundo Levi. — Sigefredo Pacheco. — Mem de Sá. — Atílio Fontana. — Bezerra Neto.

PARECER N.º 1.301, DE 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 239, de 1965 (n.º 3.000-65, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1966 — Anexo 4.00.00 — Poder Executivo — Subanexo 4.05.00 — Ministério da Aeronáutica.

Relator: Sr. Aurélio Vianna. O projeto sob exame fixa a Despesa da União para o exercício de 1966, na parte relativa ao Anexo 4.00.00 — Poder Executivo — Subanexo 4.05.00 — Ministério da Aeronáutica.

Do cotejo entre as dotações consignadas nas rubricas de despesas correntes e de capital, do presente Su-

banexo, e as de idêntica natureza, constantes do orçamento vigente, verifica-se uma previsão de aumento perfeitamente enquadrada na normalidade orçamentária, com acréscimos, nas despesas estimadas para o exercício do financeiro de 1966, da ordem de Cr\$ 10.326.452, para as correntes, e de Cr\$ 19.766.157, para as de capital. Os totais gerais, por sua vez, dão à mostra um aumento, para o próximo exercício, orçado em Cr\$ 30.202.610, já que o orçamento em vigor prevê uma despesa total de Cr\$ 239.462.870, à vista da de Cr\$ 269.765.230, registrada, para o exercício de 1966.

Análise dos quantitativos de despesas descritos no presente Subanexo, pois, revelam, a par das cifras de idêntica posição do orçamento em execução, não existir alteração digna de nota, no que tange à despesa prevista para sustentação do Ministério da Aeronáutica.

Assim, opinamos pela aprovação do presente Subanexo 4.05.00 — Ministério da Aeronáutica — Anexo 4.00.00 — Poder Executivo.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 1965. — Argemiro Figueiredo, Presidente. — Aurélio Vianna, Relator. — Lino de Mattos. — Pessoa de Queiroz — Edmundo Levi — Mem de Sá — Bezerra Neto. — Atílio Fontana. Sigefredo Pacheco.

PARECER N.º 1.302 DE 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 239, de 1965 (n.º 3.000-65, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1966 — Anexo 4.00.00 — Poder Executivo — Subanexo 4.09.00 — Ministério da Guerra.

Relator: Senador Pessoa de Queiroz.

O orçamento vigente acusa, para o Ministério da Guerra, um total de despesas no montante de Cr\$ 410.052.330.000, sendo Cr\$ 410.000.000.000 para o Ministério propriamente dito e Cr\$ 52.330.000 para o Território Federal de Fernando Noronha.

Para o exercício de 1966, a Câmara dos Deputados aprovou um total de Cr\$ 509.194.790.000, sendo Cr\$ 500.000.000.000 para o Ministério, com um aditamento de Cr\$ 194.790.000 para o Território Federal de Fernando Noronha.

Verifica-se, assim, para o orçamento do próximo ano, um acréscimo de despesas de Cr\$ 90.142.460.000.

Esse aumento resulta, em grande parte, da rubrica pessoal, que passou de Cr\$ 274.752.550.000 para Cr\$ 340.502.540.000.

No tocante a "Investimentos", a despesa de elevou de Cr\$ 55.082.700.000 para Cr\$ 80.892.850.000, assinalando um aumento de apenas Cr\$ 25.810.150.000.

Observa-se que são elevados, ainda, os gastos com o Ministério da Guerra, mas tais despesas decorrem de conjunturas e contingências internacionais a que não podemos fugir. Junta-se a tal fato o fenômeno da inflação, ainda não vencido de todo, a transtornar as finanças nacionais.

Acresce considerar estarem incluídas nas dotações da Guerra as despesas relativas ao pagamento dos inativos, da ordem dos 70 bilhões de cruzeiros, quase a metade do que se gasta com o pessoal da ativa. Isto não ocorre com os outros Ministérios, cujos inativos passam a onerar o orçamento do Ministério da Fazenda.

As demais dotações situam-se mais ou menos nos mesmos níveis das fixadas para o corrente ano, sendo que para obras públicas, ao invés de aumento, houve uma diminuição, de três bilhões de cruzeiros.

Para Serviços em Regime de Programação Especial fixou-se uma dotação de Cr\$ 25.000.000.000.

Para Equipamentos e Instalações a dotação é de Cr\$ 22.471.533.000 contra Cr\$ 22.620.099.000 do atual orçamento.

A verba de material permanente subiu de Cr\$ 2.222.790.000 para Cr\$ 2.131.327.000 e a de Investimentos Financeiras de Cr\$ 80.000.000 para Cr\$ 240.000.000.

Em síntese, a Despesa fixa subiu de Cr\$ 179.157.030.600 para Cr\$ 280.578.940.600 e a Despesa Variável decresceu de Cr\$ 230.332.800.000 para Cr\$ 219.221.050.000, num total, repetimos, que passou de Cr\$ 410.000.000.000 para Cr\$ 500.000.000.000, ou, incluindo-se as Despesas com o Território de Fernando Noronha, de Cr\$ 41.052.330.000, para Cr\$ 509.194.790.000.

Como se vê, o orçamento do Ministério da Guerra foi elaborado tendo-se em vista as dificuldades do Trabalho Nacional, limitando-se os acréscimos ao estritamente necessário. O vulto dos gastos decorre dos fatores de início apontados.

Somos, ante o exposto, pela aprovação do Projeto n.º 239, de 1965 (Número 3.000-65, na Câmara), Anexo 4.00.00 — Poder Executivo — Subanexo 4.09.00 — Ministério da Guerra e contrários à emenda n.º 1-P.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 1965. — Argemiro Figueiredo, Presidente. — Pessoa de Queiroz, Relator. — Lino de Mattos. — Edmundo Levi. — Aurélio Vianna. — Atílio Fontana. — Sigefredo Pacheco.

4.09.00 — MINISTERIO DA GUERRA

Nº 1-P.

4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial.

Inclua-se:

Prosseguimento da construção da Vila Residencial para Oficiais, Subtenentes e Sargentos do 1º Batalhão de Caçadores — Florianópolis. — Cr\$ 300.000.000. — Antonio Carlos.

PARECER N.º 1.303, DE 1965

Da Comissão de Finanças ao Projeto de Lei da Câmara n.º 239, de 1965 (na Câmara n.º 3.000-A), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1966 — Subanexo 4.10.00 — Ministério da Indústria e Comércio.

O orçamento do Ministério da Indústria e Comércio para o exercício financeiro vindouro, está fixado em Cr\$ 10.135.395, sendo Cr\$ 8.773.265, para as despesas correntes e Cr\$ 1.362.630, para as chamadas despesas de capital.

O total acima mencionado apresenta, em relação ao estabelecido para o exercício em curso, majoração equivalente a Cr\$ 1.640.737. Dita majoração distribui-se entre as despesas correntes e as de capital, mantido o equilíbrio e respeitada a proporcionalidade em que foram as mesmas fixadas para o exercício em curso.

Vale assinalar que a Câmara dos Deputados não alterou os quantitativos da Proposta do Poder Executivo, rejeitando, de plano, as 202 emendas que ao presente anexo foram apresentadas. Admitiu, entretanto, emenda de redação, modificando a aplicação de Cr\$ 40 milhões, destinados a obras no interior do País, ao invés de serem executadas mediante convênio com os Estados, como determinava a Proposta, passem a ser objeto de acordo com os Municípios.

O orçamento do Ministério da Indústria e Comércio, como sabemos, tem uma estrutura de pura rotina, visto que a maior parte dos recursos que lhe são consignados destinam-se não somente à manutenção dos órgãos, repartições e serviços que lhe são subordinados. Embora, contém o orçamento em apreço alguns itens significativos para a promoção do desenvolvimento da Indústria Nacio-

11. devendo-se destacar, dentre outros, para esclarecimento dos Senhores Senadores, os seguintes:

a) para a elaboração de estudos e pesquisas e medidas de coordenação necessárias à implantação do Plano Interdisciplinar Nacional, a serem realizados pelo Grupo de Trabalho instituído pela Comissão de Desenvolvimento Industrial, com Cr\$ 250 milhões;

b) para estudos e pesquisas para elaboração de medidas de coordenação do programa de desenvolvimento da Indústria de Metais não ferrosos, a serem executados pela Comissão de Desenvolvimento Industrial, com Cr\$ 50 milhões; e, finalmente:

c) Cr\$ 100 milhões para a estruturação do órgão de controle e coordenação contábil, física e financeira das empresas industriais estatais subordinadas ao Ministério da Indústria e Comércio.

Ainda a esse propósito, mas em direção especificamente vinculada ao Departamento Nacional da Indústria, o orçamento em apreço consigna uma dotação de Cr\$ 120 milhões para estudo da produtividade industrial, inclusive pesquisas no campo de mão de obra e de assistência à indústria, diretamente ou através de convênios com entidades públicas ou privadas, de conformidade com as diretrizes do Programa de Ação Econômica do Governo.

Acreditamos que, com os esclarecimentos ou informações acima mencionadas, daremos ao Plenário elementos indicativos para o julgamento final, porém, seguro, dos objetivos que tem o Governo para execução de seu programa de ação no exercício vindouro, no setor da indústria e comércio.

A Comissão de Finanças, ante o exposto, opina pela aprovação do orçamento do Ministério da Indústria e Comércio para o exercício financeiro de 1966, ressalvada a emenda nº 1-F, a que damos parecer contrário.

Sala das Comissões, de 1965. — Argemiro Figueiredo, Presidente. — Aurélio Viana, Relator. — Lino de Mattos. — Bezerra Neto. — Edmundo Levi. — Pessoa de Queiroz. — Altílio Fontana. — Sigefredo Pacheco.

4.10.00 — MINISTÉRIO DA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Emenda nº 1

4.10.13 — Departamento Nacional do Comércio.

4.3.2.3. Entidades Municipais.

1) Para construção de hotéis etc. Cr\$ 40.000.000.

Destaque-se:
Para construção de hotel de turismo em Porto Belo, Santa Catarina, em convênio com a Prefeitura Municipal — Cr\$ 30.000.000. — Antônio Carlos.

PARECER Nº 1.304, DE 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 239, de 1965 (nº 3.000-65, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1966 — Anexo 4.00.00 — Poder Executivo — Subanexo 4.12.00 — Ministério da Marinha.

Relator: Sr. Pessoa de Queiroz. O projeto submetido à nossa apreciação fixa a Despesa da União para o exercício de 1966, na parte relativa ao Anexo 4.00.00 — Poder Executivo — Subanexo 4.12.00 — Ministério da Marinha.

Do cotejo entre as dotações consignadas nas rubricas de despesas correntes e de capital do presente Subanexo e as de idêntica natureza, constantes do orçamento em vigor, verifica-se uma previsão de aumento perfeitamente enquadrada na normalidade orçamentária, com acréscimos, nas despesas estimadas para o exercício de 1966, da ordem de Cr\$ 14.335.348, ou 6,77% com o menor percentual de aumento nas três forças armadas.

A análise dos quantitativos de despesa descritos no presente Subanexo, revelou, a par das cifras de igual posição na Lei de Meios vigente, não existir alterações de vulto no tocante à despesa prevista para a sustentação do Ministério da Marinha.

Ante o exposto, a Comissão opina favoravelmente ao presente Subanexo — 4.12.00 — Ministério da Marinha — 4.00.00 — Poder Executivo.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1965.

PARECER Nº 1.305, DE 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 239, de 1965 (nº 3.000-65, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1966 — Anexo 4.00.00 — Poder Executivo — Subanexo 4.14.00 — Ministério das Relações Exteriores.

Relator: Sr. Mem de Sá.

O presente Subanexo fixa a despesa do Ministério das Relações Exteriores no exercício de 1966, estabelecendo o total das dotações em Cr\$ 94.068.800.000 (noventa e quatro bilhões, sessenta e oito milhões e oitocentos mil cruzeiros), assim compreendidos:

	Cr\$
Despesas Correntes ..	86.467.550.000
Despesas de Capital ..	7.601.250.000
Total ..	94.068.800.000

2. O orçamento vigente consigna os seguintes quantitativos:

	Cr\$
Despesas Correntes ..	14.944.546.000
Despesas de Capital ..	3.182.400.000
Total ..	18.126.946.000

3. A substancial elevação registrada nos quantitativos propostos para o exercício vindouro, da ordem de Cr\$ 75.941.254.000 (setenta e cinco bilhões, novecentos e quarenta e um milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil cruzeiros), é explicada pela deliberação governamental constante do Aviso nº 89, de 8 de fevereiro de 1965, do Ministério do Planejamento, no sentido de alterar a taxa de conversão do dólar. Fixou-se para o próximo exercício — conforme acentua o Sr. Deputado Newton Carneiro, relator da matéria na Comissão de Orçamento da outra Casa do Congresso — em Cr\$ 2.150 (dois mil cento e cinquenta cruzeiros), contra as taxas de Cr\$ 100 (cem cruzeiros) por dólar para despesas de material e custeio e de Cr\$ 200 (duzentos cruzeiros) para as de pessoal e representação.

Como se verifica, o menor aumento estabelecido para as taxas de conversão é superior a 1.000%, a isso acrescentando-se o fato de que a parte mais expressiva das despesas do Ministério das Relações Exteriores é realizada no estrangeiro.

4. A proposta do Poder Executivo fixava a despesa no presente Subanexo em Cr\$ 94.161.050.000 (noventa e quatro bilhões, cento e sessenta e um milhões e cinquenta mil cruzeiros). Com as alterações introduzidas na Câmara dos Deputados, esse total diminuiu para Cr\$ 94.068.800.000, como já foi mencionado de início, com redução, portanto, de Cr\$ 92.250.000 (noventa e dois milhões, duzentos e cinquenta mil cruzeiros), a saber:

a) supressão, no Adendo "A" — Instituições Internacionais — da proposta, a dotação de Cr\$ 72.250.000 (setenta e dois milhões, duzentos e cinquenta mil cruzeiros), prevista no nº 83 da enumeração — "União Interparlamentar, inclusive representação;

b) redução no Adendo "B" — Instituições Federais — da dotação de Cr\$ 70.000.000 (setenta milhões cruzeiros) para Cr\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de cruzeiros), estabelecida no item nº 8 da proposta executiva para o Clube das Nações em Brasília.

5. As outras modificações introduzidas na Câmara dos Deputados tiveram, de modo geral, o propósito de assegurar maior flexibilidade na aplicação de diversas dotações. Onde por exemplo, se previa, no Adendo "A" da proposta executiva, a dotação de Cr\$ 860.000.000 (oitocentos e sessenta milhões de cruzeiros) para o "Fundo Especial das Nações Unidas" e .. Cr\$ 645.000.000 (seiscentos e quarenta e cinco milhões de cruzeiros) para o "Programa de Cooperação Técnica da O.E.A.", a Câmara preferiu deduzir de ambas o total de Cr\$ 630.000.000 (seiscentos e noventa milhões de cruzeiros), atribuindo-o, em novo item, "Para atender a novos auxílios e eventual aumento das cotas das Instituições Internacionais".

No mesmo sentido orientaram-se as quatro outras alterações, ate mesmo, dentre estas, as atinentes a Equipamentos e Instalações.

6. As diversas atividades, cujo desempenho está deferido ao Ministério das Relações Exteriores, podem ser divididas, em termos departamentais, em atribuições da Secretaria de Estado (4.14.01, em terminologia orçamentária) e das Missões Diplomáticas e Repartições Consulares (4.14.02). A primeira cabem funções de execução e assessoramento da política de relações internacionais, bem como orientar, coordenar e superintender as segundas, as quais desempenham, de acordo com a legislação vigente, atribuições notariais e de fiscalização no exterior. São ainda, em termos operacionais, agentes da penetração comercial do país, do estímulo ao investimento de capitais privados, da política de recrutamento e seleção de imigrantes e da prática de atos pertinentes às comunicações terrestres, marítimas e aéreas.

Acreditamos que tais finalidades podem ser satisfatoriamente atingidas, no que tange aos recursos previstos no Subanexo em exame, por cuja aprovação ora nos manifestamos. Esta Comissão opina, ainda, favoravelmente às emendas de ns. 1-R a 3-R.

É o parecer.
Brasília, 17 de novembro de 1965. — Argemiro Figueiredo, Presidente. — Mem de Sá, Relator. — Edmundo Levi. — Pessoa de Queiroz. — Aurélio Vianna. — Lino de Mattos. — Altílio Fontana. — Sigefredo Pacheco. — Bezerra Neto.

4.14.00 — MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

1-R

4.14.01 — Secretaria de Estado
3.1.1.1 — Pessoal Civil
01.14 — Diversos

1) Gratificação de representação, etc.

Onde se lê no final do item 1) "§ 3º do art. 53" Leia-se: "§ 3º do art. 33"

Justificação
Houve engano na citação do artigo. — Mem de Sá, Relator.

2-R

4.14.02 — Missões Diplomáticas e Repartições Consulares.
3.1.20 — Serviços de terceiros — 9.259.750.

Discrimine-se:
02.00 — "Passagens, auxílio para transporte de pessoal diplomático (Decreto-lei nº 9.202, de 26.4.1946) e de suas bagagens, pedágio" — 3.870.000.
10.00 — "Locação de bens móveis e imóveis, tributos em despesas de condomínio" — 5.379.000.
11.00 — "Seguros em geral" — 10.750.

Total do subelemento — 9.259.750.

Justificação
A dotação não é alterada. Faz-se apenas distribuição da mesma, de acordo com as necessidades do Ministério das Relações Exteriores. — Mem de Sá, Relator.

3-R

4.14.02 — Missões Diplomáticas e Repartições Consulares.

Onde se lê:
4.1.1.5 — Construção de Edifícios Públicos.

1) Para conclusão dos prédios das Chancelarias e Washington e Paris e reaparelhamento de outras Missões Diplomáticas — 1.763.000".

Leia-se:
4.1.1.5 — Construção de Edifícios Públicos.

1) Para a construção e adaptação de prédios destinados às Missões Diplomáticas no exterior, conclusão das obras do antigo cemitério Militar brasileiro de Pistóia e de outras obras no exterior — 1.763.000".

Justificação

Não se altera a dotação, apenas melhora-se a redação para facilitar o uso da verba, dando-lhe mais maleabilidade. — Mem de Sá, Relator.

PARECER Nº 1.306, DE 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 239, de 1965 (nº 3.000-65, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1966, Anexo 4.00.00 — Poder Executivo — Subanexo 4.16.00 — Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Relator: Sr. Edmundo Levi. O presente Subanexo — 4.16.00, do Anexo 4.00.00 — Poder Executivo — fixa a despesa da União para o exercício de 1966, para o Ministério do Trabalho e Previdência Social.

A despesa total com o referido Ministério, prevista para aquele exercício, é de Cr\$ 63.034.737.000, representada pela soma das parcelas de Cr\$ 62.265.757.000 e Cr\$ 768.980.000, relativas, respectivamente, às dotações inseridas nas rubricas de despesas correntes e de capital.

A vista dos Cr\$ 86.489.213.000 constantes do orçamento em vigor — resultantes da adição de Cr\$ 85.930.883.000, das despesas correntes, com Cr\$ 508.330.000 das de capital — tem-se que a despesa global com o Ministério do Trabalho, no exercício de 1966, está reduzida em importância estimada em Cr\$ 23.715.128.000. Tal redução é explicada porque já não aparece, no presente Subanexo, a despesa de Cr\$ 47.000.000, que consta da rubrica 02.00 — Fundo Comum da Previdência Social do orçamento vigente, referente à complementação do produto da arrecadação das taxas denominadas "cotas de previdência".

No que tange às despesas de capital, ou seja, as atinentes a investimentos, verifica-se que, para o próximo exercício financeiro, o seu valor global é fixado em Cr\$ 768.980.000, fato este que, tomando-se em conta os Cr\$ 508.330.000 consignados na igual rubrica do orçamento em execução, reflete um acréscimo de Cr\$ 260.650.000.

O presente Subanexo, pois, nada apresenta que contraindique o seu acolhimento, razão por que opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1965. — Argemiro de Figueiredo, Presidente. — Edmundo Levi, Relator. — Mem de Sá. — Lino de Mattos. — Aurélio Vianna. — Pessoa de Queiroz. — Bezerra Neto. — Altílio Fontana. — Sigefredo Pacheco.

O SR. PRESIDENTE: (Vozes da Câmara)

Sobre a mesa, requerimento de informações que vai ser lido pelo Senhor 1º Secretário.

É lido o seguinte

Requerimento nº 761, de 1965

Sr. Presidente: De conformidade com a letra regimental, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério das Relações Exteriores, por que motivo o Embaixador do Brasil, na Bélgica,

contrariando as determinações do Ministro das Relações Exteriores e ferindo uma antiga tradição, não oferece oportunidade à Colônia Brasileira por ocasião da data da Independência do Brasil, 7 de setembro, o que vem ocorrendo, pelo menos, nestes dois últimos anos?

Sala das Sessões, 17 de novembro de 1965. — Vasconcelos Torres.

O SR. PRESIDENTE: (Nogueira da Gama) — O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e, em seguida, será despachado pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE: (Nogueira da Gama) — Sobre a mesa, requerimento de dispensa de publicação, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 762, de 1965

Nos termos dos arts. 211, letra "p" e 315, do Regimento Interno, requero dispensa de publicação para a imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução número 93, de 1965.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 1965. — Guido Mondim.

O SR. PRESIDENTE: (Nogueira da Gama) — Em consequência, passa-se à

Discussão da redação final, oferecida pela Comissão Diretora, do Projeto de Resolução nº 93, de 1965, que altera o art. 160 da Resolução nº 8, de 1960.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro-a encerrada.

Em votação a redação final. Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada. O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

Parer nº 1.307, de 1965

Redação final do Projeto de Resolução nº 93, de 1965, que altera o artigo 160 da Resolução nº 8, de 1960.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 93, de 1965, aprovado com emenda e subemenda. A primeira criando mais duas Seções na Diretoria do Pessoal, a fim de atender ao expediente relativo aos inativos e transferidos para o Senado por força da Lei nº 4.493, de 24 de novembro de 1964. A outra acrescenta, em consequência da aprovação da primeira, mais duas Chefias.

É a seguinte a redação do projeto com as emendas:

RESOLUÇÃO Nº ...

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 160 da Resolução nº 8, de 1960, passa a vigorar com a inclusão do seguinte número:

"3º. Despachar processos de aposentadoria de funcionários, expedindo os respectivos títulos de inatividade".

Art. 2º Acrescente-se ao art. 32, parágrafo único, da Resolução nº 8, de 1960, o seguinte:

"IV — Seção de Informações.

V — Seção de Controle de Inativos".

Art. 3º No Quadro a que se refere o art. 8º da Resolução nº 8, de 1960, acrescente-se, nas "Funções Gratificadas", mais

"2 — Chefe de Seção — FG-3".

Sala da Comissão Diretora, 17 de novembro de 1965. — Nogueira da Gama. — Adalberto Sena. — Joaquim Parente. — Guido Mondim. — Vasconcelos Torres.

O SR. PRESIDENTE: (Nogueira da Gama) — Sobre a mesa outro requerimento de dispensa de publicação, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 763, de 1965

Nos termos dos arts. 211, letra "p" e 315, do Regimento Interno, requero dispensa de publicação para a imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 255, de 1965.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 1965. — Guido Mondim.

O SR. PRESIDENTE: (Nogueira da Gama) — Em consequência, passa-se à imediata discussão e votação da redação final oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 255, de 1965.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro-a encerrada.

Em votação. Os Senhores Senadores que aprovem a redação final, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada. O projeto volta à Câmara dos Deputados.

Para acompanhar, naquela Casa do Congresso Nacional, o estudo das emendas do Senado, designo o Sr. Senador Mem de Sá.

É a seguinte a redação final aprovada:

Parer nº 1.308, de 1965

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 255, de 1965. (nº 3.196-65, na Casa de origem.)

Relator: Sr. Sebastião Archer.

A Comissão apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 255, de 1965 (nº 3.196-65, na Casa de origem), que altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 1965. — Dir. Huiil Rosado, Presidente.

— Sebastião Archer, Relator. — Antônio Carlos. — José Feliciano.

ANEXO AO PARECER Nº 1.308, DE 1965

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 255, de 1965 (nº 3.196-65, na Casa de origem), que altera a legislação do imposto de renda, e dá outras providências.

EMENDA Nº 1.

(correspondente à emenda nº 10 de Plenário)

A emenda:

Dê-se a seguinte redação: a emenda do projeto:

"Altera a legislação do imposto de renda, adota diversas medidas de ordem fiscal e fazendária, e dá outras providências".

EMENDA Nº 2

(correspondente à emenda nº 11 de Plenário)

1ª parte

Ac. § 3º do art. 1º.

Onde se lê:

"... o imposto de que trata este artigo ..."

Leia-se: "... os limites das classes de renda líquida de que trata este artigo ..."

EMENDA Nº 3

(correspondente à emenda nº 11 de Plenário)

2ª parte

Ac. art. 2º.

Acrescente-se no art. 2º, in fine, o seguinte:

"... aplicando-se aos demais casos a norma estabelecida no art. 3º da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964".

EMENDA Nº 4

(correspondente à emenda nº 13 de Plenário)

Ac. art. 3º.

Acrescente-se ao art. 3º o seguinte parágrafo que será o 2º, passando o atual parágrafo único a 1º:

§ 2º E equiparado, para todos os efeitos legais relativamente ao imposto de renda, aos filhos legítimos, legítimos, naturais reconhecidos e adotivos, o menor, pobre, que o contribuinte crie e eduque."

EMENDA Nº 5

(correspondente à emenda nº 1-CPE-CF) Ac. art. 4º.

Acrescente-se os seguintes parágrafos:

"Art. 4º ..."

§ 1º Excluem-se do disposto na alínea II os débitos regularmente notificados até 30 de junho de 1966.

§ 2º A firma ou sociedade que até 31 de outubro de 1965 não requerer, a Comissão de Investimentos, a aplicação ou liberação das importâncias correspondentes aos "Certificados de Equipamento" ou aos "Depósitos de Garantia", de que tratam os Decretos-leis nºs 6.224 e 6.225, de 24 de janeiro de 1944, receberá livremente a metade daquelas importâncias, devendo a autoridade fiscal, nesse caso, converter em renda tributária da União a outra metade.

§ 3º Sob as mesmas condições e prazos estabelecidos no parágrafo anterior, depois de 31 de outubro de 1966, será liberado 1/3 (um terço) da importância do "Depósito de Investimento", a que se refere o art. 91 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1964, convertendo-se em renda da União os remanescentes 2/3 (dois terços)."

EMENDA Nº 6

(correspondente à emenda nº 18 de Plenário e subemenda CPE-CF)

Ac. art. IV.

Dê-se a seguinte redação ao artigo 10 do projeto:

"Art. 10. As declarações de bens apresentadas nos exercícios financeiros de 1963, 1964 e 1965 as referências do imposto de renda e a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), poderão ser retificadas até 30 de abril de 1966, para efeito de inclusão de valores, bens e depósitos.

§ 1º A retificação de que trata este artigo será feita mediante a inclusão dos referidos valores, bens e depósitos na declaração de bens relativa ao exercício financeiro de 1966.

§ 2º No exercício de 1966 será permitida, excepcionalmente, a apresentação de declaração de bens pelas pessoas físicas não obrigadas a apresentação de declaração de rendimentos.

§ 3º Com base nas declarações de bens a que se refere este artigo, não será permitido em relação aos exercícios de 1963, 1964, 1965 e 1966:

a) instaurar processo de lançamento "ex officio" por inexistência ou falta de declaração de rendimentos;

b) proceder a lançamentos, de qualquer espécie, para cobrança de imposto de renda e adicionais;

c) exigir comprovação da origem daqueles valores, bens e depósitos;

d) aplicar penalidades, de qualquer natureza.

§ 4º Quando se tratar de valores, bens e depósitos mantidos no estrangeiro, os benefícios estabelecidos neste artigo ficam condicionados à obrigação da pessoa física transferir para o Brasil, até 31 de outubro de 1966, o mínimo de 70% (setenta por cento) dos aludidos valores, bens ou depósitos."

EMENDA Nº 7

(correspondente à emenda nº 23 de Plenário)

Ac. art. 14.

I. Dê-se ao "caput" do art. 14 a seguinte redação:

"Art. 14. No cálculo da correção monetária, a atualização do valor do crédito da União será feita a partir do vencimento do trimestre civil em que deveriam ter sido liquidados os débitos fiscais, excluído o período anterior a 17 de julho de 1964."

II. Acrescente-se o seguinte parágrafo:

§ 5º Nos casos de reclamações, recursos e ações, a garantia da instância, nas esferas administrativas e judicial, poderá ser feita, a juízo do autor, pelo valor original do débito questionado."

EMENDA Nº 8

(correspondente à emenda nº 24 de Plenário)

Ac. art. 16.

Dê-se a seguinte redação ao artigo 16:

"Art. 16. O disposto nos arts. 13, 14 e 15 aplica-se às contribuições devidas por empregados, trabalhadores autônomos ou avulsos, profissionais liberais e empregadores às instituições de previdência e assistência social."

EMENDA Nº 9

(correspondente à destaque de Plenário) Ac. art. 22.

Suprima-se este artigo.

EMENDA Nº 10

(correspondente à emenda nº 7 — CPE — CF)

Ac. art. 23.

Substitua-se a tabela constante do art. 23 pela seguinte:

— Até Cr\$ 125.000 mensais — Isento.

Entre Cr\$ 125.001 e Cr\$ 250.000 — 3%.

Entre Cr\$ 250.001 e Cr\$ 450.000 — 5%.

Entre Cr\$ 450.001 e Cr\$ 650.000 — 8%.

Entre Cr\$ 650.001 e Cr\$ 1.000.000 — 10%.

Acima de Cr\$ 1.000.000 mensais — 12%."

EMENDA Nº 11

(correspondente à subemenda CPE-CF, à emenda nº 26 de Plenário)

Ac. art. 30.

Dê-se a seguinte redação: ao artigo 30 do projeto:

"Art. 30. No exercício financeiro de 1967 o imposto de que trata o artigo 17 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, será cobrado à razão de 23% (vinte e três por cento) das empresas industriais e comerciais, contribuintes do imposto de consumo ou do imposto de vendas e consignações, que durante o ano civil de 1966 satisfizerem o disposto no item II do artigo anterior.

§ 1º As empresas mencionadas neste artigo que tenham aderido ao programa de contenção de preços expresso na Portaria Interministerial número 71, de 26 de fevereiro de 1965, gozarão, no exercício financeiro de 1966, dos favores fiscais enumerados no § 2º, desde que observem as seguintes condições:

a) assumam, perante a Comissão Nacional de Estimulos à Estabilização de Preços (CONEP), até 31 de janeiro de 1966, novo compromisso de estabilização, a ser observado durante o ano de 1966;

b) tenham cumprido integralmente o compromisso assumido com relação ao ano civil de 1965;

c) observem totalmente, até 31 de dezembro de 1966, o compromisso de estabilização assumido nos termos da alínea a.

§ 2º Os favores fiscais a que se refere o parágrafo anterior são, cumulativamente, os seguintes:

I — cobrança do imposto de que trata o art. 37 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, à razão de 18% (dezoito por cento), calculados sobre os lucros do ano-base de 1965;

II — cobrança do imposto devido pela correção monetária do ativo imobilizado, realizada durante o ano de 1966, à razão de 2% (dois por cento);

III — dispensa do pagamento do imposto de 15% (quinze por cento) devido pelas reservas excedentes do capital social, formadas no ano de 1966.

§ 3º A fiscalização do disposto no § 1º compete aos servidores da Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB) e da Comissão Nacional de Estimulos à Estabilização de Preços (CONEP), aos agentes fis-

cais do imposto de renda e de rendas internas e, mediante contrato, aos fiscais do imposto estadual de vendas e consignações.

§ 4.º As irregularidades apuradas deverão ser comunicadas, obrigatoriamente, à Comissão Nacional de Estimulos à Estabilização de Preços (CONEP) e ao Departamento do Imposto de Renda, em suas respectivas instâncias.

§ 5.º As empresas que pleitearem os favores fiscais previstos nos §§ 1.º e 2.º deverão juntar a respectiva declaração de rendimentos, guia de recolhimento do imposto ou pedido de isenção, conforme o caso, certificado, expedido pela Comissão Nacional de Estimulos à Estabilização de Preços (CONEP), atestando a observância do disposto nas alíneas a e b do § 1.º

§ 6.º Se a empresa, após a apresentação de sua declaração de rendimentos referente ao exercício financeiro de 1966, renunciar ao cumprimento do programa que deveria observar até 31 de dezembro do mesmo ano, ficará sujeita ao imposto, enumerado nos itens I, II e III do § 2.º, pelas taxas normais, com o acréscimo de multa moratória exigível a razão de 3% (três por cento) ao mês, sem prejuízo da correção monetária dos débitos.

§ 7.º Se a empresa deixar de cumprir o programa da Comissão Nacional de Estimulos à Estabilização de Preços (CONEP) sem renunciar expressamente ao compromisso assumido, ficará sujeita também às sanções legais aplicáveis aos casos de evidente intuito de fraude, além do pagamento do imposto pelas taxas normais.

EMENDA Nº 12

(corresponde à emenda nº 3 — CPE — CF)

Ao art. 31. Acrescente-se, in fine, a seguinte expressão:

“... prestado perante o Departamento Administrativo do Serviço Público.”

EMENDA Nº 13

(corresponde à emenda nº 28 de Plenário)

Ao art. 33. Inclua-se, após a palavra Executivo:

“... dentro de 90 (noventa) dias...”

EMENDA Nº 14

(corresponde à emenda nº 4 — SPE — CF)

Onde couber. Acrescente-se:

“Art. O imposto de renda não será descontado na fonte sobre os juros e os prêmios de títulos nominativos da dívida pública federal, estadual ou municipal.

§ 1.º As disposições deste artigo aplicam-se, igualmente, aos títulos da dívida pública, ao portador, quando este se identificar, caso em que o respectivo rendimento ficará equiparado, para efeito de tributação, aos dos títulos nominativos.

§ 2.º Para os fins previstos no § 2.º do art. 55 da Lei nº 4.723, de 14 de julho de 1965, não se consideram subscritos voluntariamente os títulos adquiridos pela pessoa física para ficar dispensada do pagamento de tributos.”

EMENDA Nº 15

(corresponde à emenda nº 5 — CPE — CF)

Onde couber. Acrescente-se:

“Art. O disposto no art. 38 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, aplica-se a todas as pessoas físicas domiciliadas no Brasil, determinando, no cálculo da renda tributável prevista no art. 53 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, a conclusão do valor das reservas florestais, não exploradas, e da importância efetivamente aplicada pelo contribuinte, em cada ano, no replantio de árvores destinadas ao corte.

§ 1.º Em relação às pessoas jurídicas, o custo de novas aquisições ou de plantio de árvores destinadas ao

corte poderá ser computado como custo ou encargo da empresa no ano em que forem efetivamente realizados os dispêndios, até o montante da média do valor dos recursos florestais indicados nos balanços dos últimos 5 (cinco) anos.

§ 2.º A importância da correção monetária do custo de aquisição ou de plantio dos recursos florestais explorados pelas empresas será mantida obrigatoriamente na empresa, em conta do passivo não exigível, devendo ainda figurar destacadamente em seu ativo, em conta especial.”

EMENDA Nº 16 (CPE — CF)

(corresponde à emenda nº 6 — Onde couber.

Acrescente-se: “Art. ... O art. 58 da Lei número 4.728, de 14 de julho de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 58. Na emissão de ações, as importâncias recebidas dos subscritores a título de ágio não serão consideradas como rendimento tributável da pessoa jurídica, constituindo obrigatoriamente reserva específica, enquanto não forem incorporadas ao capital da sociedade.

§ 1.º Não sofrerão nova tributação na declaração da pessoa física, ou na fonte, os aumentos de capital das pessoas jurídicas mediante a utilização das importâncias recebidas a título de ágio, quando realizados, nos termos deste artigo, por sociedades das quais sejam as referidas pessoas físicas acionistas, bem como as novas ações distribuídas em virtude daqueles aumentos de capital.

§ 2.º As quantias relativas aos aumentos de capital das pessoas jurídicas, mediante a utilização de acréscimos do valor do ativo decorrentes de aumentos de capital realizados nos termos deste artigo por sociedades das quais sejam acionistas, não sofrerão nova tributação.”

EMENDA Nº 17

(Corresponde às emendas ns. 7 — CPE — CF, e 29 de Plenário)

Onde couber. Acrescente-se:

“Art. ... Não estão sujeitos a imposto de renda os juros e comissões devidos a sindicatos profissionais ou instituições congêneres, bem como a instituições financeiras e empresas de seguros, com sede no País ou no estrangeiro, quando os respectivos empréstimos forem contruídos pelo Banco Nacional de Habitação ou por ele aprovados em favor de entidades que integrem o sistema financeiro de habitação, e se destinem ao financiamento de construção residencial, diretamente ou por intermédio de sindicatos profissionais, cooperativas e outras entidades sem finalidade lucrativa estabelecidas no Brasil.

Parágrafo único. As transferências financeiras para o pagamento desses rendimentos não estão sujeitas a quaisquer encargos financeiros ou depósitos compulsórios.

Art. ... São isentas de imposto de selo as operações contratuais entre o Banco Nacional de Habitação e pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou estabelecidas no exterior.”

EMENDA Nº 18

(corresponde à emenda nº 8 — CPE — CF)

Acrescente-se, onde couber, os seguintes artigos:

“Art. ... Na arrecadação das multas aplicadas de acordo com o artigo 8.º da Lei nº 4.503, de 30 de novembro de 1964, não haverá adjudicação de cota-parte aos denunciadores ou aos servidores que apurarem as faltas.

Art. ... O julgamento das questões sobre cobrança do Imposto Territo-

rial Rural, previsto na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, compete ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (I. B. R. A.), em primeira instância, admitida, da decisão contrária ao contribuinte, recurso voluntário para o Terceiro Conselho de Contribuintes, do Ministério da Fazenda, constituindo, na forma do artigo 4.º da Lei nº 4.155, de 28 de novembro de 1962, mediante o reconhecimento da 2.ª Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, prevista no art. 47 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958.

Art. ... A reclamação interposta pela pessoa física contra o cálculo dos valores tributários, de acordo com o art. 53 e seus parágrafos da Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964, somente será julgada depois do pronunciamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (I. B. R. A.) ou de suas repartições regionais.

Art. ... O art. 8.º da Lei nº 4.503, de 30 de novembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8.º A falta de cumprimento das obrigações previstas neste Capítulo sujeita o infrator a multas iguais às estabelecidas na legislação do imposto de consumo para a inobservância de obrigações acessórias.

§ 1.º Aos delegados regionais ou seccionais do Departamento de Arrecadação incumbe julgar, em primeira instância, as questões sobre a observância das disposições deste Capítulo, cabendo, da decisão contrária à pessoa jurídica, recurso voluntário para o Terceiro Conselho de Contribuintes.

§ 2.º A aplicação das penalidades de que trata este artigo compete aos delegados regionais ou seccionais do Departamento de Arrecadação, com jurisdição no local onde for verificada a infração.”

EMENDA Nº 19

(corresponde à emenda nº 9 — CPE — CF)

Onde couber. Acrescente-se:

“Art. ... O § 2.º do art. 97 do Decreto-lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943, alterado pelo Decreto-lei número 7.885, de 21 de agosto de 1945, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2.º Executam-se das disposições deste artigo:

a) as comissões pagas pelos exportadores de quaisquer produtos nacionais aos seus agentes no estrangeiro e os juros de desconto, no exterior, de cambiais de exportação, e, ainda, as comissões de banqueiros inerentes às referidas cambiais;

b) os rendimentos atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, correspondentes a receitas de fretes, afretamentos, aluguéis ou arrendamentos de embarcações marítimas e fluviais ou de aeronaves estrangeiras, feitos por empresas nacionais, desde que tenham sido aprovados pelas autoridades competentes.”

EMENDA Nº 20

(corresponde à emenda nº 21, de Plenário)

Onde couber. Acrescente-se:

“Art. ... As dívidas ativas da União, em fase de cobrança judicial na data da publicação desta lei, poderão ser liquidadas em até oito parcelas mensais, iguais e sucessivas, considerada a situação financeira do devedor.

§ 1.º A requerimento do executado, que deverá oferecer plena garantia ao Juízo, e depois de ouvido o competente órgão do Ministério Público o Juiz poderá autorizar o parcelamento da dívida, corrigida monetariamente e acrescida de juros multas e demais encargos da cobrança judicial.

§ 2.º Recebido o requerimento, este valerá como confissão irrevogável da dívida, que, no seu pagamento, não admitirá atraso de qualquer prestação, sob pena de se considerarem automaticamente vencidas as demais,

prosseguido, neste caso, o executivo fiscal.”

EMENDA Nº 21

(corresponde à emenda nº 32, de Plenário)

Onde couber. Acrescente-se:

“Art. ... Não estão corrigidas ao desconto, na fonte, as pessoas físicas que, durante 1964, não tenham sido isentas do imposto de renda.

Parágrafo único. O desconto na fonte passará a ser devido no exercício seguinte ao em que o contribuinte ficar obrigado ao pagamento do imposto de renda, de acordo com a sua declaração.”

EMENDA Nº 22

(corresponde à subemenda CPE-CF, à emenda nº 33, de Plenário)

Onde couber. Acrescente-se:

“Art. ... O parágrafo 3.º do artigo 38 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 38. ...

§ 3.º As disposições deste artigo não se aplicam às sociedades de qualquer espécie cuja soma de capital social mais reservas não ultrapasse de Cr\$ 80.000.000 (oitenta milhões de cruzeiros).”

EMENDA Nº 23

(corresponde à subemenda CPE-CF à emenda nº 34, de Plenário)

Onde couber. Acrescente-se:

“Art. ... Será levada em consideração, para efeito de deduções relativas ao art. 53 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, a área efetivamente plantada com eucaliptos, acácias negras, araucárias brasileiras e outras espécies de interesse à política de reflorestamento, tomando-se por base o custo de árvore plantada, que será fixado, em cada ano, pelo Ministério da Agricultura.”

EMENDA Nº 24

(corresponde à emenda nº 39, de Plenário)

Onde couber. Acrescente-se:

“Art. ... O art. 9.º da Lei número 4.729, de 14 de julho de 1965, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Parágrafo único. O servidor, que de má fé, ou sem suficientes elementos de comprovação, promover lançamento de imposto indevido, será passível de demissão, sem prejuízo da responsabilidade criminal.”

EMENDA Nº 25

(corresponde à emenda nº 40, de Plenário)

Onde couber. Acrescente-se:

“Art. ... Durante os exercícios financeiros de 1966 e 1967, o imposto de renda não incidirá sobre os rendimentos, inclusive desajustos, das letras imobiliárias a que se refere o art. 44 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, quando adquiridas voluntariamente, dispensada, nesse período, a exigência de que trata o artigo 3.º da Lei nº 4.154, de 23 de novembro de 1962.

§ 1.º A partir de 1.º de janeiro de 1968, além dos abatimentos previstos no art. 14 da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, será permitido às pessoas físicas abater de sua renda bruta:

I — até Cr\$ 200.000 (duzentos mil cruzeiros) anuais de juros recebidos de letras imobiliárias subscritas voluntariamente, nominativas ou ao portador, quando este optar pela identificação.

II — até 30% (trinta por cento) das quantias aplicadas na aquisição voluntária das letras imobiliárias, nominativas ou ao portador, quando este optar pela identificação.

§ 2.º Os abatimentos a que se refere o parágrafo anterior incluem-se entre os de que trata o art. 9.º da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964.

§ 2º Se a pessoa física alienar as Letras Imobiliárias antes de decorridos 2 (dois) anos da data da respectiva aquisição, deverá incluir como rendimento percebido no ano da alienação a importância que tiver abatido de sua renda bruta, nos termos do § 1º.

EMENDA Nº 26
(corresponde à emenda nº 44, de Plenário)

Onde couber.
Acrésciente-se:
"Art. ... O imposto de renda arrecadado na fonte, como antecipação do que for apurado na declaração de rendimentos, na forma do parágrafo único do art. 11 e § 2º do art. 12 da Lei nº 4.154, de 28 de novembro de 1962, assim como do § 1º do artigo 10 do art. 12 e § 2º do art. 13 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, será restituído, mediante requerimento formulado pelo próprio contribuinte ou seu procurador, se a declaração respectiva, do exercício seguinte, apresentar resultado negativo."

EMENDA Nº 27
(corresponde à emenda nº 45, de Plenário)

Onde couber.
Acrésciente-se:
"Art. ... A reserva de manutenção de capital de giro próprio da empresa, constituída de acordo com o artigo 27 da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, e com o art. 3º da Lei nº 4.663, de 3 de junho de 1965, poderá ser aplicada na cobertura de prejuízos operacionais ou incorporada ao capital das firmas ou sociedades, nos termos do art. 83 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958.

Parágrafo único. A isenção de impostos de que trata o art. 7º da Lei nº 4.663, de 3 de junho de 1965, vigorará até o exercício financeiro de 1967, inclusive."

EMENDA Nº 28
(corresponde à emenda nº 46, de Plenário)

Onde couber.
Acrésciente-se:
"Art. ... A remuneração aos Estados, aos Municípios ou às suas autarquias, pela arrecadação do imposto de renda na fonte de que trata o art. 75 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, poderá ser paga mediante retenção, recolhendo as referidas entidades nos cofres federais o produto líquido do imposto arrecadado e demonstrando as respectivas guias e relações a exatidão da cobrança do imposto e da dedução remuneratória.

§ 1º O convênio assinado com os Estados e Municípios torna-os responsáveis pelo recolhimento do imposto em todos os casos em que os pagamentos se corram à conta dos cofres estaduais ou municipais.

§ 2º Fica o Departamento do Imposto de Renda autorizado a trocar informações de natureza fiscal com as competentes repartições ou autarquias estaduais ou municipais, objetivando a perfeita execução do convênio e rigoroso controle de todas as operações de cobrança e recolhimento do imposto."

EMENDA Nº 29
(corresponde à emenda nº 47, de Plenário)

Onde couber.
Acrésciente-se:
"Art. ... Será facultativa a garantia da instância, na esfera adminis-

trativa, nos casos de reclamação, recurso e pedido de reconsideração interpostos contra lançamento, de qualquer espécie, ou cobrança de tributo ou penalidade, efetuado de conformidade com as disposições do art. 9º da Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965.

Parágrafo único. Na falta da garantia prevista neste artigo, se a decisão definitiva for contrária ao contribuinte ou responsável, os débitos sofrerão o acréscimo de multa complementar calculada à razão de 3% (três por cento) ao mês, independentemente da correção monetária a que se refere o art. 14."

EMENDA Nº 30

(corresponde à subemenda CPE-CF, à emenda nº 48, de Plenário)

Onde couber.
Acrésciente-se:
"Art. ... Ficam revogados os artigos 8 6da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, e 29, da Lei número 4.357, de 16 de julho de 1964."

EMENDA Nº 31

(corresponde à emenda nº 35, de Plenário)

Onde couber.
Acrésciente-se:
"Art. ... O Empréstimo Compulsório instituído no art. 73 da Lei número 4.242, de 17 de julho de 1963, poderá ser resgatado, a partir do exercício de 1967, por opção do subscritor, mediante entrega aos respectivos credores de Obrigações Reajustáveis, de que trata o art. 1º, da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.

Parágrafo único. As Obrigações Reajustáveis serão nominativas e intransferíveis, salvo mediante partilha em inventário judicial e com prazo de resgate de 5 (cinco) anos."

O SR. PRESIDENTE:
(Nogueira da Gama) — Não há oradores inscritos. (Pausa.)

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item único:
Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Mensagem nº 469, de 1965 (nº de origem 913-65) pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. José Joaquim Moreira Rabelo para o cargo de Ministro do Tribunal Federal de Recursos.

Trata-se de matéria que deverá ser apreciada em sessão secreta. Peço aos Srs. funcionários que adotem as providências necessárias nesse sentido.

A sessão transforma-se em secreta às 17 horas e 15 minutos e volta a ser pública às 17 horas e 35 minutos.

O SR. PRESIDENTE:
(Nogueira da Gama) — Está reaberta a sessão pública. Exgotada a matéria da Ordem do Dia. Lembro aos Senhores Senadores que hoje, às 21 horas e 30 minutos, haverá sessão conjunta das duas Casas do Congresso, para apreciação de veto presidencial.

Nada mais havendo que tratar vou encerrar a sessão, anunciando para a de amanhã a seguinte:

ORDEM DO DIA
Sessão de 18 de novembro de 1965
(QUINTA-FEIRA)

ORÇAMENTO — PODER JUDICIÁRIO

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 239, de 1965 (nº 3.000-A-65 na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1966, na parte relativa ao Poder Judiciário. (Anexo 3.000), tendo Parecer favorável, sob nº 1.300, de 1965, da Comissão de Finanças.

ORÇAMENTO MINISTERIO DA AERONAUTICA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 239, de 1965 (nº 3.000-A-65 na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa

da União para o exercício financeiro de 1966, na parte referente ao Ministério da Aeronáutica. (Anexo 4.00.00, Subanexo 4.05.00), tendo Parecer favorável, sob nº 1.301, de 1965, da Comissão de Finanças.

ORÇAMENTO MINISTERIO DA GUERRA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 239, de 1965 (nº 3.000-A-65 na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1966, na parte referente ao Ministério da Guerra. (Anexo 4.00.00, Subanexo 4.09.00), tendo Parecer, sob nº 1.302, de 1965, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto e contrário à emenda nº 1.

ORÇAMENTO — MINISTERIO DA INDUSTRIA E COMERCIO

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 239, de 1965 (nº 3.000-A-65 na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1966, na parte referente ao Ministério da Indústria e do Comércio. (nº 4.00.00, Subanexo 4.10.00), tendo Parecer, sob nº 1.302, de 1965, da Comissão de Finanças, favorável ao Subanexo e contrário à emenda nº 1.

ORÇAMENTO — MINISTERIO DA MARINHA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 239, de 1965 (nº 3.000-A-65 na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1966, na parte referente ao Ministério da Marinha. (Anexo 4.00.00, Subanexo 4.12.00), tendo Parecer favorável, sob nº 1.304, de 1965, da Comissão de Finanças.

ORÇAMENTO — MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 239, de 1965 (nº 3.000-A-65 na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1966, na parte referente ao Ministério das Relações Exteriores. (Anexo 4.00.00, Subanexo 4.14.00), tendo Parecer nº 1.305, de 1965, da Comissão de Finanças, favorável ao Subanexo e às emendas nºs 1-R a 3-R.

ORÇAMENTO — MINISTERIO DO TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 239, de 1965 (nº 3.000-A-65 na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1966, na parte referente ao Ministério do Trabalho e Previdência Social. (Anexo 4.00.00 — Subanexo 4.16.00), tendo Parecer favorável, sob nº 1.306, de 1965, da Comissão de Finanças.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 156, DE 1964

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 156, de 1964 originário da Câmara dos Deputados, nº 95-63, na Casa de origem, que mantém decisão negatória do Tribunal de Contas de registro a termo aditivo a contrato celebrado entre o governo da União e o Governo do Estado da Bahia, para manutenção da Escola de Iniciação Agrícola, no Município de Canavieiras, tendo Pareceres favoráveis sob nºs 1.180, 1.181, 1.182, de 1965, das Comissões: de Constituição e Justiça; de Finanças e de Agricultura.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 17, DE 1965

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 118-A, de 1965, na Casa de origem), que determina o registro do contrato de empréstimo celebrado entre a União e o Governo do Estado do Pará, no valor de Cr\$ 300.000.000, tendo Pareceres sob nºs 993, 994 e 1.144 de 1965, das Comissões: de Constituição e Justiça — 1º pronunciamento — favorável; 2º pronunciamento — pela inconstitucionalidade do substitutivo da Comissão de Finanças, de Finanças, favorável, nos termos do substitutivo que oferece

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 252, DE 1965

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 252, de 1965 (nº 3.198-B-65 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que vincula ao Ministério da Viação e Obras Públicas a Companhia de Navegação do São Francisco, Sociedade de Economia Mista, tendo Parecer favorável, sob nº 1.297, de 1965, da Comissão de Projeto do Executivo.

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 257, DE 1965

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 257, de 1965 (nº 3.209-B-65 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior, tendo Pareceres favoráveis, sob nºs 1.294 e 1.295, das Comissões de Projetos do Executivo, com as emendas que oferece, sob nºs 1 a 9-CPE e de Finanças.

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 115-64

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 1964 (nº 1.498-B-60, na Casa de origem), que institui o voto dos brasileiros no estrangeiro, tendo Pareceres sob nºs 584 e 585, das Comissões: de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, com as emendas que oferece de nºs 1 a 13-CCJ; de Relações Exteriores, no sentido de ser suscitada a sua tramitação até que chegue ao Senado o Projeto de Reforma Eleitoral

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, DE 1965

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 1, de 1965, de autoria do Sr. Senador Ezerra Neto, que inclui entre as contra-

venções penais referidas na Lei nº 1.390, de 1951, a discriminação racial nos anúncios sobre contratação de empregados, tendo Parecer favorável, sob nº 1.216, de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça, com a emenda que oferece, sob nº 1-CCJ.

- 14 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3, DE 1965

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 1965 de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, que considera de Utilidade Pública a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Niterói, com sede à Rua Celestino, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, tendo Pareceres favoráveis, sob nºs 1.222, 1.223 e 1.224, de 1965, das Comissões: de Constituição e Justiça; de Saúde; e de Finanças.

- 15 -

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 50, DE 1963

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 50, de 1963, de autoria do Sr. Senador Cattete Pinheiro, que assegura custeio de instrução aos filhos do ex-Senador José Kairala, tendo Pareceres (nºs 1.195 a 1.199, de 1965) das Comissões de Constituição e Justiça — 1º pronunciamento, pela constitucionalidade; 2º pronunciamento, pela aprovação, nos termos da emenda substitutiva que apresenta, com voto vencido do Sr. Senador Aloysio de Carvalho; Diretora, pela aprovação da emenda substitutiva da Comissão de Constituição e Justiça; de Finanças, pela aprovação, sugerindo, entretanto, o exame da matéria pela Comissão de Educação e Cultura; de Educação e Cultura, pela aprovação da emenda substitutiva.

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama) — Está encerrada a sessão. (Levanta-se a sessão às 17 horas e 40 minutos).

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1952

Regula a emissão e circulação do cheque e do cheque-circulário.

O Congresso Nacional decreta:

TÍTULO I

Do CHEQUE

Capítulo I

Da emissão e forma do cheque

Art. 1º O cheque deve conter:

- a) a denominação cheque, inserida no contexto do título e expressa na língua em que é este redigido;
- b) a ordem de pagar uma quantia determinada;
- c) o nome de quem deve pagar (sacado);
- d) a indicação do lugar do pagamento;
- e) a data e o lugar da emissão;
- f) a assinatura do emitente (sacador) ou de mandatário com poderes especiais.

Art. 2º Não valerá como cheque o título a que faltar qualquer dos requisitos enumerados no artigo anterior, salvo nos casos seguintes:

- a) Na falta de indicação especial, reputa-se lugar do pagamento o que constar ao lado do nome do sacado, ou se do lado do nome do sacado constarem diversos lugares, será o cheque pagável no primeiro deles;
- b) Se não houver nenhuma indicação, será o cheque pagável onde o sacado tiver seu principal estabelecimento;

c) Se não designar o lugar da emissão, considerar-se-á emitido o cheque no lugar indicado junto ao nome do emitente.

Art. 3º O cheque somente poderá ser emitido contra estabelecimento bancário.

Parágrafo único. Se a emissão ocorrer com violação deste artigo, o título valerá só como ordem de entrega.

Art. 4º O cheque não poderá ser emitido sem que o emitente tenha fundos disponíveis e suficientes em poder do sacado ou sem a observância de convenção, expressa ou tácita, pela qual tenha o emitente a faculdade de dispor desses fundos por meio de cheque. A infração desse preceito não atinge a validade do título como cheque, ficando, porém, o emitente sujeito à ação penal que couber.

Art. 5º O cheque não pode ser aceito, considerando-se não escrita qualquer menção de aceite aposta no cheque.

§ 1º O visto ou qualquer declaração equivalente, inscrita no cheque, e assinada pelo sacado, tem o efeito de provar a existência de fundos suficientes, impedindo que o emitente possa retirá-los, ou dar contra-ordem, antes de se vencer o prazo de apresentação.

§ 2º Considera-se sem efeito o visto ou a declaração equivalente, se o cheque não qual tiverem sido inscritos não for apresentado para pagamento até o término do prazo de apresentação.

Art. 6º O cheque em que a quantia a pagar estiver escrita por extenso, e também em algarismos, vale, em caso de divergência, pela quantia escrita por extenso.

Parágrafo único. Se a quantia a pagar estiver escrita no cheque mais de uma vez, quer por extenso, quer em algarismos, prevalece, em caso de divergência, a quantia menor.

Art. 7º O cheque é pagável:

- a) a pessoa determinada, com a cláusula expressa "à ordem" ou sem ela;
- b) a pessoa determinada, com a cláusula "não à ordem";
- c) ao portador.

§ 1º É cheque ao portador o que não contiver o nome da pessoa a quem deva ser pago.

§ 2º É também ao portador o cheque emitido em favor de certa pessoa com a cláusula "ou ao portador", ou expressão equivalente.

Art. 8º O cheque pode ser à ordem do próprio emitente, e pode ser emitido por conta de terceiro.

Art. 9º O cheque não pode ser emitido contra o próprio emitente, salvo se for contra outro estabelecimento do mesmo emitente, situado em diferente lugar. Neste caso, o cheque não pode ser ao portador nem em benefício do próprio emitente.

Art. 10. O cheque pode ser pagável no domicílio de terceiro, quer no lugar em que o sacado tenha domicílio, quer em outro lugar, desde que o terceiro seja estabelecimento bancário.

Art. 11. Considera-se não escrita a cláusula de juros inserida no título, como também qualquer cláusula pela qual o emitente se exonere da responsabilidade pelo pagamento.

Art. 12. Ainda quando haja no cheque assinaturas de pessoas incapazes de se obrigar por cheque, assinaturas falsas, assinaturas de pessoas imaginárias, ou assinaturas que, por qualquer outra razão, não possam obrigar as pessoas que assinaram ou aquelas em cujo nome o cheque foi assinado,

subsistam tôdas as obrigações dos outros signatários.

Art. 13. Quem apuser sua assinatura em um cheque, como representante sem poderes ou com excesso deles, será obrigado em virtude do cheque, e, se pagar, terá os mesmos direitos que o pretense representado.

Art. 14. Se o cheque, incompleto ao ser emitido, for completado de modo contrário ao que se ajustou, a inobservância do ajuste não poderá ser oposta ao adquirente do título, salvo se, na aquisição, procedeu de má-fé ou incorreu em culpa grave.

Capítulo II

Da transferência

Art. 15. O cheque pagável ao portador transfere-se por simples tradição. É transferível por endosso o cheque pagável a pessoa determinada ainda que sem a cláusula expressa "à ordem".

§ 1º O cheque pagável a pessoa determinada, com a cláusula "não à ordem", ou equivalente, só é transferível pela forma e com efeitos da cessação de crédito.

§ 2º O endosso pode ser feito em provimento do emitente ou de outro obrigado, tendo êstes a faculdade de endossar novamente o cheque.

Art. 16. O endosso deve ser puro e simples:

§ 1º Reputar-se-á não escrita qualquer condição a que se tenha pretendido subordiná-lo.

§ 2º São nulos o endosso parcial e o endosso feito pelo sacado.

§ 3º O endosso ao sacado vale apenas como quitação, exceto se o sacado tiver diversos estabelecimentos, e o endosso se fizer em favor de estabelecimento que não seja aquele contra o qual o cheque foi emitido.

§ 4º O endosso ao portador vale como endosso em branco.

Art. 17. O endosso deve ser lançado no cheque ou na folha de alongamento.

Parágrafo único. O endosso pode emitir o beneficiário ou consistir apenas na assinatura do endossante (endosso em branco), mas no último caso, só é válido quando lançado no verso do cheque ou na folha de alongamento.

Art. 18. O endosso transfere todos os direitos resultantes do cheque.

Parágrafo único. Quando se tratar de endosso em branco, é facultado ao portador:

- a) completá-lo com o seu nome ou com o de outra;
- b) endossar o cheque, de novo, em branco, ou a outra pessoa determinada;
- c) entregar o cheque a terceiro, sem completar o endosso e sem o endossar.

Art. 19. Salvo cláusula em contrário, responde o endossante pelo pagamento, e, se proibido novo endosso, não é responsável para com as pessoas às quais o cheque for posteriormente endossado.

Art. 20. O detentor de cheque endossável é considerado portador legítimo, se provar seu direito por uma série ininterrupta de endossos, ainda que o último seja em branco.

§ 1º Reputam-se não escritos, para esse efeito, os endossos cancelados.

§ 2º Se ao em branco se seguir outro endosso, entender-se-á que o signatário deste adquiriu o cheque pelo endosso em branco.

Art. 21. O endosso em cheque ao portador torna o endossante responsável segundo as normas relativas ao regresso, sem transformar, porém, o título em cheque à ordem.

Art. 22. No caso de perda da posse do cheque, o portador a cujas mãos tenha ele chegado, quer-se trate de cheque endossável a que o portador prova o seu direito pela forma indicada, quer se trate de cheque ao portador, não é obrigado a restituir o título, salvo se, na aquisição, procedeu de má-fé ou incorreu em culpa grave.

Art. 23. Quem for demandado por obrigação resultante de cheque não poderá alegar contra o portador exceções fundadas em relações pessoais com o emitente ou com os portadores anteriores, salvo má-fé na aquisição do cheque.

Art. 24. Se o endosso contém a cláusula "valor em cobrança", "para cobrança", "por procuração", ou qualquer outra que se constitui em mandato, pode o portador exercer todos os direitos derivados do cheque, mas o endosso que fizer valerá somente como endosso por procuração.

§ 1º Neste caso, os obrigados somente podem invocar contra o portador as exceções cabíveis contra o endossante.

§ 2º O mandato compreendido no endosso por procuração não se extingue pela morte do mandante ou pela superveniência de sua incapacidade.

Art. 25. O endosso feito após o protesto ou declaração equivalente (artigo 41), ou depois de findo o prazo da apresentação, produz apenas os efeitos de cessão de crédito.

Parágrafo único. Salvo prova em contrário, considera-se o endosso sem data por lançado anteriormente ao protesto, à declaração equivalente (artigo 41), ou ao termo do prazo referido neste artigo.

CAPÍTULO III

Do aval

Art. 26. O pagamento do cheque pode ser garantido no todo ou em parte, por aval, prestado por terceiro, com exceção do sacado ou por quem já se tenha obrigado no título.

Art. 27. O aval será lançado no cheque ou na folha de alongamento, e, na falta de outra indicação, considerar-se-á prestado ao emitente.

Parágrafo único. Exprime-se o aval pelas palavras, "como avalista" ou fórmula equivalente, considerando-se, porém, suficiente a assinatura do avalista lançada no anverso do cheque.

Art. 28. Vincula-se o avalista nos mesmos termos que a pessoa a quem dá o aval, subsistindo a obrigação, ainda quando nula a por ele garantida, salvo por vício de forma.

Art. 29. O avalista adquire, com o pagamento do cheque, os direitos dele resultantes contra o avalizado e contra os obrigados para com este em virtude do cheque.

CAPÍTULO IV

Da apresentação e do pagamento

Art. 30. O cheque é pagável à vista.

Parágrafo único. Considerar-se-á não escrita qualquer cláusula em contrário ao prescrito deste artigo.

Art. 31. O cheque deve ser apresentado para pagamento:

- a) dentro de quinze dias, quando emitido na praça onde deve ser pago;
- b) de quarenta e cinco dias, quando em outra praça do país;
- c) de noventa dias, quando em outro país.

§ 1º Os prazos de que trata este artigo contam-se do dia indicado no cheque como data da emissão;

§ 2º O cheque apresentado a pagamento antes do dia indicado como data da emissão é pagável no dia da apresentação.

Art. 32. Se o cheque é passado entre duas praças cujos calendários diferem, substitui-se o dia da emissão pelo correspondente no calendário do lugar do pagamento.

Art. 33. Equivalerá à apresentação para pagamento a que se tiver a uma Câmara de Compensação.

Art. 34. A revogação do cheque somente produz efeitos depois de findo o prazo de apresentação. Não havendo revogação, pode o sacado pagar mesmo depois de findo o prazo.

Parágrafo único. A oposição ao pe-

pagamento do cheque, por parte do emitente ou de terceiro interessado, somente é admissível no caso de extravio do cheque, de falência ou incapacidade civil do portador para recebê-lo.

Art. 35. A morte do emitente, sua incapacidade ou falência supervenientes à emissão não anulam a eficácia de cheque.

Art. 36. O sacado pode exigir, ao pagar o cheque, que este lhe seja entregue quitado pelo portador.

§ 1º O portador não pode recusar pagamento parcial de cheque.

§ 2º Em caso de pagamento parcial, o sacado pode exigir que desse pagamento se faça menção no cheque e lhe seja dada quitação correspondente.

Art. 37. O sacado que pagar cheque endossado é obrigado a verificar a regularidade da série de endossos, embora não lhe caiba examinar a autenticidade das assinaturas respectivas, salvo a de quem lhe endossar o cheque.

Art. 38. Se o cheque é pagável em moeda estrangeira, pode a soma ser paga, dentro do prazo de apresentação do cheque, em moeda nacional, de conformidade com a cotação cambial no dia do pagamento.

§ 1º Se o cheque não é pago ao ser apresentado, pode o portador optar entre o dia da apresentação e o do pagamento, para que se determine o valor da soma devida na moeda do país.

§ 2º Se o cheque for apresentado depois de vencido o seu prazo de apresentação, o sacado, se o pagar, pode optar entre a cotação cambial do último dia do prazo de apresentação do cheque e a do dia do pagamento.

§ 3º Se a soma é indicada em moeda que tenha a mesma denominação, mas valor diferente no país da emissão e no do pagamento, presumir-se-á que a indicação se refere à moeda do lugar do pagamento.

CAPÍTULO V

Do cheque cruzado e do cheque para ser creditado

Art. 39. O emitente ou o portador do cheque pode cruzá-lo, por meio de dois traços paralelos apostos no anverso.

§ 1º O cruzamento pode ser geral ou especial, ocorrendo:

a) o primeiro, quando não há entre os dois traços qualquer designação ou existe apenas a indicação "estabelecimento bancário" ou termo equivalente;

b) o segundo, quando há entre os dois traços o nome de um estabelecimento bancário.

§ 2º O cruzamento geral pode transformar-se em especial, mas este não se pode transformar naquele.

§ 3º Considerar-se-á nulo o cancelamento do cruzamento ou do nome do estabelecimento bancário indicado.

Art. 40. O cruzamento geral impede que o sacado pague o cheque a outro que não estabelecimento bancário ou cliente do próprio sacado.

§ 1º Se ocorrer o cruzamento especial poderá o cheque ser pago somente ao estabelecimento bancário designado ou, se este for o sacado, a seu cliente.

§ 2º Pode, entretanto, o estabelecimento bancário designado incumbir da cobrança outro estabelecimento bancário.

Art. 41. O estabelecimento bancário não pode adquirir cheque cruzado de pessoa que não seja seu cliente ou outro estabelecimento bancário; somente por conta de tais pessoas poderá cobrá-lo.

Art. 42. O sacado não pode pagar o cheque em que haja vários cruzamentos especiais, a não ser quando de dois cruzamentos, um seja para cobrança por intermédio de Câmara de Compensação.

Art. 43. Responde pelo dano, até a concorrência da quantia do cheque, o sacado ou o estabelecimento bancário que não observar as disposições constantes dos arts. 40, 41 e 42.

Art. 44. O emitente ou o portador de cheque pode proibir que se pague de contado, inserindo no anverso, em sentido transversal, as palavras "para ser creditado" ou outras equivalentes. Neste caso, o sacado pagará somente por meio de lançamento na escrita (lançamento a crédito em conta, transferência em conta ou compensação). O registro, na escrita vale como pagamento.

§ 1º É nulo o cancelamento da cláusula "para ser creditado".

§ 2º Responderá pelo dano, até a concorrência da quantia do cheque, o sacado que não observar estas disposições.

Capítulo VI

Do regresso por falta de pagamento

Art. 45. O portador poderá exercer ação regressiva contra os endossantes, o emitente e os outros obrigados, se o cheque, apresentado oportunamente, não for pago verificando-se a recusa de pagamento pelo protesto ou por declaração do sacado, escrita e datada no cheque, com a indicação do dia em que se apresentou o título, ou ainda por declaração datada de alguma Câmara de Compensação, certificando que o cheque, oportunamente entregue, não foi pago.

Art. 46. O protesto ou a declaração equivalente deve fazer-se antes que expire o prazo de apresentação.

Parágrafo único. Apresentando-se o título no último dia do prazo, o protesto ou a declaração equivalente pode fazer-se no primeiro dia útil seguinte.

Art. 47. O portador deve dar aviso da falta de pagamento, a seu endossante e ao emitente, nos quatro dias úteis seguintes ao do protesto ou da declaração, e, se houver a cláusula "sem despesa", no dia da apresentação.

§ 1º Cada endossante deve, nos dois dias úteis seguintes ao recebimento do aviso, comunicá-lo ao endossante precedente, indicando os nomes e os endereços dos que deram os avisos anteriores, e, sucessivamente, até o emitente, contando-se os prazos do recebimento do aviso anterior.

§ 2º O aviso a um signatário do cheque deve estender-se, no mesmo prazo, a seu avalista.

§ 3º Se o endossante não houver indicado seu endereço ou o tiver feito de forma ilegível, basta o aviso ao endossante precedente.

§ 4º O aviso pode ser dado por qualquer forma, considerando-se feita ainda pela simples devolução do cheque.

§ 5º O que estiver obrigado a aviso deverá provar que o deu no prazo prescrito, que se considerará observado, se, dentro dele, houver sido posta no correio a carta com recibo de volta.

§ 6º Quem omitir o aviso no prazo estabelecido não decairá do regresso; responde, porém, pelo dano que resultar de sua negligência, sem que possa a indenização exceder o valor do cheque.

Art. 48. O emitente, ou qualquer endossante, ou avalista pode, pela cláusula "sem despesa" "sem protesto" ou equivalente, inserta no título e assinada, dispensar o portador de fazer o protesto ou obter a declaração equivalente, para que possa exercer o regresso.

§ 1º A cláusula não dispensa o portador de apresentar o cheque no prazo prescrito e de dar os necessários avisos incumbindo a prova da inobservância do prazo a quem a invocar.

§ 2º A cláusula inserta pelo emitente produz efeitos em relação a

§ 3º Se, apesar da cláusula lançada pelo emitente, for feito o protesto ou a declaração equivalente, as respectivas despesas correm por conta do portador. Se a cláusula houver sido aposta por endossante ou avalista, todos os obrigados responderão pelas despesas do protesto ou da declaração equivalente.

Art. 49. Todas as pessoas obrigadas em virtude de um cheque respondem solidariamente para com o portador.

O portador pode demandar todas elas individual ou coletivamente, sem ter de observar a ordem em que se obrigaram. Cabe ao signatário que pagar o cheque igual direito em relação aos obrigados anteriores.

Parágrafo único. A ação contra um dos obrigados não impede que sejam demandados os outros, embora se hajam obrigado posteriormente àquele.

Art. 50. O portador pode exigir da pessoa contra quem exerce o regresso:

a) a importância do cheque;

b) os juros legais, desde o dia da apresentação;

c) as despesas, inclusive as do protesto ou da declaração equivalente e as dos avisos.

Art. 51. Quem pagar o cheque pode exigir a seus coobrigados:

a) a soma que pagou;

b) os juros desta soma, pela taxa legal, desde o dia em que pagou;

c) as despesas feitas.

Art. 52. O obrigado contra o qual se exerce o regresso ou que a ele esteja sujeito, pode, contra pagamento, exigir a entrega do cheque com o protesto ou a declaração equivalente e a conta quite-de regresso. O endossante que houver pago o cheque poderá cancelar o seu endosso e os dos endossantes consecutivos.

Art. 53. Se disposição legal ou caso de força maior impedir a apresentação do cheque, o protesto ou a declaração equivalente nos prazos estabelecidos, considerar-se-ão estes prorrogados.

§ 1º Não constituem casos de força maior as circunstâncias que apenas digam respeito pessoalmente ao portador ou a quem foi por ele incumbido da apresentação do cheque, do protesto ou de obter a declaração equivalente.

§ 2º É o portador obrigado a dar aviso do caso de força maior a seu endossante, e a fazer menção desse aviso, datada e assinada por ele, no cheque ou na folha de alongamento, aplicando-se, quanto ao mais, as disposições do art. 43 e seus parágrafos.

§ 3º Cessado o obstáculo, deve o portador apresentar o cheque para o pagamento e, se couber, fazer o protesto ou obter a declaração equivalente. Se perdurar o obstáculo por mais de quinze dias contados do em que o portador, embora antes de findo o prazo de apresentação, tiver comunicado a ocorrência da força maior a seu endossante, o regresso poderá ser exercido independentemente da apresentação ou do protesto ou declaração equivalente.

Art. 54. Estão sujeitas às normas das obrigações solidárias as relações entre obrigados, que tenham, no cheque, posição de igual categoria.

Art. 55. O cheque é título executivo, com respeito ao capital e aos necessários previstos nos arts. 46 e 47.

Art. 56. Salvo prova de novação, e emissão, ou a transferência do cheque, não exclui a ação fundada na relação que deu causa à emissão ou à transferência. A ação não pode, entretanto, ser exercida sem que, o possuidor ofereça ao devedor a restituição do cheque, após o cumprimento das formalidades necessárias a que o mesmo devedor conserve as ações de regresso cabíveis.

Art. 57. O portador que houver perdido a ação cambial contra todos os obrigados, e não tiver contra estes

ação, poderá demandar o emitente que não haja feito provisão ou injustamente se tenha locupletado à sua custa, assegurando-se-lhe nesta última hipótese, a mesma ação contra os endossantes.

Art. 58. No prazo dado pelo art. 42, o portador deve entregar o cheque ao oficial competente para o protesto, que será tirado dentro de três dias úteis.

Art. 59. Tirar-se-á o protesto no lugar indicado para o pagamento.

Art. 60. O instrumento do protesto deve conter:

a) a data;

b) a transcrição do cheque e das declarações nele inseridas pela ordem respectiva;

c) a certidão da intimação às pessoas obrigadas no cheque e cujos endereços dele constarem, forem conhecidos do oficial, ou indicados pelo portador;

d) as respostas dadas, ou a declaração de que não foram recebidas;

e) a assinatura, com o sinal público, do oficial do protesto.

Parágrafo único. Este instrumento, depois de registrado no livro próprio, deverá ser entregue a quem fez o protesto ou aquele que houver feito o pagamento. Se o protesto houver decorrido de falta de provisão, caberá ainda ao oficial do protesto enviar ao representante do Ministério Público e ao Banco Central da República dos Estados Unidos do Brasil, dentro de quarenta e oito horas, certidão do registro, de inteiro teor, para que se instaure a ação penal e sejam adotadas as medidas administrativas cabíveis.

Art. 61. O protesto pode ser substituído, nos termos do art. 41, por declaração do sacado, se o portador consentir, mas para que tenha os efeitos do protesto, deverá essa declaração ser levada a registro no Cartório de Protesto de Títulos, no prazo fixado para o protesto.

Capítulo VII

Da pluralidade de exemplares

Art. 62. Se não for ao portador, o cheque passado em um mais e pagável em outro, poderá ser emitido em vários exemplares idênticos. Neste caso, os exemplares devem ser numerados seguidamente no contexto. Considerar-se-á, no caso contrário, cada exemplar cheque distinto.

Art. 63. É válido o pagamento à vista de um exemplar, ainda que nele não exista a cláusula de perdêrem os outros exemplares sua eficácia, em virtude daquele pagamento.

Parágrafo único. O endossante ou transferir os exemplares a diversas pessoas e os endossantes subsequentes respondem por todos os exemplares, que lhes tragam a assinatura e não hajam sido restituídos.

Capítulo VIII

Das alterações

Art. 64. Alterado o texto do cheque, aqueles que o subscreveram depois da alteração respondem na conformidade desta; e aqueles que o subscreveram antes, respondem nos termos do texto primitivo.

Parágrafo único. Quando não for possível determinar se a firma foi aposta no título antes ou depois da alteração, presume-se que o tenha sido antes.

Capítulo IX

Da prescrição

Art. 65. As ações de regresso do portador contra os endossantes, o emitente e os outros obrigados prescrevem em seis meses, contados da expiração do prazo de apresentação.

Art. 66. As ações de regresso de um obrigado ao pagamento do cheque contra outro prescrevem em seis meses, contados do dia que o obrigado

pagou, e, se demandado, do dia em que houver pago a conta de execução.

Art. 67. A ação de enriquecimento prescreve em um ano, contado a partir do dia em que se perdeu a ação fundada no título.

Art. 68. A interrupção da prescrição produz efeito somente contra o obrigado em relação ao qual se praticou o ato interruptivo.

TITULO II

DO CHEQUE — CIRCULAR

Art. 69. Os estabelecimentos bancários poderão emitir cheques-circulares, no stermos desta lei quando para esse fim prévia e especialmente autorizados pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 70. O cheque-circular é título de crédito à ordem, emitido por estabelecimento bancário e pagável à vista, indistintamente pela Sede ou por qualquer das filiais ou agências do emitente a que o título seja apresentado, ou mesmo de outro estabelecimento bancário, por aquele indicadas no título.

Art. 71. O cheque-circular não pode ser emitido sem que o estabelecimento bancário emitente haja recebido a correspondente provisão de fundos.

Art. 72. O cheque-circular deve conter:

- a) a denominação "cheque-circular", inserida no contexto do título;
 - b) a promessa incondicionada de pagar à vista uma quantia determinada;
 - c) o nome do tomador;
 - d) a data e o lugar da emissão;
 - e) a assinatura do estabelecimento bancário emitente.
- Parágrafo único. Não valerá como cheque circular o título a que faltar qualquer dos requisitos enumerados neste artigo.
- Art. 73. O pagamento do cheque-circular é subordinado à existência no título, no momento da apresentação, de duas assinaturas conformes do tomador.
- § 1º A primeira assinatura do tomador deve ser lançada no anverso do cheque-circular, e serve apenas para conferência da segunda assinatura, pela qual endossa o título.
- § 2º O estabelecimento bancário emitente responde pela autenticidade da primeira assinatura do tomador.
- Art. 74. O portador do cheque-circular decairá do regresso, se não apresentar o título para o pagamento dentro de sessenta dias da data indicada como sendo a da emissão.
- § 1º A ação contra o emitente prescreve em cinco anos contados dessa data.
- § 2º O endosso a favor do emitente extingue o cheque-circular.
- Art. 75. No que não forem incompatíveis com a natureza do cheque-circular, ou não sejam derogadas pela presente lei, aplicam-se ao cheque-circular as disposições sobre a cambial relativas ao endosso, ao pagamento, ao protesto, ao regresso e à ação, à prescrição, e as atinentes às obrigações e aos títulos com assinaturas falsas ou de pessoas incapazes, bem como as disposições sobre o cheque cruzado e o cheque "para ser creditado".
- Art. 76. Só poderá ser autorizado a emitir cheques-circulares o estabelecimento bancário que tiver pelo menos cinco anos consecutivos de funcionamento e cujo capital lhe permitir, de acordo com a legislação vigente, habilitar-se a operar em todo o território nacional.
- Art. 77. O estabelecimento bancário que for autorizado a emitir cheques-circulares constituirá, em garantia, à ordem do Banco Central da República dos Estados Unidos do Brasil, um depósito em dinheiro, sem juros, sobre o qual os portadores dos cheques-circulares terão privilégio especial.

§ 1º O valor do depósito inicial será determinado pelo Conselho Monetário Nacional, tendo em vista principalmente o capital e reservas e a rede de agências do estabelecimento requerente, devendo ser no mínimo de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros).

§ 2º Iniciada a emissão, o depósito será equivalente a 40% (quarenta por cento) do total dos cheques-circulares em giro no último dia de cada mês, não podendo ser inferior ao mínimo de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), de que trata o parágrafo precedente.

§ 3º Se o total dos cheques-circulares em giro ultrapassar o dobro do capital realizado do estabelecimento, o depósito a efetuar, relativo ao excedente, será na proporção de 50% (cinquenta por cento).

§ 4º Os recolhimentos para observância dos parágrafos 2º e 3º serão feitos até o último dia útil do mês subsequente.

Art. 78. A falta de cumprimento de qualquer das disposições do art. 73 e seus parágrafos sujeitará o estabelecimento bancário à multa de 20% (vinte por cento) sobre a importância que deveria ser depositada, elevável ao dobro em caso de reincidência.

§ 1º A multa será imposta pelo Ministério da Fazenda, tão logo receba a comunicação que o Conselho Monetário Nacional fica obrigado a fazer-lhe.

§ 2º O prazo para o pagamento da multa é de trinta dias da data da notificação que o Ministério da Fazenda expedir ao estabelecimento falto.

§ 3º Dentro do quinze dias da mesma data, caberá recurso ao Ministro da Fazenda, mediante depósito da importância total da multa ou garantia fidejussória ou real correspondente ao seu valor.

Art. 79. A autorização para a emissão de cheques-circulares pode ser revogada, a qualquer momento, a juízo do Conselho Monetário Nacional.

Art. 80. Os cheques-circulares em moeda nacional, pagáveis no País, também estão isentos do imposto do selo.

TITULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 81. Constitui crime:

I — a emissão de cheque sem provisão.

§ 1º culposo, assim considerado quando o emitente "notificado" pelo estabelecimento bancário ou Câmara de Compensação "não" faz o depósito nas 48 horas subsequentes:

Pena — 1 mês a 6 meses de detenção e multa de 5 a 10 vezes o salário mínimo da região.

§ 2º doloso, quando o emitente deixa de efetuar o depósito do saldo devedor no prazo fixado no parágrafo anterior, ou tinha conhecimento anterior da falta de provisão para o pagamento do cheque.

Pena — de 2 anos a 8 anos de reclusão e multa de 10 a 20 vezes o salário mínimo regional.

Art. 82. Comunicado o protesto do título por falta de provisão (parágrafo único do art. 56), o Banco Central da República do Brasil enviará circular a todos estabelecimentos bancários do País, proibindo que o emitente falto tenha depósito bancário ou seja portador de talões de cheque, pelo período mínimo de 5 (cinco) anos a 10 (dez) anos, no máximo.

Parágrafo único. Os cheques em poder do emitente falto serão apreendidos pela autoridade policial competente, que os devolverá imediatamente ao estabelecimento bancário responsável.

TITULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 83. Na presente lei, a expressão "estabelecimento bancário" compreende os Bancos, as Casas Bancá-

rias, as Caixas Econômicas Federais e Estaduais e as Cooperativas de Crédito.

Art. 84. A apresentação e o protesto do cheque e do cheque-circular somente podem ser feitos em dia útil.

Art. 85. Aplicam-se ao cheque e ao cheque-circular, no que for compatível com a sua natureza e observados os parágrafos seguintes, as disposições do Código de Processo Civil sobre a recuperação dos títulos ao portador (arts. 336 a 342).

§ 1º No decurso do prazo para a contestação, o autor poderá praticar todos os atos necessários à conservação de seus direitos e exigir do saúdo do cheque ou do emitente do cheque-circular que consigne judicialmente a soma devida.

§ 2º Decorrido o prazo, sem contestação, ou julgada procedente a ação, o Juiz decretará a caducidade do título e ordenará, em benefício do autor, o pagamento ou o levantamento do depósito.

§ 3º O prazo de contestação será de 10 (dez) dias.

Art. 86. Quando se tratar de cheque-circular:

a) será competente o Juiz do lugar em que estiver situada a sede ou houver agência ou filial do estabelecimento bancário emitente, ou do lugar de domicílio do autor;

b) a citação do estabelecimento bancário emitente deve ser feita à Sede ou agência ou filial mais próxima, que a comunicará imediatamente, a expensas do recorrente, a todas as demais, do mesmo estabelecimento ou de outro, onde o cheque-circular possa ser pago.

Art. 87. Esta lei entrará em vigor 60 (sessenta) dias depois de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em de outubro de 1965.

EM APENSO AO SUBSTITUTIVO

Inclua-se no substitutivo, como Título III (renumerando-se os demais títulos e os artigos subsequentes):

DO CHEQUE DE VIAGEM

Art. Os estabelecimentos bancários poderão emitir cheques de viagem, quando autorizados para essa fim.

Art. O cheque de viagem é título de crédito à ordem emitido por estabelecimento bancário e pagável à vista, pela sede ou qualquer das filiais ou agências do emitente a que seja apresentado.

Art. O cheque de viagem deve conter necessariamente no seu contexto:

- a) a denominação "cheque de viagem" ou correspondente na língua em que for escrita;
- b) a declaração incondicionada de pagar à vista quantia determinada;
- c) o nome do tomador;
- d) a data e o lugar da emissão;
- e) a assinatura do estabelecimento bancário emitente;
- f) a primeira assinatura do tomador.

Parágrafo único. Não valerá como cheque de viagem o título a que faltar qualquer dos requisitos enumerados neste artigo.

Art. O pagamento do cheque de viagem é subordinado à existência no título, no momento da apresentação, de duas assinaturas conformes do tomador.

§ 1º A primeira assinatura do tomador deve ser lançada à vista do emitente, no anverso do cheque de viagem, e serve para conferência da segunda assinatura, pela qual se endossa o título.

§ 2º O estabelecimento bancário emitente responde pela autenticidade da primeira assinatura do tomador.

Art. A apresentação ao emitente extingue o cheque de viagem.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE PROMOÇÕES

A Comissão de Promoções, em reunião realizada em 12 do corrente mês após tomar conhecimento da existência de vagas nas carreiras de Oficial e Auxiliar Legislativo, em decorrência da nomeação de Aroldo Moreira e Adherbal Távora de Albuquerque para outro cargo, organizou as seguintes listas obedecendo ao que dispõe o artigo 98 da Resolução número 6 de 1960:

1ª Lista — Vaga de Aroldo Moreira:

De Oficial Legislativo, PL-4 a PL-3 — Critério — Merecimento

- 1 — Claudia Adda Passerini
- 2 — Gláucia Leal Costa (Vinda de lista anterior)
- 3 — Leopoldina Ferreira Neves

De Oficial Legislativo, PL-5 a PL-4 — Critério — Antiquidade

Rosa Baptista de Miranda

De Oficial Legislativo, PL-6 a PL-5 — Critério — Merecimento

- 1 — Célia Tereza Assumpção
- 2 — Luiz Carlos Lemos de Abreu (Vindos de lista anterior)
- 3 — Maria Helena Bueno Brandão

De Auxiliar Legislativo, PL-7 a Oficial Legislativo, PL-8 — Acesso-Merecimento Absoluto (Concorrem todos os ocupantes fora interstício na classe final da carreira de Auxiliar Legislativo, ex vi do disposto no parágrafo único do artigo 2º da Resolução número 19, de 1962).

De Auxiliar Legislativo, PL-3 a PL-7 Critério — Antiquidade

Eduardo Leão Marques

De Auxiliar Legislativo, PL-9 a PL-8 Critério — Merecimento

- 1 — Luiz Carlos de Oliveira Chaves
- 2 — Maria de Lourdes Veiga
- 3 — Marília Brião Dolher da Silva (Vinda de lista anterior)

De Auxiliar Legislativo, PL-10 a PL-9 Critério — Antiquidade

Sérgio de Otero Ribeiro

2ª Lista — Vaga de Adherbal Távora de Albuquerque:

De Oficial Legislativo, PL-4 a PL-3 — Critério — Merecimento

Os que sobrem da 1ª lista e mais

Stella Mendonça da Cunha

De Oficial Legislativo, PL-5 a PL-4 — Critério — Merecimento

- 1 — Deolinda Maria Peixoto Braga
- 2 — Ily Rodrigues Alves (vinda de lista anterior)
- 3 — Léa José da Silva (vinda de lista anterior)

De Oficial Legislativo, PL-6 a PL-5 — Critério — Antiquidade

Raymunda Pompeu de Sabola Magalhães

De Auxiliar Legislativo, PL-7 a Oficial Legislativo, PL-6 — Acesso-Merecimento Absoluto (Concorrem todos os ocupantes com interstício na classe final da carreira de Auxiliar Legislativo, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 2º da Resolução número 19, de 1962).

De Auxiliar Legislativo, PL-3 a PL-7 Critério — Merecimento

- 1 — Alberto Pereira da Cunha
- 2 — Dinah Martins Perácio (vinda de lista anterior)
- 3 — Marcelo Zamboni (Vindos de lista anterior)

De Auxiliar Legislativo, PL-9 a PL-8 Critério — Antiquidade

Maria de Lourdes Veiga

De Auxiliar Legislativo, PL-10 a PL-9 Critério — Merecimento

- 1 — Maria Luiza Soares Castro
- 2 — Mário Nelson Duarte
- 3 — Rubem Soares Branquinho

Secretaria do Senado Federal, em 12 de novembro de 1965. — Evandro Mendes Vianna, Presidente da Comissão de Promoções.

Republica-se por ter saído com incorreções no Diário do Congresso Nacional — Seção II do dia 17 do corrente, à pág. 4.016.